

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO

SELMA MARIA GOMES DE MIRANDA SOARES

FAMÍLIA – ABRIGO – RUA

**Construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de
desenvolvimento**

RECIFE - PERNAMBUCO
2012

SELMA MARIA GOMES DE MIRANDA SOARES

FAMÍLIA – ABRIGO – RUA

Construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jaileila de Araújo Menezes

RECIFE - PERNAMBUCO
2012

Catlogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291

M676f Soares, Selma Maria Gomes de Miranda.
Família – Abrigo – Rua : construção de significados dos adolescentes
nas passagens por contextos de desenvolvimento / Selma Maria Gomes
de Miranda Soares. – Recife: O autor, 2012.
236 f. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jaileila de Araújo Menezes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. 2. Psicologia do desenvolvimento – Adolescência. 3.
Política de Assistência Social – Acolhimento institucional. 5. Adolescentes
pobres. 6. Família. I. Menezes, Jaileila de Araújo Menezes (Orientadora).
II. Título.

150 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2012-107)

SELMA MARIA GOMES DE MIRANDA SOARES

FAMÍLIA – ABRIGO – RUA

Construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a.

1º Examinadora/Presidente

Prof. Dr.

2º Examinador

Prof. Dr.
3º Examinador

Agosto de 2012

AGRADECIMENTOS

Cada acontecimento é único em nossas vidas e, este, particularmente, reveste-se de um significado especial em minha trajetória, sobretudo, pela oportunidade de refletir teoricamente sobre a minha prática profissional. Os desafios enfrentados na esfera pessoal ao longo desse percurso, certamente, contribuíram para o meu crescimento pessoal, e o apoio recebido de tantas pessoas, em diferentes encontros, permitiu que esta experiência se realizasse. Assim, gostaria de agradecer e compartilhar este momento com todos aqueles que, de diferentes modos, participaram da construção do presente trabalho.

À minha mãe querida, mulher forte e guerreira, incentivadora e torcedora “de carteirinha” de todas as minhas conquistas, o meu profundo agradecimento por caminhar sempre comigo. Mãe, o teu amor é a minha certeza em meio às incertezas da vida. Te amo muito!

Ao meu pai, parceiro, amigo, cúmplice, de mente e coração abertos, e exímio contador de histórias. Quantas saudades! A sua presença é constante em minha vida e seus ensinamentos me guiam desde sempre e para sempre.

À minha irmã, incansável companheira de todas as horas, pelo cuidado (quase materno) e pelo apoio no enfrentamento das dificuldades que tivemos de superar em nossa caminhada. O compartilhamento fraterno de tantos “recomeços” que a vida nos impôs, com toda a certeza, fortalecem nossos laços a cada dia. Sem a sua parceria, este trabalho não seria possível.

Aos meus sobrinhos queridos, Pedro e Manuella, pela confiança que sempre me dispensaram e pelo carinho e compreensão nas minhas ausências em tantas ocasiões. A Inaldo, por fazer parte dessa rede de apoio que me dá sustentação. A Bruno, sobrinho do coração, sempre atencioso e disponível, pelo suporte técnico nas horas em que as coisas não funcionavam.

Ao pequeno João Guilherme, luz da minha vida, pelas horas felizes que passamos juntos e pela alegria que traz à minha existência.

A Prof^a Jaileila, minha orientadora, pelo compartilhamento desta proposta e pelo empenho e competência demonstradas para com as minhas demandas ao longo deste percurso. Sem a sua compreensão, não teria chegado até aqui. Minha eterna gratidão!

Às amigas do Tribunal de Justiça, Ana Luíza, Margareth, Simony, Sônia e Tânia, pelo incentivo e companheirismo presentes num ambiente de trabalho tão acolhedor e respeitoso, e pela troca de vivências que enriquecem o meu fazer profissional e humano. Vocês são muito especiais para mim.

À amiga Kátia Lacerda, cujo exemplo e incentivo despertaram em mim o desejo de ingressar no mestrado e de aprofundar as questões que elegi como foco deste trabalho.

Aos companheiros de mestrado, pela troca de conhecimentos e afetos que tornaram a jornada acadêmica uma experiência prazerosa. Um agradecimento especial a Patrícia, “amiga certa das horas incertas”, pela parceria ao longo de todo o meu trajeto, pelas palavras de conforto e pela ponderação que tão bem a define. A Amanda e Fernanda, pessoas especiais que tive o prazer de encontrar e admirar. A Michele, pelo carinho, apoio e cumplicidade nas horas difíceis.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, especialmente ao Prof. Pedro Oliveira, pelo incentivo, pelas contribuições valiosas na banca de qualificação e por aceitar participar da banca de defesa.

A João Cavalcanti e Alda Araújo, pelo cuidado e disponibilidade para com nossas demandas acadêmicas.

À Prof^a Maria do Rosário, pelo acolhimento, disponibilidade e revisão cuidadosa dos meus escritos.

Ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE), pela anuência quanto à realização deste estudo, e, especialmente, à juíza Valéria Bezerra Wanderley, pela prontidão e sensibilidade no acolhimento desta proposta.

Aos profissionais das Casas de Acolhida, pela receptividade e por manterem as “portas abertas” durante todo o percurso deste trabalho.

Bem, e aqui deixo um agradecimento especialíssimo a todos os (as) adolescentes que, generosamente, aceitaram participar deste estudo e com os quais vivi momentos indescritíveis. Suas vozes e experiências trouxeram outros significados para minha vida.

*... eles povoam a cidade.
Depois da cidade, o mundo.
Depois do mundo, as estrelas,
dançando o baile do medo.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

No discurso dos novos ordenamentos jurídicos, as medidas de proteção a crianças e adolescentes reiteram o convívio familiar e comunitário no esforço de romper com uma cultura de institucionalização da população infanto-juvenil pobre na garantia de condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Em descompasso, continuam-se utilizando modelos interventivos desfocados da realidade de tais sujeitos e invisibilizando suas condições concretas de existência. Reconhecendo o acolhimento institucional como contexto de desenvolvimento para adolescentes afastados do convívio familiar, o presente estudo investigou os significados e sentidos construídos por estes sujeitos em suas passagens pelos contextos da família, das instituições de acolhimento e da rua. Por convergirem na compreensão do desenvolvimento humano como processo complexo e construído dialogicamente nas interações histórica e culturalmente situadas, a perspectiva teórico-metodológica adotada buscou dialogar com pressupostos do Construcionismo Social, da Psicologia Cultural proposta por Jerome Bruner e da Rede de Significações (*REDESIG*). Num contraponto aos princípios modernos de normatização e controle para descrever a adolescência, buscou-se situá-la na pluralidade das experiências dos sujeitos e circunscrita por marcadores culturais que configuram cenários variados e cambiantes. Empreendeu-se uma pesquisa qualitativa, utilizando-se a metodologia das entrevistas narrativas na aproximação aos diferentes significados/sentidos construídos pelos adolescentes sobre a relação entre os contextos de acolhimento, da família e da rua. Na análise das narrativas, observou-se que os significados sobre tais contextos emergiram de modo entrelaçado, num diálogo permanente entre os elementos culturais que os circunscrevem e os eventos que marcam suas trajetórias, como crises, tensões e rupturas. Nesse sentido, tal indissociabilidade questiona intervenções fragmentadas e localizadas para a compreensão do fenômeno da evasão como um rompimento de territórios, indicando a necessidade de se considerar a própria circulação como um lugar simbólico que articula saberes e modos de socialização. As narrativas sobre uma existência vivida entre os referidos contextos fizeram emergir sentimentos polissêmicos e ambíguos sobre experiências passadas e presentes para avaliar as perspectivas de um futuro incerto antecipado na emergência de uma maioria. As narrativas refletiram uma multiplicidade de elementos culturais, contextuais e pessoais presentes nas (re) significações: sobre a família que, a despeito das desventuras, ainda se mantém como força simbólica de pertencimento, integrando seus projetos para o futuro; sobre as instituições de acolhimento, em seu potencial de apoio e nas práticas que reeditam violências sofridas e afirmam identidades delinquentes; e sobre a rua, cujos referenciais identificatórios suscitam significados de prazer e de ameaça constantes. Com a presente investigação, espera-se contribuir para os estudos sobre desenvolvimento a partir de diferentes perspectivas, reconhecendo-se as vozes e as

experiências dos sujeitos, nas diferentes interações, como interlocutores responsáveis pelo conhecimento produzido socialmente e coautores de suas próprias histórias.

Palavras-chave: Adolescência. Acolhimento Institucional. Família. Rua. Processos de Significação.

ABSTRACT

Within the discourse of new legal orders, the measures to protect children and adolescents the family and community interaction were stressed in the efforts to break with a culture of institutionalising the infant juvenile population to guarantee favourable conditions for their development. They inconsistently continued to use interventionist models negligent of the reality of the subjects and ignoring their definite conditions of existence. Recognising institutionalisation in the context of development for adolescents excluded from their family home, this study investigates the meanings and relevance constructed by these subjects in their journey from family environments to the receiving institutions and the street. Converging in the understanding of human development as a complex process dialogically constructed from historic interaction in a cultural context, the theoretical-methodological approach adopted seeks to use the assumptions of Social Constructionism and Cultural Psychology of Jerome Bruner, and Networks of Meaning (REDESIG). As a counterpoint the modern principles of legalisation and control to describe adolescence looked to locate itself in the plurality of experiences of the subjects and confined by cultural markers that configure varied and changing scenarios. Research was carried out using the methodology of narrative interviews in the development of different meanings and relevancies constructed by the adolescents about the relationship between the contexts of custody, family and the streets. In the analysis of the narratives, it was observed that the meanings of such contexts emerged as related, in a permanent dialogue between the cultural elements that circumscribe them and the events that mark their trajectories, such as crisis, tensions and break ups. Such indissolubility questions partial and localised interventions to understand the phenomenon of evasion as the deconstruction with territories, indicating the need to consider the circulation as a symbolic place that articulates knowledge and forms of socialisation. From the narratives about an existence experienced between the mentioned contexts, diverse and ambiguous feelings about past and present experiences emerge to evaluate the perspectives of an uncertain future as an adult. The narratives reflect multiple cultural, contextual and personal elements in the meanings: about family, with the anger at the misfortune persist as a symbolic force of belonging, integrating their projects for the future; about the care institutions, in their potential for support and in practices and reissue of violence suffered and affirm delinquent identities; and regarding the streets whose identity references arouse meanings of pleasure and constant threat. The current study hopes to contribute to the studies regarding development through different perspectives, recognising the voices and the experiences of the subjects in the

different interactions with the intermediaries responsible for the socially produced knowledge and co-authors of their own trajectories.

Key-words: Adolescence. Residential Care. Family. Street. Meaning processes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1.1 Sobre famílias	19
1.1.1 A família brasileira pobre: eixo simbólico de socialização e identidade.....	22
1.2 Considerações históricas sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes.....	27
1.2.1 Acolhimento institucional sob o Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços na perspectiva dos direitos.....	35
1.2.2 Sobre o contexto atual do acolhimento institucional de crianças e adolescentes: entre o “risco” e a “proteção”	38
1.2.3 Adolescentes acolhidos: sobre os vínculos e subjetivações.....	46
1.2.4 Sobre o contexto infracional: a criminalização da adolescência pobre.....	52
1.3 Interseções entre rua, família e instituição.....	63
2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	
2.1 Sobre o desenvolvimento na adolescência: uma breve reflexão histórica.....	73
2.2 Desenvolvimento e inserção sociocultural da adolescência: perspectiva da Rede de Significações – <i>REDESIG</i>	79
2.3 Contribuições construcionistas.....	83
2.4 A psicologia cultural de Jerome Bruner: a produção de significados nas narrativas.....	87
3. METODOLOGIA.....	94
3.1 Sobre as entrevistas narrativas.....	95

3.2 Sobre os procedimentos metodológicos.....	97
3.2.1 Seleção dos participantes.....	97
3.2.2 Instrumentos e condução da pesquisa.....	98
3.2.3 Procedimentos de análise.....	99
3.2.4 Sobre os (des) caminhos da inserção da pesquisadora no campo.....	100
3.2.5 Aproximações realizadas nas instituições de acolhimento.....	102
3.2.5.1 Casa de Acolhida Provisória Novos Rumos.....	102
3.2.5.2 Casa de Acolhida Provisória Raio de Luz.....	104
 4. ANÁLISE DAS NARRATIVAS – Significados e vínculos	
4.1 Sentidos de família.....	106
4.1.1 Davi: “a rua como extensão da casa”.....	106
4.1.2 Fernando: “... e começou a falar sem parar”.....	111
4.1.3 Alberto: “a fragilidade dos laços familiares”.....	115
4.1.4 Dulce: “narrar é... um recurso para o não esquecimento”.....	119
4.1.5 Sofia: “a fluidez como configuração familiar”.....	124
4.2 Sentidos de Instituição.....	136
4.2.1 Davi: “[...] um abrigo prá mudar de vida”.....	137
4.2.2 Fernando: “violência institucional em foco”.....	145
4.2.3 Alberto: “[...] quando eu sair (do abrigo) vou ser Alberto de novo”.....	156
4.2.4 Dulce: “[...] o bom é que ajuda a gente, dá o maior apoio (abrigo).....	162
4.2.5 Sofia: “quem cuida de mim sou eu – redesenhando a própria trajetória de vida”.....	170
4.3 Sentidos de rua.....	182
4.3.1 Davi: “[...] é morador de rua? Dançou. Quando a rua ficava ‘feia’, voltava prá casa”.....	182
4.3.2 Fernando: “[...] na rua tudo é insulto”.....	187
4.3.3 Alberto: “liberdade, mulher e drogas – a vida ‘loka’ das ruas”.....	194
4.3.4 Dulce: “a solidão das ruas”.....	198
4.3.5 Sofia: “a rua não presta [...] eu sempre voltava pra casa”.....	201
 5. SÍNTESE DAS ANÁLISES.....	203
5.1 Sentidos e vinculações com o contexto familiar.....	204
5.2 Sentidos e vinculações com o contexto das instituições de acolhimento.....	208
5.3 Sentidos e vinculações com o contexto da rua.....	212
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS.....	219

Anexo A – Carta de Anuência Institucional

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (dirigentes das instituições de acolhimento)

Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (adolescentes)

Anexo D – Roteiro das entrevistas

INTRODUÇÃO

No presente estudo, buscou-se investigar os significados/sentidos construídos nas narrativas de adolescentes em situação de acolhimento institucional nas passagens pelos contextos da família, das instituições de acolhimento e da rua. Entende-se que esses aspectos são importantes na construção de subjetividades que (re) criam o processo desenvolvimental.

O interesse por essa problemática remonta à trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, que se aproxima das questões da adolescência desde a graduação no curso de Serviço Social, na Universidade Federal de Pernambuco. Em um trabalho monográfico, buscou identificar as condições do atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação¹. A partir de 2001, com a inserção na equipe interprofissional do Núcleo de Orientação e Fiscalização de Entidades – NOFE², vinculado à 1ª Vara de Infância e Juventude da Capital, as experiências desenvolvidas no acompanhamento da medida protetiva de acolhimento institucional de crianças e adolescentes³ pelos abrigos do Recife vêm permitindo um aprofundamento dos diferentes aspectos que compõem o universo de tais sujeitos e das práticas profissionais a eles destinadas.

Situando o contexto do qual emergem as inquietações da pesquisadora e o desejo de investigar o objeto desta pesquisa, observa-se, por um lado, que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA recomenda o acolhimento institucional como último recurso protetivo a ser acionado para crianças e adolescentes com direitos violados, por implicar seu afastamento dos respectivos contextos familiares.

1. A internação em unidades educacionais constitui-se uma das medidas socioeducativas previstas aplicáveis no caso da verificação da prática infracional de adolescentes (Art. 112 do ECA, 1990).

2. O NOFE (Núcleo de Orientação e de Fiscalização de Entidades), criado através da portaria 001/2000, é um núcleo especializado na orientação e na fiscalização de entidades de acolhimento da comarca do Recife, vinculado à 1ª Vara da Infância e da Juventude servindo de referência para o estado de Pernambuco como também para tribunais de outros estados (Relatório NOFE – ano 2011). De acordo com o art. 95 do Cap. II do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades de acolhimento institucionais serão fiscalizadas pelo Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares. (ECA), Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1993.

3. A medida protetiva de acolhimento institucional será abordada no cap. II deste estudo.

À despeito, contudo, de tais recomendações, o encaminhamento da referida população aos abrigos permanece como uma prática recorrente na política de atendimento, refletindo a insuficiência de recursos oferecidos pela rede socioassistencial e a precariedade de fatores socioeconômicos aos quais as famílias dos mesmos estão expostas. Como parte dessa rede, as instituições de acolhimento também expressam tal precariedade e, embora se considerem avanços importantes construídos após a promulgação do ECA na orientação de tais serviços, as entidades encontram dificuldades para alcançarem o objetivo central de sua missão: a restauração da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos.

No descompasso entre as prerrogativas legais de reinserção e as condições concretas para a sua realização, o acolhimento institucional vem se constituindo como contexto de desenvolvimento para um número expressivo de crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar. Na perspectiva de reforçar alguns princípios da responsabilidade estatal na esfera protetiva, a Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009, inscreve-se no esforço de garantir a convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional através de um conjunto de mudanças incorporadas ao ECA. Tais modificações exigem o compromisso de gestores públicos locais com a solução dos problemas enfrentados na política de atendimento a tal população, que não pode dispor apenas das decisões judiciais, mas, sobretudo, contar com a organização de serviços que viabilizem a efetivação dos direitos previstos.

A partir das alterações introduzidas pela referida Lei, o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar passa a ser de competência exclusiva da autoridade judiciária – na perspectiva de evitar encaminhamentos arbitrários – com a instauração de processo de acolhimento institucional – ACI, que permite o exercício da defesa por parte das famílias. Às instituições é dado o prazo máximo de dois anos para que promovam a reinserção familiar e comunitária ou ainda indiquem alternativas para a situação dos acolhidos, avaliada a cada seis meses pelo Ministério Público a partir dos relatórios encaminhados pelas instituições de acolhimento, informando sobre a evolução de cada caso.

Nesse sentido, o controle judicial emprestado à esfera do acolhimento institucional amplia as demandas da equipe interprofissional do judiciário com a apreciação técnica para cada solicitação de acolhimento/desligamento/transfêrencia de crianças e adolescentes e a manutenção de cadastro atualizado com informações sobre as providências adotadas pelos abrigos para a reinserção familiar/comunitária de tais sujeitos. Considerando que, para cada acolhimento/desligamento, é dado o prazo de 24 horas para a comunicação ao judiciário, as

entradas constantes dos adolescentes nos espaços de acolhimento, e as recorrentes saídas deles ganham visibilidade e indicam um fluxo a ser investigado.

Ilustrando essa questão, somente no ano de 2011⁴, dos 747 acolhimentos realizados na cidade do Recife, 51% apresentaram a situação de rua como motivo principal e, desse contingente, cerca de 80% são adolescentes. Quanto aos 797 desligamentos, 50%, dentre os quais os adolescentes correspondem a 90%, ocorreram por evasão. Nesse sentido, as chamadas “evasões” vêm se constituindo como os principais motivos de desligamento de adolescentes, que circulam por diferentes contextos e retornam às instituições, provocando “novos acolhimentos”. Esse movimento sinaliza a fragilidade do atendimento e reclama um debruçar sobre a questão.

Observa-se ainda que tais evasões adquirem centralidade nos discursos institucionais como uma questão que dificulta o alcance dos objetivos pretendidos e se inscrevem numa arena de tensões marcada pelo confronto entre as prescrições normativas das instituições de acolhimento (uniformização de condutas e procedimentos) e a integração de demandas singulares de cada adolescente. Além disso, há a precariedade de informações nos registros institucionais desses adolescentes sobre suas trajetórias, identificados, de um modo geral, a partir das situações que geraram os acolhimentos (violência intrafamiliar, negligência, situação de rua, entre outras) e/ou das transgressões que marcam os percursos deles junto às instituições de acolhimento, com prejuízo de dados significativos sobre potencialidades/recursos a serem acionados no sentido da superação de suas dificuldades.

Entende-se que tal realidade reflete a insuficiência de investimentos por parte da política de atendimento e um distanciamento do universo simbólico de tais indivíduos, “representados” legalmente por instituições que demonstram dificuldades em incluir na agenda delas as singularidades dos adolescentes construídas nas diferentes vivências e cujo reconhecimento poderia fazer a diferença para uma proposta de trabalho mais pertinente.

Diante desse quadro, algumas questões foram delineadas: Como contribuir na construção de um espaço de compartilhamento, em que os processos de desenvolvimento dos adolescentes possam ser revistos como requisitos indispensáveis para o reconhecimento de tais sujeitos em suas potencialidades, necessidades e limites? Como orientar tal atendimento na perspectiva da construção de uma cultura que reconheça e valorize as diversas formas de ser adolescente? Devido a esses questionamentos, a necessidade de um aprofundamento teórico que iluminasse tal cenário se fez importante, o que justifica o ingresso da pesquisadora, como

⁴ Fonte: Relatório anual do Núcleo de Orientação e Fiscalização de Entidades –NOFE – ano 2011.

aluna especial, na disciplina Família e Contextos de Desenvolvimento, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, no ano de 2009. Tal experiência reiterou o desejo da construção do presente estudo, que pretende contribuir na discussão desse tema, focalizando as vozes e as experiências dos adolescentes e considerando os significados e posicionamentos produzidos nos diferentes contextos de desenvolvimento por onde circulam.

A relevância da presente pesquisa pauta-se, então, na compreensão de que o acolhimento institucional de crianças e adolescentes vêm ganhando visibilidade na agenda das políticas públicas e fomentando importantes espaços de discussão acerca de tais ordenamentos que elegem o convívio familiar e comunitário como centrais no esforço de romper com uma cultura histórica de institucionalização da população infanto-juvenil pobre⁵. Além disso, os estudos que versam sobre as experiências de acolhimento institucional na perspectiva dos próprios adolescentes ainda representa um tema escasso na literatura, exigindo um aprofundamento desse debate com foco nos diferentes níveis de desenvolvimento construídos na complexidade das interações humanas que se expressam através de limites e possibilidades para aqueles que as vivenciam.

Para além de concepções e discursos normativos que (re) constroem, historicamente, subjetividades, o interesse desta pesquisa é o de ampliar a compreensão sobre os diferentes modos de experienciar a adolescência, cujas aprendizagens legitimam suas vinculações com/ nos respectivos espaços desenvolvimentais.

O presente estudo compreende o desenvolvimento humano como processo que se dá “[...] durante todo o ciclo vital, nas e por meio das múltiplas interações estabelecidas pelas pessoas em contextos social e culturalmente organizados.” (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2002, p. 23).

Essa perspectiva filia-se às referências teórico-metodológicas da Rede de Significações – *Redsig* na abordagem do desenvolvimento historicamente contextualizado e pautado na complexidade das interações humanas (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004); à Psicologia Cultural, tal como formalizada por Jerome Bruner, cuja relação entre cultura e desenvolvimento propõe o interesse nos significados produzidos pelos sujeitos com o auxílio dos sistemas simbólicos da cultura (BRUNER, 1997); e às contribuições do Construcionismo Social, que compreende as interações sociais como campo

⁵ A categoria “pobreza” é abordada nesse estudo como construção sócio-histórica e culturalmente determinada, expressando as condições de vida de populações que vivenciam limites no acesso sustentável aos bens e recursos produzidos socialmente (YAZBEK, 2003), bem como os significados através dos quais vem sendo pensada e (re) produzida com implicações para a construção de identidades “negativas”. (SARTI, 1996).

desenvolvimental e a linguagem como uma prática social e fenômeno sociolinguístico. (GERGEN, 1993; BAKHTIN, 1992).

Nesse sentido, as interações são compreendidas como o campo das atividades humanas no qual as subjetividades são construídas discursivamente através das relações dialógicas empreendidas pelos sujeitos ao longo dos processos de desenvolvimento e em contextos socioculturais específicos (LOPES DE OLIVEIRA, 2007). Entende-se que as escolhas teórico-metodológicas que enfatizam a importância dos contextos interativos e da linguagem como aspectos centrais nos processos de desenvolvimento permitem a aproximação aos significados e sentidos produzidos pelos adolescentes nas narrativas que constroem sobre si mesmos e sobre a realidade social na qual se inserem.

No que diz respeito à institucionalização de crianças e adolescentes, sabe-se que a questão remete às formas específicas de nossa constituição histórica, caracterizada por condições desiguais de inserção social atualizadas de modo acelerado na contemporaneidade. Tais condições vêm sendo organizadas, historicamente, em torno do papel do Estado, através das políticas públicas como um modo de governabilidade que reflete um determinado olhar sobre a pobreza, expondo as classes populares à própria sorte. Desprovidas dos recursos mínimos de subsistência, as famílias pobres tornam-se agentes da organização e planejamento do seu cotidiano (SPINK, 2000).

Historicamente, a insuficiência de recursos das famílias se constitui como um dos principais fatores que justificam o acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Questões como abandono, negligência, maus tratos ou quaisquer ameaças ou violações são consideradas como situações de risco e como expressão do fracasso das famílias no exercício das funções parentais.

Não desconsiderando que as situações de violência familiar constituem-se eventos desenvolvimentais negativos para crianças e adolescentes, compreende-se que a busca por um determinado modelo de família – notadamente aquela de contornos nucleares – configurada como padrão em torno do qual as práticas profissionais se organizam, desqualifica outros modos de organização familiar (NEDER, 1994).

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelos abrigos acerca de estratégias que viabilizem a superação dos eventos os quais resultaram no acolhimento institucional necessita envolver a compreensão das diferentes configurações familiares às quais tais sujeitos se vinculam e dos recursos materiais e simbólicos presentes no desenvolvimento de seus ciclos de vida. Desse modo, Sarti (2003) aponta que o trabalho com famílias exige a abertura para uma

escuta, a fim de identificar, não apenas os pontos de vulnerabilidade, mas os recursos disponíveis em cada contexto.

A Constituição Federal de 1988 redirecionou os caminhos dos direitos das crianças e adolescentes, os quais, desde 1927, vinham sendo regidos pelo Código de Menores, fundado na doutrina da situação irregular. A nova Constituição, em seu artigo 227, trouxe o paradigma da Doutrina da Proteção Integral, reconhecendo-os como sujeitos de direito e em peculiar condição de desenvolvimento. Nesse contexto, o ECA, em 1990, estabeleceu uma ampla gama de direitos, dentre eles o da convivência familiar e comunitária, tendo na família, na sociedade e no Estado o respaldo para a sua efetividade (MARTINS, 2005).

Segundo tal legislação, as medidas protetivas previstas devem ser aplicadas às crianças e adolescentes, em razão da omissão da sociedade e do Estado, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, ou ainda em razão da própria conduta da criança ou do adolescente. Desse modo, as instituições de acolhimento passam a se responsabilizar por essa população, com atendimento organizado para garantir a excepcionalidade e provisoriedade na aplicação dessa medida.

Diante das novas exigências jurídicas inscritas e do descompasso verificado entre tais prescrições e os resultados observados na prática, as discussões sobre as ações desenvolvidas pelas instituições de acolhimento são atualizadas. É exatamente sobre esse campo de tensões historicamente situado que a desventura do trabalho institucional com os adolescentes eclode.

Afastados legalmente do convívio familiar, os adolescentes para os quais os recursos materiais, relacionais e simbólicos disponibilizados socialmente resultaram insuficientes para vinculações/inserções positivadas transitam entre diferentes contextos, com destaque para a rua. Sabe-se que a presença de crianças e adolescentes nas ruas não representa um fenômeno recente, pois há registros que remetem, pelo menos, ao século XIX, quando despertavam a atenção por se encontrarem “física e moralmente abandonadas nos espaços públicos” (RIZZINI, 2003, p. 34), por famílias consideradas “desequilibradas/desorganizadas”, sendo reconhecidos por diferentes categorias – carentes, abandonados, menores, delinquentes - que caracterizavam a “situação irregular” prevista pelo Código de Menores (RIZZINI, 1997).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), cerca de 100 milhões de pessoas no mundo inteiro buscam as ruas como principal espaço de sobrevivência por questões relacionadas à pobreza. Estima-se que 75% desse contingente é constituído por crianças e adolescentes. Apesar da importância de tais números, Koller e Hutz (1996) identificam o baixo investimento em pesquisas relativas ao desenvolvimento de tal população,

o que sugere um desconhecimento das implicações de tais vivências para a população infanto-juvenil.

Considerando o fato de não existir uma definição clara sobre crianças e adolescentes nas ruas, uma vez que a inserção nesse universo pode abranger diferentes experiências, com intensidade, tempo e relações familiares distintas, as pesquisas realizadas sobre tal população podem apresentar divergências. (BANDEIRA; KOLLER; HUTZ; FOSTER, 1994; KOLLER; HUTZ, 1996). Nesse sentido, Koller e Hutz propõem a categoria “situação de rua” no esforço de abranger crianças e adolescentes para os quais o referido contexto representa um território de sobrevivência, onde constroem vínculos sociais e afetivos com implicações identitárias.

Como hipótese, infere-se que as dificuldades de se incluírem nos atendimentos os sentidos produzidos e disseminados nos diferentes contextos de desenvolvimento onde tais adolescentes se inserem, incluindo a rua, a família e as próprias instituições de acolhimento, reduzem as possibilidades de intervenções pertinentes, uma vez que os mesmos se constituem a partir da produção de sentidos construídos em suas diferentes interações como ferramentas no processamento de suas relações com o mundo (BRUNER, 2001). Nessa perspectiva, desconsiderar/desqualificar os aprendizados e os vínculos que os adolescentes constroem nas trajetórias deles fragiliza possibilidades da constituição de suportes importantes que viabilizem vinculações saudáveis.

Compreende-se que o trabalho educativo com sujeitos cujas referências afetivas foram enfraquecidas ou rompidas é tarefa que exige a constituição de um suporte permanente, (CARVALHO, 2006), em que a escuta e o compartilhamento das experiências viabilizem a compreensão de singularidades e a ressignificação de vivências. Para tanto, é imprescindível a escuta desses adolescentes sobre seus interesses, sobre o que fazem, o que pensam sobre o que fazem, como vivenciam essas experiências, como se apropriam de diferentes contextos, quais os sentidos de existência, de mundo, de família, de compartilhamentos produzidos em suas vivências, que se entrecruzam sugerindo uma integração de mundos com valores aparentemente distintos.

Com efeito, a diversidade identificada nas trajetórias de vida dos adolescentes em situação de acolhimento institucional traz a necessidade de problematização de tais contextos de desenvolvimento em relação com outros que lhes fazem contraponto ou que os complementam, como a família e a rua. Considera-se que o processo de desenvolvimento não corresponde a um percurso linear e previsível, mas se constitui a partir das contradições que emergem nas diferentes formas de inserção social disponíveis.

Para compreender o processo de produção de sentidos/ significados de adolescentes em suas passagens pelos contextos da família, das instituições de acolhimento e da rua, o presente estudo buscou analisar os sentidos produzidos pelos adolescentes sobre família; acerca do contexto de acolhimento institucional, investigando os movimentos de vinculação e desvinculação; e sobre suas vivências na rua em interface com as instituições familiar e de acolhimento. Através das narrativas construídas, buscou-se fazer emergir eventos que possibilitem a construção de novos sentidos para as experiências circunscritas institucionalmente, cujas prescrições vêm lhes atribuindo lugares e silenciando suas vozes.

O presente estudo organiza-se em quatro capítulos. No primeiro buscaram-se trazer os referenciais teóricos que constituem a problemática em questão, tais como: os aspectos históricos e culturais que contribuem para a compreensão da família como espaço privilegiado de sociabilidades e as implicações para o acolhimento institucional da população infanto-juvenil; considerações históricas sobre o acolhimento institucional, com ênfase nas diferentes abordagens que caracterizam o atendimento e circunscrevem subjetividades e trajetórias para os adolescentes.

O segundo capítulo trata da abordagem teórico-metodológica, em que a adolescência é compreendida como construção histórica, cuja complexidade suscita a possibilidade de múltiplas experiências. Neste sentido, introduzem-se alguns pressupostos do Construcionismo Social, da Rede de Significações (*REDESIG*) e da Psicologia Cultural, que contribuem para a compreensão de tais vivências, com foco nas práticas discursivas dos sujeitos como instrumentos na construção de realidades.

No alinhamento às escolhas teóricas que enfatizam a linguagem em uso, o terceiro capítulo apresenta as entrevistas narrativas como recurso metodológico na aproximação dos significados construídos pelos adolescentes, e os procedimentos de análise adotados para a realização da pesquisa, incluindo considerações sobre a inserção da pesquisadora no campo.

De acordo com o objetivo central deste estudo, o capítulo final apresenta a análise das narrativas como um esforço de sistematização dos significados construídos nos/sobre os contextos desenvolvimentais vivenciados (família, instituições e rua), e que emergiram nas inter-relações com a pesquisadora ao longo do processo de investigação. Em seguida, elaborase uma síntese dos significados produzidos, buscando as semelhanças como referências a circunscritores importantes na constituição de trajetórias coletivas; e as singularidades que expressam os diferentes modos dos adolescentes vivenciarem suas experiências. As considerações finais apresentam uma reflexão acerca de alguns aspectos que adquiriram centralidade no presente estudo.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Reconhecendo a complexidade do objeto de estudo ora proposto e o entrecruzamento de múltiplos fatores que o circunscrevem, alguns pontos serão destacados como relevantes para a orientação desta pesquisa. Dentre esses pontos, estão os aspectos históricos que contribuem para a compreensão do grupo familiar como espaço de sociabilidades e objeto de diferentes leituras com implicações para o acolhimento de crianças e adolescentes.

O enfoque nos processos de institucionalização historicamente situados da população infanto-juvenil busca configurar um cenário cuja trama envolve o papel do Estado como mediador das condições sociais e econômicas das camadas populares excluídas e como principal agência de regulação das famílias pobres, notadamente no que diz respeito às diferentes políticas destinadas a crianças e adolescentes, com foco na medida de acolhimento institucional. Trata-se de identificar aspectos sociais, políticos e ideológicos relacionados ao processo de institucionalização, cujas implicações repercutem na constituição de subjetividades dos adolescentes e atuam como circunscritores para as diferentes experiências desenvolvimentais. Tais experiências serão abordadas a partir das vinculações e significados construídos pelos adolescentes no cruzamento entre os contextos da família, das instituições de acolhimento e da rua.

1.1 Sobre famílias

Diante da multiplicidade de aspectos que envolvem a constituição e dinâmica das configurações familiares como objeto de diferentes leituras históricas e suas relações construídas no campo multidisciplinar, busca-se situá-las como espaços de sociabilidades e circunscritores de subjetividades, a partir de alguns elementos históricos que problematizem o caráter de “naturalização” que lhes é emprestado culturalmente. Nesse sentido, busca-se compreender a família como um processo social em permanente construção e mudança, com destaque para os novos “arranjos” e “composições” que desmistificam os (pré) conceitos estabelecidos ao longo da história (SARTI, 2004).

Considerada como contexto de desenvolvimento humano, a família tem sido estudada como uma instituição complexa e diversificada (BASTOS; ALCÂNTARA; FERREIRA-SANTOS, 2004); uma construção social, cujas configurações e dinâmicas transformam-se continuamente. Enquanto lugar de reconhecimento, aprendizagem e

significados para a vida em sociedade, essa instituição inscreve-se na dialética das continuidades e rupturas que caracterizam a constituição de seus vínculos, não se definindo, *a priori*, por laços de consanguinidade, mas por vinculações que dão sentido às relações.

Ao longo da história, a família vem passando por mudanças significativas que implicam diferentes constituições/configurações/dinâmicas decorrentes notadamente, de transformações econômicas e as respectivas formas de enfrentamento, sobretudo a partir da Revolução Industrial e, mais recentemente, dos avanços tecnológicos.

Tal abordagem se constrói numa oposição a concepções de família, ainda recorrentes nas ciências sociais e humanas, como um grupo natural, entidade essencialmente privada e estruturada em torno de papéis e funções inspirados numa unidade de reprodução biológica (pai, mãe e filhos), e organizada em torno da consanguinidade e filiação (SARTI, 2004). A partir de tal concepção, as relações se limitam apenas aos seus aspectos relacionais internos, dissociados de outras esferas sociais com as quais negociam e que influenciam as diferentes experiências vivenciadas ao longo dos seus ciclos de vida⁶.

Historicamente, a “naturalização” da família remonta ao advento da Modernidade, com a construção de um grupo forjado em torno da divisão de papéis sexuais, da conjugação de autoridade e amor romântico, e da inscrição de um espaço de intimidade doméstica destinada, sobretudo, ao cuidado com as crianças: a família nuclear burguesa monogâmica e patriarcal (SZYMANSKI, 1997), sustentada nas funções afetivas do casamento, domesticidade e amor maternal como corolário de vivências privadas.

Os elementos constitutivos desse modelo de família atuam com força simbólica importante na cultura vigente e propõem normas e valores que estruturam tais relações, à revelia das contradições e conflitos inscritos nas relações de poder presentes e dos diferentes recursos internos negociados com o contexto social mais amplo. Nessa composição, a assimetria das relações entre os sexos e gerações atua no sentido de promover um modelo de “funcionalidade”. Contudo, Poster (1979) argumenta sobre uma variabilidade das construções de família no interior de cada classe e em contextos históricos específicos, no sentido de que não existe uma linearidade entre a Modernidade e a inscrição da família nuclear.

Considerando que as construções familiares variam de acordo com as práticas histórico-culturais inscritas em contextos específicos, segundo Ariès (1981) tais vivências, na Idade Média, eram essencialmente públicas, representadas por grupos extensos que abrigavam

⁶ Considera-se no presente estudo, o desenvolvimento psicológico como transformações que ocorrem ao longo de toda a vida do sujeito e relacionado a um conjunto complexo de fatores histórico-culturais. (OLIVEIRA, 2004).

diferentes parentes, amigos e criados numa mesma casa, onde não havia privacidade ou intimidade. A linhagem se constituía como elemento central da vida familiar para a conservação dos bens, justificando os casamentos como fatos políticos e não necessariamente motivado por sentimentos, e as relações privadas eram subsumidas nas sociabilidades comunitárias que atuavam como o centro das trocas afetivas e fonte de transmissão de valores e conhecimentos. A socialização das crianças, também não era prerrogativa das famílias, e a educação delas se confundia com as atividades realizadas junto à comunidade através da circulação em diferentes contextos, num reforço aos vínculos de pertencimento comunitários.

Na perspectiva de família como uma espécie de unidade de produção social da vida cotidiana que vincula o individual ao social, torna-se pertinente afirmar que a mesma se configura como espaço privilegiado que traduz as formas pelas quais a sociedade se organiza e funciona. Nesse sentido, como prenúncio da era capitalista, as redes de solidariedade e proteção das famílias extensas que marcam os vínculos sociais na Idade Média sofrem um declínio com o advento da propriedade privada e da Revolução Industrial.

Segundo Ariès (1981), no período que antecede a industrialização, as famílias extensas – homens, mulheres e crianças – desenvolviam suas atividades laborais de modo conjunto, na casa ou no campo, não havendo uma separação rigorosa entre as esferas pública e privada. Organizadas como unidades econômicas, as famílias produziam bens e serviços para o próprio consumo/sustento, o que exigia um grande número de pessoas envolvidas no processo de produção e justificava a permanência de familiares e parentes no espaço onde as atividades eram desenvolvidas.

Com o processo de industrialização, camponeses e integrantes das camadas sociais mais baixas irão compor a família da classe trabalhadora em meio a profundas transformações que envolvem as atividades produtivas e as vivências familiares e, apesar da existência dos laços comunitários tradicionais, aos poucos vão incorporando os valores burgueses. Nesse sentido, as funções econômicas da família sofrem uma mudança significativa que irá contribuir com o projeto da família nuclear: a separação das unidades doméstica e de produção, promovendo também a redistribuição dos seus membros e forjando novas dinâmicas e responsabilidades. Ao homem foi destinado o exercício do trabalho produtivo e remunerado e à mulher a reprodução da força de trabalho na esfera do lar e sem remuneração, o que limitou a função econômica familiar, agora reduzida a uma unidade de rendimentos e de consumo por excelência, considerando-se que a produção dos bens passa a ser realizada no mercado e nas fábricas (BRUSCHINI, 2000).

Além de constituir-se como unidade de rendimentos, a família nuclear amplia o seu rol de funções agregando a socialização dos filhos na transmissão de valores socioculturais no processo educativo, bem como a assistência dispensada a todos os seus membros no sentido da proteção física e emocional diante das adversidades enfrentadas nos ciclos de vida. Nesse contexto, a família nuclear se ergue como ideal a ser seguido e com forte influência para a concepção de família na atualidade (ÁLVARES; JOSÉ FILHO, 2008), constituída na rigidez da divisão de papéis e tarefas que atribuem ao homem a função de chefe provedor da esposa e da prole, cabendo à mulher os cuidados com o ambiente da casa e a educação dos filhos, com os quais mantém uma maior aproximação pela convivência cotidiana, e sendo reservado ao pai o distanciamento das questões domésticas. Na conjugação de tais elementos, a família da Modernidade se inscreve como esfera da intimidade, das funções afetivas e principal agente de socialização das crianças que passam a ocupar o centro das relações familiares.

1.1.2 A família brasileira pobre: eixo simbólico de socialização e identidade

As transformações verificadas no contexto das famílias ao longo do tempo questionam seus alicerces tradicionais e, no que diz respeito à organização das famílias no Brasil a discussão remonta ao *status* que adquiriu para o processo de colonização, configurando-se como “soma da tradição patriarcal portuguesa com a colonização agrária e escravista” (DEL PRIORE, 2005, p. 8), que resultou nos moldes do sistema patriarcal brasileiro, caracterizado por relações de dependência da autoridade paterna e de solidariedade entre os parentes (SAMARA, 1998).

De um modo geral, a formação pai-mãe-filhos compunha o núcleo de uma família extensa que incluía toda uma parentela, além de escravos, todos envolvidos por laços de dependência. Apesar de sua preponderância, coexistia com outros tipos de famílias, a exemplo daquelas formadas por índios, mães com filhos e pessoas viúvas. Segundo a autora havia ainda famílias formadas por escravos de uma mesma etnia, casais em que apenas um dos parceiros era escravo, além das que viviam nos quilombos.

Considerando-se a inter-relação entre as configurações familiares e os contextos sócio-históricos, vê-se que as famílias sofrerão importantes alterações a partir das mudanças políticas e econômicas, como a fundação da República, o fim do trabalho escravo e o advento da industrialização. As mudanças ocorridas a partir do século XIX forjaram as bases para uma hegemonização do modelo de família nuclear; modelo de inspiração européia, convertido em ideal de organização da vida doméstica e *locus* privilegiado na garantia da sobrevivência e

manutenção de seus membros (NEDER, 2002), à revelia da multiplicidade étnico-cultural que embasava a composição demográfica brasileira (NEDER, 2005).

Com o advento da industrialização e sob o discurso da modernização, o projeto republicano propõe a constituição de novas práticas de sociabilidade (NEDER, 2002) e de uma “nova família” sintonizada com os ideais vigentes, alterando profundamente as bases sobre as quais as famílias se organizavam. Nesse sentido, Silva (2011, p. 85) defende que

A transformação da sociedade tradicional, marcada pela polarização em torno da família nuclear e seu enclausuramento progressivo, fez com que as pessoas se retirassem da rede extensa de parentela para investirem no espaço privado do lar. As mulheres burguesas foram cooptadas a se dedicarem integralmente ao espaço doméstico e suas crianças passaram a completar sua formação com preceptoras, governantas, professores e escolas. Porém, as classes populares seguiram uma evolução diferente, caracterizada por casamentos entre pessoas muito jovens, pelo aumento das uniões consensuais, frequentemente instáveis, pelo número elevado de bastardos e crianças na vias públicas.

A despeito das questões de ordem econômica, produtora direta da condição de vulnerabilidade dos grupos familiares pobres, a responsabilidade pelo abandono e perambular frequente de crianças e adolescentes nos centros urbanos era atribuída às famílias, tidas como carentes de “princípios civilizatórios” e um empecilho ao projeto nacional de modernização. Essas famílias eram consideradas incapazes de exercerem as funções parentais, o que as caracterizava como “irregulares” (NEDER, 2005). O projeto de modernização, alicerçado em ideais positivistas, desconsiderou as especificidades étnico-culturais da população, constituída, além dos brancos, por uma massa de ex-escravos e miscigenados de origem africana e indígena, considerada como “raça inferior”, “vadios”, sem instrução e em nítida desvantagem em relação aos imigrantes na disputa por trabalho na ordem capitalista emergente.

A essa população, excluída em decorrência de uma suposta inferioridade, foi negado o acesso a terra, com o argumento de não estar “apta” para desenvolver tais atividades, e à educação. Restaram-lhes as ações caritativas organizadas pela Igreja Católica, cuja política esboçou as primeiras ações de assistência social às famílias pobres, tidas como “perigosas” e julgadas moralmente como responsáveis pela própria condição de pobreza e pelo “infortúnio” provocado pela “ociosidade”. Essas ações assistenciais tinham como base uma concepção de “família-padrão, higienizada e patriarcal, com presença marcante do moralismo e do controle sexual típicos dessa matriz ideológica” (NEDER, 2002, p. 3).

Levando-se em conta a passagem de um modelo baseado na produção doméstica para um sistema fabril, o processo de industrialização vai significar para parte da população, o percurso para a modernidade, sobretudo na expansão das fábricas têxteis, onde o trabalho

feminino desqualificado e submetido ao mando masculino é elemento marcante e expressa uma transposição das sociabilidades vivenciadas no interior das famílias. Assim, as fábricas vão regulamentar as relações entre homens e mulheres segundo os interesses sociais para a “disciplina industrial”, acentuando a divisão dos papéis, tarefas e espaços (PERROT, 1988), e modificando, principalmente, o modo de as famílias exercerem os cuidados com os filhos.

Para as mulheres das famílias urbanas pobres, torna-se cada vez mais improvável o cuidado com a prole. A saída dela do espaço doméstico para ser utilizada como mão-de-obra barata nas fábricas, muitas vezes com os filhos, representava uma força de trabalho significativa, notadamente, nas indústrias têxteis (FONSECA, 2008). Às crianças que não eram “aproveitadas” nas fábricas restava a colocação em outros lares, onde geralmente eram aproveitadas nos serviços domésticos, ou a entrega a instituições, ou ainda o “perambular” pelas ruas como forma de garantir a própria sobrevivência. (FONSECA, 2008; NEDER, 2005).

Diante desse contexto, pode-se inferir que os ideais postulados pela ordem burguesa no que diz respeito à composição e ao funcionamento da família nuclear constituem-se como improváveis para a trajetória das classes populares, considerando-se, sobretudo, que tais grupos apresentam condições desfavoráveis para o exercício dos papéis correspondentes ao referido modelo. O afastamento da mulher do espaço doméstico e da educação dos filhos, na busca de trabalho para prover a subsistência do grupo familiar adquire centralidade nesse contexto na medida em que repercute nas contradições da ordem social e protagoniza mudanças importantes no curso histórico das famílias (FONSECA, 2008).

Segundo Sarti (2005), a literatura sobre as famílias pobres no Brasil confirma a influência das condições socioeconômicas no processo de estabilidade familiar, no que diz respeito às continuidades e rupturas identificadas em seu ciclo de vida. Contudo, compreende-se que a condição de pobreza envolve múltiplas dimensões, como as referências simbólicas significativas construídas por tais indivíduos, a partir das quais organizam e ordenam suas vidas, qualificando sua existência. Tal ordem simbólica corresponde a um conjunto de práticas concretas que articulam sentidos, valores e obrigações sociais, circunscrevendo uma “ordem moral” (SARTI, 2004).

Com efeito, a formulação da política de atendimento às famílias pobres e as práticas decorrentes privilegiam a categoria familiar como elemento central do trabalho institucional, contudo apresentam dificuldades de romper com modelos idealizados acerca de tal referência, que passa ao largo das diferentes inserções e recursos disponibilizados para as famílias numa sociedade de classes. Segundo Sarti (2003), as possíveis definições sobre famílias não podem

se antecipar a sua própria realidade, pois requerem a reflexão sobre os modos de sua construção histórica, culturalmente situada.

Para além dos aspectos nucleares, entende-se que as famílias pobres se configuram em redes, caracterizadas por laços de solidariedade que constituem um sistema de obrigações morais em torno do qual a noção de família se constrói e adquire sentido, viabilizando sua existência (SARTI, 2005) e ressignificando, de modo singular, o mundo social em que se insere. Como hipótese, infere-se ainda que os esforços mobilizados pelas famílias pobres no sentido de corresponderem aos modelos socialmente hegemônicos atuam como circunscritores que introduzem tensões e justificam rupturas em seus ciclos de vida, fragilizando a rede de relações.

Segundo a autora, a “ordem” que preside as dinâmicas das famílias pobres conjuga elementos hierárquicos: (a) de gênero, atribuindo ao homem um lugar de autoridade moral; (b) de geração, subordinando as crianças aos adultos e estabelecendo a diferença entre casa, cuja chefia é da mulher, e família, chefiada pelo homem, como mediador do grupo com o mundo externo e responsável pela respeitabilidade familiar. No universo simbólico de tais famílias, o trabalho se constitui como elemento de socialização, em que o “dar/receber/retribuir” é regra básica e sustenta a rede de solidariedade que viabiliza a existência delas como pobres urbanos (SARTI, 2003). E a rede de obrigações familiares conta com o trabalho das crianças desde cedo, seja nas tarefas domésticas, como cuidar da casa ou dos irmãos, seja nas ruas, realizando biscates para complementar o orçamento do grupo.

A família, para os pobres associa-se àqueles em quem se pode confiar [...] Como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. (SARTI, 2005, p. 63).

Pode-se entender, então, que a família não se constitui apenas como espaço privado, mas desempenha um importante papel na estruturação da sociedade, com dinâmicas que mobilizam recursos econômicos, sociais e políticos através da rede familiar, e que sinaliza a precariedade das políticas públicas a ela destinadas. A dificuldade de acesso às diferentes políticas públicas - de saúde, educação, habitação, segurança, saneamento básico, entre outras, (MIOTO; CAMPOS, 2004) produz tensões no enfrentamento das adversidades em contextos desfavoráveis e em condições mínimas de sobrevivência, com repercussões para a constituição de vínculos e o exercício da proteção, e o desenvolvimento de seus membros. Segundo Sarti (2005, p. 33),

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu

modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo.

Nas últimas décadas, as famílias brasileiras vêm apresentando mudanças e se reconfigurando. Isso implica a necessidade de ser pensada para além de um modelo rígido e idealizado, notadamente, aquele de contornos tradicionais, constituído pelo casal e filhos. Tais mudanças refletem as transformações sociais mais amplas das quais as famílias fazem parte e com as quais se relacionam dialeticamente.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, o Brasil conta com mais de 60 milhões de arranjos familiares, sinal de que tais grupos vêm se reconfigurando. O quantitativo de núcleos familiares que acompanham o modelo tradicional (pai, mãe e filhos) representa menos da metade (47%) do total, enquanto as famílias compostas por apenas uma pessoa de referência (chefe de família), sem cônjuge e com filho(s) já somam 19,5%. Na última década, observa-se um aumento no número de mulheres que cuidam sozinhas dos filhos (de 17,1% para 17,4%), além da redução no tamanho das famílias (de 3,4% para 3,1%), do número de casais com filhos (de 55,0% para 47,0%) e o crescimento de famílias constituídas por casal sem filhos (de 13,3% para 17,0%).

Os dados demonstram ainda que houve um aumento no número de pessoas vivendo só. Dentre essas pessoas, 51% são mulheres e 41% correspondem a pessoas com mais de 60 anos (idosos). Vê-se também que o índice de casamento cai em relação às uniões consensuais e que há um declínio das taxas de fecundidade e aumento da esperança de vida ao nascer. É de 48,0% o percentual de famílias pobres (renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo) que vivem na região Nordeste e apresentam 28,8% da renda familiar advinda de programas assistenciais de transferência de renda, como o Bolsa-Família⁷.

O cenário sugerido pelas pesquisas expressa também mudanças importantes nos grupos familiares, cujas configurações se tornam cada vez mais heterogêneas, em que os chamados arranjos familiares refletem as diferentes possibilidades de vivência familiar e implicam o seu reconhecimento como dinâmicas concretas que variam continuamente e se articulam com o contexto social mais amplo. Dessa forma, compreende-se que a busca por um determinado modelo de família configurada como padrão desqualifica outros modos de

⁷ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País (BRASIL – MDS).

organização familiar, cuja pluralidade não pode ser compreendida como “desvios/desajustes/situações irregulares”. Para Miotto (2010, p. 03):

É preciso reconhecer na família comum um espaço complexo, que se constrói e reconstrói histórica e cotidianamente por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidados e de distribuição intensa de recursos.

No Brasil, as discussões sobre a família adquirem nova visibilidade no cenário das políticas públicas, pois é reconhecida como um importante agente privado de proteção social e localizada no centro do processo de reprodução social. Isso justifica uma diversidade de estudos e pesquisas (SOUSA; RIZZINI, 2001; CARVALHO, 2002; SARTI, 2003)

Não obstante os problemas enfrentados pelos grupos no exercício das funções protetivas aos seus membros, sobretudo em função do declínio do Estado na garantia de políticas públicas que os alcancem de modo efetivo, a família é compreendida como lugar de pertencimento, proteção e construção de subjetividades. Isso não significa dizer que as dinâmicas que envolvem seus membros se constituam sem ambiguidades ou conflitos, pois há tensões decorrentes das adversidades enfrentadas para a sua sobrevivência.

Sabe-se que a pobreza, enquanto fenômeno multidimensional e intrinsecamente vinculado à insuficiência das políticas públicas, ainda que não justifique, de *per si*, a situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, pode influenciar na ocorrência de eventos relacionados, como o desemprego, a monoparentalidade, a prole numerosa, a presença de doenças físicas e mentais, que, entre outros fatores, dificultam a tarefa do cuidado com os filhos com prejuízos para seu processo de desenvolvimento.

1.2 Considerações históricas sobre o acolhimento institucional de adolescentes

Para contribuir na compreensão da institucionalização da população infanto-juvenil no país, destacam-se considerações históricas sobre o papel do Estado mediador das condições sociais e econômicas das populações pauperizadas e como principal agência de regulação das famílias pobres, que vêm se constituindo como *locus* de sua intervenção, notadamente no que diz respeito às diferentes políticas destinadas a crianças e adolescentes, com foco na medida de acolhimento institucional. Interessa, então, a esta pesquisa identificar aspectos sociais, políticos e ideológicos relacionados a tal processo de institucionalização e marcam a trajetória de crianças e adolescentes até os dias atuais, sob a vigência do ECA.

No tocante à formação histórica da regulação estatal que, na Modernidade, representa o *locus* privilegiado de gestão dos conflitos sociais e econômicos da vida em sociedade, Abreu (1999) reflete sobre o surgimento do Estado brasileiro a partir de algumas especificidades. O autor identifica que, diferentemente de outros países, sobretudo dos europeus, onde o Estado surge como resultado de pactos entre as classes pela disputa do poder, no Brasil, tal instância é forjada por uma composição de forças constituída pelas oligarquias agrárias, a burocracia estatal e as forças armadas. Tal reflexão é valiosa por fornecer elementos que ajudam a compreender-se a natureza de tal regulação estatal, constituída sem a participação das classes populares e sem a universalização de direitos, em que a concentração de renda e de propriedade estrutura as relações de poder que caracterizam a dinâmica de nossas instituições.

Subordinadas aos diferentes cenários econômicos, as questões sociais foram tratadas no sentido de minimizar os efeitos dos impactos dos processos de acumulação do capital sobre as populações pobres. Dos anos 1930 aos 1960, a questão social agravada pelos impactos da industrialização sobre as classes trabalhadoras se configura como um problema do Estado (IAMAMMOTO, 2001), organizador das políticas sociais e da assistência.

A partir da transição do regime imperial para o republicano, o Brasil enfrenta uma série de mudanças socioeconômicas e políticas. Com o fim da escravatura, os escravos, apesar de “livres”, foram largados à própria sorte, sem moradia, saúde, educação para os filhos e acesso ao mercado de trabalho, não dispendo, pois, dos “meios materiais e morais para realizarem essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.” (FERNANDES, 1964, p. 3). A falta das condições necessárias ao exercício da liberdade e a uma classificação econômica e social pela integração à nova ordem, baseada no trabalho livre e assalariado, promove o aumento da quantidade de crianças e adolescentes em situação de miserabilidade, para cujas famílias resta apenas a incorporação gradual à escória do proletariado ou ao ócio dissimulado, com implicações para o abandono dos filhos.

No Brasil, a Roda dos Expostos se constitui numa prática que remonta ao período colonial e se estende por diversas cidades brasileiras até meados do século XX, configurando um recurso importante na proteção e amparo à infância abandonada. Instituídas pelas Santas Casas de Misericórdia, as crianças ali deixadas pela condição de pobreza das famílias ou ainda por serem filhos bastardos (RIZZINI; RIZZINNI, 2004) eram entregues a amas de leite que, mediante pagamento, ficavam responsáveis por cuidarem delas até que completassem três anos de idade, quando retornavam às instituições para que estas dessem continuidade à sua criação. Apesar da importância de tal recurso no cuidado das crianças abandonadas,

Rizzini e Rizzini (2004, p. 24) apontam que tais medidas comportavam também histórias de maus tratos e abuso dos cuidadores, além de taxas elevadas de mortalidade infantil. As autoras argumentam que a “criação das Rodas de Expostos evitou que bebês fossem abandonados nas ruas e nas portas das igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo, ou que não tinham condições de criá-lo”.

A complexidade dos problemas que emergem no cenário urbano desafiavam as formas de controle até então engendradas para darem conta do empobrecimento da população e da manutenção da ordem estabelecida. Assim, as intervenções na infância são tomadas como questão estratégica para o desenvolvimento do projeto civilizatório nacional: a transformação do país em nação culta, moderna e civilizada (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Concomitantemente ao trabalho desenvolvido pelas Santas Casas de Misericórdia, através da Roda dos Expostos, organizações filantrópicas vêm substituir as ações de natureza caritativa na criação de creches para as crianças “pobres e desvalidas”, associadas às ações públicas. As autoras destacam que a composição formada por Justiça e Assistência oferece a base organizacional da política destinada a crianças e adolescentes que vigorou nas três primeiras décadas do século XX no Brasil, ancorada num discurso de salvar tal população para transformar o país.

Entre ações de cunho assistencialista e judiciário, os primeiros decretos destinados ao público infante-juvenil são caracterizados pela distinção de classe, devido à qual os filhos das famílias abastadas eram vistos como “crianças”, enquanto os pobres trabalhadores fabris e os mendicantes eram designados como “menores”, responsáveis pela violência urbana que ameaçava a ordem pública. A ambivalência discursiva devido à qual se concebiam tais sujeitos em sua condição de vulnerabilidade, em perigo e, ao mesmo tempo como um risco para a preservação da ordem social, perigosos, segundo Rizzini (2004), destinava-se, não a todas as crianças, mas especificamente àquelas advindas das classes populares.

Com os “menores viciosos e desvalidos” e “moralmente abandonados” foram adotadas medidas “higiênicas” que tinham como objetivo retirar crianças e adolescentes das ruas e recolhê-los em instituições (RIZINI, 1995, p. 102). No dizer de Irma Rizzini (1993, p. 96) a categorização jurídica de crianças e adolescentes pobres como “menores” adquire os seguintes significados:

Menor não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos, conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral, e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca

instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas.

O discurso de “moralidade” das elites republicanas resulta, em 1916, na instituição do Código Civil, com o qual o Estado busca regulamentar as relações familiares, tendo como norte o ideal de família burguesa. Esse Código também se fundamenta em noções sobre infância e parentalidade, o que pode ser ilustrado com o art. 231, que atribui aos cônjuges a responsabilidade para com o sustento, guarda e educação dos filhos, além de prever ações punitivas àquelas famílias que não cumpram tais prerrogativas, com a suspensão do então denominado “pátrio poder”.

Na perspectiva da gestão da população pobre, o Estado impõe limites ao exercício do poder parental, atribuindo-lhe responsabilidades e sanções que consolidam uma nova categoria de filiação para crianças e adolescentes desprovidos de tais cuidados familiares: eles passam a ser considerados “filhos do Estado”. Consequentemente, a infância abandonada que perambula pelas ruas, mendiga ou pratica delitos é tratada a partir de ações assistenciais e repressivas que incidem na criação do Código de Menores, em 1927, cuja marca legal distingue a criança bem-nascida, destinatária das políticas de família e de educação para dirigir o país, e os “menores”, vistos como perigo para a sociedade e objeto de controle especial e educação elementar/profissionalizante para o trabalho (MARCÍLIO, 2000).

As intervenções junto a tais populações se constituem, sobretudo, como respostas às elites que cobravam do Estado um controle sobre as ameaças causadas pelos chamados “menores”, que perambulavam pelas ruas das grandes cidades, esmolando, praticando ações delituosas e pondo em risco a “ordem” necessária ao projeto burguês de sociedade. Essa cobrança decorre do fato de que as ações até então destinadas a tal população, de cunho caritativo e filantrópico, já não davam conta da questão social emergente. De acordo com Marcílio (1998, p. 218), “Para a correção preventiva dos meninos ‘viciosos’ pelo abandono ou pela má educação familiar – que formam uma classe perigosa voltada para o crime – seriam necessárias instituições especiais, além das de caridade [...] para essa obra *regeneradora*”.

Ao longo dos anos, a institucionalização de crianças e adolescentes, no Brasil, assumiu variadas concepções advindas dos diferentes papéis atribuídos às instituições do Estado. Em 1924, por influência da 1ª Declaração dos Direitos da Criança, de 1923, foi instituído no Brasil o Juízo Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes. Esse documento abordava a infância combinando os métodos juristas e higienistas, que marcaram as ações assistenciais caritativas e filantrópicas anteriores e se estendem mesmo na vigência do chamado Estado do Bem-Estar Social, no final da década de 1960.

Por conta disso, a infância e a juventude “abandonadas” e objeto de ações caritativas passam a ser alvo da tutela estatal e submetidas a legislações especiais, de cariz higienista, e transformam-se em foco da atenção judiciária a partir de uma distinção entre crianças e menores, não necessariamente por questões etárias, mas por razões de classe. O distanciamento dos valores familiares burgueses era tido como um princípio regulador que desqualificava as famílias pobres nos cuidados com os filhos

[...] cujos hábitos de vida seriam condenáveis, genética e moralmente. Nesse momento, começava a mutação da infância em perigo para a infância perigosa, ou seja, a associação entre a pobreza e a periculosidade, que tanto demandou a criação, a ampliação e a mutação dos dispositivos de controle estatal visando à ordenação, à homogeneização e à moralização dos pobres. (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2008).

De acordo com Rizzini (2004), o Brasil possui uma longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições onde o recolhimento e controle dessa população se constituem historicamente como principais instrumentos de assistência e marcam intervenções históricas distintas para as crianças e adolescentes pobres, inseridos socialmente como “perigosos” e estigmatizados na condição de “menores”.

Desse modo, a questão da delinquência adquire contornos de uma política nacional vinculada ao Ministério da Justiça, de lógica assistencial-paternalista, que recolhia menores às instituições. O Código de Menores de 1927, de caráter higienista, moralista e punitivo era destinado aos menores abandonados ou delinquentes, objetos de vigilância da autoridade pública, notadamente da figura do juiz, cujo poder instituído determinava o destino dos “menores”, marcando a trajetória de crianças e adolescentes num flagrante mecanismo de controle social da pobreza e atualizando ciclos perversos de institucionalização (BARISON, 1997).

A “situação irregular”⁸ previa para o “pobre” e “abandonado” a proteção do Estado e, para o “delinquente”, a repressão. Isso promoveu um movimento jurídico e social que deu origem a uma legislação especial para a população infanto-juvenil na “contramão” do projeto civilizatório do país. A despeito de refletirem uma determinada “ordem” de funcionamento social, os “menores” eram classificados a partir de categorias personalizadas (carentes,

⁸ O Código de Menores, em seu art. 2º, dispõe sobre a “situação irregular” para o menor que está:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - Vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - Em perigo moral devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V: com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal.

infratores, delinquentes). A pobreza era concebida, então, como carência e as sociabilidades distintas empreendidas por tais sujeitos no enfrentamento das dificuldades eram vistas como desvios de conduta e infrações que lhes rendiam o estigma de delinquentes. (ALVIM; VALADARES, 1988). Na visão correcional e repressiva que caracteriza o referido Código, o discurso que permeava as ações públicas era o da proteção, assistência e vigilância do Estado contra o abandono, os maus tratos e as influências desmoralizadoras exercidas sobre os menores, que deveriam ser recolhidos às instituições onde se mantinham isolados do perigo de uma “contaminação” social.

Embora a questão da infância abandonada envolvesse uma multiplicidade de aspectos, o fato é que a condição de pobreza representava um desafio à parte, exigindo intervenções específicas. Nessa perspectiva, em nome da “defesa nacional”, a Constituição do Estado Novo (1937) elenca os direitos sociais para a infância e a juventude. Esses direitos referem-se às condições protetivas necessárias para garantir um bom desenvolvimento para tal população. Além disso, consideram grave o abandono de crianças por parte dos pais, cabendo ao Estado prover as famílias dos recursos necessários à subsistência e à educação dos filhos através de um auxílio (SILVA, 2004).

São criados, assim, órgãos como o Departamento Nacional de Crianças (DNCR) em 1940, o Serviço de Atenção ao Menor (SAM) em 1941 e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, organizada para desenvolver ações de amparo às famílias pobres, com ênfase na educação popular (RIZZINI, 1995). O SAM, ligado ao Ministério da Justiça, surge como estratégia do governo para a integração das instituições privadas e estatais num “sistema nacional” para atender os chamados “menores delinquentes”. Conforme Alvim e Valladares (1988, p. 8):

Por trás da idéia do SAM estão presentes representações amplamente aceitas e discutidas: a imagem da criança pobre enquanto abandonado física e moralmente; uma concepção de infância enquanto uma idade que exige cuidados e proteção específicos; as grandes cidades como locus de vadiagem, criminalidade e mendicância; os espaços públicos (ruas, praças, etc.) como espaços da socialização da marginalidade. Por fim, a idéia de que cabem a instituições especializadas a “recuperação” e a formação de uma infância moralizada. Recuperando a “infância desvalida”, o Estado contribuiria para a formação de indivíduos úteis à sociedade, futuros bons trabalhadores.

Contudo, tais propósitos não foram alcançados, pois além da falta de recursos, as práticas institucionais foram marcadas pela corrupção, tortura e toda sorte de procedimentos impróprios que transformaram o SAM num “equivalente ao Sistema Penitenciário para a população de menor idade, com enfoque tipicamente correcional repressivo” (SILVA, 2004, p. 23), reproduzindo as características dos atendimentos anteriores, como a internação de

crianças e a quebra dos vínculos familiares (PEREIRA, 1998). A cultura da internação era vista como meio de reeducação e ressocialização da infância desassistida, ainda que as práticas decorrentes dela não tenham operado mudanças significativas na população infanto-juvenil pobre, que se manteve marginalizada e objeto de controle público (MILITO; SILVA, 1995).

Posteriormente, com o início da ditadura militar, a questão dos menores assume a condição de “segurança nacional” e passa a compor os objetivos da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNABEM), ancorada na ideologia militarista focada no controle da “ordem” social, na disciplina e na obediência (SILVA, 2004). Estabelecida através do sistema FUNABEM/ FEBEM⁹, a referida política buscou centralizar as ações de prevenção e controle dirigidas a tal população, consolidando uma linha de trabalho de cunho assistencial e repressivo, cujas práticas verificadas no período são caracterizadas pela retirada de crianças que viviam pelas ruas e o seu recolhimento em verdadeiros “internatos-prisão”. Tal configuração marca a estrutura e o funcionamento das FEBEMs instaladas em todo o país, reproduzindo uma “cultura da internação” como método prioritário de intervenção junto às crianças e adolescentes pobres. (RIZZINI, 2004).

O cenário socioeconômico da década de 1970 e o aprofundamento das questões sociais envolvendo a pauperização crescente de grandes contingentes populacionais trazem à tona a discussão sobre a categoria “menor”, que já não correspondia à realidade do país. Juntamente com outras iniciativas protagonizadas por organizações não governamentais e a realização de pesquisas acadêmicas, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua surge ainda no contexto em que vigorava a política da FUNABEM e propõe a categorização de “situação de risco” para definir tal população. Assim, as crianças e jovens passam a ser definidos como

[...] aqueles segmentos populacionais cujas características de vida - trabalho e profissionalização, saúde, habitação, escolarização, lazer - os colocam entre as fronteiras de legalidade e da ilegalidade, em situação de dependência face às instituições de amparo assistencial e de intervenção legal. (ADORNO, 1993, p. 103).

Considerando o conjunto de ações empreendidas por representantes da sociedade civil envolvidos com a questão infanto-juvenil no Brasil, cujas críticas eram direcionadas à PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor - como fonte de abandono e violência

⁹ A Lei Federal 4.513 de 01/12/1964 criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, à qual competia formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional. A partir daí, criaram-se as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs), com responsabilidade de observarem a política estabelecida e de executarem, nos Estados, as ações pertinentes a essa política.

dos “menores” sob sua responsabilidade, tais agentes se mobilizam nacionalmente com a proposta de substituir o Código de Menores, tido como base jurídica de sustentação da referida política. Na esteira de tais articulações, é criada a Comissão Criança e Constituinte com o objetivo de fomentar debates sobre a infância e oferecer subsídios à Assembleia Nacional Constituinte, delineando os contornos da Doutrina de Proteção Integral e forjando a promulgação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, como instrumento legal construído no sentido de romper com a cultura da “situação irregular” e reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento, rompendo assim com os princípios que norteavam o Código de Menores (ALVIN; VALADARES, 1998).

Como síntese das políticas dirigidas à infância e à adolescência na perspectiva menorista ao longo da história, Rizzini e Rizzini (2004) destacam a ampliação dos poderes de intervenção e controle do Estado sobre os “menores abandonados”, para o Código de 1927, e os “menores em situação irregular”, para o código de 1979, cujas categorizações definiram as ações assistencialistas e repressivas voltadas para a população infanto-juvenil pobre no país.

Compreende-se que as considerações históricas trazidas são relevantes para este estudo em que a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil remete aos diversos modelos de atendimento adotados pelo Estado na racionalização das diferentes expressões da questão social que emergem, sobretudo, a partir das exigências socioeconômicas, políticas e ideológicas para afirmar o projeto civilizatório burguês – necessário ao advento capitalista. Norteadas por essa ordem, de contornos excludentes, tais projetos articularam as condições sociais existentes, incorporando as populações pobres ao sistema através de modelos assistenciais (caritativo, filantrópico, higienista, correcional-repressivo), viabilizados pela construção de categorias tendo a pobreza como denominador comum: a dos “desvalidos”, “ociosos”, “perigosos”, “menores”, “delinquentes”.

A partir dessas reflexões, infere-se que a discussão atual sobre a questão do acolhimento institucional implica problematizar-se a “naturalização” de tais categorias na formulação das políticas e suscitar perspectivas para a população infanto-juvenil. As construções históricas identificadas expressam que, para além dos discursos de assistência e integração à “ordem” social, os modelos de atendimento e as legislações destinadas às crianças e adolescentes não se constituíram como instrumentos de emancipação ou garantia de direitos, mas em estratégias que articulam categorias de desqualificação/criminalização como eixo que legitima a tutela estatal sobre as famílias pobres.

1.2.1 Acolhimento institucional sob o Estatuto da Criança e do Adolescente: Avanços na perspectiva dos direitos

A partir das mobilizações sociais da década de 1980 no Brasil, as questões referentes ao atendimento correccional-repressivo de crianças e adolescentes em confinamento passam a compor a agenda dos Direitos Humanos no que diz respeito aos métodos institucionais utilizados e aos resultados obtidos. Nas discussões internacionais, com destaque para a Convenção das Nações Unidas pelos Direitos das Crianças, as bases da Doutrina da Proteção Integral são definidas e acolhidas no então cenário democrático brasileiro, caracterizado pela efervescência dos movimentos sociais que fomentaram o debate sobre a consolidação do Estado de Direito no Brasil (RIZZINI, 2008).

A promulgação do ECA reforçou os preceitos elencados na Constituição e trouxe elementos de extrema importância para a construção de uma nova realidade para a infância e juventude, através da descentralização, da municipalização das funções e da participação obrigatória da família, da sociedade e do Estado na garantia dos direitos às crianças e aos adolescentes, principalmente o direito à convivência familiar e comunitária.

Os direitos de crianças e adolescentes são, assim, postos em pauta e o ECA é promulgado a partir do envolvimento de um conjunto de forças sociais representadas pelo setor público e, sobretudo, por lideranças da sociedade civil organizada, com respaldo da Constituição Federal de 1988 que afirma em seu art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1988).

Na esteira dessas mudanças, o conceito legal de família na Carta Magna, em seu art. 226, parágrafo 4º, corresponde “à comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. O ECA adota tal definição e ainda estabelece uma ampla gama de direitos, dentre eles o da convivência familiar e comunitária, tendo na família, na sociedade e no Estado o respaldo para a sua efetividade (MARTINS, 2005).

Tais legislações representam avanços na atualização dos direitos políticos, econômicos e culturais dessa população. Contudo, sabe-se que, embora previstos legalmente, a realização deles exige um conjunto de políticas públicas que articulem os diferentes setores envolvidos na execução do atendimento de tais demandas. Mais recentemente, em dezembro

de 2006, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) vem respaldar os marcos legais já previstos no ECA, compreendendo a entidade familiar como

[...] um grupo de pessoas com laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes. Sendo assim, a família, independente de seu formato, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e geradora de modalidades comunitárias de vida. Portanto, diante de situações de risco social e vulnerabilidades vividas pelas famílias brasileiras, principalmente por pressões geradas pelos processos de exclusão social e cultural, essas famílias precisam ser apoiadas pelo Estado e pela sociedade, para que possam cumprir suas responsabilidades. Esse apoio visa à superação de vulnerabilidades e riscos vividos por cada família, favorecendo e ampliando os recursos socioculturais, materiais, simbólicos e afetivos que contribuem para o fortalecimento desses vínculos. (BRASIL, 2009, p. 69).

Na perspectiva do reconhecimento legal das diferentes configurações familiares constituídas ao longo da história, a legislação avança no processo de “desnaturalização” da família e, para além das diferentes composições que a expressem, a ênfase agora é direcionada às vinculações afetivas entre seus membros e ao caráter protetivo que a legitima como promotora de sociabilidades.

[...] Em outras palavras, não importa se a família é do tipo “nuclear”, “monoparental”, “reconstituída” ou outras. A ênfase no vínculo de parentalidade/filiação respeita a igualdade de direitos dos filhos, independentemente de sua condição de nascimento, imprimindo grande flexibilidade na compreensão do que é a instituição familiar, pelo menos no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes. (BRASIL, 2009, p. 29).

A criação de um novo modelo público de intervenção baseado nos direitos da infância e da juventude do país privilegia o ECA como a síntese de ações de âmbito governamental, da justiça e da sociedade civil, e propõe um conjunto articulado de ações intersetoriais que buscam garantir um novo *status* para tal população, sobretudo para aquela historicamente estigmatizada pela condição de pobreza.

Não desconhecendo o caráter democrático do ECA, que prevê a participação de diferentes instâncias na composição do Sistema de Garantia de Direitos numa ruptura com estruturas autoritárias e hierarquizadas da política de atendimento, sabe-se que a superação das práticas históricas de segregação e a legitimação dos novos horizontes supõem enfrentamentos e negociações que são construídas nas diferentes interações sociais e políticas que abrigam tensões, ambiguidades e conflitos institucionais decorrentes da aplicação dos direitos legalmente previstos.

As tensões decorrentes de processos históricos de exclusão, com destaque para a insuficiência de recursos das famílias, vêm influenciando na ocorrência de situações que

problematizam suas funções protetivas e resultando, historicamente, num dos principais fatores que justificam o acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a suspensão do poder familiar. Questões como abandono, negligência, maus tratos ou quaisquer violações que caracterizem a situação de risco são identificadas como expressão do fracasso das famílias no exercício das funções parentais, numa violação dos direitos previstos nas diferentes legislações que se inscrevem no descompasso entre tais prerrogativas e a insuficiência de recursos disponibilizados para as famílias exercerem tais funções.

Nesse sentido, apesar de se constituírem, em suas diferentes configurações, como *locus* privilegiado do desenvolvimento dos indivíduos, as famílias podem se inscrever como espaços de violência, cujas diferentes expressões vêm justificando, historicamente, as intervenções do Estado, sobretudo no acolhimento institucional de crianças e adolescentes consideradas em situação de risco.

O ECA prevê um rol de medidas protetivas¹⁰ que devem ser aplicadas às crianças e adolescentes diante da ameaça ou violação dos seus direitos por: ação ou omissão da sociedade ou do Estado; falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e em razão de sua conduta. A partir da Lei 12.010, de 29 de julho de 2009, tais medidas passam por alterações,

[...] modernizando-se e sofrendo ajustes em pontos que mostravam necessidade de revisão ou de melhoria, porém, nunca uma lei alterou ou incluiu tanto conteúdo ao Estatuto. A ‘lei da adoção’, apesar de ter este nome, poderia também ser chamada de ‘lei da convivência familiar’ [...] Trata, por exemplo, de alguns pontos relacionados ao abrigamento de crianças e adolescentes, que passa a ser chamado de Acolhimento Institucional, e inclui uma nova medida de proteção, no artigo 101, chamada Acolhimento Familiar. (REZENDE, 2011, p.01).

O acolhimento institucional se constitui como uma das medidas protetivas elencadas no ECA para proteger e garantir os direitos de crianças e adolescentes. Tem caráter provisório e excepcional, devendo ser utilizado como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade¹¹. Na garantia de tais direitos, cabe aos abrigos oferecer um atendimento qualificado durante o tempo em que tal população necessitar de tais cuidados. Recomenda-se a aplicação

¹⁰ De acordo com o art. 101 do ECA, as medidas protetivas são as seguintes:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; IX - colocação em família substituta.

¹¹ Redação dada pela Lei nº 12.010, de 29 de julho de 2009.

de tal medida como último recurso a ser adotado (ECA, art.101, inciso VII, parágrafo único) uma vez que implica o afastamento de crianças e adolescentes dos contextos familiares.

O ECA ainda aponta que sejam consideradas as necessidades pedagógicas de tais sujeitos, com ênfase no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, suscitando o envolvimento dos agentes que compõem o Sistema de Garantia de Direitos na aplicação de medidas protetivas anteriores ao acolhimento institucional. Contudo, considerando a precariedade da rede de apoio socioassistencial, o que se observa é que o acolhimento tem sido empregado, se não como único, como primeira alternativa para a proteção de crianças e adolescentes com direitos violados (SILVA, 2004).

O caráter de provisoriedade e transitoriedade da medida constituem-se como um esforço de superação das práticas históricas que marcaram o recolhimento de crianças e adolescentes às antigas instituições regidas pelo Código de Menores, que previa a sua permanência até que atingissem a maioridade. Neste sentido exige-se a mobilização de recursos que evite o acolhimento prolongado de tais sujeitos na perspectiva da reinserção familiar ou na colocação em família substituta.

1.2.2 Sobre o contexto atual de acolhimento institucional de crianças e adolescentes – entre o “risco” e a “proteção”

Segundo dados estatísticos do Levantamento Nacional de Abrigos¹², pesquisa realizada em 2003 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivem em situação de acolhimento institucional no país. Os dados indicam que os acolhidos, em sua maioria, são meninos (58,5%), afrodescendentes (63%) e com idade entre 7 e 15 anos (61,3%). Quanto ao período de permanência, mais da metade vive nas instituições há mais de dois anos e 30% lá estavam por um período entre dois e cinco anos.

Apesar da previsão legal que atribui à medida de acolhimento institucional o caráter breve, excepcional e provisório e reitera o prazo de dois anos para uma definição jurídica de cada caso, a perenização de crianças e adolescentes nas instituições é uma realidade que desafia a elaboração de políticas públicas comprometidas com a garantia de tais direitos que envolvem diretamente as famílias em desvantagem socioeconômica. Numa revisão de estudos sobre o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, Fante e

¹² Fonte: IPEA/CONANDA. *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, 2004.

Cassab (2007) evidenciam a morosidade dos processos de reinserção familiar como entraves à garantia de tais direitos.

A perspectiva da provisoriedade não pode significar, contudo, que as relações construídas no espaço de acolhimento sejam efêmeras e resultem em intervenções pontuais, considerando-se que a constituição de vínculos é elemento fundamental para o desenvolvimento dos sujeitos, que muitas vezes permanecem acolhidos por longos períodos e têm no abrigo a única alternativa de proteção para construírem novas referências como base para seus projetos de vida.

Os dados revelam que a maioria das crianças e adolescentes em situação de acolhimento (86,7%) tinha família, 58,2% mantinham vínculos com familiares e apenas 5,8% estavam impedidos de manter contato com os mesmos. Observou-se ainda que, dentre os principais motivos para o acolhimento, figuram: a carência de recursos materiais por parte da família (24,1%); o abandono pelos pais ou responsáveis (18,85); a violência doméstica (11,6%); a dependência química dos pais ou responsáveis (11,3%) e a vivência de rua (7%).

Diante desse cenário, identifica-se que 52% dos acolhimentos institucionais estão relacionados à condição de pobreza das famílias, e a outros fenômenos dentre os quais a negligência e os maus tratos assumem relevância (SILVA, 2004). Embora o ECA, em seu artigo 23, estabeleça que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar”, a mesma legislação prevê que tais sanções podem ser aplicadas diante do “descumprimento injustificado dos deveres e obrigações das funções familiares”, relativas à guarda, sustento e responsabilidade dos pais para com os filhos. Segundo Fonseca e Cardarello (1999, p.107),

A passagem do ‘problema socioeconômico’ para a ‘negligência’ revela uma mudança de enfoque na visão da infância pobre e da sua família no Brasil. Se em 1985 considerava-se que motivos como ‘mendicância’, ‘maus-tratos’, ‘desintegração familiar’ e ‘doenças do menor’ eram decorrência direta de problemas socioeconômicos, hoje mais do que nunca, a família pobre, e não uma questão estrutural é culpada pela situação em que se encontram seus filhos. É ela que é ‘negligente’, maltrata as crianças, as faz mendigar, não lhes proporciona boas condições de saúde, enfim, ‘não se organiza’. Em suma, parece que a família pobre – e não o ‘Poder Público’ ou a ‘sociedade em geral’, é o alvo mais fácil de represálias.

Em outras palavras, as situações de negligência, ainda que evocadas no sentido da proteção de crianças e adolescentes, parecem ter sido deslocadas do âmbito da responsabilidade pública, como expressão notadamente de cunho socioeconômico, para a esfera familiar, numa aproximação aos valores que marcaram as práticas históricas da intervenção estatal junto às famílias pobres.

Entende-se que não é possível atribuir às famílias pobres a responsabilidade de cuidar dos filhos e promover o seu desenvolvimento saudável segundo parâmetros legais previstos sem a contrapartida da oferta de serviços públicos de qualidade que garantam as condições para uma sobrevivência digna, uma vez que as situações de violência identificadas como motivações ao acolhimento dos filhos guardam uma estreita relação com a omissão do Estado, deixando-as à mercê da rede familiar e comunitária, que também expressa tal vulnerabilidade, promovendo os processos de exclusão mais amplos.

Conforme destacado anteriormente, a Lei nº 12.010 surge com a proposta de estabelecer novas regras para a garantia da convivência familiar, transformando a medida protetiva de abrigo numa ação judicial denominada “acolhimento institucional”, em que o controle por parte do judiciário é elemento marcante. Reafirmando princípios já previstos no ECA, as alterações tratam de garantir a brevidade do acolhimento institucional e de uma definição jurídica para a situação de crianças e adolescentes, reiterando orientações já inscritas que privilegiam a convivência familiar e comunitária como objetivos centrais a serem alcançados no atendimento pelas instituições. Contudo, acerca de tais mudanças, Rizzini e Rizzini (2004, p. 14) argumentam que:

Vivemos uma espécie de retórica que guarda relação com o passado, quando se repetia que as crianças só deveriam ser institucionalizadas como um último recurso. Não se fala mais de internação de menores abandonados e delinquentes, mas sim do abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco, também em último caso, respeitando seu direito à convivência familiar e comunitária. É importante reiterar que o fenômeno parece outro, tem outras configurações, mas suas raízes são facilmente identificáveis no passado, sobretudo no que se refere à mentalidade e à renitência de certas práticas institucionais.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao Censo de 2010, Pernambuco conta com uma população de mais de 8,5 milhões de habitantes, da qual cerca de 2,1 milhões são crianças e adolescentes de 0 a 14 anos e 800 mil adolescentes/jovens entre 15 e 19 anos. Desse universo, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro Pró-Cidadania publicada em janeiro de 2011, existem 1245 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, das quais 455 têm sua origem em outros municípios. Identificaram-se 109 serviços de acolhimento oferecidos por 75 instituições entre 44 municípios do estado, em que as áreas urbanas concentram 86% dos atendimentos. Dos serviços existentes em todo o estado, mais da metade localiza-se na região metropolitana do Recife (57%).

O quadro apontado pela pesquisa demonstra o caráter excludente das políticas públicas no apoio às famílias pobres para a realização da proteção dos filhos. Contudo, a presença das instituições de acolhimento na vida dessas crianças e adolescentes, pode se

constituir como uma fonte de apoio e desenvolvimento para tal população afastada do convívio familiar (SIQUEIRA; DELL AGLIO, 2006). Os dados indicam ainda questões importantes, como o baixo quantitativo de municípios que contam com serviços de acolhimento institucional e, embora reconhecendo a necessidade de uma análise sobre diferentes demandas em cada município no sentido de justificar a instalação de tais serviços, o número de crianças e adolescentes acolhidos fora dos locais de origem denuncia tal precariedade.

Tendo-se em vista que o trabalho de reinserção familiar se constrói no fortalecimento das vinculações, infere-se que a distância geográfica entre o abrigo e as famílias traz prejuízos ao empreendimento, sobretudo pelas dificuldades de deslocamento das famílias que muitas vezes residem em condições precárias e afastadas dos centros urbanos, não dispondo de recursos para o transporte. Por outro lado, as instituições também não promovem tal deslocamento, considerando-se que, do total de serviços pesquisados, apenas 1,85 das crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco costuma passar os fins de semana com familiares.

Outros aspectos importantes identificados na referida pesquisa tratam da questão dos perfis que as casas de acolhida estabelecem para organizar o atendimento como sexo (32% não são mistas); faixa etária (separação entre crianças e adolescentes, resultando muitas vezes no desmembramento de grupos de irmãos) e motivos de acolhimento, reproduzindo a ideologia menorista que segrega os abandonados, vítimas de negligência e violência intrafamiliar daqueles com histórico de infração, drogadição e rua, a partir de uma lógica de criminalização. Do total dos acolhidos, 516 são adolescentes, sendo que 279 encontram-se distribuídos na região metropolitana do Recife, compreendendo 191 adolescentes do sexo masculino e 88 do sexo feminino.

A despeito de alguns avanços observados na organização dos serviços de atendimento na busca de uma aproximação aos parâmetros legais de funcionamento, 21% dos serviços apresentam superlotação, dos quais 9 estão localizados na RMR; uma grande diversidade de atendimentos ainda é dividida por faixas etárias, que expressam critérios particulares de cada instituição na adequação do perfil pretendido à capacidade técnica e financeira disponível; precariedade de instalações físicas; baixo investimento escolar, sobretudo para os adolescentes, cuja taxa de analfabetismo de 16% (na faixa dos 15 aos 18 anos) supera a média nacional, que é de 3%.

A precariedade de investimentos em recursos humanos (capacitação/formação profissional) por parte de 32,1% dos serviços de acolhimento e o fato de 44,9% das

instituições funcionarem sem um projeto político-pedagógico – PPP¹³ e sem a elaboração do Planejamento Individual de Atendimento – PIA¹⁴ (35,8%) representam elementos que desafiam a efetivação da política de atendimento assentada nos interesses de crianças e adolescentes com direitos violados e no que preconiza o ECA sobre os princípios a serem assegurados na prática institucional como:

I - preservação dos vínculos familiares; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV- desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo (ECA, Art.92).

De um modo geral, as pesquisas realizadas sobre o acolhimento institucional remetem a questões de pobreza das famílias, aos aspectos que envolvem riscos para o desenvolvimento de tal população e às respostas nem sempre efetivas por parte do poder público. Nesse sentido, a fragilidade da rede de atendimento no cumprimento das determinações legais que visam à proteção integral de crianças e adolescentes, muitas vezes reproduz a violência social através das práticas institucionais quando não viabilizam a construção de espaços referenciais para a população infanto-juvenil.

Embora o arcabouço legal que orienta o acolhimento institucional seja amplo e considerado de “primeiro mundo”, as práticas desenvolvidas junto a tal população apresentam

¹³ PPP – Projeto Político Pedagógico das instituições, cuja elaboração visa a garantia da oferta de atendimento adequado às crianças e adolescentes acolhidos, devendo contemplar: Infraestrutura física que garanta espaços privados e adequados ao desenvolvimento da criança e do adolescente; ambiente e cuidados facilitadores do desenvolvimento; atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança/adolescente, durante o processo de adaptação e permanência; não desmembramento de grupos de crianças/adolescentes com vínculos de parentesco; relação afetiva e individualizada com cuidadores; definição do papel e valorização dos cuidadores/educadores; organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança / adolescente; preservação e fortalecimento da convivência comunitária; desligamento gradativo. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – BRASIL, 2008).

¹⁴ De acordo com o art. 101 do ECA, § 4º, imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável, e deverá constar: I - os resultados da avaliação interdisciplinar; II - os compromissos assumidos pelos pais ou responsável; e III - a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

impasses éticos, políticos e ideológicos que se entrecruzam e oferecem a base de sustentação dos atendimentos prestados, promovendo continuidades e descontinuidades no processo histórico de institucionalização (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2000).

No esforço de romper com o “recolhimento” histórico da população infanto-juvenil aos grandes internatos, com a implantação do ECA, os abrigos devem constituir-se como espaços de socialização e desenvolvimento, sendo definidos nas modalidades de abrigo, casa de passagem ou casa lar e acolhimento familiar, numa correspondência aos parâmetros das Orientações Técnicas e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais¹⁵, que estabelecem normas de funcionamento para cada uma delas como número máximo de crianças/ adolescentes acolhidos, infraestrutura adequada e recursos humanos necessários.

Atualmente, os serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Recife são realizados por 11 entidades públicas, das quais 05 são estaduais, administradas pela Secretaria da Infância e da Juventude, e 06 são municipais (incluindo uma Casa de Passagem), vinculadas ao Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC. As entidades não governamentais mantêm 06 unidades, sendo uma na modalidade de Casa-Lar.

Embora o ECA, em vigência há quase vinte e dois anos, indique que as instituições de acolhimento devam adotar os princípios da coeducação nos programas de acolhimento institucional, além de primar pelo não desmembramento de irmãos - o que supõe a convivência entre meninos e meninas de diferentes idades -, de um modo geral, os serviços são organizados de acordo com faixa etária, sexo e segundo as especificidades que motivaram o acolhimento. A configuração dos “perfis” constitui um atendimento “especializado” em torno de demandas específicas, como é o caso dos abrigos destinados aos adolescentes com histórico de drogadição e em situação de rua, que atualmente representam 20% dos serviços existentes na região metropolitana do Recife.

Corroborando os dados obtidos em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul por Cláudia Fonseca, em 2005, no que diz respeito ao modelo de organização do atendimento de abrigos, destaca-se que, embora o “perfil” de crianças e adolescentes seja considerado para o ingresso nos serviços de acolhimento, o fato é que as casas apresentam uma variedade de “perfis” que parecem estar relacionados à disponibilidade de vagas existentes na rede e às negociações para o acolhimento a partir de diferentes discursos: técnicos, jurídicos, familiares. Neste sentido, a complexidade de demandas presentes nos abrigos expressa as

¹⁵ Com aprovação do Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS em Nov de 2009.

tensões decorrentes de tais negociações e opera no sentido de modificar o próprio “perfil” dos abrigos, problematizando tal organização.

No Recife, o acolhimento institucional de adolescentes com histórico de drogadição e vivência de rua vem sendo executado pela esfera municipal, através do IASC, que mantém duas Casas de Acolhida: Novos Rumos, destinada a adolescentes do sexo masculino, e Raio de Luz, para o atendimento de adolescentes do sexo feminino. Nesse caso, além da faixa etária, as Casas de Acolhida também separam meninos de meninas, revelando uma dificuldade em lidar com questões de gênero e sexualidade que geralmente afloram no adolescer. As adolescentes grávidas compõem outro perfil de atendimento e são transferidas para um espaço especializado no acolhimento das mães com suas crianças.

Os dados sobre acolhimento em Pernambuco apontam ainda contradições nos discursos por parte das referidas instituições que, embora declarem não haver exclusão no atendimento, na prática costumam excluir sujeitos com histórico de drogadição, homossexuais, em cumprimento de medidas socioeducativas, em situação de rua ou aqueles que estão ameaçados de morte. Ainda que tais contradições sejam observadas nas práticas das instituições de acolhimento como um todo, entende-se que a organização do atendimento a tais “segmentos” é prerrogativa da esfera pública, considerando o papel subsidiário das ONGs.

Os estudos sobre o acolhimento institucional são controversos e vêm sendo amplamente discutidos, sobretudo com foco na qualidade das condições do atendimento prestado e suas implicações para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. De um modo geral, a questão tem sido abordada pelos autores a partir de enfoques que sinalizam os fatores de risco presentes no contexto institucional como eventos negativos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes; e para os fatores de proteção, reconhecendo o papel importante dos abrigos na constituição de uma rede de apoio social avaliada como positiva (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006). Yunes, Miranda e Cuello (2004) avaliam o risco como as condições ou variáveis que se associam à incidência de resultados negativos na vivência do acolhimento, que também pode contar com fatores de proteção que operam no sentido de minimizar tais efeitos negativos ou ainda melhorar a resposta dos sujeitos diante de situações adversas.(HUTZ; KOLLER; BANDEIRA, 1996).

Para Morais *et al.* (2004), a infância vivida longe da família e a permanência prolongada em instituições trazem prejuízos físicos e mentais ao desenvolvimento de tais sujeitos, com repercussões na constituição de vínculos na idade adulta. Dentre os fatores de risco presentes no processo de institucionalização e entendidos como prejudiciais ao

desenvolvimento, autores como Carvalho (2002) entendem que a vivência institucional pode desfavorecer o desenvolvimento em função de alguns aspectos observados no atendimento, como a despersonalização, a falta de planejamento e a insuficiência da rede de apoio social e afetivo. Corroborando tal compreensão sobre o contexto de acolhimento, Silva (1997) reflete sobre os riscos de se reproduzirem nos abrigos as características típicas das instituições totais, caso o atendimento oferecido se pautasse no controle, na segregação e na massificação, desfavorecendo a processos de singularização e a constituição de espaços de compartilhamento.

Outras questões apontadas dizem respeito à falta de interlocução entre as diferentes entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos - SGD¹⁶, à fragmentação e à ausência de objetivos comuns por parte das instituições de acolhimento, e à fragilidade dos recursos humanos – em seus aspectos quantitativos e qualitativos (JULIANO, 2005). As pesquisas recentes identificam que apenas 32,1% das instituições investiram na capacitação/formação profissional, que 44,9% das instituições funcionam sem um projeto político-pedagógico – PPP e sem a elaboração do Planejamento Individual de Atendimento – PIA (35,8%). Esses dados revelam uma questão que desafia a efetivação de uma política de atendimento assentada nos interesses de crianças e adolescentes com direitos violados.

A conjugação de tais fatores contribui para que o espaço de acolhimento seja visto como "um lugar de fracasso, um lugar sem saída e sem perspectivas" (ARPINI, 2003, p. 72), consolidando o estigma social relativo à “institucionalização”, que marca a trajetória dos adolescentes definindo-os como incapazes e “perigosos”, à revelia do processo dialético de inclusão/exclusão que os desqualifica socialmente (GOFFMAN, 1982; BRONFENBRENNER, 1994). Dessa forma, as experiências de acolhimento institucional, além de não corresponderem às prerrogativas de proteção, podem favorecer a construção de “identidades institucionais” e uma evolução para a denominada “identidade delinquente” (SILVA, 1997) por meio dos mecanismos de socialização que restringem espaços de escuta, compartilhamentos e desenvolvimento de potencialidades para o rompimento com a condição de “invisibilidade” e a construção de projetos de vida. (CASTRO; ABROMOVAY, 2003).

Nos estudos que investigam os efeitos da institucionalização prolongada de crianças e adolescentes, Siqueira e Dell'Aglio (2006) argumentam que tal experiência poderá se constituir ou não como um risco para o desenvolvimento, dependendo de algumas condições

¹⁶ O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. (BRASIL – MDS).

do acolhimento institucional. Contudo, avaliam o abrigo como um espaço importante, onde “os abrigados realizam um grande número de atividades, funções e interações, como também um ambiente com potencial para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio, poder e afeto.” (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006, p. 73).

A qualidade das inter-relações adquire uma importância singular no contexto de acolhimento por promover as condições nas quais as experiências cotidianas serão compartilhadas, podendo constituir-se numa rede de apoio que permite ao adolescente orientar-se socialmente e mobilizar competências para construir novas relações, ou ainda acionar recursos para lidar com as situações adversas (BRONFENBRENNER, 1994). Cabe ressaltar, então, a necessidade de se investir nas vinculações afetivas, na experiência humana no espaço de acolhimento, sobretudo entre adolescentes e educadores, cujas funções remetem aos cuidados diários com os acolhidos e à condição privilegiada de poder escutá-los e dar visibilidade às suas experiências para a resignificação de vivências.

Para além da dicotomia que marca algumas abordagens, argumenta-se em favor de considerar o acolhimento institucional de modo integrado, recuperando as contradições inerentes à organização social que o demanda, com foco em seus limites e possibilidades e a partir de uma visão de totalidade, que o viabilize como um contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes que dele necessitem num momento específico de suas vidas. Assim, compreende-se que os fatores de proteção e de risco presentes no acolhimento institucional envolvem processos complexos que se relacionam entre si, propondo continuidades e mudanças nas trajetórias dos sujeitos (MORAIS; KOLLER, 2004).

1.2.3 Adolescentes acolhidos: sobre vínculos e subjetivações

Afastados legalmente do convívio familiar, os adolescentes em situação de acolhimento, em sua quase totalidade, advêm das classes populares, em que a insuficiência de políticas públicas e a precariedade de recursos de subsistência, aliadas às tensões familiares, representam um desafio importante ao objetivo de reinserção familiar. E, apesar da previsão de integração em família substituta depois de esgotadas as possibilidades de reinserção junto à família de origem, isso suscita uma discussão importante que envolve, por um lado, uma cultura de adoção que “privilegia” as crianças, e, por outro, as vinculações dos adolescentes com diferentes contextos vivenciados, como a família e a rua. Para Santana e Koller (2004), esse movimento realizado entre tais contextos, incluindo o Conselho Tutelar e o Juizado da

Infância e da Juventude, se constitui um ciclo vicioso que implica uma desresponsabilização de todos para com os adolescentes.

Desse modo, o período de permanência dos adolescentes nas instituições se relaciona, por um lado, ao contexto social mais amplo, no que diz respeito ao fortalecimento das políticas de inclusão, e, por outro, às singularidades construídas nas diferentes interações junto à rede familiar, resultando por vezes no esgarçamento de vinculações importantes em suas trajetórias desenvolvimentais. Isso significa dizer que, para muitos adolescentes cuja rede familiar encontra-se incapacitada para cumprir com as obrigações protetivas, o abrigo pode representar um instrumento de política social de caráter provisório, ou mesmo definitivo, na oferta dos meios necessários à sua sobrevivência, como moradia, alimentação, saúde e educação (RIZZINI; RIZZINI, 2004; SILVA, 2004) e, sobretudo, como alternativa mais viável para a construção de novas referências identitárias.

As diferentes passagens dos adolescentes pelos espaços de acolhimento desde a infância parecem refletir a fragilidade dos aspectos protetivos ao longo de suas trajetórias, não exclusivamente na esfera familiar, mas, sobretudo, por parte das instituições que se propõem a criar novos significados para suas vivências, afastando-os dos contextos de privação e violência, contudo sem uma contrapartida aos direitos violados e, muitas vezes, reproduzindo as situações que resultaram no acolhimento.

Considerando, sobretudo, o fato de que para muitos adolescentes a condição de acolhimento poderá se estender até a maioridade, a permanência na instituição é uma realidade que não pode ser ignorada e tal constatação remete a uma reflexão sobre os significados dessa experiência para a vida dos acolhidos. Assim, as questões relacionais empreendidas nesse contexto representam um ponto de partida para as intervenções profissionais pretensamente educativas e emancipatórias e as questões do cuidado e da qualidade das vinculações presentes adquirem relevo.

O reconhecimento disso exige do trabalho institucional uma aproximação às histórias de vida, interesses e características de tais indivíduos, circunscrevendo espaços para a construção de novas possibilidades de vida. Faz-se necessário romper com uma cultura que silencia as vozes desses adolescentes, com a estigmatização de suas vivências e o distanciamento afetivo que lhes empobrece a vida e reedita situações de violência.

A despeito do perfil “especializado” das instituições de acolhimento que se propõem a atendê-los, a circulação empreendida pelos adolescentes por diferentes contextos além da instituição de acolhimento vem se inscrevendo no discurso das instituições como um dos

principais fatores que comprometem a constituição de vínculos necessários à execução de propostas, justificando um fracasso nas intervenções pretendidas.

Dessa forma, a constituição de vínculos afetivos entre adolescentes e o contexto de acolhimento, além de confrontada com o objetivo do desabrigamento - considerando o caráter de transitoriedade da medida de proteção - remete a tal movimento, problematizando os objetivos institucionais. Ilustrando essa questão, somente no ano de 2011, dos 747 acolhimentos realizados, 51% apresentam a situação de rua como motivo principal e, desse contingente, 80% são adolescentes. Quanto aos 797 desligamentos registrados no período, 50% ocorrem por evasão, e a de adolescentes corresponde a 90%. Devido a isso, as chamadas “evasões” vêm se constituindo como principais motivos de desligamento de adolescentes que circulam por diferentes contextos e retornam às instituições, provocando “novos acolhimentos”, o que indica um movimento importante que expõe a fragilidade do atendimento e reclama um debruçar sobre essa questão.

Diante das novas exigências jurídicas inscritas, do descompasso verificado entre tais prescrições e dos resultados observados na prática, as discussões sobre as ações desenvolvidas pelas instituições de acolhimento são atualizadas e ganham relevo na agenda pública, por expressar um campo de tensões historicamente situado, no qual a desventura do trabalho institucional com os adolescentes eclode.

Os abrigos não têm a prerrogativa de substituir a família, considerando-se os objetivos institucionais de fortalecer tais vinculações com vistas à reinserção dos acolhidos aos grupos de origem. Contudo, a complexidade que envolve as questões familiares indica que a família nem sempre é um ambiente de proteção, exigindo do contexto de acolhimento institucional experiências de apoio que favoreçam a construção de um projeto de futuro para tais sujeitos a partir de suas singularidades.

A composição desse contexto remete também ao lugar simbólico que ele representa. Observa-se que, na maioria das instituições que acolhem adolescentes, o sentimento de desamparo vivido nas interações com os profissionais parece se estender ao lugar onde tais acontecimentos ocorrem. Nesses lugares, a desvalorização de equipamentos e instalações denuncia o esvaziamento das funções pedagógicas pretendidas. Para Ferreira (2000, p. 8), isso “Não significa que eles – adolescentes - não dão valor ao que lhes é oferecido, mas que ali, onde a transferência tornou-se possível, eles trazem a repetição do vivido e não ressignificado”.

A vinculação de pertencimento e cooperação também pode abranger as necessidades de individualização e de intimidade, além da responsabilidade com o local de acolhimento. A

existência de espaços individualizados para o vestuário e a guarda dos objetos pessoais pode contribuir, por exemplo, para que os adolescentes desenvolvam uma percepção de si mesmos pela manifestação dos gostos e preferências. Já no que se refere à cooperação para a manutenção do imóvel e de sua mobília, entende-se que as ações que visam a tal preservação devem compor o trabalho educativo, pois a participação dos adolescentes nas referidas tarefas poderá estimular a responsabilidade do cuidado e preservação do ambiente de acolhimento. Para Santos (2004, p. 423), o acolhimento, "[...] antes de ser uma experiência espacial, é uma experiência em que o indivíduo sente que existe na subjetividade do outro. Ter um lugar é existir no meio ambiente humano", como espaço relacional e de pertencimento.

Entende-se que a instituição de acolhimento abrange um conjunto complexo de elementos pessoais, interativos e contextuais, configurando-se numa rede de significações que caracterizam as trocas sociais e os processos de desenvolvimento e que podem se constituir como circunscritores importantes para a trajetória de vida dos adolescentes. Isso porque as subjetividades são construídas a partir das experiências sociais e pelo:

[...] compartilhamento que é maximizado pela existência do vínculo [...] em uma relação construtiva dialética. Compartilhamento do quê? Daquilo que é construído na própria interação social: atribuição de sentido a objetos, a palavras e outros códigos, saberes e competências – a essência da vida sociocultural. (CARVALHO; RUBIANO, 2004, p. 591).

Carvalho *et al.* (2006) refletem sobre a pertinência do conceito de vínculo em se tratando da situação de acolhimento institucional, considerando que as características que fundam a vinculação, como “seletividade” (que supõe a “escolha” de parceiros para as trocas afetivas) e “durabilidade” (que remete ao tempo de convivência), em princípio, não são prerrogativas de educadores ou dos adolescentes. Além disso, apontam que a permanência nas ruas pode implicar a dificuldade do estabelecimento de vinculação. Contudo, tais autores defendem a possibilidade da construção de um suporte entre profissionais e adolescentes que viabilize a constituição de laços de confiança. Suporte que o adolescente poderá estabelecer com um adulto disponível com sensibilidade para acolher e provocar narrativas a partir do exercício de lidar com “o outro”, o que requer uma mudança de conceitos e posturas.

Uma questão central é a compreensão dos adolescentes como sujeitos ativos e capazes de participar da construção da própria trajetória desenvolvimental, ocupando espaços no mundo a partir das próprias escolhas. Desse modo, defendem-se intervenções que considerem as vivências construídas pelos adolescentes nos contextos de desenvolvimento por onde circulam e com os quais se relacionam de modo integrado, uma vez que tais sujeitos se

constituem a partir da produção de sentidos processados em suas diferentes interações. (BRUNER, 2001).

Outra questão fundamental que remete às dificuldades de se estabelecer uma vinculação positivada diz respeito “[...] às repercussões, na subjetividade do educador, do encontro com uma alteridade radical” (CARVALHO *et al.*, 2006, p. 592), considerando o conjunto de experiências vividas pelos adolescentes em suas trajetórias, que podem implicar dificuldades de “corresponder” às condutas e atividades pedagógicas, cujas propostas muitas vezes não estão alinhadas com a realidade dos sujeitos. No dizer de Silva (2004), os profissionais das instituições têm um importante papel educativo que exige a profissionalização e capacitação adequadas para reconhecerem as ambiguidades, ambivalências e conflitos que permeiam as experiências dos referidos sujeitos.

De um modo geral, as vivências dos adolescentes desde a infância em diferentes contextos, sobretudo no da rua, podem suscitar a ideia de uma “independência” que parece não corresponder às “imagens” socialmente construídas de uma “adolescência normal”. Afastados da família, da escola e de recursos protetivos que lhes promovam um desenvolvimento compatível com tais prerrogativas, são abordados como “desviantes”, e desse modo, objetos de intervenções normativas, a despeito dos saberes que expressam e da necessidade de integrarem as próprias experiências como elementos fundamentais na construção de um projeto de autonomia, emancipação e cidadania. Além desse fato, Guará (1998, p. 46) argumenta que o atendimento de tais sujeitos exige:

[...] a experiência no trabalho com crianças e jovens [...] e, sobretudo, a disponibilidade para o trabalho educativo [...] flexibilidade no trato pessoal, sua atitude participativa e positiva frente aos conflitos e situações-limite. A capacidade de tolerância não deve ser confundida com permissividade e pode ser associada à firmeza e à segurança. Isto exige dos educadores sociais uma formação que os ajude a desenvolver [...] uma capacidade de ser um agente estimulador da criatividade e da independência [...] e, principalmente, uma crença na possibilidade de sucesso de sua função educativa.

Diante do fato de que as instituições representam um importante espaço de socialização na vida desses indivíduos, torna-se necessário investir nesse contexto de desenvolvimento, buscando-se o conhecimento da população a qual visam atender, na composição de um ambiente adequado, recursos pedagógicos pertinentes e a inclusão de profissionais comprometidos com o trabalho educativo (SANTANA; KOLLER, 2005; RIZZINNI, 2004). Entende-se que os princípios que orientam a qualidade de um projeto pedagógico institucional em seus diferentes objetivos necessitam reconhecer e articular as características individuais de cada sujeito às condições presentes em seus respectivos contextos.

O objetivo da reinserção familiar, por exemplo - muitas vezes pautado em concepções normativas de uma família socialmente valorizada –, vem se distanciando das diferentes experiências dos adolescentes junto aos contextos de origem. O não reconhecimento das ambiguidades e conflitos vividos por tais sujeitos junto aos grupos familiares parece inviabilizar canais de comunicação importantes para a formação de laços de confiança e de proteção essenciais a uma vinculação positivada que lhes ofereça novas referências e sentidos de vida.

A constituição dos vínculos pode ainda ser confrontada com aspectos administrativos como a rotatividade de profissionais nos espaços de acolhimento institucional. A despeito do caráter provisório que norteia o trabalho institucional, a importância de aliar profissionalismo e compromisso ao trabalho educativo junto aos adolescentes significa um investimento salutar nos recursos humanos, exigindo uma estabilidade/continuidade na oferta de tais cuidados. Questões como a rotatividade dos profissionais e a ausência de capacitações permanentes sinalizam a desvalorização do atendimento prestado que compromete a constituição dos vínculos e as possibilidades de desenvolvimento. (YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004; RIZZINNI; RIZZINNI, 2004).

Rizzini (2006) aponta que a noção de “acolhimento” se opõe à noção de “institucionalização” como prática de confinamento e segregação. Com foco na superação do atendimento massificado, que caracteriza as práticas institucionais destinadas à população infanto-juvenil, dentre as obrigações previstas pelo ECA para os abrigos, o atendimento personalizado e em pequenas unidades tem como preservar a individualidade de cada um dos acolhidos na perspectiva da constituição de um ambiente de respeito às singularidades deles. Contudo, apesar dos avanços observados nos serviços que já utilizam unidades residenciais para o atendimento e que estabelecem um número reduzido de acolhidos, as questões relacionais parecem exigir mudanças que vão além dos aspectos meramente físicos ou quantitativos para a garantia da qualidade do atendimento, que pode ser pensado em termos de recursos, intencionalidade, participação e profissionais adequados. Sobre essa questão, Rizzinni (1994) reflete que a simples divisão dos abrigos em pequenas unidades numa aproximação ao modelo familiar pode não ser suficiente para distingui-los dos grandes internatos.

Não se desconsiderando a importância de tais alterações na esfera do atendimento, compreende-se que o “acolhimento” de adolescentes remete à qualidade das interações, à constituição de vínculos positivados e à construção da autonomia como objetivos constantes das atividades desenvolvidas no contexto, desde o ingresso do adolescente na instituição.

Objetivos que se expressam na forma de abordá-los, na disponibilidade de uma escuta atenta às histórias trazidas, no respeito pelos sentimentos e num interesse por suas vivências, propiciando

[...] outras formas de relacionamento com os adolescentes, criando condições ambientais para que desenvolvam suas potencialidades e habilidades, proporcionando-lhes uma maior sustentação subjetiva, vincular e social [...] uma maior capacidade de reflexão e de simbolização. (COSTA, 2004, p. 317).

A postura de disponibilidade pode demonstrar ao adolescente a sua importância no contexto de acolhimento e sinalizar um apoio com o qual poderá contar nas adversidades. Todavia, a complexidade das interações presentes no contexto exige a capacidade de dialogar com as pressões cotidianas e a superação de impasses e conflitos na negociação dos acordos de convivência. É comum, em grande parte das instituições de acolhimento, a normatização do cotidiano através de regras de funcionamento que muitas vezes parecem corresponder mais às necessidades da instituição que as cria, que aos interesses da população à qual visa atender.

Embora se admita que a construção conjunta de determinadas regras e limites contribua para manter uma estabilidade importante no ambiente institucional e favorecer o desenvolvimento da autonomia do adolescente, é importante refletir que alguns dispositivos de coerção e violência acionados nas intervenções para o controle/mediação dos conflitos podem se incorporar às práticas institucionais como circunscritores que orientam as trajetórias dos adolescentes e reproduzem a cultura da delinquência, reforçando estigmas sociais que os desqualificam. Segundo Rizzinni (2004), no trato com os acolhidos e encarregados do cumprimento das normas institucionais, os cuidadores costumam tornar-se pessoas autoritárias e, nesse sentido, a premissa do “cuidado” inerente ao acolhimento é desvirtuado pela necessidade de regulação e controle, trazendo prejuízos ao desenvolvimento de tais sujeitos.

1.2.4 Sobre o contexto infracional: a criminalização da adolescência pobre

Os adolescentes em situação de acolhimento institucional, em sua maioria, trazem vivências com a prática infracional e cumprem ou já cumpriram medidas socioeducativas em regime fechado (internações em unidades), em meio-aberto, como a Liberdade Assistida (LA) ou a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), e se encontram ameaçados de morte em suas comunidades de origem por envolvimento com o tráfico de drogas, o que se constitui como um limite a mais para o restabelecimento do convívio familiar e comunitário.

Advindos, em sua maioria, de bairros urbanos periféricos onde as condições infraestruturais expressam a precariedade e a insuficiência de políticas públicas, a questão da violência representa um elemento que se ergue com força e medeia às relações, através das práticas delituosas como parte de tais sociabilidades.

O Estado se faz presente pela via da repressão, através dos dispositivos policiais, cujas ações, sobretudo junto ao tráfico de drogas, compõem um ambiente de tensão para os moradores das comunidades como um todo. As áreas pobres da cidade são fragmentos que se articulam com o conjunto da cidade, refletindo as desigualdades econômicas da sociedade que, por sua vez, condiciona a vida dos moradores conforme as oportunidades que lhes são oferecidas materialmente. Além disso, as áreas de pobreza são, cada vez mais, identificadas como áreas de perigo e violência, e os grupos sociais entram em conflitos pelos benefícios distribuídos de forma desigual na cidade, deflagrando tensões que se expressam de inúmeras maneiras, inclusive, sob a forma crescente de violência urbana.

Como desdobramentos individuais de uma violência que perpassa o coletivo, o “desterro” de adolescentes envolvidos com a delinquência se manifesta na sua expulsão dos bairros de origem por conta de ameaças de morte. Para Santos (2004, p. 74), tal movimento se caracteriza pela

[...] impossibilidade de não mais habitar e conviver na comunidade, pelo simples fato de ter existido um envolvimento em situações nas quais ocorreu uma séria ameaça à existência dos jovens, tendo que, por este motivo, refazer suas vidas em outros locais ou sofrer de situações que não lhes possibilitem a retomada da vida dita normal que tinham, isto é, andar pelas ruas, conviver com os amigos, morar no bairro, construir suas casas e novas famílias, crescer em meio aos amigos e familiares, dentre tantas outras possibilidades [...] Esses processos de desterro conseguem retirar da comunidade muitos jovens, que depois não conseguem retornar a seu lugar de origem, tendo, então, que iniciar nova trajetória em lugares diversos, nem sempre em direção favorável.

A questão da ameaça de morte aos adolescentes, evocada muitas vezes como motivação principal do acolhimento institucional, se constitui como objeto do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte - PPCAAM, instituído em 2003 como uma estratégia do Governo Federal e do Núcleo de Acolhimento Provisório – NAP, em parceria com os governos locais, que se propõem a proteger, em conformidade com a Lei nº 8.069/90, crianças e adolescentes expostos aos riscos de morte no país podendo se estender aos jovens de até vinte e um anos, caso sejam egressos do sistema socioeducativo. (PPCAAM, 2011). Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos – SDH (2011), o “perfil” dos sujeitos que se encontram sob proteção é configurado majoritariamente por indivíduos

[...] do sexo masculino (76%); negros (75%); na faixa etária entre 15 e 17 anos (59%); ensino fundamental incompleto (95%); morador da capital (63%); tem a

genitora como principal referência familiar (75%), renda familiar é de até 1 SM (57%), e a ameaça se deve ao envolvimento com o tráfico (60%).

A configuração de tal cenário vem suscitando polêmica por parte dos agentes envolvidos na execução da medida protetiva de acolhimento institucional, cujos serviços não são destinados/organizados para enfrentar esse tipo de situação. Assim, impõem limites à participação dos adolescentes em atividades externas, como escola, atendimento de saúde, cursos, passeios e ainda ao cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, considerando que a rede de serviços localiza-se na própria comunidade do abrigo. Contudo, na ausência de uma retaguarda para tal população até o encaminhamento aos programas específicos (PPCAAM ou NAP) e a avaliação de cada caso, são os abrigos que vêm constituindo-se como único espaço protetivo para tais adolescentes, muitas vezes ameaçados em comunidades próximas ao espaço de acolhimento, o que se configura como sério risco à sua e à segurança dos profissionais que os atendem.

A proteção necessária aos adolescentes ameaçados de morte exige, então, a inclusão dela na política de segurança pública do Estado, considerando-se que a permanência no abrigo não garante, por si só, a proteção suficiente à situação da ameaça. Observa-se ainda que alguns acolhidos costumam “relativizar” a gravidade das ameaças – possivelmente por não quererem se afastar da rede de relacionamento (familiar, com os pares) ou mesmo pela vivência cotidiana com situações de violência –, circulando livremente por diferentes contextos. O movimento de entradas e saídas observado no espaço de acolhimento muitas vezes representam acordos firmados com os profissionais da instituição, sobretudo para não fazerem uso de drogas no interior da casa.

Nos abrigos, alguns adolescentes aguardam a entrevista inicial com o PPCAAM para os encaminhamentos protetivos específicos. Além disso, outros jovens para os quais a proposta do programa resultou inútil, lá se mantêm devido à ausência de familiares para acompanhá-los na transferência do local de residência, à falta de voluntariedade ou ao “desligamento” em decorrência de “transgressões” às normas de proteção do PPCAAM. Observam-se ainda divergências nas avaliações realizadas por conselheiros tutelares, técnicos e dirigentes das casas de acolhida sobre a procedência de tais ameaças e a real exposição dos adolescentes ao risco. Tais divergências denotam diferentes leituras e compreensões sobre a questão do “risco”, ou ainda o desconhecimento sobre as situações específicas que envolvem a história de cada adolescente.

Em relatório que analisa a situação dos adolescentes no Brasil, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, não obstante reconhecer a adolescência como um período

da vida preme de “possibilidades de aprendizagem, de experimentação, de inovação” (UNICEF, 2011, p. 12), identifica que os adolescentes brasileiros correspondem à população que vem sendo mais afetada pelo conjunto de vulnerabilidades sociais, como

[...] a pobreza, a violência, a exploração sexual, a baixa escolaridade, a exploração do trabalho, a gravidez, as DST/AIDS, o abuso de drogas, os homicídios e a privação da convivência familiar e comunitária. Essas vulnerabilidades, entretanto, não afetam os 21 milhões de adolescentes brasileiros da mesma maneira. O que diferencia a forma pela qual os adolescentes vão ser atingidos por tais vulnerabilidades são as desigualdades sociais construídas historicamente no Brasil, constituídas com base em preconceitos e nas mais diferentes manifestações de discriminação. (op. cit., p. 28)

Ainda segundo a UNICEF (2011), os preconceitos e discriminações se constituem como violação de direitos dos adolescentes nas desigualdades construídas a partir de marcadores culturais, como local de origem, identidade étnico-racial e gênero. Esse texto revela ainda que as condições de vida deles vêm se apresentando abaixo da média nacional no que se refere a outras faixas etárias, o que intensifica os obstáculos ao desenvolvimento de tais sujeitos. Ilustrando essa questão, enquanto entre o ano de 2004 e 2009 os indicadores de pobreza apresentam uma queda para a população de modo geral, para os adolescentes, esse índice foi ampliado. Nestes termos, a adolescência deixa de ser uma etapa de “integração” social e passa a se constituir como momento de maior “estranhamento” social (ARPINI, 2003).

Quanto aos direitos relativos à proteção, o relatório mundial aponta uma situação desfavorável para tal população, em que a exploração no trabalho, a violência, o abuso sexual e os conflitos com os sistemas de justiça criminal figuram como principais ameaças. No caso brasileiro, especificamente, de um total de 2,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos explorados no trabalho, 1,2 milhão são adolescentes de 14 e 15 anos (PNAD 2009). Quanto às situações de violência envolvendo crianças e adolescentes, 60% dos casos registrados ocorrem no âmbito doméstico; 22%, em esferas públicas; e 18%, em instituições de saúde, centros de detenção, unidades de assistência social, entre outros (UNICEF, 2011). Os dados ainda apontam que 7,9 milhões de adolescentes (38% do contingente nacional) vivem em famílias com renda inferior a meio salário mínimo. No quesito educação, confirmando os dados apresentados na pesquisa do IPEA (2004), vê-se que, na faixa etária entre 6 e 14 anos, apenas 3% não foram alfabetizados, já entre os adolescentes de 12 a 17 anos, esse índice atinge 14,8%.

Outro aspecto que adquire relevância no estudo refere-se aos índices de homicídios registrados no país. Tomando por base o ano de 2009, enquanto que, na população em geral, a média é de 20 homicídios por 100 mil habitantes, entre os jovens de 15 a 19 anos, sobretudo

do sexo masculino, negros e moradores das periferias dos grandes centros urbanos, essa média sobe para 43,2. Diante disso, pode-se inferir que essa é uma população vulnerável às ações de grupos criminosos e à repressão das forças de segurança. Uma situação que, aliada à ausência de políticas públicas eficientes de educação, profissionalização, emprego e segurança, contribui com o recrutamento de crianças e adolescentes para experiências de delinquência (UNICEF, 2011).

Corroborando esse cenário, o Mapa da Violência 2011 indica novos “padrões” de mortalidade juvenil nas últimas décadas, em que as “causas externas”, como homicídios, vêm se constituindo como os principais motivos de morte da população juvenil brasileira. Indicam que os homens jovens – entre 15 e 24 anos – negros, pobres e com baixa escolaridade são as principais vítimas de violência no Brasil. Em 2010, quase 3/4 da mortalidade juvenil – 73,2% – deve-se a causas externas (ou, também, causas violentas, como costumam ser denominadas) e o principal responsável por essas taxas são os homicídios (WASELFISZ, 2011).

Embora em Pernambuco se verifique uma queda na taxa de homicídios nos últimos dez anos, o estado figura no Mapa da Violência de 2011 como o terceiro mais violento do país no índice de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos. Apesar dos dados sugerirem a associação da pobreza à violência, tal argumento da pobreza, por si só, não esgota a questão, considerando-se que os índices mais elevados de violência não são verificados nos estados mais pobres da Federação, mas naqueles em que as desigualdades e contrastes entre a riqueza e a pobreza são significativos, o que se verifica, sobretudo, em diversas regiões metropolitanas do país (WASELFISZ, 2011).

A configuração do quadro apontado pelas pesquisas expressa uma relação entre as ações do Estado, por meio das agências de controle social, e a construção de uma realidade desfavorável para determinados grupos sociais, com repercussões para práticas de sobrevivência mediadas pela delinquência, cujo crescimento, sobretudo em se tratando dos adolescentes, suscita uma continuidade de tais práticas num indicativo de subjetivação e demarcação de trajetórias pessoais.

São essas tramas, carregadas de preconceitos e concepções sobre infratores e infrações que imprimem um caráter mais rígido e determinado da prática infracional ao longo da vida de uma pessoa. [...] A exclusão social não somente demarca caminhos e trajetórias possíveis de desenvolvimento, mas, principalmente, delinea percursos vetados de serem trilhados por pessoas pertencentes a determinados segmentos sociais. (SILVA; ROSSETTI-FERREIRA, 2002, p. 581).

A “associação” da violência com a população juvenil guarda relação com um conjunto de significados produzidos nas transformações sociais ao longo da história em que a adolescência é construída como problema e, enquanto tal, fonte de preocupações e

inquietações sociais. (ADORNO *et al.*, 1999). Segundo aponta Minayo (1994), em termos gerais, a questão da violência não se limita à situação da delinquência socialmente reconhecida, mas também abrange elementos estruturais - presentes nas desigualdades que oprimem e discriminam determinados grupos – e de resistência – como respostas a tais mecanismos de exclusão.

O conjunto de mudanças que caracteriza o cenário no qual as práticas de delinquência juvenil emergem pode ser representado pelas alterações verificadas na organização das famílias como instituição de reprodução social em suas diferentes configurações sob os apelos do mundo do trabalho urbano industrial: os novos padrões de necessidades sociais, que por sua vez influenciam os padrões de consumo; os diferentes níveis de inserção socioeconômica e cultural inscritos numa sociedade desigual; e a insuficiência de políticas públicas na garantia de direitos, como a educação, saúde, segurança e lazer (PERROT, 1996). A conjugação de tais elementos parece compor um terreno fértil para o ingresso de jovens nas experiências infracionais como forma de inserção social e de acesso aos bens produzidos e valorizados numa sociedade de consumo, reforçando o estigma histórico que associa pobreza à violência.

Em seu art. 103, o ECA considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal praticada por crianças, para as quais estão previstas as medidas protetivas (art. 98). Para os adolescentes, além das medidas de proteção, poderão ser aplicadas as socioeducativas (art. 112), de caráter pedagógico-educativo, com o objetivo de responsabilizar tais sujeitos e prepará-los para o convívio social através de orientações que contemplam a obrigatoriedade de escolarização e profissionalização, a partir de um atendimento personalizado, com respeito à identidade e à singularidade dos mesmos.

Contudo, a experiência com a infração se manifesta de modo diferente do que preconiza a legislação. Considerados adolescentes “em conflito com a lei”, cuja categoria jurídica já os qualifica como sujeitos transgressores da “ordem estabelecida”, vêm sendo alvo de estigmas sociais que lhes conferem um lugar “marginal”, uma posição inferior na estratificação social e de diferentes categorias como delinquentes, infratores, trombadinhas, pivetes, e o ato infracional como sendo uma manifestação de uma característica de sua identidade (VOLPI, 2002).

Para o autor, a mudança de paradigma da “situação irregular” para o da “proteção integral” no atendimento exige a superação dos mitos que ainda persistem no ideário social sobre os adolescentes que cometem tais atos, como a tendência a concebê-los como sujeitos “perigosos” por excelência, como se fossem os principais responsáveis pela maioria dos

índices de criminalidade identificados no país veiculados, sobretudo pela mídia, e destinatários de uma “impunidade” a despeito das medidas socioeducativas previstas no ECA que os responsabiliza pelas infrações cometidas (VOLPI, 2002).

Para além dos estigmas que qualificam os adolescentes pobres, argumenta-se que é necessário recuperar os diferentes elementos socioeconômicos e culturais que os expõem às condições de vulnerabilidade e contribuem para as experiências infracionais que, por sua vez, correspondem a uma forma de inserção e construção identitária junto à ordem social. Questões relacionadas às condições socioeconômicas, da família, à violência intrafamiliar, ao envolvimento com os pares e a uma cultura que argumenta em prol de uma “predestinação” ao crime são citadas por adolescentes como motivações para o ingresso na experiência infracional. Dentre os fatores que contribuem para um não rompimento com tais práticas, são mencionadas as ameaças de rivais, a fidelidade com o grupo de pares infratores e falta de apoio social sustentada na crença de que são irrecuperáveis (SILVA; ROSSETTI-FERREIRA; CARVALHO, 2004). Tais crenças e valores constroem uma:

[...] significação social em relação ao crime, associada às restrições de mobilidade social, particularmente nas camadas populares, restringe e dificulta enormemente as tentativas, esforços de desistência e desejos de assumir um novo papel social. Novas redes de relacionamentos deverão ser construídas em substituição às redes antigas [...] Corre-se o risco de psicologizar e individualizar o envolvimento com a prática infracional e, também, a sua persistência ao longo da vida de uma pessoa. (SILVA; ROSSETTI-FERREIRA, 2002, p. 581).

Em decorrência do envolvimento com as práticas infracionais, as passagens por unidades de internação para o cumprimento de medida socioeducativa se constituem em experiências que podem significar pontos de viragem em seus ciclos de vida, como uma oportunidade de reorganização de suas trajetórias de desenvolvimento (SILVA & ROSSETTI-FERREIRA, 2002). Contudo, Yokoy e Oliveira (2008) atentam para a influência dos elementos simbólicos formais (aspectos normativos) e não formais (crenças e valores sobre criminalidade que perpassam as relações presentes no referido contexto com implicações para a construção das subjetividades). Destacam que as semelhanças entre as condições de vida e os mecanismos e valores presentes nos contextos das unidades socioeducativas nas prisões destinadas a adultos promovem a reprodução da “cultura de cadeia” nos contextos de internação de adolescentes. Os códigos compartilhados, como a linguagem utilizada (gírias), a lei do silêncio, a desconfiança no outro, e o desrespeito nas interações, fazem dessa cultura um circunscritor de subjetividades que orienta o desenvolvimento em outros contextos, dificultando a descontinuidade com a prática infracional.

Os dados apontados pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ministério da Justiça (2006), revelam que 85% das infrações praticadas por adolescentes no país são contra o patrimônio (furtos, roubos) e devido ao tráfico de drogas, e 15% constituem atentado à vida, em que apenas 1% utilizou meios cruéis nos delitos . Vê-se então que a construção de estigmas sobre a juventude pobre como principal agente de violência vem influenciando uma visão societária punitiva, na contramão dos índices expressivos de violações de direitos praticadas cotidianamente contra crianças e adolescentes, como homicídios, o recrutamento para o tráfico de drogas e a exploração sexual (ZALUAR, 2000).

Apesar da referência à prática delituosa, as medidas socioeducativas configuram-se como matéria de legislação especial por considerar o adolescente como pessoa em fase peculiar de desenvolvimento, devendo ser aplicadas segundo a capacidade do adolescente para cumpri-la, as circunstâncias do fato e a gravidade da infração. Contudo, de acordo o Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (2010), observa-se o crescimento do número de medidas socioeducativas de internação no país, com 12.041 adolescentes em privação de liberdade, 3.934 submetidos à internação provisória e 1.728 em cumprimento de semiliberdade.

Confirmando tais dados, pesquisa coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), identificou que essa medida vem sendo utilizada de modo arbitrário, pois se verificam casos cujas infrações cometidas não preenchem os “requisitos” para a internação, o que indica a tendência de aplicá-la como principal medida e não excepcionalmente, como determina a Lei (CF art. 227, parágrafo 3º, V e art. 121 do ECA). Outro aspecto que merece destaque diz respeito às condições gerais de atendimento pelas unidades identificadas no país pelo Levantamento Nacional. Além da precariedade física das instalações e dos recursos humanos, questões graves de violação de direitos, como violência física, psicológica, maus-tratos e tortura, compõem o cenário de adolescentes em privação de liberdade no Brasil.

O cenário apontado pelas pesquisas expõe aspectos importantes que suscitam uma reflexão sobre as políticas públicas destinadas aos adolescentes “em conflito com a lei”, tendo em vista o atendimento prestado pelas unidades de medidas socioeducativas na trajetória de sujeitos que, apesar de considerados legalmente como prioridade absoluta no Sistema de Garantia de Direitos (SGD), são submetidos a uma série de violações de direitos típicas dos sistemas prisionais que marcaram o Código de Menores.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, as unidades socioeducativas do Brasil estão ultrapassadas e apresentam baixos recursos materiais e humanos, com flagrantes de adolescentes recolhidos em delegacias e centros de internação funcionando dentro de quartéis de polícia. Pernambuco apresentou um total de 1.456 adolescentes em regime de privação de liberdade, sendo que 1.350 são do sexo masculino e 106 do sexo feminino, uma diferença significativa entre os sexos. Sobre a questão, Volpi (1999, p. 57-58) entende que:

[...] A permanência mais prolongada das meninas no lar tem sido apontada como um dos fatores responsáveis pela sua maior frequência à escola, pela menor presença das mesmas nas ruas e pelo seu menor envolvimento em ato infracional.

Considerando as práticas infracionais como construções sócio-históricas cuja significação se relaciona aos valores compartilhados em culturas específicas, é possível refletir sobre os aspectos presentes nessas culturas que favorecem ou dificultam tais práticas. De acordo com Lavinias (1997 apud TRAVESSO-YEPEZ, 2005, p. 149)

[...] o sexo social – portanto, o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determinam, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses [...] é nos espaços de convivência cotidiana, mais particularmente a família e a vizinhança, que meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a sociedade local exige que sejam [...] Nesse sentido, o cotidiano da família é fortemente influenciado pela organização de gênero que, vigorando para além do espaço doméstico, manifesta-se de forma marcante nas relações intrafamiliares.

A compreensão das diferenças apontadas pelas pesquisas no que diz respeito a uma maior incidência das práticas infracionais entre adolescentes do sexo masculino exige, portanto, que sejam considerados os contextos específicos aos quais os sujeitos se vinculam e a concretude das interações nas quais são produzidas. Silva e Rossetti-Ferreira (2002) identificam que os estudos sobre infração necessitam delimitar melhor alguns marcadores que influenciam o modo como os sujeitos a vivenciam. Segundo eles, a questão do gênero:

[...] marca uma diferença bastante acentuada na produção e no modo de expressão do comportamento antissocial. Quando consideramos a importância da cultura, faz-se necessário reconhecer a multiplicidade de significados relacionados às ações, sentimentos e pensamentos humanos. [...] mais particularmente em relação ao gênero, os estudos desconsideram que o contexto da criminalidade está vinculado a um ethos da masculinidade [...] as estatísticas nacionais e internacionais indicam que o universo da criminalidade, a exemplo de outros espaços de ação pública, é hegemonicamente dominado pelo homem. (SILVA; ROSSETTI-FERREIRA, 2002, p. 581).

Os fatores socioeconômicos e, sobretudo culturais – que oferecem um conjunto de significados para as ações - presentes nas diferentes condições de socialização de meninos e meninas influenciam na construção de subjetividades, considerando-se a rede de interações

disponíveis nos grupos sociais de origem e das relações de poder estabelecidas (SILVA; ROSSETTI-FERREIRA, 2002).

No caso das meninas, principalmente nos grupos familiares das camadas pobres, as tarefas e cuidados domésticos que lhes são destinados geralmente restringem a sua circulação por outros espaços, o que, no caso dos meninos, não somente é permitida como incentivada como parte de sua socialização. Para Zaluvar (1994, p. 7), as mulheres “participam mais do mundo da casa do que do mundo da rua” - esta considerada socialmente como o principal *locus* de violência. Para Assis e Constantino (2000), vivências desenvolvidas no âmbito doméstico, relativas ao cuidado com a casa e com a proteção dos filhos, afirmam o papel da mulher na conservação e manutenção de determinados valores sociais. Desse modo, inferem que tal socialização atua como fator de proteção que inibe a entrada de adolescentes do sexo feminino no mundo infracional. No dizer de Travesso-Yepez e Pinheiro (2005, p. 147),

[...] as relações de gênero, situadas sempre em contextos sociais específicos, demarcam espaços, delimitam possibilidades e configuram matrizes ou modelos de interação entre as pessoas, implicando pressões sobre aquelas que as transgridem ou subvertem.

Embora as pesquisas identifiquem que, do total de infrações cometidas por jovens, apenas 15% sejam praticadas por adolescentes do sexo feminino, é importante refletir sobre os mecanismos sociais em que tais diferenças são produzidas. Para Assis e Constantino (2000), os baixos índices de delito resultam no parco investimento em estudos e podem estar relacionados ao papel secundário que a mulher ocupa na sociedade e na vida extrafamiliar, além de um preconceito, sobretudo por parte da opinião pública, de não valorizar a temática. Para essas autoras, a inserção feminina nas práticas delituosas, no geral, ocorre na esteira das práticas masculinas, em que desenvolvem funções sexuais, sendo consideradas “perigosas, não confiáveis e capazes de traição” (ASSIS; CONSTANTINO, 2000, p. 13). Corroborando tal afirmação, Zaluvar (1994) aponta que as mulheres costumam expressar um menor índice de rompimento com a ordem jurídica e o seu envolvimento com o crime dá-se, geralmente, por influência da

[...] figura masculina do ‘parceiro’ presente na vida das jovens [...] relação tão autoritária e hierárquica como a que a jovem tinha em sua família de origem. Por essa razão, a preferência dos parceiros pela vida infracional acaba por levá-las para o mesmo espaço de risco. (ASSIS; CONSTANTINO, 2000, p. 42).

Na pesquisa de Assis e Constantino (2000), vê-se que tais experiências ocorrem em meio a tensões e as adolescentes costumam sinalizar o movimento de romper com as práticas delituosas, manifestando o desejo de não reproduzirem modelos de submissão e dependência por vezes introjetados nas vivências familiares. Contudo, mesmo diante da incidência de

experiências afetivas negativadas junto aos parceiros, tendem a repetir o padrão social de conformismo diante da figura masculina, o que pode dificultar a saída do mundo infracional.

Considerando-se as socializações distintas atravessadas por um recorte de gênero¹⁷, em que o universo doméstico quase sempre é destinado às meninas, observa-se que a influência da família no ingresso do adolescente no contexto infracional vem sendo enfocada a partir da sua estrutura e de seus aspectos relacionais (ASSIS, 1999). Neste sentido, a violência doméstica, em suas diferentes expressões, vem se constituindo como um dos principais fatores que impulsionam as jovens a buscar as ruas como espaço de sobrevivência mediada por experiências de delinquência. Para as adolescentes, o abuso e a exploração sexual¹⁸ se constituem como a principal violência identificada pelo Disk Denúncia¹⁹ (SDH, 2010), correspondendo a 60% dos casos atendidos, numa clara manifestação da violência de gênero.

Apesar dos avanços legais verificados, o caráter educativo que permeia as medidas socioeducativas elencadas no ECA cede lugar à lógica punitiva que não se articula com uma política mais ampla no sentido de promover a reinserção dos jovens como cidadãos e sujeitos de direitos e lhes possibilitar novos significados e a construção de projetos de vida em condições menos adversas. Na busca de garantir o que a lei preconiza, a Lei 12.594 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que entrou em vigor em 18 de abril de 2012 e traz avanços, como a prioridade ao cumprimento de medidas em meio aberto, a qualificação das equipes de atendimento e a articulação de políticas intersetoriais para a constituição de uma rede de apoio e promoção da reintegração familiar e comunitária dos adolescentes autores de atos infracionais, na perspectiva de uma política construída com e para os adolescentes (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

A partir de tais considerações, problematiza-se tal perspectiva de inclusão sustentada pelas políticas públicas direcionadas a tal população, cujas categorias construídas a partir de

¹⁷ No presente estudo, defende-se que o conceito de gênero - na expressão “*relações de gênero*” – transcende a questão da anatomia sexual, na compreensão da masculinidade e da feminilidade como construções que remetem a redes de significações que envolvem diversas dimensões da vida das pessoas, suscitando a permanente interdependência entre o biológico e o psicossocial em cada cultura específica. (PINHEIRO, 2001);

¹⁸ O abuso sexual é compreendido como a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual, geralmente praticado por uma pessoa com quem a criança ou adolescente possui uma relação de confiança, e que participa do seu convívio. Essa violência pode se manifestar dentro do ambiente doméstico (intrafamiliar) ou fora dele (extrafamiliar). A exploração sexual é a utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais e mediada por lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca. (BRASIL – SDH).

¹⁹ O Disque Denúncia Nacional, ou Disque 100, é um canal de comunicação da sociedade com o poder público e está disponível para todos os estados brasileiros, sendo coordenado e executado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Seu principal objetivo é receber denúncias de transgressões aos direitos de crianças e adolescentes e encaminhá-las aos órgãos competentes.

marcadores (etários, de classe, de gênero) aprofundam desigualdades e a ordem social excludente. No caso dos adolescentes, caracterizados como o grupo mais vulnerável²⁰ aos efeitos da pobreza e da exclusão social, o enfoque assistencialista acionado pelas políticas públicas “podem atuar restringindo as possibilidades de promoção de vida, ao invés de oportunizar a produção de novos modos de subjetivação.” (GUARESCHI *et al.*, 2007, p. 20)

Diante de tais considerações, infere-se a necessidade de se investir no protagonismo de tais sujeitos que têm em comum a condição de pobreza/estigmatização como manifestação de um processo de desfiliação social, que pode ainda se expressar na descontinuidade dos vínculos familiares, comunitários e institucionais. Neste sentido, as trajetórias empreendidas pelos adolescentes entre diferentes contextos, em que os referenciais identificatórios da rua assumem prioridade, indicam a necessidade de se compreender suas interseções.

1.3 Interseções entre rua, família e instituição

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2010) cerca de 100 milhões de pessoas em todo o mundo têm no espaço das ruas o principal contexto de sobrevivência e, desse contingente, a estimativa é de que 75% sejam constituídos por crianças e adolescentes. Segundo a única pesquisa realizada no Brasil sobre tal população, em 2007 (MDS), ela se constitui, na maioria, por trabalhadores, homens, negros, com pouca instrução e com renda média de 1/3 de salário mínimo; vivem em praças, rodovias, calçadas e viadutos do Brasil, por problemas familiares, distúrbios mentais, dependência química, desemprego e pobreza.

Integrando tal cenário, a presença de crianças e adolescentes nas ruas se constitui como um fenômeno mundial, alcançando maior visibilidade no Brasil a partir da década de 70, com o crescimento das cidades e a intensificação das ondas migratórias. Apesar dos movimentos que caracterizaram o cenário democrático dos anos 1980, e de conquistas como a aprovação do ECA com a previsão da prioridade absoluta de tal população no acesso à políticas públicas, o país não conseguiu atingir tais objetivos (UNICEF, 2011). No quesito assistencial, identificou-se que, dos 5.565 municípios brasileiros, apenas 5,2% tinham serviços de acolhimento para essas crianças e adolescentes; 22,3% contavam com iniciativas

²⁰ Segundo Guareschi *et al.* (2007, p. 20), a compreensão sobre vulnerabilidade social sustenta-se nas implicações objetivas do conceito de risco, e está relacionada a “uma posição de desvantagem frente ao acesso às condições de promoção e garantia dos direitos de cidadania de determinadas populações.”

de abordagem social nas ruas; e 13% disseram ofertar outros serviços para atender a esse segmento (MUNIC 2009) ²¹.

Em linhas gerais, os dados do UNICEF (2011) corroboram a Primeira Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, realizada entre maio e junho de 2011. O estudo apresentado ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA revela que 24 mil meninas e meninos vivem em situação de rua no Brasil, dos quais 70% são do sexo masculino e cerca de 73% do total se declaram negros ou pardos.

A pesquisa aponta ainda que, do total dessa população, 70% vivem e dormem nas ruas há mais de 6 meses; apenas 23,3% preferem buscar abrigo em instituições de acolhimento para dormir, 64% passam as noites em companhia de amigos, 14,6% perambulam sozinhas, 13,8% não se alimentam diariamente e 14,8% costumam circular entre os referidos contextos. O relatório da pesquisa busca traçar um perfil dessa população e demonstra que a violência intrafamiliar e o abuso sexual são responsáveis por 71% dos motivos que levam a população infanto-juvenil a deixar a casa. O alcoolismo e as drogas representam 30,6% dos fatores que impulsionam os jovens para as ruas. Embora a maioria se encontre em idade escolar, 59% não frequentam a escola. Comentando sobre o cenário, a UNICEF (2011, p. 37) refere que tais sujeitos,

[...] mais que excluídos, são banidos, por preconceito e discriminação, inclusive pelas instituições destinadas a acolhê-los, considerando que do universo pesquisado, 12,9% dos entrevistados já haviam sido impedidos de receber atendimento na rede de saúde e 6,5% de emitir documentos; 36,8% deles tinham sido impedidos de entrar em algum estabelecimento comercial; 31,3%, de usar transporte coletivo; 27,4%, de entrar em bancos; e 20,1%, de entrar em algum órgão público.

O quadro apresentado pela pesquisa evidencia uma realidade desfavorável para tais adolescentes, marcada por práticas discriminatórias que lhes restringem experiências de cidadania e desenvolvimento. As experiências familiares envolvendo situações de privação e violência, muitas vezes culminam com a saída deles do ambiente doméstico; os episódios de violência – física e/ ou simbólica, infligidos pelas instituições que se propõem a protegê-los, por seu turno, também não conseguem se constituir em referências positivadas que lhes proporcionem outras vinculações, contribuindo com mais descontinuidades em suas trajetórias. Segundo Castro e Abramovay (2002, p. 160):

Dados de diversos estudos, assim como as percepções coletadas em grupos focais na pesquisa, sugerem que, além da falta de oportunidades de trabalho e de alternativas

²¹ Os dados se referem ao suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic., 2009), realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CONANDA.

de lazer, uma marca singular dos jovens, nestes tempos, é a sua vulnerabilidade à violência, o que se traduz na morte precoce de tantos. De fato, alguns dos autores citados e outros consideram que, se a falta de alternativas de trabalho e lazer não é traço novo na vida dos jovens de baixa renda no Brasil, o medo, a exposição à violência e a participação ativa em atos violentos e no tráfico de drogas seriam marcas identitárias de uma geração, de um tempo no qual vidas jovens são ceifadas.

Considerando a questão das crianças e adolescentes em situação de rua a partir do enfoque dos direitos humanos, Rizzinni *et al.* (2010, p. 15) apontam que:

[...] o problema não está nas crianças e nos adolescentes que vemos nas ruas. Eles refletem, antes, o resultado de diversos fatores relacionados às históricas desigualdades que caracterizam o país [...] entende-se que a situação de rua em si representa a consequência ou o agravamento da violação de direitos básicos garantidos, inclusive, na Constituição brasileira. Como descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente, essa população tem violados os direitos: à vida e à saúde (capítulo I); à liberdade, ao respeito e à dignidade (capítulo II); à convivência familiar e comunitária (capítulo III); à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (capítulo IV); ser considerada em sua privacidade, autonomia e identidade (art. 17); de não estar em situação vulnerável para diversas formas de exploração (art. 18).

Reconhecendo-se a complexidade das construções sobre adolescência, cabe ressaltar que o presente estudo busca focalizar um modo específico de viver a adolescência, notadamente aquela de origem pobre, que transita ente diferentes contextos, cujas passagens são discriminadas por subverterem uma “ordem” que regula os espaços públicos urbanos. Longe dos contextos da família e da escola, tais sujeitos perambulam pelas ruas, compartilham alimento, fazem “virações”²², agrupam-se para garantir a proteção, resistem, divertem-se, constroem sociabilidades e inscrevem marcas no cotidiano dos grandes centros projetados como territórios de passagem. Analisando os processos de constituição identitária de meninos em situação de rua, em São Paulo, a partir da dinâmica da “viração”, Gregori (2000, p. 22) compreende tal movimento como:

[...] uma dinâmica constitutiva de vida dos meninos em situação de rua no qual a circulação, a instabilidade e o não estabelecimento de vínculos permanentes se faz presente em seu cotidiano. Embora preservando laços familiares e contato com a residência familiar, os meninos não se fixam nas relações, a mobilidade e a fragilidade de laços impede também que desenvolvam vínculos comunitários ou que se fixem até mesmo na sociabilidade no universo da rua. A instabilidade é constitutiva da dinâmica da “viração”, na qual o apoio e proteção institucional aumentam a crença dos meninos na sua capacidade individual, ou seja, na ilusão de independência.

Para Lisboa e Koller (2003), as relações de amizade contribuem para uma validação de um consenso em torno de interesses, necessidades, medos e esperanças, que lhes permite uma identificação e sentimentos de valorização. Contudo, na efemeridade das ruas, os vínculos estabelecidos que servem de apoio diante das inseguranças do ambiente apresentam uma descontinuidade. Assim, os grupos se formam e se desfazem de acordo com as mudanças de

²² Trabalho ocasional

trajetórias vividas por cada um em particular, como a volta para o contexto familiar, a mudança para outro abrigo, períodos de internação ou mesmo por óbito, sobretudo se considerando que parte desses adolescentes encontra-se ameaçada de morte. Contudo, nas interações produzidas junto ao grupo de pares,

[...] o lazer para os jovens aparece como um espaço especialmente importante para o desenvolvimento das relações de sociabilidade, das buscas e experiências através das quais procuram estruturar suas novas referências e identidades individuais e coletivas. É um espaço menos regulado e disciplinado que o da escola, do trabalho e da família. O lazer se constitui também como um campo onde o jovem pode expressar suas aspirações e desejos e projetar um outro modo de vida. Podemos dizer, assim, que é uma das dimensões mais significativas da vivência juvenil (ABRAMO, 1994 *apud* CASSAB, 2009, p. 10).

Para muitos adolescentes, a vinculação com o contexto das ruas é relatada como uma passagem que termina com a chegada da maioridade e a assunção de responsabilidades, em que o trabalho adquire uma importância significativa. Tais sujeitos se referem a um conjunto de dificuldades que envolvem a impossibilidade de inserção num trabalho digno: a desconfiança/discriminação dos empregadores – sobretudo pelas experiências infracionais – o que não lhes conferem “bons antecedentes”, exigências de escolaridade, o fato de residirem em comunidades periféricas e ditas violentas e o preconceito racial (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002). Na pesquisa, essas autoras identificam que:

Os jovens entrevistados frisam ser de extrema importância conseguir um trabalho, como meio de sobrevivência individual e, muitas vezes, de suas famílias, ou mesmo como a forma de atingir a independência financeira necessária para se sentirem pessoas e construírem sua autoestima, ou seja, como meio de inspirarem respeito na comunidade. Também insistem que a remuneração proporcionada pelo trabalho possibilita-lhes maior autonomia no plano das relações familiares [...] enfatizam a importância do trabalho como forma de ocupação do tempo e da mente, o que os impediria de pensar em cometer qualquer infração. Assim, afirmam que, se houvesse emprego, muitos jovens não estariam envolvidos em atividades ilícitas. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 152).

Alguns estudos (MACIEL; BRITO; CAMINO, 1997) trazem uma reflexão importante envolvendo as atividades desenvolvidas pelos adolescentes nas ruas e os ganhos que tal contexto lhes proporciona. Embora a inclusão em programas profissionalizantes geralmente ofereça um subsídio financeiro, nem sempre tais recursos conseguem “concorrer” com os ganhos obtidos em trabalhos realizados pelos jovens nas ruas como lavar e cuidar de carros, engraxar sapatos e vender produtos, praticar mendicância e mesmo realizar algumas atividades ilícitas. Nesse sentido, o trabalho realizado se reveste de ambiguidade na medida em que pode afastar o jovem da drogadição ou assegurar o acesso a ela (ALVES, 1998; MARTINS, 1996, ROSEMBERG, 1996). Além disso, o ingresso em tais programas

geralmente se pauta em critérios de escolaridade, aos quais, por vezes, tais sujeitos não correspondem.

Os projetos para o futuro desses adolescentes incluem o desejo de autonomia através do exercício do trabalho, a constituição de uma “nova família” e a possibilidade de um “bom relacionamento com a mãe” (TYLER; TYLER, 1996). Segundo esses autores, “os desejos das crianças de rua indicam que elas têm consciência dos valores da sociedade tradicional, podem e, realmente, constroem sistemas de valores reflexivos, ou algumas vezes superiores, a valores da sociedade” (TYLER; TYLER, 1996, p.99).

A predominância nas ruas de jovens do sexo masculino representa um dado recorrente em diferentes estudos descritivos (APTEKAR, 1996; YUNES; ARRIECHE; TAVARES, 1997). As principais razões dessa predominância são a busca de ocupação, dinheiro para ajudar a família ou para comprar drogas. Diferentemente do papel social atribuído às meninas no desempenho das atividades domésticas e no cuidado com os irmãos menores (RIZZINNI, 1995), a socialização dos meninos não somente permite como os incentiva a transitarem pelas ruas, utilizando-as como fonte de trabalho e/ou lazer.

Corroborando tais dados, a pesquisa censitária nacional, realizada com adolescentes em situação de rua, identificou que os recursos das atividades desenvolvidas pelos adolescentes nas ruas são revertidos para o próprio sustento (52,7%); para contribuir com o sustento da família (43,9%); para adquirir drogas (14,7%). Além disso, 7,2% referem que estão na rua para terem liberdade; 6,8% por não terem o que fazer em casa e 6,3% argumentam que é mais divertido ficar na rua. Infere-se, então, que a apropriação do espaço das ruas, pelos meninos, se inscreve como uma possibilidade de vida e de acesso a interações e atrativos distintos daqueles vividos no contexto familiar. Para Castro e Abramovay (2002, p. 156):

Lazer pode associar-se tanto a estímulo como a antídoto contra violências. Os indicadores sobre equipamentos culturais no Brasil justificam e reforçam a preocupação com a falta de espaços de lazer e de cultura para a população jovem, em especial para aqueles em situações de pobreza.

A falta de equipamentos socioculturais nas comunidades de origem parece impulsionar os adolescentes à circulação por outros contextos. Contudo, tal mobilidade se limita aos espaços públicos como ruas e praças, numa clara demonstração de um exercício restrito de cidadania social pelo não acesso aos diferentes benefícios existentes na cidade onde vivem. A segregação nos bairros de origem e a ausência de atividades lúdicas podem se constituir em terreno fértil para outras vinculações, sobretudo junto ao tráfico de drogas que acena para a possibilidade de inserção na cultura do consumo. Tais atrativos se encontram

numa arena de tensões marcada pela ausência de iniciativas do poder público na oferta de capital cultural e pelos apelos de uma mídia que os coloca diante de bens e serviços produzidos socialmente e difundidos culturalmente, por um lado, e, por outro, pela restrição do acesso a reais oportunidades de inclusão dos desejos que cada vez mais se universalizam (COSTA, 2006).

Analisando as questões históricas que engendram as situações desfavoráveis para grandes contingentes populacionais, Castel (2005, *apud* TAVARES; GONTIJO; MEDEIROS, 2009, p. 469) destaca que a trajetória de tais indivíduos e de suas famílias, no que se refere às formas de existência social, é marcada por um processo de desfiliação, cuja compreensão exige a “[...] reconstrução de um percurso que acaba por determinar a dissociação, a desqualificação e a invalidação social.” Contudo, Hultz e Koller (1997) identificam o pouco investimento em pesquisas de desenvolvimento de caráter longitudinal e em profundidade acerca de tal população, resultando num desconhecimento das implicações de tais vivências para a população infanto-juvenil.

Destacam ainda que as pesquisas na área de desenvolvimento com crianças e adolescentes em situação de rua têm tido apreciações enviesadas e categorizações que não dão conta da complexidade do fenômeno, uma vez que a maioria dessas investigações tem priorizado mais as condições objetivas e de saúde do que as dinâmicas e ajustamentos psicológicos. A partir da década de 1980 o próprio conceito de tal população é objeto de discussão entre pesquisadores da área, que sugerem a diferenciação entre “meninos de rua” e “meninos na rua”, onde a vinculação com o contexto familiar adquire centralidade.

Nessa perspectiva, “meninos de rua” seriam aqueles com vínculos familiares rompidos e que têm a rua como contexto prioritário de vida, onde moram, divertem-se e desenvolvem relações afetivas, enquanto que os “meninos na rua” corresponderiam à população que, apesar de passar grande parte do dia nas ruas, buscando recursos para garantir a própria sobrevivência e a da família, mantém vínculos familiares (BANDEIRA; KOLLER; HUTZ; FORSTER, 1994; RAFFAELLI, 1996, *apud* KOLLER; DE ANTONI, 2004).

Conforme Lucchini (2003, *apud* Rizzinni, 2010), a criança não representa um elemento a mais no contexto da rua, mas a rua é que faz parte do mundo da criança. Contudo, refere que tais experiências alternam sentimentos de liberdade e privação, podendo resultar numa desilusão e no desejo de rompimento com o referido contexto. DaMatta (1997) aponta que sob a égide da Modernidade as categorias “casa” e “rua” são construídas socialmente por oposição à outra. A casa é concebida como sinônimo de intimidade, do pertencimento, da “ordem” e do cuidado com o “outro”; enquanto que a rua seria o palco da impessoalidade, do

isolamento, associada ao caos, à desordem, compondo um fenômeno complexo que, segundo Sarti (1995, *apud* MATIAS, 2011), evoca uma rede de sociabilidade em que crianças e jovens de famílias pobres são inseridos, cujos laços de parentesco e solidariedade com a vizinhança proporcionam uma relação de continuidade historicamente construída entre a casa e rua.

Conforme se pode observar, categorizações estáticas parecem não corresponder à complexidade identificada nas trajetórias empreendidas pelos adolescentes, cujo movimento aciona diferentes contextos de desenvolvimento e com diferentes dinâmicas de inserção. Considerando-se a complexidade de tais trajetórias, entende-se que a vinculação com a família se constitui como mais um aspecto a ser considerado e não esgota a compreensão da problemática. Melo (2008) aponta o reducionismo ao se explicar o ingresso de tais sujeitos nas ruas como alternativa para garantir a sobrevivência, ou ainda ao se buscar nas condições familiares as principais razões para tal inserção. Para o autor, tal abordagem:

[...] leva a uma polarização do discurso (criança desviante/criança vítima) e a uma estigmatização e homogeneização que favorecem as intervenções de cunho repressivo [...] ao desconsiderar as diferentes características e circunstâncias de vida que marcam essas crianças e adolescentes, o que se instaura é uma postura recorrente na sociedade ocidental contemporânea: a idéia da infância em crise seja colocando as famílias e escolas como incapazes de regular o processo de socializações, seja apontando as crianças, sobretudo as ditas ‘problemáticas’, como pessoalmente responsáveis por complexas forças econômicas e sociais que afetam suas vidas. [...] passamos a enxergá-las ora como ‘problemas sociais’ – as desviantes e incontroláveis - ora pelos ‘problemas sociais dessas crianças’ – vítimas da falta de políticas públicas. (MELO, 2008, p. 16-17).

Destaca-se que o contexto da rua, em sua diversidade, produz sentidos e vivências particulares àqueles que dela se utilizam. Koller e Hutz (1996) sugerem a expressão “crianças e adolescentes em situação de rua” para descrever essa população e dar ênfase ao caráter processual de tais vivências permeadas pelas diferentes dinâmicas que caracterizam as histórias de vida dos sujeitos. Dessa forma,

A rua deve ser compreendida não só como espaço físico concreto, mas também como contexto onde são estabelecidas e desenvolvidas as principais relações de socialização do adolescente que nela vive, de forma parcial ou integral. (NEIVA-SILVA; KOLLER, 2002, p. 114).

Santana *et al.* (2005) destacam que as pesquisas desenvolvidas no mundo inteiro com o objetivo de investigar características de crianças e adolescentes que têm a rua como contexto prioritário de desenvolvimento tentam descrevê-las e classificá-las, via de regra, a partir de aspectos bio-sócio-demográficos, com foco de análise nas histórias anteriores à inserção nas ruas. Tais histórias remetem, num nível estrutural, a problemas de ordem econômica, política e cultural que submetem as respectivas famílias a condições de miséria onde a violência doméstica adquire centralidade.

Conforme o discurso das instituições de acolhimento, a longa permanência de adolescentes nas ruas vem representando um elemento que fragiliza vinculações com o abrigo e com a perspectiva da reinserção familiar, comprometendo o desenvolvimento saudável desses sujeitos. Tal concepção de desenvolvimento parece eleger unicamente o contexto da família biológica como *locus* privilegiado de constituição saudável dos sujeitos, alheia ao reconhecimento das diferentes configurações e dinâmicas que caracterizam os grupos familiares e das tensões que se materializam nas dificuldades enfrentadas pelas famílias entre o dever das prescrições normativas do modelo de família nuclear – idealizada socialmente – e a precariedade de recursos materiais e simbólicos que constituem suas experiências.

Refletindo-se sobre tal circulação a partir de um conjunto de fatores que abrange as interações desenvolvidas em cada contexto experienciado, no espaço de acolhimento institucional, o “fenômeno” da circulação parece se legitimar pelo discurso dúbio de “provisoriedade” da medida de proteção, cuja permanência temporária é defendida no sentido de se evitar a “institucionalização” histórica que confinava tais sujeitos sem qualquer perspectiva de reinserção familiar ou comunitária. Contudo, na prática, o movimento dos adolescentes pode ocorrer em função de diferentes circunscretores desenvolvimentais que constituem um ambiente desfavorável a mudanças em suas trajetórias.

A literatura (ALVES, 1998; SANTANA *et al.*, 2000; KOLLER *et al.*, 1996) indica a existência de vinculações afetivas entre os adolescentes em situação de rua e seus respectivos familiares. Contudo, a qualidade de tais vínculos é influenciada pelos episódios que marcam a sua saída para as ruas e que geralmente envolvem situações de violência doméstica, privação de recursos financeiros ou eventos associados como a perda/ausência de um dos genitores ou mesmo de parentes significativos que lhes ofereciam suporte. Outras razões citadas por adolescentes para a saída de casa trazem o desejo de liberdade dos jovens por novas experiências e para escaparem da exploração e do controle da família. Neste sentido, a busca pela rua como alternativa ao convívio familiar pode ser relacionada a um indicador de saúde mental (BANDEIRA *et al.*, 1994; KOLLER *et al.*, 1996), contrariando a visão de que seriam sujeitos emocionalmente frágeis, uma vez que tal movimento implica habilidades para organizar a própria vida (KOLLER; HUTZ, 1996).

Na opinião de autores como Koller (1994) e Vasconcelos (1996), a saída de casa e a circulação por diferentes contextos, onde a rua assume prioridade, dá-se de modo gradativo, a partir de uma sucessão de fracassos vivenciados nas relações com a família e com a escola, que, apesar de valorizada pelos jovens como agência privilegiada de mudança de vida, é desfocada da realidade de tais sujeitos, sobretudo pela impossibilidade de conciliá-la com a

necessidade de trabalhar para sobreviver. Como experiências negativadas tais autores incluem ainda os conflitos, a má influência dos pares e a fragilidade das relações desenvolvidas com os conselhos tutelares e com a rede de instituições destinada a tal atendimento. No dizer de Gregori (2000, p. 86):

A fragilidade de laços e de estabilidade, que já se inicia na experiência familiar, associada à mobilidade no espaço urbano- que dificulta a formação de laços comunitários mais consistentes e a uma vivência escolar irregular, traz como consequência uma situação em que a criança fica sem lastro para relações mais permanentes. Esse padrão intensifica-se quando esses meninos e meninas começam a estabelecer uma rede de sociabilidade no universo da rua.

Para além da consideração de fatores que antecedem a saída de crianças e adolescentes para as ruas, entende-se que as instituições de acolhimento podem se constituir como circunscritores positivos para o desenvolvimento saudável de tais sujeitos, cumprindo seu papel social. Segundo Bandeira, Koller, Hultz e Forster (1994), a participação em instituições/programas é identificada como característica importante em tal população que transita entre diferentes equipamentos assistenciais em suas trajetórias. Nesse sentido, a descontinuidade dos vínculos com as instituições por onde transitam parece indicar um esvaziamento do papel de responsabilidade educativa para com cada um desses adolescentes, constituindo-se como um “não lugar” onde as propostas de trabalho distanciam-se das experiências de tais sujeitos.

Nas diferentes passagens por instituições, as experiências dos adolescentes vêm se caracterizando, sobretudo pela insuficiência/desarticulação da rede de proteção com equipamentos educativos e culturais; a ausência de recursos materiais e simbólicos; a exigência do cumprimento das prescrições institucionais de disciplina e controle mediados pela coerção/violência e ancorados em concepções normativas sobre adolescência, família e acolhimento; a despersonalização e estigmatização do atendimento e uma ausência de suportes relacionais e afetivos que proporcionem a construção de vinculações positivadas.

Trabalhos desenvolvidos sobre a identificação e condições de vida de crianças e adolescentes em situação de rua vêm elegendo critérios de pesquisa no sentido de orientarem procedimentos metodológicos. Os critérios eleitos para caracterizar o referido contexto geralmente incluem informações sobre os níveis de vinculação familiar, tipos de atividades realizadas nesse espaço, aparência pessoal e a presença/ausência de adultos responsáveis (NEIVA-SILVA; KOLLER, 2002). Contudo, segundo esses autores, tais critérios auxiliam, mas não esgotam a complexidade do fenômeno, que devem ser focalizados de modo integrado aos demais e a partir da consideração dos riscos aos quais tais sujeitos estão expostos,

considerando-se a complexidade da adolescência e a necessidade de aprofundamento a partir de pesquisas subsequentes.

Reconhecendo a complexidade de tais experiências, a pesquisa etnográfica realizada por Matias (2011) sobre a construção sócio-histórica das ruas nas práticas/interações de jovens reflete sobre a construção cultural do termo “risco” geralmente associado à situação de rua. Aponta que tal categorização focaliza as características de tal inserção tomando como referência o espaço familiar, passando, muitas vezes, à margem das práticas/ negociações e modos de existência específicos desenvolvidos no âmbito das ruas. Para esse autor, os sentidos de “risco” podem ser pensados como parte das transformações da Modernidade que promoveram a distinção entre o espaço da rua como esfera pública e o espaço da casa como âmbito privado da convivência familiar. Nesse sentido

[...] a rua [...] representa a negatividade em relação à casa e, no entanto, elas se orientam mutuamente como referência. Em função disso, aquelas ruas se constituem, imaginária e simbolicamente, como elementos significativos e identitários: a rua do lado, de trás, sua rua. Localizam lembranças, afetos, partida e chegada de todos os percursos. Portanto, são lugar, à medida que as define e lhes confere significado. (MATIAS, 2011, p. 240).

Sobre a inserção no contexto das ruas, Matias (2011) aponta não apenas uma forma de ocupação espacial, mas sua enunciação como “lugar”, modos distintos de produzirem espaços de existência e de novas sociabilidades construídas num tempo fugidio e em condições quase sempre adversas. No dizer desse autor, “a dinâmica relacional da rua prioriza a passagem em detrimento do encontro” (MATIAS, 2011, p. 241) na medida em que o

[...] ambiente resiste sempre à apropriação, pois o estilo de ocupação do seu espaço pelos meninos é comparável ao perambular [...] É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social de privação de lugar. (CERTEAU, 1994, *apud* MATIAS, 2011, p. 241).

Neiva Silva e Koller (2002) apontam ainda, como componentes de uma rede de apoio social para o enfrentamento das situações de risco, os recursos acionados pelos jovens como os agrupamentos afetivos, econômicos e sociais através dos quais garantem sua sobrevivência e segurança. Rede de apoio que se configura através dos dispositivos acionados nos diferentes contextos por onde os adolescentes circulam - família, instituições e rua - cuja qualidade dos vínculos empreendidos irá circunscrever os processos desenvolvimentais e noções de pertencimento.

2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

No presente estudo, considera-se a adolescência como tema privilegiado na Psicologia do Desenvolvimento pela intensidade dos processos psicossociais que o circunscrevem (VALSINER, 1989, *apud* LOPES DE OLIVEIRA, 2006) e como construção histórica e cultural que possibilita uma diversidade de experiências produzidas nos/pelos sujeitos em contextos historicamente situados.

Com o objetivo de compreender os sentidos/significados construídos pelos adolescentes nas diferentes interações que empreendem nos contextos da família, das instituições de acolhimento e da rua, buscou-se dialogar com pressupostos teóricos do Construcionismo Social, que “ocupa-se principalmente de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (incluindo-se a si mesmas).” (GERGEN, 2009, p. 301).

Por compreenderem o desenvolvimento humano como uma rede complexa de interações produzidas em contextos sociais e culturais historicamente situados (BRUNER, 1997; VALSINER, 1995, *apud* PALMIERI; BRANCO, 2007), o presente estudo articulou contribuições da Psicologia Cultural de Jerome Bruner e a perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações (*REDESIG*) para as quais as pessoas e o meio são mútua e dialeticamente constituídos e transformados pelos significados produzidos.

2.1 Sobre o desenvolvimento na adolescência: uma breve reflexão histórica

A adolescência tal qual a conhecemos nem sempre existiu como um período do ciclo de desenvolvimento dos indivíduos. De acordo com Ariès (1981), para tal categoria não existem referências antes do século XVIII e sua difusão não se antecipa ao século XX. Na Idade Média, o desmame das crianças, por volta dos sete anos de idade, e o ingresso no mundo do trabalho significavam marcadores para entrada das crianças no mundo dos adultos.

No cenário do século XIX, o fortalecimento dos Estados Nacionais, a redefinição dos papéis sociais de mulheres e crianças, e o avanço da industrialização (ARIÈS, 1981) representaram parte de um conjunto de mudanças complexas que inauguram a moderna sociedade industrial.

Como desdobramentos de tais transformações, a permanência dos adultos nos espaços de trabalho – e a consequente impossibilidade de cuidar dos filhos – além das

exigências por capacitação, formação e estudo para qualificação de mão-de-obra (PALÁCIOS, 1995) contribuem para a permanência do adolescente no espaço escolar. Os referidos fatos, aliados às ações de proteção à infância e à maternidade - identificadas no período - contribuem para o retardamento do ingresso de adolescentes no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no “mundo dos adultos”. Contudo, tal período de preparação e seleção para o trabalho era conferido, sobretudo, aos jovens burgueses, restando à juventude pobre um controle baseado no trabalho e na repressão policial.

Nesse cenário, a adolescência passa a ser concebida como uma fase de transição e preparação para a vida adulta e, no âmbito das novas sociabilidades, as experiências correspondentes ao referido período são focalizadas como fonte de riscos e objeto de controle social.

Segundo Aguiar *et al.* (2001), a contradição fundamental da adolescência consiste no fato de que, embora tais sujeitos apresentem as condições cognitivas, afetivas e de produção para o trabalho como requisitos para o exercício de uma autonomia na esfera social, se veem destinados a uma latência social estabelecida pela sociedade capitalista que os impede de ingressar no mercado de trabalho. O autor destaca que é desta contradição que se constituem algumas das características atribuídas à adolescência como a rebeldia, a busca de identidade e os conflitos.

Desse modo, o conceito de adolescência se inscreve num terreno de ambiguidades como uma fase intermediária entre a imaturidade de uma infância que já não é reconhecida e uma adultez que ainda não foi alcançada, significada como período marcado por tensões, conflitos, instabilidades e crises identitárias na trajetória evolutiva do ser humano, exigindo o “ajustamento” do adolescente e desqualificando-o como parceiro social.

Tal concepção, segundo Castro (2001), encontra abrigo nas concepções advindas de estudos da Psicologia do Desenvolvimento, contribuindo para a noção de adolescência caracterizada por discursos normativos alicerçados em concepções de universalidade e previsibilidade, que têm contribuído para a naturalização dos processos humanos constituídos nas práticas socioculturais que os caracterizam (BROW; LARSON, 2002, *apud* LOPES DE OLIVEIRA, 2006). Para essa autora:

O campo da Psicologia do Desenvolvimento tem se ocupado em descrever e sistematizar as mudanças ao longo do tempo biográfico, o chamado ‘ciclo vital’[...] O curso da vida humana foi postulado como uma sequenciação sistematizável, ordenada segundo os princípios de complexidade e aperfeiçoamento crescentes. Decorrentes da idéia de emancipação, as noções ‘irmãs’ de controle e de previsão também fizeram parte do projeto da Psicologia do Desenvolvimento, enquanto uma disciplina moderna. (CASTRO, 2002, p. 21-22)

Sobre o conceito de adolescência nas teorias psicológicas, as diferentes abordagens relativas ao desenvolvimento nas práticas científicas expressam, por um lado, uma perspectiva linear e uma visão biologizante desse momento da vida, que a concebe como um fenômeno natural que ocorre para todos os indivíduos, com características específicas demarcadas por fases, estágios ou etapas consideradas universais e associadas às transformações inscritas pela puberdade²³ (CASTRO; SOUZA, 1995, *apud* LOPES DE OLIVEIRA, 2006); e, por outro, indicam uma visão que considera a adolescência a partir das condições sócio-históricas e culturais nas quais se (re) produz e com as quais se articula dialeticamente (BRUNER, 1997; CASTRO, 1998; VYGOTSKY, 1994, 2001).

Caracterizados a partir de determinantes biológicos e pela emergência da sexualidade, os estudos científicos sobre a adolescência inaugurados por Stanley Hall (1904, *apud* OZELLA, 2002) a concebem como um estágio de desenvolvimento da raça humana e marcada por turbulências e instabilidade emocional, numa associação a estigmas e estereótipos. Nesse sentido, os elementos psicológicos e culturais que circunscrevem as experiências da adolescência são subordinados aos componentes biológicos da puberdade (PERES, 1995). Esse autor destaca que a imprecisão dos limites e critérios para demarcar o período da adolescência inviabiliza a sua definição como fenômeno universal.

A partir de tal compreensão, é interessante destacar que, embora o marco que define a “entrada” dos sujeitos na adolescência esteja associado às manifestações biológicas da puberdade, o final da adolescência não se expressa de modo claro e parece não se relacionar a limites cronológicos, mas às condições sociais e culturais disponíveis em cada contexto histórico, que definem a capacidade dos indivíduos para o exercício da vida adulta.

Numa perspectiva mais contextualizada sobre a adolescência, o psicanalista Erik Erikson propõe a articulação de elementos biológicos, psicológicos e sociais para a construção de uma teoria psicossocial do desenvolvimento humano que se dá por todo o ciclo vital, considerando a influência do meio social para a construção da identidade do indivíduo. De acordo com sua teoria, a adolescência corresponde ao estágio no qual ocorre a integração da identidade psicossocial, mediada por crises de interação social e conflitos de valores diante dos diferentes papéis e expectativas sociais na busca de uma identidade própria para exercer de modo autônomo as funções adultas.

No que diz respeito à relação entre desenvolvimento e constituição de subjetividades, o presente estudo corrobora a tese de Oliveira (2006) que problematiza a periodização dos

²³ Conjunto de modificações biológicas associadas a um processo de maturação que capacita a estrutura biológica para a reprodução sexual (COLE; COLE, 2004).

processos desenvolvimentais como um percurso natural e universal, remetendo a questão aos “modos de inserção dos sujeitos em suas condições de vida históricas e concretas, bem como múltiplas formas de apropriação de tais condições.” (OLIVEIRA, 2006, p. 121).

Segundo essa autora, a diversidade de experiências culturais implica a existência de diferentes marcadores normativos e idiossincráticos para se compreenderem as questões sobre o desenvolvimento dos sujeitos, dentre as quais a ocorrência de eventos significativos que implicam mudanças importantes e podem redirecionar suas trajetórias. Tais eventos são compreendidos por Oliveira (2006) como “pontos de viragem”, que se constituem como momentos de tensão, contradição, crise ou ruptura com repercussões subjetivas que promovem alterações no processo desenvolvimental e expressam os modos distintos de os sujeitos lidarem com o mundo cultural.

De acordo com tal perspectiva, os “pontos de viragem” não são demarcados, necessariamente, por influências normativas, como a transição de uma etapa da vida para outra (infância para adolescência, por exemplo), mas correspondem, sobretudo, a eventos não normativos que acontecem em qualquer momento da vida dos sujeitos, provocando uma reorganização de sentidos e percursos (OLIVEIRA, 2006). Nesse caso, os marcadores são idiossincráticos por se relacionarem ao modo de os sujeitos significarem suas experiências, contudo dialogam com os marcadores culturalmente estabelecidos.

Na esteira das concepções naturalistas sobre a adolescência, as abordagens psicanalíticas (ABERASTURY; KNOBEL, 1981) caracterizam o referido período por manifestações de rebeldia e instabilidade emocional, por uma tendência às vivências grupais e por crises de identidade inerentes a tais vivências. Sobre essa questão, Ozella (2001) argumenta que, embora se considerem as influências dos fatores socioculturais na compreensão das experiências dos adolescentes, os fatores psicobiológicos são mantidos com preponderância e oferecem a base para o conhecimento psicológico do século XX sobre a adolescência como um período conturbado do desenvolvimento humano e um problema a ser resolvido. Nesse sentido e de modo descontextualizado, as questões culturais presentes nas experiências da adolescência são abordadas como variáveis, ou como pano de fundo em que o desenvolvimento ocorre.

Tais concepções presentes na teorização da Psicologia do Desenvolvimento são relacionadas por Oliveira (2006) ao projeto de Modernidade, cuja valorização da norma, intervenção e controle marca um contexto onde se consolida um discurso sobre o que é ser adolescente. Ressalta que tal visão ainda predomina na sociedade, onde o desenvolvimento obedeceria a uma sucessão de fases contínuas, completando-se na fase adulta. Nessa

perspectiva teleológica, a adolescência, concebida como uma transição para a maturidade adquire a condição de algo inacabado, incompleto e sem autonomia, caracterizando uma “identidade adolescente” cujos aspectos “negativos” precisam ser superados através da intervenção dos adultos.

Nos estudos realizados por Dahlberg, Moss, Pence (2003), sobre as novas concepções de infância, o projeto do ser humano maduro, independente, autônomo, livre e racional, sustentado nas “certezas” da Modernidade é questionado pela incapacidade de assimilar a diversidade e a complexidade das contingências humanas.

A visão da adolescência a partir de referências descritivas de uma fase do desenvolvimento humano parece não dar conta da diversidade sociocultural que compõe diferentes modos de os jovens vivenciarem tais experiências nos contextos históricos em que se inserem (UNICEF, 2010), contribuindo para uma invisibilidade das práticas concretas desenvolvidas por tais sujeitos. Contudo, tais abordagens vêm influenciando as práticas sociais e circunscrevendo experiências e trajetórias para os adolescentes que, do ponto de vista dos adultos que os representam, não possuem capacidade/maturidade suficientes para realizar as escolhas e conduzir a própria vida.

Segundo Romanelli (1997), as categorias relativas aos diferentes períodos do ciclo de vida são classificadas culturalmente de acordo com as sociedades em que são produzidas, pela atribuição de determinadas posições sociais, direitos, deveres e responsabilidades específicas, a exemplo de sociedades em que não existe um consenso para a classificação do limite de idade de crianças, adolescentes e jovens.

Na perspectiva que privilegia a questão etária como um marcador para o desenvolvimento, a Organização Mundial de Saúde – OMS (1965) define a adolescência como um período biopsicossocial que compreende a segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos. Esse também é o critério adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2007) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2007). No presente estudo, adota-se a classificação do ECA, que considera adolescentes os sujeitos na faixa etária entre 12 e dezoito anos incompletos. Contudo, compreende-se o critério cronológico como insuficiente para demarcar o período da adolescência e a abrangência das experiências que a envolvem em contextos sociais e históricos específicos. Silva e Hutz (2002, p. 155) sugerem um conceito mais amplo, segundo o qual:

[...] a adolescência é um período de fronteiras nem sempre demarcadas com o rigor que se espera. Ela existe em uma tênue rede de experiências e processos que varia de pessoa para pessoa, cada qual constituindo o seu processo de formação nas interações com os contextos de desenvolvimento disponíveis.

No campo da Antropologia Social, os estudos realizados por Margareth Mead (1973) na sociedade de Samoa problematizam a universalização de tais características atribuídas à adolescência, identificando que a inserção no mundo adulto pode se dar sem grandes impactos para os indivíduos, a depender da organização sociocultural nas quais tais experiências são produzidas. No dizer de Silva (2003, *apud* MARTINEZ; SILVA, 2005):

[...] a adolescência, caracterizada como uma fase de profundas transformações, apesar de se constituir como campo de significação presente na sociedade como um todo, não se refere a todos os adolescentes, mas a uma forma dominante de se pensar a adolescência, particularmente aquela vivida nas camadas médias, em sociedades ocidentais e industrializadas [...] muito pouco se conhece da realidade de outras culturas no que se refere à adolescência, assim como há um desconhecimento geral das diversas formas de manifestações e descrições da adolescência, mesmo dentro de uma mesma cultura.

Oliveira (2006) destaca que a diversidade de condições delineadas pela contemporaneidade, como os novos processos de socialização familiar e urbana, as exigências de qualificação para inserção no mercado de trabalho, o desemprego estrutural que marca o modo de produção capitalista e a cultura do consumo, atua como organizadora identitária, influenciando a constituição de novas subjetividades adolescentes. Compondo o rol de mudanças verificadas no mundo contemporâneo com implicações para as vivências dos adolescentes, Castro (1998) aponta o ingresso da mulher no mercado de trabalho, o desenvolvimento crescente da tecnologia e a valorização da cultura do consumo promovida, sobretudo, pela mídia. Nesse sentido, os diferentes modos de se viver a adolescência contemporânea se relacionam a um conjunto de elementos presentes nos contextos socioinstitucionais (família, escola, os pares etc.) bem como às peculiaridades de cada um dos adolescentes na significação de tais experiências.

Considerando-se tais reflexões, reitera-se a compreensão da adolescência como uma construção socio-histórica tão plural quanto os contextos nos quais se produz o que suscita a existência de múltiplas adolescências, onde cada uma delas, em particular, circunscrita por fatores relacionados aos diferentes contextos histórico-culturais e a marcadores sócio-demográficos como gênero, classe social, etnia, geração, entre outros, configuram cenários variados e cambiantes formas de socialização (TRAVERSO-YÉPEZ; SOUZA PINHEIRO, 2002).

2.2 Desenvolvimento e inserção sociocultural da adolescência: contribuições da Rede de Significações (*RedeSig*)

A partir das considerações sobre a construção histórica da adolescência na perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento, observou-se que, ao longo do tempo, os enfoques adotados estiveram mais voltados às classificações e descrições das mudanças que ocorrem no ciclo de vida dos indivíduos como marcadores desenvolvimentais. Contudo, na complexidade do mundo contemporâneo, a análise de diferentes fatores passa a compor novos referenciais teórico-metodológicos na compreensão do desenvolvimento humano, com foco nas interações produzidas em contextos culturalmente situados e na multiplicidade de relações e significados possíveis que suscitam. Nessa perspectiva, o desenvolvimento das pessoas é considerado a partir de uma rede de significações que busca compreender os processos de mútua constituição dos sujeitos (ROSSETTI-FERREIRA e cols., 2000).

O presente estudo alinha-se à compreensão de desenvolvimento assumida pela Perspectiva Teórico-Metodológica da Rede de Significações (*RedeSig*), construída na interlocução com autores variados advindos da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia Social, cujo enfoque propõe uma mudança paradigmática que aborda o desenvolvimento humano na complexidade do mundo contemporâneo como um processo permanente, contínuo e indeterminado, com múltiplas possibilidades de percursos desenvolvimentais ao longo de todo o ciclo vital das pessoas.

A *RedeSig*, nesse sentido, posiciona-se no campo dos estudos que considera a natureza discursiva e o caráter semiótico da constituição humana, destacando as “interações nos processos de produção e transação dos significados e sentidos, na co-construção do ato, na ação de significar (significa-ação), na constituição e no desenvolvimento das pessoas.” (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004, p. 24). Tal abordagem busca inscrever-se como

[...] ferramenta capaz de auxiliar tanto nos procedimentos de investigação como na compreensão do processo de desenvolvimento humano assentado na indissociabilidade dos processos de co-construção pessoa-meio. (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004, p. 23-25).

Na perspectiva de complexidade adotada pela referida abordagem, considera-se a participação de aspectos interacionais-pessoais-contextuais na compreensão do desenvolvimento humano e sua articulação para a constituição de subjetividades. Para a *RedSig*, o contexto é compreendido como *meio*, no sentido de ambiente e espaço de experiência da pessoa em que as interações ocorrem, e de instrumento para o desenvolvimento (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004), os quais contribuem

para a construção de relações e para novas aprendizagens. Desse modo, “o meio só pode ser definido em função da pessoa ou de um grupo de pessoas específico que o frequentam, as quais têm determinadas competências, interesses e objetivos, dentro de um dado momento sócio-histórico.” (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 27).

De acordo com a metáfora de “rede”, pensa-se sobre o desenvolvimento humano a partir das múltiplas interconexões e associações que constituem uma teia de relações significativas, em contextos social e culturalmente organizados, em que a pessoa e o meio se produzem reciprocamente, imersos em uma malha de elementos de caráter semiótico e de natureza discursiva (ROSSETTI-FERREIRA, 2004).

A imersão na cultura não significa que o indivíduo se constitua como reflexo de tais valores ou mero receptor de mensagens. De acordo com o papel de agente ativo e intencional o sujeito participa da construção da própria identidade e do ambiente cultural em que se insere, através das interações dialógicas²⁴ cuja flexibilidade permite a negociação e transformação dos significados presentes na relação de alteridade (BAKHTIN, 1986). A partir de um processo caracterizado por continuidades e mudanças, o sujeito afirma a sua singularidade através de uma interdependência em relação ao contexto do qual faz parte (BRUNER, 1997).

Nessa proposta, as relações humanas adquirem centralidade como campos interativos onde se constroem os processos de produção e negociação de significados por meio de processos dialógicos²⁵, impregnados e atravessados pela linguagem, inerentes à atividade humana, cujos elementos de natureza semiótica são articulados dialeticamente, integrando “aspectos das pessoas em interação e dos contextos específicos [...] como partes inseparáveis de um processo em mútua constituição” (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004, p. 23). Mediados por um conhecimento socialmente construído, os processos desenvolvimentais se configuram em ações partilhadas e interdependentes nas quais as pessoas

[...] têm seu fluxo de comportamentos continuamente delimitado, recortado e interpretado pelo(s) outro(s) e por si próprio, através da coordenação de papéis ou posições [...] Nessa coordenação, as pessoas em interação podem aceitar, negar, confrontar, negociar e/ou recriar esses papéis/contra-papéis ou posições. (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004, p. 25).

²⁴ O conceito de dialogia neste estudo pauta-se na proposição de Bakhtin (1997, 1999), que destaca a alteridade como marco fundante da constituição do ser humano e o caráter coletivo e social das práticas discursivas.

²⁵ Neste estudo, entende-se que os processos dialógicos (numa perspectiva bakhtiniana) “extrapolam o processo interativo face-a-face” e se constituem nas diferentes relações de “alteridade que regulam o viver e o desenvolver-se. Refere-se ao modo de funcionamento da existência do ser humano, à forma de-ser-no-mundo.” (AMORIM E ROSSETTI-FERREIRA, 2008, p. 241).

No âmbito das trocas comunicativas, pode-se inferir que os adolescentes desenvolvem papéis e contra-papéis compreendidos como posicionamentos e sentidos em construção sobre as mais variadas situações do cotidiano. Para que isso ocorra, o sujeito aciona recursos discursivos que atualizam um conjunto de experiências, cuja reflexão possibilita novas (re) significações e, nesse interjogo, as identidades pessoais e grupais são construídas viabilizando a abertura e/ou a interdição de papéis e lugares possíveis de serem ocupados (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004). Segundo tais autoras,

[...] a pessoa é múltipla porque são múltiplos e heterogêneos os vários outros com quem interage [...] porque são múltiplas as vozes que compõem o mundo social e os espaços e as posições que vai ocupando nas práticas discursivas. Essa multiplicidade de vozes e posições que dialogam entre si submetem a pessoa, mas, ao mesmo tempo, preservam a abertura para a inovação e para a construção de novos posicionamentos e processos de significação acerca do mundo, do outro e de si mesma. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004, p. 25).

Considerando-se o desenvolvimento humano a partir das mediações de instrumentos materiais e simbólicos da cultura, contextualizados historicamente, entende-se que as interações são mediadas por processos simbólicos e representam o *locus* onde se constrói a subjetividade humana.

Nas interações, as pessoas se constroem discursivamente através de enunciados que recriam as diferentes vozes do seu contexto cultural – evocadas na linguagem, pensamento, ações e práticas - para interpretar a realidade e a si mesmas (BAKHTIN, 1992). Contudo, de acordo com a *RedeSig*, a centralidade na esfera relacional não implica a ausência de singularidades, considerando “[...] a impossibilidade de outros ocuparem um mesmo lugar espaço-temporal e discursivo, o que permite a construção de um ponto de vista bastante particular e diferenciado.” (HARRÉ, 1998, *apud* ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004, p. 25). Evocando a perspectiva Bakhtiniana de constituição do sujeito, Scorsolini-Comin e Santos (2010) apontam que:

[...] o *outro* é referido não como alguém que está fora de *mim*, que é estranho a *mim*, mas como alguém que me constitui, que contribui para o processo de construção de um eu que não me pertence integralmente e que somente existe a partir do olhar do outro[...] Assim, *eu* e *outro* se constroem mutuamente a partir de referenciais temporais e espaciais que os antecedem, são seus contemporâneos e, ao mesmo tempo, são seus herdeiros, no bojo de um processo no qual há múltiplas possibilidades de vir a ser. (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010, p. 750).

Sob o ponto de vista da rede de significações, pensar sobre o desenvolvimento humano significa, então, considerar a articulação dialética e ativa entre os contextos, as pessoas e as interações que nele se inscrevem como aspectos que possibilitam/delimitam diversos percursos desenvolvimentais. Nesse sentido, as experiências dos adolescentes nos

diferentes contextos se inscrevem como circunscritores que podem impulsionar ou limitar as múltiplas possibilidades de desenvolvimento, levando-os a assumirem diferentes direções (ROSSETTI-FERREIRA, 2004).

Os circunscritores tornam-se reguladores do movimento do presente ao futuro imediato do organismo-meio em desenvolvimento, permitindo pensar ações no tempo presente e suas implicações futuras, de modo que o desenvolvimento seja considerado simultaneamente como determinado e indeterminado em vários domínios, ocorrendo tanto a possibilidade de inovação como certa previsibilidade de trajetórias desenvolvimentais. (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, p. 29).

Para uma maior aproximação dos significados construídos nessa teia de relações, é necessária a compreensão de diferentes fatores que envolvem os contextos nos aspectos materiais, humanos e simbólicos disponíveis, compondo um conjunto de práticas que qualificam tais interações (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; VITÓRIA, 1996) e influenciam o desenvolvimento das pessoas. No dizer dessas autoras, os contextos interativos

[...] são constituídos pelo ambiente físico e social, pela sua estrutura organizacional e econômica, sendo guiados por funções, regras, rotinas e horários específicos. Eles definem e são definidos pelo número e características das pessoas que os frequentam, sendo ainda marcados pela articulação da história geral e local [...] com os sistemas de valores, as concepções e as crenças prevalentes [...] contribuindo para a construção das relações profissionais, pessoais, afetivas e de poder entre os seus participantes. Nesse sentido, o contexto desempenha um papel fundamental, visto que, inseridas nele, as pessoas passam a ocupar certos lugares e posições – e não outros –, contribuindo com a emergência de determinados aspectos pessoais – e não outros – delimitando o modo como as interações podem se estabelecer. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004, p. 26).

Os pressupostos teórico-metodológicos da *RedeSig* contribuem para se pensar, de modo mais flexível, sobre os aspectos que envolvem o desenvolvimento dos adolescentes enquanto processo contínuo e permanente de negociações produzidas dialogicamente, com a possibilidade de manutenção/transformação de determinadas configurações culturais que a legitimam. O leque de possibilidades presentes na rede de significações, sustentadas ativamente e discursivamente pelos sujeitos, supõe uma abertura para novas experiências, lugares e posições, com implicações na constituição de subjetividades e novas trajetórias de vida. Isso significa compreender o processo de desenvolvimento de modo não linear, mas atravessado por descontinuidades e rupturas e transformações ao longo de todo o ciclo de vida das pessoas.

Na avaliação dos aspectos desenvolvimentais das pessoas, o momento e o lugar em que ocorrem as situações contribuem para dar sentido às experiências relacionais. (BAKHTIN, 1997, *apud* ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004). Considerando as ações humanas de “significar o mundo, o outro e a si mesmo no momento interativo” (BAKHTIN, 1997, *apud* ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA;

CARVALHO, 2004, p. 24), a *RedeSig* propõe que o processo no qual as pessoas se constroem mutuamente ocorre a partir de referenciais de tempo e espaço que articulam quatro dimensões temporais: o tempo presente – do aqui-agora – que constitui o nível dialógico das práticas discursivas interpessoais; o tempo vivido, que corresponde às experiências de socialização; o tempo histórico ou cultural que marca os contextos coletivos de significação; e o tempo prospectivo, que integra as expectativas individuais e coletivas numa perspectiva de futuro. Assim, no encontro dos tempos propostos, as experiências das pessoas são atualizadas e ressignificadas.

O destaque na linguagem como prática discursiva e constitutiva de subjetividades em contextos específicos, bem como na diversidade cultural que envolve tais interações, contribui para valorizar o desenvolvimento de referenciais metodológicos que enfocam estudos das significações numa perspectiva de complexidade.

A necessidade de se construírem propostas inclusivas de investigação considera a complexidade dos fenômenos que envolvem a constituição dos sujeitos nas interações dos discursos e linguagens criadas e compartilhadas, implicando posicionamentos de saberes e poderes, com repercussões para o seu desenvolvimento (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004). Ressalta-se que a teoria dos posicionamentos não se constitui como objeto de análise deste estudo, sendo circunscrito à perspectiva da *RedeSig*, por contribuir para a compreensão e análise dos processos interativos.

2.3 Contribuições construcionistas

As contribuições teórico-metodológicas do Construcionismo Social se inscrevem no campo das ciências do desenvolvimento numa crítica a pressupostos modernistas, como a razão individual, a neutralidade do pesquisador e a visão da linguagem como retrato fiel de um mundo objetivo (GERGEN, 2009). O autor defende que os estudos construcionistas focam-se nos processos cotidianos, ou seja, como as pessoas falam, percebem e experienciam o mundo em que vivem. Nessa perspectiva, o conhecimento emerge dos processos interativos entre sujeito e contexto, sendo as interações continuamente autorreferenciadas e interpretadas a partir dos quadros de referência do sujeito. Segundo Guanaes e Japur (2008, p. 117):

O construcionismo social se define como uma forma alternativa de inteligibilidade em ciência, que privilegia a compreensão do modo como as pessoas constroem sentidos sobre o mundo e sobre si mesmas em suas práticas discursivas.

No estudo que descreve os múltiplos sentidos da perspectiva construcionista, Rasera e Japur (2005) apontam que ela se caracteriza como multifacetada, abrigando uma pluralidade de conceitos e posicionamentos. Contudo, identificam um consenso entre os autores que defendem tal proposta em torno de quatro descrições centrais que a caracterizam: a especificidade cultural e histórica das formas de se conhecer o mundo; a primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento; a interligação entre conhecimento e ação; e a valorização de uma postura crítica e reflexiva.

Como desdobramentos de tais descrições, a orientação construcionista assume posições antiessencialistas; aborda a linguagem como forma de ação social e enfoca a interação, as práticas sociais e o processo de conhecimento. Nesse sentido, pode-se inferir que tal orientação compreende os ciclos de desenvolvimento como processos interativos que ocorrem em contextos sociais, os quais, por sua vez, são constituídos através das atividades desenvolvidas pelos sujeitos e marcadas pela cultura e pela linguagem.

De acordo com os pressupostos construcionistas, a constituição dos sujeitos passa por ações que são compartilhadas num processo social e linguístico, o que propõe o rompimento com a tradicional dicotomia sujeito-objeto que marca a trajetória histórica da filosofia do conhecimento. Para Gergen (1997, *apud* RASERA; JAPUR, 2005), partilhar uma linguagem corresponde à participação de um determinado modo de vida (cultura), cujas relações comunicacionais possibilitam a construção de novos significados e novas formas de ação.

A orientação construcionista defende a assunção de uma postura crítica diante do mundo, a partir da compreensão dos processos de institucionalização e cristalização de conhecimentos, auxiliando-nos a pensar sobre os acontecimentos como construções humanas que circulam sob diferentes versões sempre negociadas e historicamente situadas. Sob tal enfoque, é no seio das interações histórica e culturalmente situadas que a linguagem possibilita a construção compartilhada de significados e sempre aberta a possíveis ressignificações. Segundo Rasera e Japur (2005, p. 21),

As propostas construcionistas buscam ressaltar a especificidade cultural e histórica das formas de conhecermos o mundo, a primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento, a interligação entre conhecimento e ação e a valorização de uma postura crítica e reflexiva. [...] convidam assim a uma prática científica que se implique culturalmente e que promova a ampliação dos vocabulários relacionais.

Os pressupostos do Construcionismo Social defendem que, através da linguagem, é possível compreender e construir versões sobre o mundo, propondo uma interseção entre realidade e discurso. Desse modo, através das práticas discursivas, é possível compreender

como as pessoas constroem sentidos sobre o mundo e sobre si mesmas através dos jogos de linguagem, que fazem emergir tais sentidos com desdobramentos para a circunscrição de práticas sociais (GUANAES; JAPUR, 2008).

A produção dos significados construída através de processos dialógicos nas diferentes interações constitui-se como fundamento do conhecimento e do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, Gergen (1997, *apud* RASERA; JAPUR, 2005) atribui aos significados uma base relacional e dialógica que coordena as ações humanas com implicações na constituição de subjetividades. Pautando-se na compreensão de um *self* relacional construído nas interações e através da linguagem, o ser humano é compreendido como uma construção social de múltiplos autores. No dizer de Bakhtin (1984, *apud* RASERA; JAPUR, 2001, p. 202),

Ser significa comunicar [...] ser significa ser para o outro, e através do outro, para alguém. Uma pessoa não tem um território interno independente, ela está completamente e sempre na fronteira; olhando para dentro de si, ela olha nos olhos do outro ou com os olhos do outro.

Desse modo, empreender estudos que priorizem as vozes e experiências dos adolescentes em contextos específicos é compartilhar uma proposta teórico-metodológica que compreende tais sujeitos como coautores de suas próprias histórias. Interlocutores responsáveis pelo conhecimento produzido socialmente, cujos significados são mediados por negociações nas quais podem regular suas relações com os outros (BRUNER, 1997). Sobre essa questão, Gergen (2009, p. 306) argumenta que

As formas de compreensão negociada são de uma importância crítica na vida social, na medida em que estão integralmente conectadas com muitas outras atividades das quais participam as pessoas. As descrições e explicações sobre o mundo constituem, elas próprias, formas de ação social.

Considerar que os sujeitos se constituem na esfera relacional pela mediação da linguagem implica compreendê-los “[...] não como um produto final relativamente fixo, mas como alguém, que é constituído e reconstituído através das práticas discursivas nas quais participa.” (DAVIES; HARRÉ, 1990, *apud* RASERA; JAPUR, 2001, p. 204). Neste estudo, buscou-se a compreensão da linguagem em seus aspectos discursivos, tendo em vista a influência de elementos contextuais nos quais se produz; e semióticos, que envolvem os diferentes modos através dos quais os sujeitos organizam suas experiências e constroem novos significados para a realidade. Considera-se ainda que tal realidade não pode ser vista como algo independente daquele que a interpreta e as descrições do mundo não correspondem a uma realidade objetiva e verificável, porque as próprias leituras da realidade são formas de construí-la (RASERA; JAPUR, 2005).

O entendimento das práticas discursivas como linguagens sociais (BAKHTIN, 1986) permite ampliar o conceito de discurso como mera representação/manifestação de regras sustentadas por grupos sociais específicos na manutenção de determinadas práticas sociais e avançar na sua compreensão como uma ação social que dá sentido e materialidade ao mundo e aos sujeitos. As práticas discursivas se inserem em contextos sociais e institucionais que influenciam a construção de subjetividades, consideradas com um sistema em desenvolvimento (BAMBERG, 2004; HERMANS, 2001, *apud* LOPES DE OLIVEIRA, 2006). Para Sanches-Justo *et al.*, (2010, p. 28),

[...] pensar em práticas discursivas ao invés de discursos é ampliar as possibilidades de expressão, comunicação e dialogicidade, retirando em parte a dimensão institucionalizada inerente ao discurso, mas claro, tendo em vista que nenhuma forma de comunicação é imparcial. A prática discursiva que daria maior vazão à expressão desprovida de relações institucionalizadas é a narrativa. Sua diferença fundamental para com o discurso é o fundamento mais na experiência do que em retransmissões ideológicas.

Dentre os vários tipos de discursos existentes na esfera das sociabilidades, a narrativa vem sendo abordada por diversos autores de diferentes perspectivas teóricas que a compreendem como central na organização da experiência humana, atribuindo-lhe significado (BRUNER, 1997; RICOEUR, 1994; 1996). Nas palavras de Brockmeier e Harré (2003, p. 525), para além de representar um novo modelo linguístico, semiótico e cultural, o interesse nas narrativas é fruto de um movimento denominado

[...] virada discursiva e narrativa na Psicologia e nas outras ciências humanas, deve ser visto como parte de transformações tectônicas mais amplas em nossa arquitetura cultural do conhecimento, que se seguiram à crise do conhecimento (episteme) moderno [...] permitindo a abertura de novos horizontes para as investigações interpretativas que se concentram nas formas de vida social, discursiva e cultural, em oposição à busca por leis do comportamento humano.

Pautado nessa visão, o Construcionismo compreende as narrativas como uma modalidade ou ordem de discurso privilegiada, “um parâmetro linguístico, psicológico, cultural e filosófico fundamental para nossa tentativa de explicar a natureza e as condições de nossa existência” (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003, p. 526). Com efeito, a orientação construcionista investiga processos através dos quais as pessoas interagem com o mundo e consigo mesmas. Os recursos acionados por cada sujeito em suas relações são produtos de diferentes interações, artefatos sociais situados historicamente e culturalmente, cuja validade e permanência no tempo estão relacionadas às “vicissitudes de processos sociais, tais como comunicação, conflito, retórica” (GERGEN, 2003, *apud* GERMANO; SERPA, 2008, p. 11).

Repensando as relações que os adolescentes acolhidos constroem socialmente nos diferentes contextos por onde circulam, propõe-se que tais trajetórias enunciam aspectos

importantes na vida desses sujeitos, definindo discursos e lugares sociais específicos. Tal reconhecimento e análise parecem exigir uma aproximação aos significados/sentidos construídos pelos adolescentes em suas diferentes interlocuções/interações e posicionamentos circunscritos nos contextos vivenciados. Entende-se que, a partir desse interesse pela construção social das múltiplas narrativas que compõem o tecido social em suas especificidades históricas e culturais, o Construcionismo se aproxima da perspectiva da Psicologia Cultural proposta por Jerome Bruner, configurando-se como recurso importante para um estudo focado nas experiências dos referidos sujeitos.

2.4 A Psicologia Cultural de Jerome Bruner: a produção de significados nas narrativas

O enfoque cognitivo na explicação dos processos psicológicos deu origem a dois movimentos considerados revolucionários na trajetória da Psicologia que buscaram resgatar o “significado” como elemento central nos estudos sobre a mente humana. Participando ativamente das duas revoluções, Bruner (1997) aponta que a primeira se desenvolve num contexto histórico em que predominava a Psicologia Experimental behaviorista e que o interesse então vigente era:

[...] substituir o comportamentalismo por uma ciência preocupada em descobrir e descrever formalmente os significados que os seres humanos criavam a partir de seus encontros com o mundo e então levantar hipóteses sobre que processos de produção de significado estavam implicados. (BRUNER, 1997, p. 16).

Embora a questão inicial que deu origem à primeira revolução cognitiva tenha sido a investigação dos processos mentais na construção de significados, o movimento enveredou por outros caminhos, priorizando o interesse em como a mente processa as informações, numa correlação com sistemas computacionais. Assim, “[...] a ênfase começou a mudar do ‘significado’ para a ‘informação’, da ‘construção’ do significado para o ‘processamento’ de informações” (BRUNER, 1997, p. 17), limitando o conhecimento a mensagens/informações pré-codificadas num sistema incapaz de lidar com a polissemia dos significados (BRUNER, 1997). De acordo com o autor, os significados construídos e os elementos de cognição a eles relacionados não obedecem a regras ou prescrições, pois o processo de significação não poderia submeter-se a replicações baseadas em modelos ordenados (BRUNER, 1997). Corroborando essa compreensão, Correia (2003, p. 507) aponta que os princípios que norteiam o modelo de processamento de informações para a compreensão da mente humana

“[...] não dão conta da produção de significados que, além de confusos e ambíguos, são influenciados pelo contexto”.

A segunda revolução cognitiva ocorre, historicamente, como um desdobramento das transformações sociais, econômicas e culturais observadas a partir da segunda metade do século passado, as quais problematizam alguns dos principais postulados da modernidade. Neste sentido, a preocupação com as questões contextuais e culturais (re)redirecionam os estudos sobre o desenvolvimento humano, fazendo emergir um novo paradigma nas ciências sociais e , o qual propõe o deslocamento da abordagem positivista para a interpretativista (BRUNER, 1997; VALSINER, 2007).

Num contraponto à metáfora computacional para explicar os fenômenos mentais, a segunda revolução cognitiva vai focar o interesse nos significados produzidos pelos sujeitos nas práticas discursivas em contextos histórica e culturalmente situados. Considerando a importância atribuída à linguagem na compreensão da subjetividade, a referida revolução, também conhecida como “virada narrativa”, afirma que a mente é criadora de significados que constituem cultura e por ela é constituída (BRUNER, 1997). Para esse autor, o “processamento de informações” não poderia requerer o estatuto de “conhecimento”, sendo este construído através das práticas desenvolvidas pelos sujeitos em contextos específicos e mediado pelos “sistemas simbólicos da cultura” (BRUNER, 2001, p. 16). Sobre essa questão, o autor argumenta que,

[...] embora os significados estejam ‘na mente’, eles têm suas origens e sua importância na cultura na qual são criados. É esta localização cultural dos significados que garante sua negociabilidade e, no final das contas, sua comunicabilidade. (BRUNER, 2001, p. 16).

No que diz respeito ao modo como as pessoas organizam o conhecimento e as suas experiências, Bruner (1997) sustenta que existem duas formas de pensamento que contemplam tal processo: o paradigmático, cujas bases lógico-científicas inspiradas no Positivismo buscam a descrição e explicação dos fenômenos, através da observação empírica e a análise racional para a formulação de princípios mais gerais; e o narrativo, focado no “modo de pensar e sentir que ajuda as pessoas a criarem uma versão do mundo no qual, psicologicamente, elas podem vislumbrar um lugar para si – um mundo pessoal” (BRUNER, 2001, p. 43).

Considerando tais argumentos, o autor advoga em favor de uma psicologia popular que considere a cultura e a história como elementos constitutivos das experiências cotidianas dos sujeitos para a compreensão do mundo, significado através de narrativas como um meio de organizar tais experiências. Bruner (1997) afirma que os dois modos de se investigar o

processo de conhecimento não expressam oposição entre si, mas se complementam, apesar de utilizarem princípios e critérios metodológicos distintos. Refere que no modo paradigmático o esforço de conceituação e classificação dos fenômenos para a formulação de teorias transcende as particularidades dos sujeitos envolvidos, enquanto que a vertente narrativa utiliza métodos interpretativos para investigar o conhecimento popular/cultural que emerge das práticas discursivas e envolvem a intencionalidade humana.

Na vertente interpretativista, a narrativa se constitui como um elemento primordial na compreensão dos significados, remetidos ao mundo dos estados intencionais e práticas cotidianas envolvidas na organização da experiência e na construção da cultura, viabilizando a negociação e organização dos significados compartilhados (BRUNER, 1997; HARRE; GILLET, 1999). Nas palavras de Bruner (2001) o reconhecimento de que tudo está imerso na cultura não significa que as pessoas sejam reflexos dela, pois a intencionalidade e imprevisibilidade humanas estão sempre apontando para possíveis mudanças no contexto sociocultural.

Sob tal perspectiva, a cultura não é vista como elemento exterior ao sujeito, mas como parte integrante do seu processo de desenvolvimento, em que ambos se constituem mutuamente. As histórias narradas não se configuram como certezas ou verdades, mas como versões que, continuamente, atualizam significados a partir dos elementos presentes em cada contexto e atribuem sentido às experiências vividas, tornando-as compreensíveis. No dizer de Bruner (2001, p. 16),

[...] a mente não poderia existir se não fosse a cultura. A evolução da mente do hominídeo está ligada ao desenvolvimento de uma forma de vida onde a 'realidade' é representada por um simbolismo compartilhado por membros de uma comunidade cultural na qual uma forma técnico-social de vida é organizada e interpretada em termos desse simbolismo. Este modo simbólico não é apenas compartilhado por uma comunidade, mas conservado, elaborado e transmitido a gerações sucessivas que, devido a esta transmissão, continuam a manter a identidade da cultura e o modo de vida.

Conforme a Psicologia Cultural, a compreensão dos fenômenos sociais se expressa discursivamente, através de narrativas, enquanto ação humana e constitutiva de subjetividades. A linguagem como sistema de signos compartilhados no meio cultural medeia as interações sociais e viabiliza a simplificação e generalização da experiência, bem como o ordenamento dos fenômenos e objetos em categorias conceituais, suscitando o seu compartilhamento pelos indivíduos de uma mesma cultura (OLIVEIRA, 1992). No seio das interações que resultam de acordos intersubjetivos, os significados produzidos são

interpretados pelos sujeitos e integrados à sua história pessoal, cujos sentidos se expressam como versões singulares que atualizam as versões que circulam na cultura que é,

[...] ao mesmo tempo, um processo que está em constante recriação, através das interpretações e negociações dos seus participantes. Assim, a linguagem não tem a função apenas de transmitir, ela cria realidades e consciência, fornece novos meios à cognição para investigar e explicar o mundo. (CORREIA, 2003, p. 511).

Nesse sentido, o estudo de autobiografias constitui-se como um recurso significativo de investigação no campo da psicologia para o entendimento da constituição da subjetividade, em que as narrativas revelam os significados construídos e as condições sócio-históricas em que foram produzidos (BRUNER, 1997). Contribuindo para a compreensão de como os fatos vivenciados pelos sujeitos são significados, Bruner (2001) aponta que a narrativa se constitui a partir de determinadas características, como a *composição hermenêutica*, que suscita a produção de múltiplos significados para as histórias e uma abertura a novas interpretações.

Segundo esse autor, tais histórias são produzidas em torno de um *problema* que envolve questões de legitimidade, como violação de normas e possíveis afastamentos do que é prescrito como usual em determinados contextos culturais. Desse modo, expressa a *intencionalidade* dos sujeitos na manifestação dos desejos, crenças e valores que constituem a sua compreensão sobre o mundo. Além disso, a configuração das histórias em torno de personagens, cenários, ações e imagens compõe um enredo na busca de integrar as experiências vividas numa totalidade de sentidos, emprestando à narrativa uma característica de dramaticidade (BRUNER, 2001).

Para esse gênero discursivo²⁶, Bruner (2001) propõe algumas categorias de análise como: sequência, canonicidade e perspectivismo dos discursos, ou seja, como cada um organiza os eventos num espaço-tempo, quais as referências e valores que o orientam e como se posiciona face aos diferentes contextos.

De acordo com os pressupostos da Psicologia Cultural, a subjetividade é constituída através das histórias narradas pelos sujeitos e estão intrinsecamente relacionadas às condições sociais mais amplas e aos contextos relacionais inseridos no tempo e no espaço (BRUNER, 1997). No dizer desse autor, os seres humanos aprendem a lidar com a multiplicidade dos signos culturais e da experiência temporal por meio das narrativas que, para além de representar uma sequência de acontecimentos com princípio, meio e fim, constituem-se como um princípio que organiza o vivido numa perspectiva de futuro (BRUNER, 1997). Desse modo, os sentidos são construídos a partir de uma *sequência* temporal que confere certa

²⁶ Os gêneros são formas de enquadrar certos textos e auxiliar na extração de sentido do mesmo, são “formas culturalmente especializadas de vislumbrar a condição humana e de comunicá-la” (BRUNER, 2001, p. 131).

estabilidade e coerência às experiências e eventos narrados, como um recurso que organiza o fluxo das ações humanas.

Os eventos escolhidos para compor as narrativas e seu ordenamento no tempo são prerrogativas do sujeito que, intencionalmente, seleciona aspectos relevantes das situações testemunhadas ou protagonizadas (fatos, pessoas, lugares, imagens) e diferentes tempos para integrar as experiências vividas e dar legitimidade ao seu discurso. O caráter construtivo das narrativas pode ser entendido pela possibilidade de o sujeito evocar diferentes temporalidades e sentidos para ressignificar as experiências do passado num tempo presente (BRUNER, 1997).

Na compreensão de que tais contextos socioculturais se situam num determinado tempo e espaço e que são viabilizados por um acervo simbólico construído na esfera relacional dos sujeitos, cabe inferir-se que os significados compartilhados definem os padrões canônicos que regulam as interações sociais. Oliveira (2006, p. 125) entende *canonicidade* como:

[...] um recurso para a análise do mapeamento que o sujeito faz de seus eventos autobiográficos a partir de um referencial normativo (tal como 'infância feliz' ou 'adolescência turbulenta'), isto é, como um modelo supostamente apropriado de um ciclo da vida, que teria sido, ou não, seguido por ele.

As diferentes perspectivas presentes nos contextos culturais e a constante negociação entre os sujeitos sobre as visões de mundo abrem espaço para uma diversidade de interpretações que podem ocorrer em meio a tensões e conflitos. Para Bruner (2001) essa flexibilidade inerente às narrativas em lidar com a heterogeneidade possibilita a coerência da vida cultural, que por sua vez, abrange um conjunto de normas e prescrições sustentadas discursivamente pelos sujeitos sobre os aspectos que envolvem a vida social. O autor esclarece que

A vida em uma cultura é, portanto, uma interação entre as versões do mundo que as pessoas formam sob sua influência institucional e as suas versões que são produtos de suas histórias individuais. Ela raramente se conforma a qualquer coisa que lembre um livro de receitas ou fórmulas, pois é um elemento universal de todas as culturas que elas contenham interesses fracionários e institucionais (BRUNER, 2001, p.25).

No âmbito cultural, os conflitos e as crises como partes integrantes do processo de desenvolvimento (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004) são compreendidos como desvios dos padrões normativos e negociados através de narrativas, em sua característica de canonicidade, que permite uma interpretação e explicação daquilo que foi violado, ligando o excepcional (divergente) aos cânones culturais, ou seja, aos valores compartilhados em determinados contextos. Desse modo, as descrições presentes no contexto

narrativo servem para apoiar determinadas posições em detrimento de outras, configurando um elemento de liberdade e uma agência aos sujeitos pela possibilidade de manifestarem os seus pontos de vista (GERGEN, 2009). Segundo Bruner (2001) a viabilidade de uma cultura reside na sua capacidade de resolver conflitos, explicar diferenças e negociar significados, sobretudo através das narrativas compreendidas enquanto

[...] um veículo natural para a psicologia (popular). Ela lida com o material da ação humana e intencionalidade. Ela medeia entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático das crenças, desejos, expectativas. Ela torna compreensível o excepcional e contém o estranhamento. Ela reitera normas da sociedade sem ser didática. Propicia uma base para a retórica sem confrontação. (BRUNER, 1997, p. 52).

Vale destacar que o interesse pelas narrativas não supõe a verificação de “verdades” ou se de fato o relatado aconteceu, mas naquilo que foi trazido, lembrado, no que foi selecionado pelo sujeito para dar sustentação ao seu discurso. É possível inferir que se constituem de modo indiferente à realidade extralinguística, podendo produzir fatos reais ou imaginários que são acionados para dar significado “àquilo que se faz e porque se faz”, como mecanismos de negociação que possibilitam a restauração de valores possivelmente violados e a apresentação de um “passado canônico” (BRUNER, 1997) que promove o equilíbrio cultural.

As negociações discursivas entre os sujeitos são consideradas como uma característica das narrativas, representando um elemento essencial que permite a construção de diferentes versões sobre os fatos, que lhe confere a flexibilidade necessária para a coerência da vida cultural (BRUNER, 1997). Tais negociações, conforme já mencionado anteriormente, implicam posicionamentos a partir de uma perspectiva assumida pelos sujeitos sobre si mesmos, os outros e as diferentes formas de ação num tempo e lugar específicos.

As interações constituem o campo onde as narrativas produzidas lidam com a ação e a intencionalidade humana, mediando o mundo previsto culturalmente com o mundo idiossincrático dos desejos, crenças e valores (BRUNER, 1997).

Nesse sentido a compreensão do sujeito sobre si-mesmo e sobre o mundo se relaciona aos signos culturais compartilhados em determinada cultura, em que pode construir diferentes versões de acordo com os contextos nos quais se insere. Tendo em vista a multiplicidade de pontos de vista (vozes) presentes nas interações humanas, estas tendem a ocorrer em meio a ambiguidades e contradições como parte do processo dialógico da construção de sentidos que emergem no encontro do “eu” com o “outro”, em que os significados produzidos na trajetória pessoal e social são constantemente atualizados num interjogo polifônico onde se constroem as singularidades (BAKHTIN, 1992).

Valsiner (2007) destaca que o contexto sociocultural se constitui por um universo de signos que medeiam a construção dos diferentes modos de agir e sentir dos sujeitos na busca da satisfação dos próprios desejos e na transformação de si, do outro e dos contextos em que vivem. Assim, pode-se inferir que as subjetividades se constroem num interjogo com o coletivo segundo as inter-relações estabelecidas entre uma diversidade de vozes e conforme as diferentes posições que ocupam ao longo da vida através de negociações que abrem e/ou delimitam possíveis trajetórias de desenvolvimento. Compreendidas como recursos importantes na aproximação dos vários significados que constituem os sujeitos ao longo dos seus ciclos de vida e na multiplicidade de sentidos construídos na interlocução com os contextos culturais, “as narrativas autobiográficas contribuem para a compreensão das relações entre o desenvolvimento e a cultura” (OLIVEIRA, 2006, p. 119).

Em vez de mostrar eventos psicológicos como sendo bem dirigidos e progressivos, os relatos autobiográficos evidenciam que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo que inclui, simultaneamente, avanços e retrocessos, ganhos e perdas e, principalmente, ambiguidades, rupturas e discontinuidades. Tais relatos também demonstram que o desenvolvimento é imprevisível, repleto de acasos, encontros acidentais e imponderabilidade. Trata-se, assim, de um outro modo de conceber o desenvolvimento humano, pautado agora numa razão complexa, segundo a qual “o passado não prediz o futuro.” (LEWIS, 1999, *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 121).

Participando ativamente de uma diversidade de contextos em contínuo processo de transformação, os sujeitos demandam a construção de novos significados que implicam novas formas de sentir, pensar e atuar reflexivamente sobre o mundo planejando o futuro (BRUNER, 1997). O exercício narrativo sob o signo dos estados intencionais lhes permite uma autoria nas diferentes interlocuções das quais participa e a possibilidade de construir novos significados e sociabilidades no seu processo desenvolvimental (VALSINER, 2007).

3. METODOLOGIA

O presente estudo aborda os significados construídos por adolescentes em contextos de desenvolvimento. A proposta teórico-metodológica buscou articular contribuições do Construcionismo Social, na assunção das práticas discursivas como fundamentais para a produção de realidades (GERGEN, 2001); da Psicologia Cultural, com ênfase nas narrativas, que possibilitam uma compreensão dos diferentes significados construídos e das condições sócio-históricas em que foram produzidos (BRUNER, 1997); e da Rede de Significações – *REDESIG*, na abordagem do desenvolvimento humano pautado na complexidade e circunscrito “*nas e por meio das múltiplas interações estabelecidas pelas pessoas em contextos social e culturalmente organizados.*” (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004, p. 23).

O alinhamento à metodologia qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002) considerou o interesse na complexidade dos processos sociais e humanos, nos quais os aspectos de significação adquirem centralidade e remetem, numa visão de profundidade, ao universo de crenças, valores, aspirações e atitudes dos sujeitos mergulhados no mundo sociocultural. (MINAYO, 2001).

Desse modo, o interesse central da abordagem contempla os processos e as diferentes perspectivas sustentadas pelos sujeitos ao relatarem suas experiências, possibilitando uma maior compreensão dos sentidos que emergem e da multiplicidade de dinâmicas que constituem o “real”. As narrativas como uma forma de discurso intencional correspondem a

uma versão da realidade cuja aceitabilidade é governada mais por convenção e necessidade, do que por verificação empírica e requisitos lógicos, à questão do significado da narrativa, isto é, ao modo como a narrativa opera como instrumento do pensamento ao construir a realidade” (BRUNER, 1991, p. 6).

Buscou-se investigar os significados e sentidos produzidos pelos sujeitos nos campos interativos como um fenômeno complexo que envolve uma diversidade de elementos de natureza pessoal, relacional e contextual, com implicações para as suas visões de mundo. Na perspectiva de coconstrução do conhecimento e de mútua transformação, a presente pesquisa propôs uma aproximação com o universo semiótico dos sujeitos, assumindo as narrativas como matéria-prima para a sua compreensão (MINAYO; SANCHES, 1993). Entende-se que

Reconhecer e buscar compreender a complexidade, abrindo-se à diversidade, às múltiplas perspectivas possíveis, às várias vozes que ecoam, constitui uma tendência atual [...] Na Psicologia, e mais especificamente na Psicologia do Desenvolvimento, a preocupação mais evidente refere-se a apreender e a analisar os fenômenos complexos em suas múltiplas dimensões, de maneira integrada e inclusiva. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; OLIVEIRA, 2003, p. 149).

O reconhecimento do papel da linguagem para a constituição de subjetividades no âmbito das práticas discursivas (GERGEN, 2001) valoriza o desenvolvimento de metodologias direcionadas ao estudo das significações, configurando um procedimento compatível com a ciência psicológica (BRUNER, 1997). Assim, o destaque na linguagem como produtora e organizadora da experiência humana vem agregando diferentes campos do conhecimento, entre eles a Psicologia do Desenvolvimento, cuja aproximação com a perspectiva bakhtiniana permite:

[...] compreender de que modo o dialogismo e a polifonia podem ser evocados no diálogo com os contextos desenvolvimentais e com as práticas discursivas [...] repensar o paradigma científico que contempla o desenvolvimento unicamente como uma sequência linear de estágios e aquisições maturacionais. Para além dessas considerações reducionistas, Bakhtin provoca o leitor para narrar o seu próprio desenvolvimento, que é sempre relacional, dialógico e posicionado. (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010, p. 745).

A linguagem como matéria-prima e produto das negociações dialógicas expressa as diferentes experiências dos sujeitos e as condições socioculturais nas quais elas se realizam, configurando-se como um recurso fundamental para a compreensão dos significados que constroem sobre si, os outros e o mundo ao longo dos seus percursos desenvolvimentais. Desse modo, o conceito de desenvolvimento humano focado nas aquisições e habilidades em determinadas etapas da vida é deslocado para aquilo que é “transformado, coconstruído, reinterpretado a partir da linguagem em seu acontecimento concreto, em sua apropriação como signo, em dado momento histórico-cultural” (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010, p. 750). Nas palavras de Bruner (1994, *apud* GERMANO; SERPA, 208, p.13), “uma vida não é só como ela aconteceu, mas como ela foi interpretada e reinterpretada, contada e recontada”.

Desse modo, empreender estudos que priorizem as vozes e experiências dos adolescentes em contextos específicos é compartilhar de uma proposta teórico-metodológica que aborda tais sujeitos como coautores de suas próprias histórias, interlocutores responsáveis pelo conhecimento produzido socialmente.

3.1 Sobre as entrevistas narrativas

Considerando a complexidade do fenômeno investigado e guardando coerência com opção epistemológica que norteou o presente estudo, foram utilizadas como instrumento de pesquisa as entrevistas narrativas, por entender-se que tal proposta permite uma aproximação às singularidades do sujeito narrador bem como aos contextos vivenciados em que se insere,

além dos sentidos que constrói com e sobre os mesmos. Segundo White (1987, *apud* DUERO, 2006, p. 137)

La narrativa no es meramente forma discursiva neutra que puede o no utilizarse para representar los acontecimientos reales en su calidad de procesos de desarrollo; Es más bien una forma discursiva que supone determinadas opciones ontológicas y epistemológicas con implicaciones ideológicas e incluso específicamente políticas²⁷.

A entrevista narrativa é classificada como um método de pesquisa qualitativa e não estruturada (BAUER; GASKELL, 2002), que visa a encorajar o entrevistado a contar histórias sobre algum acontecimento importante de sua vida e do seu contexto social. A ideia central é a “reconstrução de acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 93). Nesse sentido, “as narrativas revelam as diversas perspectivas dos informantes sobre acontecimentos e sobre si mesmos” (BAUER; GASKELL, 2002, p.104), o que as constitui como importantes ferramentas metodológicas na compreensão das experiências humanas.

Segundo esses autores o processo humano de “contar histórias” assemelha-se a acontecimentos e abriga algumas características que podem ser identificadas no seu fluxo: a *textura detalhada*, que remete a uma pormenorização de tais acontecimentos através de marcadores (tempo, lugar, estratégias, motivos) que visam tornar a narrativa compreensível para ouvintes específicos; a *fixação da relevância*, que permite ao narrador selecionar os aspectos que lhe pareçam importantes para explicar os acontecimentos e segundo sua perspectiva de mundo; e o *fechamento da Gestalt*, em que o informante busca integrar o fluxo narrativo em sua totalidade e numa perspectiva de temporalidade (começo, meio e fim). Nestes termos:

O esquema narrativo substitui o esquema pergunta-resposta que define a maioria das situações de entrevista. O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revele melhor nas histórias, onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos. (BAUER; GASKELL, 2008, p. 97).

Na busca de compreender os diferentes pontos de vista dos adolescentes sobre as experiências vividas ao longo de suas trajetórias, bem como os recursos acionados nas respectivas construções discursivas, utilizaram-se as entrevistas narrativas como ferramentas importantes no aprofundamento de tais questões, considerando uma “[...] relação entre o desenvolvimento da identidade de um indivíduo e suas versões narrativas de experiências históricas de vida” (SCHÜTZE, 2007, p. 8).

²⁷ A narrativa não é apenas uma forma discursiva neutra, que se pode ou não utilizar para representar os acontecimentos reais em sua qualidade de processos de desenvolvimento, mas uma forma discursiva que supõe determinadas opções ontológicas e epistemológicas com implicações ideológicas e, até mesmo, especificamente políticas (tradução nossa).

3.2 Sobre os procedimentos metodológicos

3.2.1 Seleção dos participantes

Cabe destacar que, no projeto de pesquisa, elegeram-se como universo empírico, 3 adolescentes do sexo masculino e 3 do sexo feminino em situação de acolhimento institucional, na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos (segundo o ECA), com vivência de rua e histórico de evasão. Contudo, na inserção no campo de pesquisa, houve a dificuldade para realizar o estudo com uma das adolescentes, que evadiu do abrigo durante o processo de coleta de dados, não mais retornando. Tal ocorrência, embora não desejada, pode ser considerada como uma característica do referido campo, onde se observa uma maior instituições de acolhimento.

Pensou-se sobre os critérios de seleção dos participantes a partir dos objetivos da pesquisa. A escolha de adolescentes enquanto interlocutores, conforme já destacado na introdução deste estudo, considerou a observação dos registros institucionais na indicação de que tal grupo etário empreende um maior número de evasões e a hipótese empírica de uma maior circulação entre contextos, com destaque para a rua, o que se constitui em objeto do interesse por parte da rede de atendimento.

No Recife, o acolhimento institucional de adolescentes com histórico de vivência de rua e drogadição vem sendo executado pela esfera municipal, através do IASC, que mantém duas Casas de Acolhida: Novos Rumos, destinada a adolescentes do sexo masculino, e Raio de Luz, para o atendimento de adolescentes do sexo feminino.

Reconhecendo o trânsito dos adolescentes por diferentes contextos, a escolha das instituições que os acolhem como local de coleta de dados levou em conta a dinâmica de vida de tais sujeitos, em que a instituição de acolhimento se inscreve como um dos seus contextos de desenvolvimento. Além disso, tal escolha apoiou-se no delineamento da pesquisa, cujos instrumentos de coleta de dados, a ocorrência de pelo menos um encontro com os/as adolescentes e o emprego de equipamentos de gravação exigem um ambiente adequado, sem interferências externas (MORAES, NEIVA-SILVA; KOLLER, 2010).

3.2.2 Instrumentos utilizados no delineamento da pesquisa

Utilizaram-se como instrumento de pesquisa as entrevistas narrativas (SCHÜTZ, 1977; 1983, *apud* BAUER; GASKELL, 2002), com temas elencados num roteiro flexível que favoreceu o processo dialógico durante os encontros²⁸. Nos três encontros realizados com cada adolescente, buscou-se desenvolver os eixos norteadores da pesquisa (família, instituições e rua).

Na perspectiva de identificar concepções que os adolescentes constroem acerca de si mesmos e sobre as realidades vivenciadas, o roteiro elaborado buscou contemplar os significados sobre a dinâmica de inserção e de vinculação nos diferentes contextos vivenciados, como a família, as instituições de acolhimento e a rua, figuras de referência nesses diferentes contextos, fatos significativos que marcam suas trajetórias e os desejos para o futuro.

Esta pesquisa foi orientada a partir de uma ética dialógica, cujos princípios, pautados na responsabilidade relacional, vão além de uma moral prescritiva. Desse modo contemplou os preceitos éticos de plena informação, livre consentimento e análise de riscos e benefícios. Em se tratando de uma pesquisa qualitativa e fazendo-se uso da entrevista narrativa, três cuidados éticos foram fundamentais: consentimentos informados, proteção do anonimato e resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador e participantes (SPINK, 2000).

O consentimento informado ocorreu durante o primeiro contato com cada participante da pesquisa, após o esclarecimento de todas as informações acerca do projeto com o objetivo de viabilizar a compreensão dos adolescentes sobre os procedimentos que seriam adotados, bem como dos direitos e deveres de cada um dos participantes. O resguardo abusivo do poder, por conseguinte, buscou o estabelecimento de uma relação de confiança em que é assegurado aos participantes da pesquisa o direito da não revelação de informações que possibilitem a sua identificação (anonimato). Desse modo, todos os nomes apresentados neste estudo são fictícios.

Tais cuidados dizem respeito, sobretudo, ao fato de que os sujeitos da pesquisa se encontram afastados do convívio familiar por decisão judicial e em situação de acolhimento institucional. Desse modo, são representados pelo Estado, através da guarda provisória concedida aos dirigentes das entidades que os acolhem.

²⁸ O caminho e as estratégias metodológicas construídas ao longo do processo de investigação serão delineados no item que trata da incursão da pesquisadora no campo.

3.2.3 Procedimentos de análise

As entrevistas narrativas foram transcritas na íntegra pela pesquisadora, considerando a importância de uma melhor apropriação dos relatos produzidos pelos participantes da pesquisa. Tais informações coletadas foram armazenadas num banco de dados de responsabilidade da pesquisadora, garantindo-se a confidencialidade e o anonimato.

Na organização do material discursivo, que correspondeu a 22h e 25 min de gravação em áudio mp3, a identificação/seleção dos conteúdos relacionados aos eixos temáticos propostos para nortear a investigação (família, instituições de acolhimento e rua) envolveram diversas leituras e releituras, dado o permanente entrecruzamento dos referidos contextos nas construções narrativas.

Por entender-se que as entrevistas narrativas não podem ser compreendidas em profundidade apenas pela apreensão da descrição dos acontecimentos, consideraram-se no procedimento da transcrição, as características paralinguísticas identificadas como a entonação de voz e as pausas, bem como dos gestos e dos movimentos corporais como um recurso de comunicação não verbal e prenhe de sentidos.

De um modo geral os relatos dos adolescentes versaram sobre: as motivações para a saída de casa (conflitos/pobreza/violência/ameaça de morte); o envolvimento com os pares; as experiências de delinquência; o ingresso nas instituições de acolhimento e nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas; as sociabilidades construídas na rua e nas unidades de medida socioeducativa (códigos e regras de convivência); eventos significativos trazidos como pontos de viragem (positivados ou não) com repercussões para suas trajetórias; e os medos e expectativas sobre o futuro.

Na busca de compreender os significados/sentidos produzidos pelos adolescentes nas interações junto aos contextos, considerou-se a complexidade de elementos pessoais, relacionais e contextuais presentes nas narrativas e suas implicações para as visões de mundo sustentadas discursivamente. Para tanto, a análise ancorou-se nos referenciais construcionistas (GERGEN, 2009) e nos pressupostos teórico-metodológicos da Redesig, mais especificamente na consideração do desenvolvimento em contexto e o papel dos circunscritores na orientação das trajetórias dos sujeitos.

A análise tomou por referência as categorias de sequência, canonicidade e perspectivismo (BRUNER, 1997), considerando como cada adolescente organizou os eventos relacionados aos contextos de desenvolvimento num espaço-tempo, quais as referências e

valores que os orientaram e como se posicionaram face aos acontecimentos destacados em suas narrativas como significativos.

A complexidade e a multiplicidade dos pontos de vista construídos pelos adolescentes em meio a ambiguidades, ambivalências e contradições foram trabalhadas à luz dos pressupostos da Psicologia Cultural proposta por Bruner (1997), no entendimento de que as narrativas lidam com a ação e a intencionalidade humana, na mediação dos valores culturais com o mundo dos desejos e das crenças.

Ao final das análises das narrativas, os eixos temáticos propostos foram ordenados com o objetivo de empreender uma síntese sobre as experiências dos adolescentes, com destaque para as semelhanças que enunciam circunscretores de trajetórias coletivas, bem como para os modos distintos que os adolescentes vivenciam tais experiências.

3.2.4 Sobre os (des) caminhos da inserção da pesquisadora no campo

Com a autorização, devidamente assinada, da Juíza da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, a pesquisadora recebeu a informação de que a direção do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC ainda não havia autorizado a realização da pesquisa nas casas de acolhida, o que retardou, em quinze dias, a entrada no campo, uma vez que a diretora, recém-empossada, encontrava-se viajando naquele período. Contudo, a autorização foi viabilizada por sua substituta.

Como procedimento inicial, realizou-se uma conversa explicativa com os dirigentes das instituições de acolhimento para a apresentação da proposta da pesquisa, esclarecendo o contexto do estudo, a relevância do mesmo, formas de registro e socialização, e a prerrogativa de sigilo das informações, além da necessidade do livre consentimento dos adolescentes ou desistência a qualquer momento do processo investigativo.

Com base nos registros institucionais, foram selecionados alguns adolescentes, cujas experiências correspondiam aos critérios da pesquisa, como um índice elevado de evasões e a trajetória de rua. Na ocasião, cada uma das instituições de acolhimento, que se propõem a atender vinte adolescentes, contava com apenas oito adolescentes do sexo masculino e três do sexo feminino, neste último caso, representando o total pretendido de sujeitos para compor o universo da pesquisa. Contudo, agendou-se com os dirigentes um dia para a apresentação da referida proposta aos adolescentes, considerando-se as ocasiões em que os mesmos geralmente permaneciam na casa, com destaque para os horários das refeições.

Uma vez no campo e na condição de pesquisadora, foram muitas as incertezas: Será que o encontro com os adolescentes, alguns já conhecidos e outros não, seria promissor? Será que os objetivos da pesquisa seriam atendidos? Até que ponto se conseguiria construir com os interlocutores um espaço alternativo àquele já inscrito por uma inserção como profissional do judiciário? Confiariam à pesquisadora parte do seu tempo? Dividiriam momentos de suas vidas? Compartilhariam sentimentos, dúvidas, desejos?

Se o próprio objeto de pesquisa surge da verificação de um movimento de ir e vir constantes na casa de acolhida, sugerindo as vivências dos adolescentes por diferentes contextos e por tempos indefinidos, como garantir que haveria tempo para contemplar os encontros e as entrevistas necessárias à realização do estudo? Foram muitas as interrogações que mobilizaram a pesquisadora e fizeram-na refletir sobre a própria atuação no campo de pesquisa. Além disso, o período previsto para a coleta de dados foi marcado por mudanças importantes na administração das casas de acolhida, como a chegada de novos coordenadores e o ingresso de educadores concursados (substituindo os contratados).

Considerando-se que, no exercício profissional, realizam-se visitas sistemáticas às casas de acolhida a fim de identificar as condições gerais de atendimento aos adolescentes, para os encontros com os interlocutores foram selecionados dias e horários diferentes daqueles utilizados no trabalho demandado pelo judiciário, com o objetivo de oferecer-se um novo sentido às visitas e uma aproximação aos meninos e meninas numa outra condição: a de pesquisadora e, portanto, envolvida com objetivos distintos daqueles que constituem a sua rotina profissional.

Se, por um lado, a experiência junto aos abrigos provocou as inquietações que geraram o projeto de pesquisa, agora, a imersão em tal projeto implicava novos posicionamentos. A pesquisadora estava num outro lugar, cujo estranhamento manifestado no contexto a mobilizou no sentido de investir de modo bastante cuidadoso nos esclarecimentos acerca dos objetivos da pesquisa bem como sobre as condições para a sua realização, evitando possíveis reações a uma suposta “invasão” do espaço institucional ou a mais uma intervenção do judiciário no dia-a-dia das casas de acolhida.

A ideia era a de, a partir dos esclarecimentos sobre o estudo, poder contar com a colaboração de tantos possíveis em torno do projeto, viabilizando um clima favorável à constituição de um suporte ao desenvolvimento da pesquisa.

3.2.5 Aproximações realizadas nas instituições de acolhimento

3.2.5.1 Casa de Acolhida Novos Rumos

A casa de acolhida Novos Rumos, que abriga adolescentes do sexo masculino, localiza-se num bairro residencial, próximo a diferentes equipamentos sociais que compõem a rede de atendimento socioassistencial da prefeitura do Recife, a exemplo de escolas, CAPS, postos de saúde, biblioteca, mercado público. A casa que atualmente abriga os adolescentes foi ocupada pelo IASC em meados de fevereiro do ano passado, uma vez que a casa anterior, localizada no mesmo bairro da atual, já não apresentava quaisquer condições de acolher seres humanos, daí sua interdição judicial.

Apesar da mudança de instalações e do investimento inicial na pintura e na compra de alguns móveis para compor os ambientes da nova casa, quem observa seu aspecto atual não identifica diferenças entre esta e a antiga. Uma mesa com um banco comprido no espaço do terraço, uma sala com dois sofás de madeira sem almofadas, adolescentes pelo chão assistindo televisão, móveis e utensílios quebrados, cômodos sem portas, banheiros sujos, colchões sem forro espalhados pelo chão, camas, cadeiras e armários quebrados, paredes pixadas e sujas, além de problemas de manutenção e limpeza. O ambiente físico insalubre e desorganizado da casa e a ausência de um conforto mínimo fazem-na parecer uma extensão da própria rua.

Na casa de acolhida Novos Rumos, a pesquisadora já havia mantido contatos com a psicóloga e com a assistente social em outras situações e foi a elas que a proposta de pesquisa foi apresentada em primeira mão, considerando-se a ausência do dirigente da casa naquele dia, o que pôde ser feito dias depois, numa outra visita. Vale ressaltar que, após os esclarecimentos sobre o estudo, a assistente social mostrou-se motivada com a ideia de que a fala dos adolescentes fosse privilegiada. Nesse dia, buscou-se verificar a disponibilidade de horários dos adolescentes para a apresentação da proposta.

Apesar do agendamento com as técnicas e o dirigente para a conversa em que a proposta de pesquisa seria apresentada aos adolescentes selecionados, tal empreendimento não ocorreu conforme o previsto, considerando a ausência dos referidos sujeitos na casa, o que exigiu novos agendamentos.

Na data marcada para a apresentação da proposta e já diante do portão da casa, que é fechado e cuja chave fica sob a responsabilidade dos vigilantes, ouviam-se muitas vozes alteradas vindas de dentro da casa. Depois de um período de espera, o vigilante abriu o portão.

No acesso ao terraço da casa, observou-se que dois adolescentes brigavam, enquanto dois educadores e um vigilante tentavam apartá-los. Os demais presenciavam a briga. As informações foram de que a discussão teria iniciado pelo fato de um dos adolescentes não estar vestido com camisa na hora em que uma das irmãs do outro o visitava, juntamente com o filho, ferindo uma regra de convivência entre eles. O clima estava muito tenso na casa, o que inviabilizou a apresentação da proposta da pesquisa.

Na segunda tentativa também não foi possível reuni-los, pois no andar superior, onde se localizam os quartos, alguns adolescentes estavam sob o efeito de drogas, enquanto outros, de modo compartilhado, ainda faziam uso da substância. Diante da pesquisadora, esquivaram-se e, enquanto os demais ficavam de costas, um deles se aproximou e falou que não estavam fazendo nada de mais, que era apenas maconha e que já estavam descendo. Quando alguns poucos decidiram descer, aparentemente não apresentavam condições para conversar sobre a pesquisa.

Vale destacar que, nas ocasiões em que não foi possível a apresentação do projeto aos adolescentes, a pesquisadora se manteve nas dependências do abrigo com a intenção de construir uma aproximação maior com o cotidiano dos adolescentes e, assim, marcar uma forma distinta de inserção no campo de pesquisa, o que ocorreu por cerca de um mês.

Nessas ocasiões, pode-se observar o ingresso de novos adolescentes e a evasão de outros. Contudo, alguns deles, notadamente, retornavam ao abrigo horas depois e saíam novamente, retornando em seguida. Isso sugere que, para alguns adolescentes, a presença da pesquisadora já não causava estranhamento, diferentemente daqueles que chegavam. Por vezes, paravam de conversar pela aproximação da pesquisadora e outras vezes falavam num tom mais alto com seus pares ou mesmo com os educadores, tentando intimidá-los. Assim, entre palavrões, murros e chutes nas paredes, pareciam buscar chamar a atenção para si.

Um aspecto relevante no período de observação diz respeito à ausência de atividades lúdicas no espaço de acolhimento. Assim, os adolescentes passavam as horas circulando pelas dependências da casa, em meio aos educadores, como se esses não existissem. Conversavam entre si, comiam, brigavam, trocavam roupas, saíam e, geralmente, retornavam no horário das refeições, via de regra, drogados.

Como estratégia para conseguir realizar a apresentação da pesquisa, na terceira tentativa, a pesquisadora chegou ao abrigo às sete horas da manhã, na perspectiva de abordar os adolescentes antes que pudessem sair.

Nessa ocasião, os objetivos da pesquisa foram apresentados, incluindo as motivações e interesses da pesquisadora em ouvi-los de um modo independente e sem o compromisso

com o ritual do judiciário. Dos sete adolescentes presentes na conversa, apenas quatro deles correspondiam ao perfil da pesquisa, uma vez que os demais foram acolhidos por estarem ameaçados de morte em suas comunidades, não apresentando trajetórias de rua. Desses quatro, um deles referiu estar prestes a retornar para a sua terra natal (interior de Pernambuco) e acreditava que não daria tempo para participar da pesquisa na íntegra. Interessante que o referido adolescente atuou como um interlocutor importante para a adesão dos pares à proposta, sustentando a importância de poderem falar sobre o que era importante em suas vidas e sobre a necessidade de ajudarem uns aos outros na perspectiva de uma melhoria nas condições de atendimento.

A conversa foi franca e suscitou algumas perguntas importantes como para o que serviria a pesquisa, por que isso poderia ajudá-los e ainda como a história de suas vidas serviria para mudar alguma coisa. Falou-se sobre a importância de poder ouvir suas histórias de vida, suas experiências, seus pontos de vista nas diferentes vivências com a família, com as casas de acolhida e com o espaço da rua, a partir de suas próprias perspectivas; e sobre a necessidade de conhecer seus diferentes modos de pensar, com a possibilidade de novas relações a partir de um conhecimento construído.

3.2.5.2 Casa de Acolhida Raio de Luz

As entrevistas com as adolescentes do Raio de Luz aconteceram após o encerramento das entrevistas com os adolescentes do abrigo Novos Rumos. A casa de acolhida destina-se às adolescentes do sexo feminino, com vivência de rua e histórico de drogadição e localiza-se num bairro próximo ao centro da cidade e de equipamentos socioassistenciais importantes como CAPS, posto de saúde e escolas. A frequência de meninas na casa é inferior àquela observada na casa que acolhe os meninos (Novos Rumos), com permanência média de três adolescentes por dia. Contudo, embora as instalações físicas se apresentem em melhores condições que aquelas encontradas no abrigo Novos Rumos, observa-se que determinadas condições são comuns como o desconforto das instalações, a manutenção precária, algumas paredes (a dos quartos) pixadas; camas sem lençol ou travesseiros, colchões em péssimo estado, armários quebrados e paredes com infiltrações e mofo.

No primeiro contato com a coordenação da casa, o projeto foi apresentado e todas as possíveis implicações foram esclarecidas, bem como a possibilidade de entrevistar meninas com o perfil aproximado daquele pretendido pela pesquisa. Na ocasião havia apenas duas

adolescentes sob a medida protetiva, uma vez que duas outras tinham evadido no último final de semana. Dessas, uma se encontrava em atividade externa.

Durante a conversa com a psicóloga da casa, a adolescente que lá se encontrava buscou interromper por diversas vezes a conversa, chamando pela técnica, que pediu que aguardasse. A adolescente parecia estar tentando negociar uma saída e mostrava-se impaciente com o fato de não poder sair sozinha. Naquele mesmo dia, considerando-se a correspondência com o universo da pesquisa, buscou-se apresentar a proposta para a mesma e saber da sua disposição em participar. Ela concordou e as visitas foram agendadas de modo a preservar a realização de suas atividades externas (escola e CAPS). Contudo, apenas uma entrevista pôde ser realizada, pois a adolescente saiu da casa na semana seguinte.

O período de coleta de dados nos abrigos coincidiu com uma greve dos funcionários do IASC, incluindo técnicos e educadores, o que trouxe algumas dificuldades de agendamento para os encontros e alterações no calendário das acolhidas em suas atividades externas, além das constantes evasões do espaço de acolhimento.

A partir dos acordos firmados com a coordenadora da casa, uma nova visita foi agendada para o contato com a adolescente que estava em atividade externa na primeira visita. Todavia, no dia marcado para a apresentação da proposta, a adolescente havia saído para um atendimento médico de emergência. Desse modo, o início da coleta de dados na casa de acolhida teve início com apenas uma adolescente. Contudo, a psicóloga informou que havia outra adolescente cujas experiências atendiam aos critérios da pesquisa e que havia sido transferida para a Casa Andaluz, destinada a acolher adolescentes grávidas. Nesse caso, houve a possibilidade de entrevistá-la no referido abrigo, sobretudo, por tratar-se de uma instituição também administrada pelo IASC.

4. ANÁLISE DAS NARRATIVAS: *significados e vínculos*

4.1 Sentidos de família

4.1.1 Davi: *“a rua como extensão da casa”*

No início da primeira entrevista com Davi, lembramos os acordos firmados nos primeiros encontros e que o tema daquele dia seria família; que ele poderia falar absolutamente tudo o que lhe viesse à cabeça, pois seria importante para o nosso estudo. Ao falar sobre a família, Davi constrói sua narrativa a partir de sua saída de casa para as ruas, apontando a figura materna como responsável direta. Na ocasião, chama a atenção a performance²⁹ corporal do adolescente para a narrativa desse evento. Mesmo sentado, sua postura adquire força, seu corpo se move, inclinando-se para frente, quase debruçado sobre o gravador. Com as mãos firmes sobre a mesa e de modo enfático, aumenta a entonação da voz e, quase que num ato de denúncia, inicia o seu relato.

Convidado para falar sobre sua família, Davi inicia sua narrativa explicando que a saída dele de casa para a rua havia sido motivada pelo alcoolismo de sua genitora e pelos castigos físicos sofridos, evidenciando a centralidade da figura materna como um elo na organização familiar, um vínculo de força simbólica importante (SARTI, 1996). Filho de pais separados com uma prole numerosa, fala com pesar sobre os problemas com a mãe e do desejo de poder voltar para casa. Contudo, o contexto familiar do adolescente parece não oferecer atrativos que justifiquem tal retorno, uma vez que as dificuldades vividas no espaço doméstico atuaram como circunscretores para o ingresso precoce nas ruas, enfraquecendo os vínculos familiares.

Os sentidos construídos sobre família para o adolescente remetem inicialmente às figuras parentais e à sua comunidade de origem, configurando tal contexto a partir da ocupação do pai numa atividade ilícita (tráfico de drogas), do alcoolismo da mãe e da morte de um dos irmãos. Com a separação dos pais, a família de Davi se alinha a tantas outras famílias pobres, monoparentais, organizadas em torno da figura materna, representando um segmento que, segundo indicadores sociais do IBGE (2009), apresentam um crescimento significativo no país. Os eventos trazidos por Davi parecem querer justificar seu afastamento de casa para as ruas em idade precoce (sete anos), quando teve as primeiras experiências de

²⁹ Considera-se a categoria “performance” como um processo através do qual a experiência vivida é realizada inteiramente, a partir do qual o contido ou suprimido revela-se (DAWSEY, 2007, *apud* TURNER, 1982).

drogadição e acolhimento institucional. Entende-se que o contexto de saída de Davi para as ruas, ainda na infância, traz implicações para o seu desenvolvimento e pode ser considerado um ponto de viragem em sua vida, acionado pela ocorrência de crises e rupturas com o grupo familiar (OLIVEIRA *et al.*, 2006).

Fui pra rua com sete anos de idade por causa da minha mãe (pausa) que ela bebia muita cachaça e batia muito em mim com correia de sofá. Aí eu fui embora pra rua e na rua me juntei com os meninos que não era certo (pausa) e me botaram nessa vida de drogas. Eu uso drogas desde sete anos de idade. Família? (pausa) Eu moro em Joana Bezerra. Meu pai mexe com drogas (pausa) trafica. Minha mãe bebe e eu uso droga (pausa) bebo também (boceja). Eu tinha seis irmãos e mataram um. São maiores que eu. Minha mãe é separada de meu pai. Só eu e meu irmão é filho de meu pai. Pergunto sobre seus irmãos: Eu se dou melhor com minha irmã e o meu irmão de onze anos que tá com minha mãe. Eu tenho cinco irmãos, minha irmã tem 26, outro tem 23, outro de 22, eu 17 e meu irmão tem 11, e o que morreu (pausa) se ele tivesse vivo tava com 25anos. Eu queria voltar pra minha casa, mas minha mãe bebe muito e fica me botando pra fora, batendo n'eu. Não gosta d'eu.

Sabe-se que a vivência familiar não é homogênea, uma vez que produz e é produto das especificidades históricas e culturais e ainda circunscritas às vicissitudes próprias das interações humanas. Nesse sentido, apesar de se constituírem, em suas diferentes configurações, como *locus* privilegiado do desenvolvimento dos indivíduos, as famílias podem se inscrever como espaços de violência, contribuindo para a desagregação de crianças e adolescentes consideradas em situação de vulnerabilidade.³⁰ As condições de existência familiar trazidas por Davi remetem a tensões que dificultam o fortalecimento dos vínculos/cuidados com os filhos, expondo-os a situações difíceis, que se situam, na visão de Neder (2002), entre a vulnerabilidade das condições objetivas de sobrevivência e a realização dos papéis familiares, justificando uma visão de família irregular/desestruturada construída ao longo da história.

Do ponto de vista discursivo, Davi atribui ainda seu ingresso precoce na drogadição aos “meninos”, companheiros, possivelmente inseridos em dinâmicas familiares semelhantes, com os quais conviveu na rua. Do ponto de vista de sua construção narrativa, a compreensão do adolescente sobre a saída de casa para as ruas não se apoia tão somente em descrições, mas

³⁰ O conceito de “vulnerabilidade” advém da área jurídica internacional pelos Direitos Universais do Homem, para designar grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na proteção ou garantia de seus direitos de cidadania (ALVES, 1994, *apud* AYRES, 2003). O conceito de vulnerabilidade social mostra-se eficaz por evocar as condições estruturais que expõem as pessoas ao risco, para além do comportamento individual. AYRES *et al.* (2003) sustentam que a avaliação de maior ou menor vulnerabilidade social de indivíduos ou grupos deve incluir acesso a meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidade de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas.

introduz objetivos e intenções que buscam justificar as ações relatadas em contextos específicos, cuja posição assumida parece ser a de vítima na trama familiar.

Bruner (1997) argumenta que tão importante como a atuação do narrador, que implica estados intencionais, é contar a história apropriada aos objetivos desse protagonista, incorporando fatos atenuantes, podendo o protagonista assumir o papel de vítima ou agente, a partir dos significados construídos culturalmente. Com efeito, a ação de narrar não se reduz ao meramente descritivo, mas se converte num ato retórico, cujas intenções se inserem num universo sociocultural (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003).

Indagado sobre as suas vivências junto ao grupo familiar, Davi traz a imagem da “casa” associada à imagem da mãe. É o que se pode observar na narrativa abaixo.

Minha casa? É assim (pausa) eu não me dava bem com minha mãe não. Minha mãe gostava de tudo menos d’eu (pausa) porque meus irmãos tudinho era moreno e eu que nasci dessa cor (estende o braço) assim (pausa) dessa cor assim, aí minha mãe também é morena. Aí ela não gostou d’eu não e me mandou pra rua. Eu sinto saudades dos meus irmãos e da minha mãe também, mas eu acho que ela não gosta d’eu (pausa) quando ela bebia: “vá se embora... você não gosta de rua?” Aí eu ia me embora pra rua (pausa) depois ela ficava chorando, me procurando pela rua (pausa) sei não! (silêncio).

Nos significados trazidos pelo adolescente sobre a sua casa, a dimensão afetiva das relações com a figura materna, mais uma vez, adquire centralidade, quando fala do preconceito sofrido em função da cor de sua pele (mais clara) ³¹, diferente da dos irmãos. O sentimento materno da rejeição, do ser “diferente” entre “iguais”, do não ser aceito por um preconceito apresenta-se como mais um elemento negativo que justifica a saída de casa em direção às ruas e introduz tensões no relacionamento familiar. Segundo Lopes de Oliveira e Vieira (2006), a partir da regulação cultural dos afetos, a qualidade das inter-relações é definida com implicações para as questões subjetivas.

Considera-se ainda relevante na narrativa de Davi o sentido de casa como oposição à rua, o que, segundo Da Matta (1979), evoca - na denominada “gramática social da casa brasileira” - uma ligação dramática entre tais categorias teóricas com códigos de valores específicos. Diante do ato da mãe ao mandá-lo para a rua, Davi expressa o sentimento do abandono, um ato simbólico de romper os laços afetivos com o seu grupo familiar. Nesse sentido, o conceito de casa surge como um espaço de convivência entre iguais, esfera de pertencimento e reconhecimento de pessoas, enquanto a rua remeteria à dimensão da impessoalidade, da diferença. Da Matta (1979) argumenta que a oposição entre casa e rua não

³¹ Os irmãos de Davi são negros e ele é de cor parda.

é absoluta, pois se situa num terreno complexo onde tais conceitos representam domínios culturais institucionalizados e se constituem mutuamente.

Com efeito, a partir de conceitos morais, a casa é compreendida como esfera relacional associada à intimidade, aos afetos, à possibilidade do “ser”. Por outro lado, a rua surge como espaço da fluidez, do movimento, da instabilidade. Isso não desconsidera, no entanto, o fato de que, para diferentes grupos de pessoas, a rua pode se constituir como um espaço de moradia. Durante o próximo trecho da entrevista foram incontáveis os momentos de silêncio em que Davi parecia sinalizar um desconforto para recordar e um esforço para suportar as lembranças. Algumas frases saíram entrecortadas pela emoção, pausas longas que sugeriam uma reflexão, uma tomada de posição em relação aos próprios sentidos, uma identificação com a autoria da história.

Desde que eu era pequeno, o que ficou na minha cabeça foi a morte do meu irmão, porque eu vi os cara matando (pausa) deram três tiros e depois deram uma pedrada na cabeça dele. Porque ele mexia com drogas e batia na minha mãe (pausa longa) batia na minha mãe. Aí os cara se revoltou e matou ele (pausa). Eu não ficava muito em casa não (pausa) só na rua (pausa) só estudei até a terceira série e agora eu tô aqui no abrigo para mudar de vida. Eu vejo a minha mãe, só que ela não fala muito comigo não. Ela não vem me visitar, mas eu vou até lá (pausa longa) eu acho bom só quando minha irmã tá lá. Ela perdeu meu irmão. Meu irmão morreu (pausa) aí ela pegou e ficou nessa, bebendo todo dia. (bate com os dedos na mesa de modo nervoso). Prossegue: ela viu (pausa) a gente viu, eu e minha mãe (pausa) isso eu tinha seis anos quando a gente viu os cara matando meu irmão (pausa) nunca mais ela ficou a mesma (pausa) assim, de boa.

As imagens selecionadas pelo adolescente sobre sua infância destacam vivências em contextos de extrema violência. Recorda, ainda que com apenas seis anos de idade, a morte do irmão com detalhes, fato que ocorre numa situação de ajuste de contas com outros membros do tráfico de drogas da comunidade. Morte também justificada pelas constantes agressões infligidas à própria mãe, transgredindo uma regra do grupo e agravando o seu “castigo”. Sobre crimes violentos contra jovens pobres, Zaluar (2004) argumenta que tais sujeitos se constituem como principais vítimas em função de uma cadeia de vinganças pessoais de que são prisioneiros, sobretudo junto ao tráfico de drogas. As constantes saídas de Davi para as ruas surgem, possivelmente, como uma alternativa à insegurança e ao desconforto que a casa representava. O afrouxamento dos vínculos familiares, sobretudo do materno, e a ausência de um suporte socioafetivo, aliado aos problemas vividos na própria comunidade, marcam a saída do adolescente do espaço familiar. Cabe destacar que, para além das noções essencialistas que visualizam tais configurações familiares em termos de carência, desorganização e violência, é importante o reconhecimento das pressões sobre tais grupos

sociais, como a pobreza e a insuficiência de políticas públicas de proteção, cujos desdobramentos podem fragilizar o desenvolvimento dos seus ciclos de vida.

Em outro debruçar narrativo sobre a família, Davi identifica, mais uma vez, a questão das drogas como elemento responsável para a desagregação de tal grupo e a falta de alternativas para ter trilhado outro caminho senão aquele já circunscrito na dinâmica familiar. Ao sustentar tais afirmações, ao buscar sentidos para explicar a própria trajetória, parece expressar uma condição de sujeito determinado pelas circunstâncias, passando ao largo da questão da autonomia diante da própria vida. No mesmo trecho narrativo e guardando coerência com o seu relato, Davi restringe a família a uma tia e uma irmã, possivelmente por não terem envolvimento com drogas. Na referência à figura paterna traz o ressentimento como retaliação à sua atividade ilícita.

Minha família (pausa) é só que eu não vou muito com minha família (pausa) por causa das drogas (pausa) eu não tive como ir por um caminho (pausa) Minha família (pausa) minha tia e meu irmão, menos meu pai que eu não vou muito com ele não. Porque ele é traficante.

No trecho em que narra situações vividas junto à família, Davi recorda de alguns momentos felizes ao lado dos pais como passeios a parques e *shoppings*. Fala sobre o desejo de morar com o pai, caso ele rompesse com o tráfico de drogas para, juntos, mudarem de vida. Contudo, sua idealização logo é confrontada com a realidade. Seu pai não demonstra qualquer disposição para sair da vida do crime ou ainda ajudá-lo com o seu projeto de vida.

[...] Um dia eu pedi pro meu pai deixar essa vida dele, se ele saísse eu morava com ele (pausa) ele vende drogas. Eu ia morar com ele, mas ele não quer (pausa) eu tinha uns quatorze anos. Peço que ele fale mais sobre isso: Eu disse: Ó meu pai, eu queria falar com o senhor. Eu comecei a falar. Tava ele e os colega dele, aí eu comecei a falar com ele. O Sr. não quer mudar sua vida pra outro canto, aí eu mudo a minha também. Aí ele (pausa) se eu sair dessa vida, só eu morto ou preso. Ai eu comecei a chorar (pausa) e fui embora. Pra ele deixar de querer matar os outros por causa de drogas (pausa) minha mãe chorando o tempo todinho na rua e ele nem aí. Tirando a vida dos outros Por causa de dez reais (pausa) de droga. E ele dizendo: isso é assim, se eu não matar, vão querer me roubar mais e mais. Ele só quer matar e roubar, mas a vida do ser humano só Deus tira (pausa) eu disse pra ele. E ele olhando pra mim, vai se embora, vai se embora. Mas ele não quer saber disso não. Ele é do tráfico (pausa) não é dinheiro suado.

No empenho de transformar a vida do pai para alavancar a própria, Davi revela sentidos sobre uma família idealizada, com laços parentais de solidariedade e participação, bem diferente daquela vivida por ele desde a infância.

4.1.2 Fernando: “... e começou a falar sem parar”

Fernando entrou na sala perguntou: “**Agora é eu né?**” Sentou-se numa cadeira, ajeitou o corpo, observou o gravador sobre a mesa e falou: “**Vai demorar muito?**” Disse-lhe que não sabia exatamente quanto tempo duraria nossa conversa, mas que ele tinha a liberdade para interromper quando quisesse, lembrando ao adolescente sobre tudo o que havíamos acordado na apresentação da pesquisa. Antes que eu pudesse fazer qualquer pergunta para dar início a nossa conversa, Fernando começa a falar sem parar:

Meu nome é Fernando, tenho dezesseis anos, passei um ano e seis meses na rua por causa de drogas, minha mãe bebe, um dos meus dois irmãos tem um tiro na testa, o outro levou um atentado, uma das minhas irmãs está presa porque esculhambou a juíza, eu tô em PSC (Prestação de Serviços à Comunidade), medida sócio (pausa) como é? Eu já passei nessa rua aí... pá. (pausa) Já fiz de tudo (pausa) outro (pausa) e tô em medida socioeducativa (pausa) droga, uma coisa inexplicável (pausa) os cara passa muito tempo na rua e o cara vê é só desgraça (pausa) É uma desgraça que acontece com o povo (pausa) uns sendo roubado o outro também. Tem gente que esquece, mas eu não me esqueço (pausa) minha vida é fogo.

Em sua narrativa inicial, seus enunciados evidenciam uma catarse³², localizando-se a partir da situação de acolhimento para justificar o ingresso na rua em virtude das experiências com a drogadição que, por sua vez, parece guardar correspondência com as vivências familiares. Considerando a família como um contexto de desenvolvimento, espaço privilegiado de construção de sociabilidades, pode-se considerar a hipótese de que, para alguns adolescentes, as vivências permeadas por situações como a drogadição se inscrevem como condições de pertencimento, forjando laços sociais com o referido grupo. Os eventos narrados remetem a um contexto em que a condição de Fernando se alinha à dos demais irmãos, sugerindo uma familiaridade com diferentes manifestações de violência desde a infância, uma vez que todos estiveram ou estão expostos a tais contextos.

Existe uma determinação judicial que leva o adolescente ao cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto - liberdade assistida - por danos ao patrimônio do abrigo e encontra-se ameaçado de morte em sua comunidade de origem por dívidas junto aos traficantes de drogas, cujas regras rígidas proíbem a traição ou a evasão de quaisquer recursos, sobretudo se praticado por um usuário de drogas, visto como “eterno” suspeito. (ZALUAR, 2004).

³²Utiliza-se o termo “catarse” aqui numa perspectiva de alinhamento ao método do “Teatro Espontâneo” (MORENO, 1974, *apud* ALMEIDA, 2010), em que o sujeito representa os dramas da sua sociedade dentro de personagens que desenvolvem seus *scripts* no momento da representação.

Observa-se que as vivências de rua aliadas à drogadição surgem como elementos marcantes, evocados para justificar as desventuras de sua vida, sobretudo nas trajetórias de rua, cujos significados adquirem um sentido de “guerra”, com seus cenários de rivalidades e destruição, do “salve-se quem puder”. O sonho de liberdade transforma-se numa armadilha que aprisiona, quando quer deixar a quadrilha e fica ameaçado de morte, empobrecendo/restringindo espaços de sociabilidade. Apesar do seu envolvimento com as questões elencadas, há momentos distintos em que, discursivamente, se distancia da posição de protagonista da história, falando na terceira pessoa, um “outro” indefinido, contudo, no final do trecho narrativo, reassume a autoria da história, de modo reflexivo.

Família? Minha mãe bebia sem parar, bebia, sempre bebia. Quando ela bebia dava na gente. Sempre que ela bebia, ela dava na gente (pausa) nos meus irmãos, em mim. Meu irmão mais velho saiu prum lado, o outro saiu também. Ele saía por um lado e minha irmã pequena foi presa e a outra tá casada, tem dois filhos (pausa) e eu também não volto mais não, porque (pausa longa) droga (pausa) pra minha comunidade (pausa) dívida por causa de droga. Meus irmãos também tá na rua, o outro tá no abrigo, o outro tá na droga. Não sei se eu fico aqui, não sei se vou pra outro abrigo. Uma hora ou outra eu tenho que sair (pausa) não vou ser menor para sempre. Não sou de menor para sempre, mas (pausa) já usei muito tipo de droga, todo tipo e uso ainda. Maconha, cola, crack, todo tipo de droga. Eu gostava de trabalhar, fazer o que eu quero, mas depois de sair de dentro de casa (pausa) eu comecei a brigar. Interrompi o seu relato e pedi que falasse sobre o que ele quer. Ele: (pausa) Assim, sair dessa (pausa). Ter uma vida legal (pausa) casa (pausa) minha liberdade. É tudo, né? Esses povo aí não me entende, sou marcado aqui (pausa) na vida, nos abrigo. Tem nada pra ajudar. Nem lembro das coisa (pausa) pai, mãe, ôxe!

Fernando fala de família com muito ressentimento e, a exemplo de Davi, traz o alcoolismo da mãe como um elemento de desagregação familiar e propiciador de violência contra a prole, razão das diferentes saídas engendradas por cada um dos irmãos na fuga ao espaço doméstico. Argumenta-se que a questão dos conflitos não pode ser reduzida às relações interpessoais e, nesse sentido, Antoni e Koller (2000) afirmam que a violência doméstica é apenas mais uma de tantas outras manifestações da violência praticadas contra crianças e adolescentes, sem distinção de estratos sociais, mas que pode ser agravada por fatores econômicos, sociais e culturais forjados no mundo contemporâneo e constituir-se em fatores de risco ao desenvolvimento de tais sujeitos.

Fernando refere, com tristeza, que não pode retornar à sua casa por conta de ameaças de morte em função de dívidas contraídas junto ao tráfico de drogas na comunidade. Tal perspectiva reduz as possibilidades do adolescente que se vê em busca de outros espaços para viver, sobretudo pela aproximação de uma maioria para a qual não estão previstas as medidas protetivas, como o acolhimento institucional. O desejo por uma “vida legal” traz o trabalho e a casa como elementos que viabilizam a saída da rua e o ingresso no mundo dos

adultos. Os sentidos construídos sobre “trabalho” suscitam questões que parecem ir além da sobrevivência, indicando uma associação a valores morais socialmente estabelecidos, sobretudo como fator atenuante para uma visão negativa da pobreza. Assim, o valor atribuído ao trabalho “[...] compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o desqualifica socialmente.” (SARTI, 2003, p. 89).

Sob risco de morte iminente na comunidade de origem e com os vínculos familiares fragilizados, o adolescente experiencia uma das tantas manifestações da violência do desterro, uma desvinculação do seu contexto de origem por conta do envolvimento em situações que rompem com os códigos estabelecidos pelos grupos de poder no local e se vê sem recursos pessoais ou uma rede de apoio para superar as adversidades que se apresentam (SANTOS, 2005).

Com efeito, tal fenômeno é significativo entre os adolescentes acolhidos em instituições e que apresentam uma longa vivência de rua e drogadição, o que inscreve limites de circulação e pertencimento em suas trajetórias de vida. Observa-se que os conceitos de “casa” e “liberdade” – desejadas pelo adolescente – são confrontados com uma realidade que restringe espaços de convivência, de afetos e possibilidades de desenvolvimento com o mínimo de segurança existencial.

Indaguei como ele se sentia em casa, com a família. Como era a sua vida, a sua relação com os irmãos e ele recordou os conflitos que permeavam as relações entre eles, que ficaram sob a responsabilidade materna, após o falecimento do pai. As situações trazidas remetem à desagregação familiar e às inseguranças que aparecem articuladas a um sentimento de solidão que o desorienta. A sensação de se sentir só empresta um tom de desesperança ao seu relato e, nesse momento, Fernando enche os olhos de lágrimas, mas tenta disfarçar a emoção.

A gente não ia... se dava bem não porque um queria ser melhor do que o outro. Brigando dentro de casa. Um dava no outro. Duas meninas e três homens. Cinco irmãos. Minha mãe com meu pai faz sete. Meu pai morreu eu tinha cinco anos e eu não sei o que faço mais (pausa) minha mãe espero que ainda viva muito (pausa) e eu não sei o que fazer mais (pausa) da vida não (pausa), mas eu tô só (pausa) assim (pausa) da família.

Outras lembranças são trazidas nesse trecho da entrevista, como as aventuras da sua infância, brincadeiras arriscadas que lhe rendiam acidentes e que parecem desafiar o ideal de uma infância protegida, como que anunciando para o adolescente uma trajetória de vida marcada por situações difíceis, em que sua capacidade de sobrevivência seria posta à prova cotidianamente. Ainda que não signifique um rompimento com o mundo doméstico, da casa, tais vivências, em diferentes espaços fora do âmbito doméstico, desde a infância, parecem

oferecer novos sentidos e experiências entre as fronteiras que circunscrevem os universos da casa e da rua, aproximando tais contextos.

Na sequência, Fernando parece querer explicar as brincadeiras na rua relacionadas à precariedade estrutural da casa onde nasceu, cujos espaços eram insuficientes para abrigá-los de modo confortável, sinalizando a falta de recursos materiais disponíveis e de atrativos lúdicos para lá permanecerem. Uma imagem de “casa” que vai além da descrição meramente física, encerrando sentidos de desamparo, de privações, tanto materiais quanto afetivas, e de recordações, por vezes dolorosas.

Minha família (pausa) minha infância eu só vivia pegando (pausa) amorcegando os carros pra pegar bigu, altas vezes eu caía e ia pro médico (pausa) todo enfaixado. A minha casa era um barraco de pedra véi, um quarto, um banheiro, uma cozinha para sete pessoas. Ôxe!

Os sentidos construídos sobre a morte do pai, que era alcoolista, evidenciam um ponto de viragem na vida de Fernando, ainda na infância, cujas tensões introduzem mudanças importantes no ciclo de vida familiar, agora chefiada pela figura materna. Reflete-se que a pobreza, enquanto fenômeno multidimensional, ainda que não justifique, de *per si*, a situação de vulnerabilidade familiar, pode influenciar a ocorrência de eventos relacionados a ela, como o desemprego, a monoparentalidade, a prole numerosa, a presença de doenças que, entre outros fatores, dificultam a tarefa do cuidado com os filhos. Segundo Sarti (2005), a literatura sobre as famílias pobres no Brasil confirma a influência das condições socioeconômicas no processo de estabilidade familiar, no que diz respeito às continuidades e rupturas que circunscrevem sua trajetória.

Com o falecimento do pai de Fernando, a família já não podia contar com tal colaboração para a manutenção da casa e as dificuldades vivenciadas pelo grupo forjaram outras resoluções mediadas pelo delito para garantir a subsistência. A morte do pai é ressignificada, no presente, para justificar descontinuidades na escolarização e a vinculação com o uso e o tráfico de drogas, mesmo que o adolescente perceba a escola de modo positivado, cujo vínculo poderia proporcionar agenciamento e melhoria nas condições de vida. Fernando refere que, depois do falecimento do pai, ele se transformou em outra pessoa cujo argumento parece refletir outros posicionamentos frente às mudanças na configuração do contexto familiar, denotando questões de ordem identitária. Ciampa (1987) argumenta sobre a importância da associação de estudos sociais aos de identidade, uma vez que o processo de construção da identidade dos indivíduos está em constante transformação, refletindo as diferentes configurações da ordem social, as múltiplas vivências com as quais os sujeitos se defrontam ao longo de suas vidas.

Dentre as vivências decorrentes da morte do pai, Fernando relata o fato de que os irmãos foram à luta para “não faltar nada dentro de casa” e garantir a sobrevivência da família. Com a perda da casa, foram morar em casa dos “outros”. Tais eventos relativos à vida da família parecem ter influenciado a saída do adolescente para as ruas de modo mais intenso.

Quando meu pai morreu eu comecei a ver mais a realidade. Pergunto: “Que realidade”? Que realidade? Ôxe! o negócio ficou feio. A morte do meu pai me revoltou muito. Eu contava mais com meu pai assim...porque... gostava dele. Não deixava a amizade do meu pai por causa de besteira não que eu fazia não. Sempre gostava de meu pai. Quando meu pai morreu, virei outro, virei a minha cabeça, comecei a usar (pausa) droga, saí do colégio, não quis mais estudar aí deixei. Estudei só até a quarta (pausa). Meu irmão usava droga, roubava pra usar droga (pausa) gostava não. Nós nunca se organizou não. Um ia prum lado, outro ia pro outro, pra não faltar nada pra dentro de cada. Sempre assim. Pra não faltar nada dentro de casa (pausa) aí minha mãe ganhou uma casa, aí, depois vendeu uma casa para comprar outra, depois vendeu e a gente ficou na rua (pausa) na casa dos outros. Nesse tempo eu peguei e saí. Eu parei de ir pro colégio, comecei a usar drogas. Eu parei logo de ir pro colégio e fiquei nessa vida. Comecei usar droga, roubar, a traficar (pausa) até agora eu me perdi e não sabia mais o que fazia mais não (pausa) mas ou eu ia embora ou ia morrer ali mesmo. Altas guerra com os pirraia (pausa) levei altos atentados, mas Deus sempre tava lá pra me tirar daquele meio. Eu trafico também (pausa) eu ia morrer ali mesmo, estou ameaçado. Não quero isso mais não, não quero correr risco mais não (pausa) Eu quero sonhar mais alto (pausa) e é isso que todo o brasileiro sonha (pausa) já vivi muitas coisas. Vi meu pai morrer aí (pausa) de bebida. Aí depois eu comecei a ver esse bagulho de morte. Uma morte aqui, outra ali (pausa) Sempre tava lá pra ver (pausa) rondando a gente (pausa longa).

O adolescente, que diz sentir-se “perdido até agora”, parece que não pôde contar com qualquer apoio, além do divino, diante das situações adversas. Envolvido com práticas delituosas, sem apoio familiar e ameaçado de morte pelos companheiros de tráfico, depara-se com a única saída possível: fugir da comunidade de origem e buscar alternativas para um destino diferente, “sonhar” para além das consequências do já intensamente vivido, como a desagregação familiar e a falta de uma moradia para abrigá-los de forma digna. A morte do pai é tomada, simbolicamente, como síntese de tais mudanças, um despertar para uma “realidade” ameaçadora que sempre esteve ao seu redor, um desvelamento da própria condição existencial.

4.1.3 Alberto: “a fragilidade dos laços familiares”

O adolescente pergunta, com certa surpresa, se deverá falar de sua infância, deixando entrever um sentimento de desinteresse como se não houvesse muito que contar sobre essa fase da sua vida ou mesmo despertar a curiosidade de outrem. Em sua enunciação e pelo modo como menciona as pessoas que fizeram parte da sua infância, revela um sentimento que

reclama a presença de alguém, como se atual configuração estivesse incompleta ou não suficientemente completa. Talvez a idealização de um pai com o qual não conviveu, mas que se sabiam; ou mesmo o falecimento da mãe quando ainda pequeno. Quando fala sobre o falecimento da mãe, parece relacionar o fato à sua situação de acolhimento, ou seja, na ausência dos cuidados maternos, o abrigo assumiria tais funções. O período da infância parece ter sido também uma fase em que a casa não oferecia maiores atrativos ou laços que justificassem uma vinculação mais forte. Parece que entre as idas e vindas o adolescente fortalece sua vinculação com a rua, “desistindo” da convivência familiar naquele momento. O movimento empreendido por Alberto, segundo Pais (2001), pode ser denominado de “trajetória ioiô”, que remete às idas e vindas dos jovens na contemporaneidade, configurando percursos de vida marcados por projetos que se interrompem ou são retomados.

A minha infância também? Na minha infância só tinha eu, minha mãe, minha tia e minhas irmãs. Minha família (gagueja) minha mãe morreu (pausa) faleceu (pausa) eu tô aqui na casa pra (pausa) tá me cuidando só, né? Porque assim (pausa) não tinha nada pra fazer não (pausa) eu saía direto. Eu fiquei por aí, foi indo e voltando, indo e voltando, aí eu desisti, fiquei na rua mesmo.

Nesse trecho, ao tentar explicar tal “desistência”, Alberto não demonstra com clareza do que havia desistido e inclui o abrigo como outro contexto de circulação, trazendo sentidos sobre tais instituições que o acolhem desde a infância. Em sua narrativa diferencia a casa - referindo-se não ao seu aspecto físico, mas àquele que remete à moral, a uma ordem simbólica do convívio familiar – do abrigo, que funcionaria como uma moradia provisória onde existem pessoas “diferentes” dele – como os ameaçados de morte –, já que ele não sofre qualquer ameaça em sua comunidade. Retomando Da Matta (1979), que identifica no conceito de “casa” uma síntese que simboliza o tradicional na cultura brasileira, observa-se que o adolescente, embora reconhecendo a função de “moradia” correspondente ao abrigo, significa tal espaço a partir da sua transitoriedade e das diferenças percebidas entre a população acolhida e, discursivamente, remete tal contexto à ordem da rua circunscrita historicamente.

Percebe-se “diferente” do tempo em que podia brincar com os colegas – possivelmente quando ainda vivia com a família – e a rua significava apenas o espaço do lúdico, do prazer, das amizades. Espaço de passagem, circunstancial e transitório na direção da “casa” e não um “lugar” prioritário em sua vida. O adolescente identifica distinções entre momentos felizes vividos na infância e as pressões advindas do ingresso na adolescência, denunciando noções socialmente compartilhadas que atribuem a essa fase da vida sentidos de vulnerabilidade, rebeldia e irresponsabilidade. Traz um discurso social marcado por uma visão que o identifica como incapaz, imaturo, despreparado para o exercício da própria existência. Discursos que

identificam a adolescência como um “não lugar”, circunscrito pela ausência, pela falta de atributos que, hipoteticamente, constituiriam a vida dos adultos. Entende-se que as noções socialmente construídas sobre a adolescência, sobretudo por abordagens *sobre* adolescentes e não necessariamente *com* adolescentes, privilegiam aspectos normativos dessa fase da vida, o que, segundo Castro (2001), contribui para a construção de uma visão adultocêntrica do desenvolvimento.

Ainda que não as identifique de modo preciso, Alberto reflete sobre mudanças ocorridas consigo mesmo e com os “meninos” com os quais compartilhou parte de sua trajetória. Percebe-se igual a tantos outros companheiros - naquilo que os une circunstancialmente - a partir de algumas práticas compartilhadas, como a situação de acolhimento, mas, ao mesmo tempo, sente-se diferente - naquilo que o singulariza - pelo desejo de construir uma trajetória distinta, ainda que imerso na inexorável “roda da vida”.

[...] desisti assim de ficar só na rua e no abrigo (pausa) abrigo não é casa pra ficar, só assim pra ameaçado. Abrigo é pra quem é ameaçado, mas é moradia (pausa) já como eu sou assim também (pausa), mas eu sou diferente. Como diferente? Quero dizer que as coisas mudam demais, até os meninos que eu conheci não é como antes. Como era antes? Criança brinca, discute, briga (pausa) Adolescente (pausa) diz que não tem cabeça pra fazer isso (pausa), mas é os povo que diz. Tem que ir em frente, as vez não tem ninguém (pausa) só nós mesmo. Era tudo jovem, pequeno, era legal (pausa) nós brincava, não tinha esse negócio só de rua (pausa) todos os cantos que eu for era amizade, mas agora (pausa) mudou foi tudo, o mundo roda, roda, não para, né? (sorri) e nós vai junto.

O retorno para casa, o rompimento com a drogadição e a vinculação com o trabalho são colocados em termos de projeto de vida para o adolescente. Tais expectativas se alinham com o que observa Tyler e Tyler (1996, *apud* NEIVA-SILVA, 2003) sobre as perspectivas de crianças em situação de rua³³. Segundo o autor, contrariando um discurso do senso comum que duvida da capacidade/interesses das crianças em projetar o próprio futuro, em função das condições de pobreza em que vivem - e aqui estendemos tal compreensão aos adolescentes -, tais sujeitos expressam o desejo de pertencer a uma família, de trabalharem e estudarem, recorrendo a valores que podem inverter uma condição de inferioridade que a pobreza implica (SARTI, 1996).

³³O termo “situação de rua” é utilizado aqui para ressaltar o caráter processual da vida nas ruas, “para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a idéia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não têm outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade” (GIORGETTI, 2006, p. 20). Essa denominação tem por mérito a importância dada à história de vida de cada adolescente, “respeitando suas individualidades e a dinâmica intrínseca de suas realidades de vida” (PALUDO; KOLLER, 2008, p. 44).

Mesmo residindo na mesma cidade, Alberto foi criado longe do pai e somente aos dez anos teve oportunidade de vê-lo, numa visita promovida por uma tia materna. Traz a lembrança de um estranhamento ao não “familiar”, sentimento de inquietação, do não pertencimento a um contexto até então desconhecido. Alberto recria o encontro com o pai versando sobre um encontro com o “não vivido” ou, ainda, possivelmente, um “desencontro” com expectativas construídas em seus dez anos de vida.

Apesar da existência dos vínculos biológicos, o adolescente defronta-se com um desconhecido, alguém que não participou do seu nascimento, de sua infância, do seu dia-a-dia, que não compartilhou momentos alegres ou tristes em sua vida, que não o procurou, que não demonstrou interesse, que não se vinculou. Desse modo tais memórias parecem ser selecionadas e organizadas no sentido de deslegitimar/ desvalorizar a figura paterna, um homem que não correspondeu às expectativas nele depositadas e cuja “autoridade” não é reconhecida. Entende-se que, enquanto categoria histórica e cultural e desse modo variável e complexa em sua dinâmica ao longo do tempo, a família experimenta transformações no caráter dos vínculos engendrados, na natureza das competências, nas atribuições de autoridade e poder e nas formas de inserção social. Não se define, *a priori*, por laços de consanguinidade, mas por vinculações que dão sentido às relações (SARTI, 2004).

Meu pai mora em Paudalho. Eu nasci aqui. Como é a relação com o seu pai? Eu já vi ele um dia, mas (pausa) só fui por um dia, já visitei ele um dia (pausa) passar um dia com ele e fui me embora (pausa) ele tava forçando eu comer verdura (pausa) não gostei não. Tinha mais ou menos assim quase uns dez anos (pausa) só lembro disso mesmo. Eu lembro que eu tava assim (pausa) tava estranho (pausa) num fico assim (pausa) suave (pausa) não gostei de lá não e foi minha tia que levou eu pra ver ele. Eu fui, aí quando eu fui dei um abraço, um beijo, aí quando eu dou um beijo, disse umas coisa e (pausa) começou a conversar, aí eu não gostei. Nada a ver. Queria fugir de casa. Aí eu voltei e não fui mais lá (pausa) tinha nada a ver. Pai (pausa) pai mesmo não era não. Pergunto o que é pai para ele. Alberto passa um tempo pensando, olha prá mim, olha para as próprias mãos e diz: Sei lá, é assim, tá junto né? Junto de nós desde pirraia, mas vai lá, vê. Não é isso. Não gostei (pausa) acho que ele também não gostou não. Tem jeito não, mas eu não ligo. Sempre tava na rua mesmo.

Buscando alternativas de sobrevivência, Alberto, juntamente com sua mãe e irmãos, vieram para a casa de uma tia materna em Recife, que ofereceu seu lar para acolher os parentes até então distantes, num gesto de solidariedade, sobretudo entre consanguíneos que tão bem configura a dinâmica das famílias pobres (FONSECA, 1987). Sobre tal contexto, Alberto seleciona lembranças que remetem aos conflitos existentes naquele grupo familiar: o tratamento rude que a mãe e o padrasto lhe conferiam e a incompreensão diante dos seus atos, sinalizando um ambiente pouco acolhedor que justificava as suas constantes saídas de casa.

O adolescente diz que foi criado pela mãe e pela tia, que se revezavam nos referidos cuidados. Os elementos que emergem da narrativa do adolescente sobre a sua inserção no grupo familiar indicam que tal exercício de maternagem ocorreu de modo compartilhado entre duas mulheres e, apesar do reconhecimento do vínculo biológico com aquela que percebe como mãe verdadeira, não deslegitima a tia, chamando-a de mãe.

Minha mãe só falava gritando (pausa) meu padrasto também, só falava gritando também. Ela dizia (pausa) qualquer coisa que eu fazia (pausa) eu não gostava de ficar em casa (pausa) era muito complicado. Ela tá no céu. Quando eu ficava com minha mãe, chamava mãe e tia (pausa) depois me acostumei a chamar ela de mãe. Eu trocava (pausa) sei lá. Mas minha mãe me criou também. Ela ajudava minha mãe (pausa) era muito complicado pra mim. Chamava minha mãe de tia, minha tia de mãe. pois me acostumei.

Segundo Sarti (1995), o fato de se nominar mais de uma mulher como mãe não implica a desvalorização do laço biológico mãe-filho. Desse modo, a família pobre configura-se como uma rede de relações/obrigações que disponibiliza recursos materiais e afetivos e é caracterizada por laços de solidariedade que constituem um sistema de obrigações morais em torno do qual se constrói e adquire sentido, viabilizando sua existência (SARTI, 2005).

Importante tal reflexão por permitir o reconhecimento de que os adolescentes, como Alberto, ainda que circulem por diferentes contextos de desenvolvimento como as instituições de acolhimento e a rua, em sua maioria, mantêm contatos com seus familiares como referências identitárias e de socialização.

4.1.4 Dulce: “narrar é... um recurso para o não esquecimento”

Falei com a adolescente sobre a pesquisa, seus objetivos e como seria realizada. Li o termo de anuência para ela e busquei esclarecer tudo o que ali estava escrito, além de falar da contribuição das nossas conversas para o conhecimento das vivências dos adolescentes e futuros estudos. Ela mostrou-se receptiva, mas insegura e tratou logo de dizer que teria dificuldades de expressar as suas experiências, referindo que o uso prolongado de drogas a fez esquecer **“muita coisa”**. Busquei tranquilizá-la dizendo que tudo o que ela lembrasse seria importante. Pedi que ela se apresentasse e que comesse a contar a sua história e que poderia iniciar falando sobre a sua família, da forma que ela pudesse e quisesse. Ela olhou para o gravador, deu um sorriso, apertou as mãos e falou:

Eu nasci no Barão de Lucena e... pá (pausa – gagueja - olha para o gravador) aí ficava em casa (pausa) tudinho (pausa) só vivia mais em casa. Quando tinha (pausa longa) completei onze anos comecei nas drogas. Ficava só pelo meio do mundo (pausa longa) na rua usando droga, me prostituindo. Aí quando depois (pausa)

quando eu fui completar (pausa) eu me lembro é que eu vivia dentro de casa, estudava. Fala um pouco mais sobre tua vida na escola nessa época, como era? Eu estudava no Casarão do Barbalho, no Inácio de Oliveira (pausa) era bom (pausa) eu estudava muito. Desde cedo eu não convivia com esses negócio de droga não (pausa) só fazia estudar mesmo. Era bom que só. Eu brincava muito, ficava com os amigos conversando, depois ia pra casa e depois ia pra escola. Eu tenho mais irmãos por parte de pai. D., T. e de mãe também. Por parte de mãe, A., K., B. e R..

Dulce inicia seu relato de modo tenso, trazendo informações sobre o local do seu nascimento e se reporta em seguida a uma condição de criança que experienciou uma vida “normal”, cujo aspecto protetivo parece ser significado a partir da imagem da casa onde convivía com seus familiares até as primeiras experiências de rua, ainda na infância. A vivência escolar é trazida nesse conjunto positivado onde a casa e as brincadeiras com os irmãos e colegas da comunidade parecem compor um cenário de caráter lúdico do qual a adolescente fala com prazer.

As vivências familiar/escolar foram “interrompidas” a partir do seu ingresso na drogadição, cujos sentidos construídos evocam um sentimento de solidão nas trajetórias de rua e de desolação pela violação do próprio corpo, quando exposta à exploração sexual, possivelmente com o objetivo de adquirir recursos para o consumo de drogas. Embora se utilizando de tal prática em sua trajetória de rua, discursivamente, Dulce reitera a condenação do ato, uma vez que “se prostituir” parece projetar “a imagem de um corpo oferecido, sem resistências, passível do toque indiscriminado.” (FRANGELLA, 2000, p. 230).

Os enunciados fragmentados e repletos de longas pausas parecem indicar um esforço para localizar-se temporalmente, para referenciar sua narrativa através de marcadores que lhe emprestem validade. Como afirma Brockmeier (2002 *apud* BRANDÃO; GERMANO, 2009), numa perspectiva discursiva, a memória não pode ser compreendida como um depósito de lembranças, mas se constitui de modo processual e dinâmico na construção e reconstrução do tempo, um tempo humano, que envolve um trabalho de imaginação e interpretação do vivido. Para Ricoeur (1983, *apud* BARROS, 2011), a partir dos processos narrativos, os seres humanos são constituídos pelo tempo, pelo outro e pela história. Nesse sentido, o ato de narrar se constitui como dispositivo sociocultural que permite a resignificação das experiências subjetivas fragmentárias, viabilizando um reordenamento de trajetórias de vida.

No decorrer da entrevista, Dulce se mostra menos ansiosa, já consegue se acomodar melhor e sua fala adquire maior fluência. Retoma o contexto familiar da infância, agora já apresentando novos integrantes, como pais, tios e a avó. Sobre o relacionamento com eles, Dulce reitera o já dito anteriormente, não identificando quaisquer problemas em tais vivências que mereçam um destaque ou justifiquem menção, talvez na busca de relativizar com o

enunciado que traz logo a seguir e que fala sobre uma “quebra”, uma descontinuidade no contexto a partir de sua vinculação com as drogas, num movimento que parece querer salvaguardar a imagem da família idealizada como antítese às experiências vividas com o ingresso na drogadição.

Na sequência já não faz referências à figura materna, reiterando o bom relacionamento com a avó e com o pai “até agora”, o que sinaliza incertezas na manutenção de tal vínculo. Expressa uma dificuldade em lembrar-se das idades dos irmãos, talvez pelo fato de ter sido criada pela avó materna e não ter convivido com todos eles, incluindo aqueles que são frutos de outros relacionamentos da genitora. As memórias selecionadas trazem o drama da irmã mais velha, envolvida com o tráfico de drogas e atualmente presa. Para Bruner (1986), a organização dos acontecimentos e sua continuidade no tempo são possíveis, devido à capacidade humana de construir histórias para dar sentido às experiências, a partir de uma forma peculiar que emerge no próprio processo narrativo. Brockmeier e Harré (2003) corroboram a compreensão semiótica da narrativa, em que a realidade discursiva é singular e não uma “descrição” da realidade.

No trecho seguinte Dulce fala sobre as relações intrafamiliares.

[...] o meu relacionamento com minha mãe e minha avó tudo bem (pausa) meus pais. Eu tenho pai, mãe, minhas tias, quatro irmãos, cinco comigo. Insisto em como era a convivência em casa. Diz: minha mãe (pausa) tudo bem, meus pais. Aí depois as drogas (pausa). O relacionamento com minha avó, tudo bem. Com meu pai tudo bem. Até agora (pausa longa) Minha irmã tem nove anos, a minha irmã tem dezoito, tá no Bom Pastor. A mais nova tem quinze e o mais novo tem quatorze. Minha irmã usa droga e (pausa) levava (pausa) assim (pausa) ela levava só, mas não traficava não (pausa) só... assim (pausa) na comunidade do Detran.

Em sua narrativa fragmentada, as lembranças do contexto familiar surgem ancoradas num discurso que parece querer isentar a família de qualquer “culpa” em relação as suas vivências na rua. Uma família “normal”, cuja falta de cuidados por parte da mãe era compensada pelo carinho recebido da avó, percebida como alguém especial que assumiu a sua proteção e a de outro irmão desde cedo, numa oposição aos maus tratos infligidos pela mãe, que era alcoolista, à ausência do pai, após a separação. Apesar de não ter convivido com o pai desde a infância, Dulce parece idealizar a imagem dele, falando sobre um apoio recebido, embora não mencione qualquer situação em que isso tenha acontecido.

Vale destacar que, mesmo nas famílias que contam com a presença do pai, a responsabilização para com os filhos nem sempre ocorre, uma vez que tais cuidados vêm sendo, historicamente, exigidos da figura materna. Tal cenário parece caracterizar uma monoparentalidade justificada por uma “incapacidade” do pai no cuidado com a prole. No caso de Dulce, após a união da mãe dela com outros companheiros, com os quais teve outros

filhos, sua mãe optou por deixá-la sob os cuidados da avó. Diante da insuficiência de recursos pessoais e/ou materiais dos pais ou ainda de parte das instituições públicas constituídas para tal finalidade, a rede de parentesco/sociabilidade pode ser acionada para garantir o exercício das funções familiares. Fonseca (1995) denomina tal prática popular como “circulação de crianças”, que consiste numa coletivização das responsabilidades parentais no grupo familiar, circunscrevendo uma “ordem moral” (SARTI, 1995) que permeia as relações e garante a manutenção dos vínculos de “sangue” e os de “criação”.

Nota-se que Dulce não adota o discurso da “pobreza” ou da falta de cuidado parental para justificar a sua saída de casa, chamando para si a responsabilidade de sua trajetória nas ruas e o ingresso na drogadição, numa forma singular de apreender um contexto até então desconhecido. Mesmo considerando a influência da dimensão do contexto na constituição da subjetividade, vale destacar a importância do posicionamento do sujeito como coconstrutor da própria subjetividade e do ambiente em que se insere (VALSINER, 1994, *apud* BRANCO, 2006).

Apesar de referir, com frequência, que o uso de drogas a fez “esquecer de muita coisa”, aos poucos, Dulce consegue trazer elementos importantes na vivência familiar. Na construção narrativa, seleciona memórias que situa tal contexto familiar a partir da relação positivada com a avó e, mesmo referindo não sentir “raiva” da mãe, prefere “nem lembrar” as ocasiões em que foi maltratada por ela, porque tais recordações, mesmo recuadas, ainda lhe provocam sofrimento. Elenca algumas expectativas em relação à mãe que expressam o lugar simbólico da figura materna no contexto familiar: daquela que cuida; que dá carinho; que põe na escola; que não abandona. A metáfora do sofrimento é trazida com recorrência na construção narrativa de Dulce, cujas memórias pessoais, ainda que trazidas com a marca de uma singularidade, são construídas no cruzamento das memórias da família, numa aproximação que parece alinhar as respectivas trajetórias e emprestar sentidos de existência ao grupo familiar como um todo.

Eu lembro que nasceu meus irmãos, depois minha irmã (pausa) três meninas e dois meninos, mas eu tenho dificuldade de lembrar por causa das drogas, mas era normal (pausa) tudo era normal (pausa) eu recebi muito carinho da minha avó e da minha mãe (pausa) assim, de minha mãe não. Nesse tempo minha mãe bebia (pausa) de vez em quando dava em mim e me estranhava. Mas minha avó não. Minha avó é crente. Peço que me fale sobre o “estranhar” e ela: Como estranhar? Ela batia na gente. Meu pai era separado. Mas eu sempre tive apoio do meu pai. Conte-me essa história com mais detalhes: ah! era junto aí se separaram porque brigavam muito ... brigavam um com o outro. Mas não lembro não porque (pausa) aí se separaram. Eu não fui criada com minha mãe não, eu morava com minha avó, mas procuro entender por que minha mãe tinha a casa dela e minha avó escolheu criar a gente. Eu sempre morei com minha avó. Ele me viu, me achou bonitinha e me criou (sorri de modo tímido). Eu sempre morei com minha avó. Sou mais chegada a minha avó, nunca morei com minha mãe, não lembro mais disso. Meu irmão (pausa) minha avó

pediu para criar ele também (pausa) ele chorava. É assim: eu nunca morei com minha mãe não (pausa) eu só via ela. Mas não tinha vontade de morar com ela (pausa) quando ela bebe desconta na gente sem a gente fazer nada. Sem nada (pausa) ela batia, dava muito na gente e sei lá (pausa) se eu não corresse era capaz dela matar a gente. (silêncio longo) Eu nem posso falar que fico triste. Ela não ligava pra gente não (pausa), mas eu não tenho raiva dela. Não fazia nada pra mim. A escola mesmo (pausa) eu estudava (pausa) foi minha avó que me botou. Ela batia, ela deixava ele lá. Como eu sei é que minha avó (pausa) minha mãe saía e deixava ele lá, chorando com febre. Eu mesmo não lembro de muita coisa de quando eu era pequena por causa das drogas. Do que você lembra?(pausa longa) Não lembro muito não, tia (pausa) minha avó me dava carinho, saía comigo, me levava pro Shopping, pra todos canto, tinha tudo de bom (pausa e os olhos lacrimejam) Depois só, no meio do mundo, sozinha, usando droga (silêncio).

Em seus enunciados Dulce evoca uma rede complexa de inter-relações que caracteriza a dinâmica da família. Considerando a casa como o lugar, por excelência, onde o convívio familiar é circunscrito, Dulce traz as imagens de uma família ampliada, constituída por filhos e netos acolhidos mediante as dificuldades enfrentadas nos seus contextos de origem. A adolescente fala da separação dos pais em meio a conflitos com rebatimentos que teriam afetado o grupo familiar como um todo e demonstra certa dificuldade em nomear e ordenar, de um ponto de vista cronológico, as diferentes uniões que a mãe manteve após a separação, relacionando-as aos filhos nascidos em cada uma delas. Dessa forma, deixa entrever uma instabilidade nas relações conjugais que marca a vida de sua mãe e que parece corresponder aos dados obtidos em estudos realizados com mulheres de camadas populares (FONSECA, 1987). Sugere que tais rompimentos ocorreram por incapacidade da mãe na sustentação de vínculos por ser detentora de um “espírito ruim de só fazer o mal”.

Vamos lá: quantas pessoas havia na casa? Tinha eu, minha avó, o marido dela, R. (tio), meu irmão e eu. Meu tio bebe muito (pausa) meu avô não era meu avô. Ele vivia com minha avó. Peço que fale mais sobre isso. Ela diz: meu avô mesmo morreu, o de sangue. Depois a minha vó arranhou (pausa) de novo. A minha avó é crente (pausa) ela bebia antes. Ela foi ser crente. Assim: meu pai tá vivo ainda. Minha mãe morava com meu pai, eles brigaram, todo mundo brigando, aí se deixaram, depois foi morar com Bruno, depois com Sílvio, não, depois foi morar com S., aí teve minha irmã de maior, depois foi morar com B. e teve meus dois irmãos. Na época (pausa) se dava bem (pausa) meus irmãos. Só quem morou com minha mãe foi J., N. e A., depois minha avó criou K. porque minha mãe batia muito nela também. Aí ela foi morar com a gente. (bocejo) Tem uma irmã que nunca usou droga na vida dela e meu irmão. Fora ele, tem eu, R. que usa muita droga também. Com muita força de vontade (pausa) trocou o crack pela cachaça. Ele mora com minha avó. Ele não vem me ver aqui não. (silêncio) Sei não (pausa) às vezes não sei como fazer (pausa) minha mãe nunca dá certo com ninguém (pausa) porque nunca dava certo, ela começava a beber (pausa) é assim, sei lá tia. Ela tem o espírito ruim, só fazer o mal quando bebe. Disseram que ela é doente, mas eu não sei não. Agora ela é crente. Já faz um tempinho, ela tem 36 anos. Deixou né, tia (pausa) diz que não vai mais beber. (faz um gesto de dúvida) Graças a Deus!

A questão da drogadição é algo que adquire absoluta relevância e parece atingir a todos na família: os irmãos, o tio, a mãe e a avó. No espaço doméstico, observa-se uma confluência de gerações organizada em torno da avó materna. É possível inferir ainda que,

diante das rupturas no desenvolvimento dos ciclos familiares, a casa da avó funciona como um “porto seguro”, refúgio da parentela nos momentos de crise, ilustrando arranjos familiares típicos das famílias pobres que buscam dar conta das crises enfrentadas pelos núcleos conjugais no desempenho dos papéis familiares. A adolescente fala da avó materna de modo enfático, não somente pelo papel de provedora, mas que traz uma história de superação pela via da conversão à religião evangélica, cujo aspecto de regulação moral de comportamentos parece ter influenciado a saída do alcoolismo, inscrevendo-se como um “divisor de águas” na vida da senhora³⁴. Diferentemente do sentimento que empresta para validar a experiência religiosa da avó, Dulce parece não depositar a mesma confiança na conversão da mãe à religião evangélica e duvida de que a mesma seja “doente”, possivelmente pela sucessão de “fracassos” em sua história de vida, com implicações diretas para a própria história da adolescente.

Depois que eu saí de casa, eu não me sentia eu não tia. Não me sentia eu (pausa) era eu mais ou menos. Era eu, mas não era eu. Sabe como é? Só pra fazer as coisa errada pelo meio do mundo, me prostituir. E como Dulce gostaria de se sentir? Acho assim né, tia? Fazer as coisa certa. O que para você é o certo? A coisa certa é conviver com a família, viver dentro de casa. Fazer o certo é não tá nas drogas. É tá convivendo com a sua família. Pra mim é isso: conviver com a família.

Sobre a saída de casa para as ruas, Dulce narra a vivência de situações desafiadoras no espaço da rua, experiências que promovem uma descontinuidade na organização da subjetividade, ativando mecanismos de reorganização de si (VALSINER, 1989, *apud* PIRES; BRANCO, 2008). Assim, a sustentação narrativa da adolescente traz à tona uma tensão, uma quebra com elementos de identificação até então circunscritos ao convívio familiar e opostos aos modos de sociabilidade da rua, que lhe exigiam novos. No processo de reordenamento dos sentidos, Dulce parece completar o trecho narrativo com uma “resolução” discursiva apoiada num valor canônico: o “conviver com a família”.

4.1.5 Sofia: “A fluidez como configuração familiar”

Já na casa de acolhida, a pesquisadora foi informada de que Sofia havia saído, mas que logo estaria de volta. Com a coordenadora foram esclarecidos alguns pontos importantes da pesquisa e, durante a conversa, Sofia entrou na sala, e a coordenadora apresentou a

³⁴ Couto (1997) sustenta que nas três últimas décadas estudos apontam para um pluralismo religioso na sociedade contemporânea, materializado na autonomia de escolha dos indivíduos para transitar entre as diferentes crenças. Tal escolha, de caráter privado e, sobretudo nas camadas populares, parece se ajustar às necessidades dos sujeitos, com rebatimentos para a família. Segundo o autor, a experiência de conversão implica um movimento configurado, de um lado, pela identificação com novas práticas religiosas exigidas pelo referido grupo e por uma diferenciação em relação às condutas do grupo social familiar no cotidiano.

adolescente referindo o interesse da pesquisadora em entrevistá-la. Falou-se sobre a pesquisa e a possibilidade de agendar os encontros já naquele dia. Ela, de pronto, falou logo: **“Tudo bem. Quer falar agora ou depois?”** Aproveitando a oportunidade e a disponibilidade de Sofia, solicitou-se a coordenadora um local adequado para a entrevista. Ela sugeriu que fosse ali mesmo, na sala dos técnicos, por não haver ninguém no momento ou qualquer movimentação das acolhidas.

Sofia se mostrou sorridente e bastante receptiva. Sua vivacidade e extroversão são contagiantes, demonstrando, na ocasião, muita familiaridade com o espaço de acolhimento e com a coordenadora da casa. Com agilidade, sentou-se numa cadeira de frente para a pesquisadora e colocou a mão sobre a barriga (num gesto de carinho). A proposta foi apresentada e buscou-se esclarecer cada ponto do Termo de Livre Consentimento, informando ainda o caminho percorrido até chegar a ela. Propôs-se que a adolescente contasse a sua história de vida em três encontros, quando seriam abordadas as vivências familiares, as experiências na rua e nas instituições de acolhimento.

Sofia nem respirou e perguntou: **“Posso falar agora?”** Daí em diante falou sem parar, tomou uma folha de papel que estava em cima da mesa e começou a desenhar enquanto falava.

Minha avó me disse que, quando eu nasci (pausa) eu sou gêmea com meu irmão (pausa) um menino, aí, como eu nasci, minha mãe não queria a gente dois (gagueja) aí... aí... a gente teve uma oportunidade de ir para a Casa de Carolina (pausa) de acolhimento de Carolina. Aí a gente ficou lá na Casa de Carolina. Com três anos foram tentar descobrir a minha mãe. Aí descobriram uma mulher lá da rua. Aí justamente não era minha mãe. Ela era minha tia, mas pensaram que era minha mãe. Irmã da sua mãe? Era minha tia (pausa), mas pensaram que era minha mãe. Aí ela rejeitou a gente.

Sofia traz um repertório de narrativas contadas pela família sobre o seu nascimento. Apesar de não ter sido criada pela avó materna, inicia sua narrativa a partir das informações trazidas por essa senhora sobre registros importantes em sua história de vida. Nascida de uma gravidez gemelar, diz, com nervosismo aparente, que a mãe os teria rejeitado – ela e o irmão – desde o nascimento. A entrega dos gêmeos a uma instituição de acolhimento é, discursivamente, significada por Sofia como “uma oportunidade” de serem cuidados, aceitos e constituírem vínculos de pertencimento, numa oposição à rejeição materna. A trajetória de vida de Sofia é, então, marcada, desde cedo, por um contexto de acolhimento institucional.

Durante os três primeiros anos de vida, a socialização de Sofia e do irmão teve como principal fonte de referência um espaço de acolhimento governamental na cidade do Recife. Fonseca (2006) refere que a “circulação de crianças” se constitui como um dos recursos acionados pelas famílias pobres no desenvolvimento dos seus ciclos de vida. À entrega que

privilegia consanguíneos, parentes afins, estranhos ou ainda contextos de acolhimento institucional podem estar relacionados a diferentes eventos que marcam a trajetória dessas famílias como rupturas conjugais, recasamentos, gravidez indesejada, insuficiência de recursos materiais, entre outros. No presente caso, Sofia atribui o ato de sua entrega à casa de acolhida à falta do desejo materno para criar os filhos, algo que parece “naturalizar-se” discursivamente em sua fala, talvez por considerar o fato de que outros filhos tiveram destinos semelhantes ao dela e mesmo por não ter sido procurada pela mãe durante o tempo em que ficou em tal instituição, apesar das buscas realizadas em sua comunidade de origem.

E depois? A gente teve que ir pra adoção. Nós dois. Ia pra adoção pra um casal de japonês. Aí a gente não aceitou. E o que aconteceu? Alguma coisa naquele japonês não me deixava bem (pausa) nos dois, na mulher e no homem. A gente “injeitou” (pausa) a gente tudinho não aceitou. O quê? Tinha alguma coisa (pausa) lembro que ele era muito frio e ela acompanhava ele do mesmo jeito. Logicamente a gente ia pro Japão. Aí a gente fugiu. Incrível! depois de três anos, esse mesmo casal foi preso por (pausa) é (pausa) adotar criança e vender.

Considerando a não localização dos pais ou de parentes que quisessem assumir as responsabilidades parentais, Sofia relata que “teve que ir pra adoção”, expressando a falta de alternativas de uma reinserção na família de origem e sinalizando para uma determinação legal que privilegia a convivência familiar, ainda que substituta, na garantia do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Os primeiros pretensos adotantes que teriam se habilitado para cuidar dos gêmeos são trazidos num cenário permeado de sentimentos de insegurança. Na construção narrativa, observa-se que a identificação da “frieza” do casal é tomada como justificativa para a fuga dos irmãos do espaço de acolhimento, pelo medo de irem para um lugar distante, longe de sua terra e da possibilidade de reverem a família.

Como foi o seu encontro na casa de Carol com o casal? (Sofia brinca com a caneta sem me olhar nos olhos, escreve o próprio nome, gesticula muito com a caneta nas mãos). Não lembro (pausa) era muito pequena. Lá no abrigo (pausa) a gente foi (pausa) um olhava pro outro. Ele não perguntava nada a gente. Chegou uma hora que eu perguntei pra onde eu ia, eu vou ficar no Brasil mesmo? Ele disse que era o Japão. Teve uma hora que (pausa) ele falava português muito mal. Eu disse assim: eu não vou pra canto nenhum com vocês porque eu tenho certeza de que eu um dia eu ia encontrar a minha mãe. Aí justamente como eu não fui, aí já arranhou outro casal que justamente não quis a gente por preconceito de cor. Como ele viu que a gente era moreninho e pequenininho, ele disse assim que não queria. Eles nem chegaram a tocar na gente. Aí não rolou.

Mesmo referindo não lembrar os acontecimentos ocorridos em tenra infância, Sofia reconstrói cenas trazendo elementos significativos do encontro dos irmãos com o pretenso casal adotante, reconfigurando, num entrelaçar de eventos e sentidos, a história de si mesma. Um (des) encontro sem diálogo, sem canais de comunicação, aparentemente planejado à revelia das vozes e dos desejos de Sofia e do irmão, contudo planejado sob o discurso da

representação legal dos seus interesses por parte da instituição de acolhimento. Constrói a narrativa de modo quase teatral, assumindo diferentes posições e trazendo imagens das pessoas envolvidas na cena, gesticula muito e garante um desfecho que sustenta um desejo há muito acalentado: o de poder reencontrar a mãe.

A adolescente traz a experiência de uma segunda tentativa de inserção em família substituta que não ocorreu, considerando o suposto preconceito que o casal pretendente dispensou às crianças, cujas características de raça - negra - e porte físico franzino pareciam distanciar-se das expectativas dos adotantes. Segundo Sofia, o casal sequer chegou a “tocá-los”, um distanciamento físico que parece sinalizar, para o outro, as fronteiras raciais e de classe.

A trajetória de vida de Sofia é marcada, então, por experiências de uma tutela pública, sob o signo de um contexto institucional em que outras tantas vozes ecoam para expressar uma hierarquia e poder, atravessada por questões de classe, gênero, etnia, idade, dentre outros marcadores identitários. É nessa rede complexa de relações, nas quais estamos desde o nascimento, que a subjetividade vai sendo construída por cada um e ao mesmo tempo influenciada pelos diferentes contextos que a circunscrevem numa aproximação à perspectiva de desenvolvimento humano que considera a complexidade existente entre a pessoa, o contexto e as interações, caracterizando-se como um processo de mútua constituição. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004).

A gente foi transferido para o Capif³⁵ por causa da idade, né, 10 anos. Meu irmão chegou ao ponto de dizer: será que a gente nunca vai ser feliz? Lá em Natal (pausa) o Capif fechou (pausa) ele fechou porque a gente já tava ficando grande. Dez anos. Como foi chegar ao Capif? Como se sentiram? Coça a cabeça, ajeita o short, pega na barriga. Chegou no Capif a gente (pausa) a gente sentiu (pausa) foi horrível. Porque meu irmão (pausa) ficou com muito medo. Tinha muitos meninos lá. Ele tinha muito medo. Mas a gente foi muito bem recebido por Vitória (educadora). Deu logo uma boneca de entrada logo pra mim e um carro pra ele. Por pura coincidência tinha um menino lá que a gente não sabia que ele era nosso irmão. Aí faz o quê? Um exame de DNA. Como vocês descobriram que era irmão? Porque ele teve uma história de (pausa) Ah! o nome da minha avó é fulano de tal (pausa) ela viu eu e meu irmão, aí ela fez assim: sabia que vocês têm um irmão aqui? Eu disse assim: como? tão diferente os dois. Mas é seu irmão. Aí fez exame de DNA pra confirmar. Aí confirmou que a gente era irmão dele realmente. Aí de repente a gente teve uma família. Ele apresentou a minha irmã, a gente conheceu P. H., que era o mais velho e por último a gente conheceu um bem pequenininho que era E.. Assim, eu me senti muito feliz. Ah! que bom! Ele (irmão gêmeo) se sentiu protegido (pausa) meu irmão. A gente encontrou nossos três irmãos lá, aí ficou cinco. A gente não sabia. Meu irmão, nem se fala, pulava de alegria. Ah! conheci um irmão, não tenho só uma irmã chata que pega no meu pé.(risos) Na época tinha uns doze anos, minha irmã 17 e o outro 18 e tinha que outro que era bebê da Casa de Carol³⁶, na área de bebê. Nós era tudo da mesma mãe e pai diferente... a mesma mãe.

³⁵ Centro de Atendimento à Primeira Infância – abrigo da FUNDAC que encerrou suas atividades.

³⁶ Casa de Carolina – abrigo da FUNDAC que encerrou suas atividades.

A história familiar de Sofia confunde-se com a sua trajetória pelas instituições de acolhimento, como se a memória de si mesma estivesse vinculada às memórias de tais instituições. Transitando entre espaços de acolhimento institucional, vale notar que os sentidos construídos por Sofia sobre o desenvolvimento dos irmãos, como a percepção do avançar da idade e o próprio corpo em desenvolvimento, são construídos a partir dos marcos regulatórios das diferentes instituições por onde passam. Na esteira de uma rotatividade inerente ao modelo institucional de abrigamento, o cotidiano é organizado em torno de fluxos que se impõem à noção de espaço e lugar. Desse modo, as instituições se “abrem” ou se “fecham” para tais sujeitos de acordo com regras “classificadoras” previstas e que lhes servem de referências, como faixa etária, sexo, perfil, entre outras.

No caso de Sofia e dos irmãos, o critério de faixa etária adotado pelos abrigos resulta em rupturas e descontinuidades em suas trajetórias. A chegada ao abrigo como mais um território provisório apresenta-se como um novo desafio a enfrentar, como a reinvenção de espaços, a relação com os pares, educadores e técnicos, e Sofia experimenta um sentimento de insegurança, o medo de não “ser feliz”, trazido pela adolescente através da voz do irmão gêmeo, com quem mantém uma aliança que parece marcar todo o trecho narrativo. No novo abrigo encontram mais três irmãos, cujo laço familiar se constitui pelo reconhecimento do vínculo biológico fraterno, o que lhes permitem a “descoberta” de uma família, significada, narrativamente por Sofia, como *lócus* de pertencimento e proteção. Cinco irmãos unidos pela consanguinidade materna e pelo mesmo destino, e ainda que Sofia os perceba como “diferentes” entre si do ponto de vista físico e filhos de pais distintos, identifica a sua família no grupo recém-formado, cujo elemento agregador simbólico remete à figura materna. Uma configuração familiar aparentemente fluida que parece contrariar conceitos nucleares, extensos, monoparentais e nos convida a considerar outras formas de se pensar sobre a “família”, cujos “arranjos” atualizam e negociam, cotidianamente, regras sociais dominantes.

Minha irmã engravidou e não podia ficar lá, aí minha irmã fugiu do abrigo e teve um caso (pausa) com um rapaz. e não podia ficar mais. Ela também já tinha dezessete. Foi pra outro abrigo. Meu irmão, ele quando tava com dezoito anos (pausa) resolveu viver a vida dele, o abrigo naquela época só podia ficar até 20, aí ele saiu. Ele resolveu fazer a vida dele também (pausa) de maior. Saiu. Como ele não conseguiu, virou alcoólatra e (pausa) muita droga. Meu outro irmão minha avó levou ele, aí meu irmão que tava comigo, o E., resolveu fugir, atrás de A.. Ele achou o A. na casa de minha avó. Aí a gente foi... fiquei nesse vai e vem. Meu outro irmão disse (pausa) foi pra outro abrigo. Houve um probleminha. Ele disse: a Casa de Carolina tá separando os abrigos. A gente teve que ficar assim dividido. Eu vou pra outro abrigo, mas a gente fica se ligando e se falando (pausa) por causa da idade, aí a gente ficou dividido. Mas ele disse a gente fica telefonando. Por pura coincidência

ele foi pros Novos Rumos³⁷, o J. A. A.. Aí a gente foi né. Ele foi pros Novos Rumos que era da época da Lar (Legião Brasileira de Assistência). Aí foi (pausa) aí a gente ficou na casa de Carolina novamente. Soube que a minha mãe tinha levado meu irmão de lá pra dar a minha avó. Aí a gente ficou muito triste porque ia começar tudo de novo. A gente ia ficar só tudo de novo.

No transcurso do cotidiano do abrigo, marcado por dispositivos de regulação e normatização de conduta, o grupo familiar recém- formado será alvo de novas dispersões. No transcorrer da narrativa de Sofia, nota-se que a atribuição de sentidos ao curso da própria vida apresenta-se estreitamente articulada aos espaços institucionais, bem como à avaliação moral que empresta aos relatos, numa aproximação com valores e repertórios construídos em tais vivências. Por vezes, Sofia assume uma posição coadjuvante na trama, localizando-se mais numa condição de testemunha que de protagonista, e trazendo as experiências vividas por cada um dos irmãos no espaço institucional, bem como as estratégias adotadas por cada um no sentido de evitarem mais uma desagregação do grupo familiar. Apesar das experiências de desamparo e abandono vividas por Sofia, a oportunidade de conviver com os irmãos num mesmo abrigo por um período de tempo, estabelece novos vínculos de pertencimento e identificação.

Eu já tava com uns quinze anos. Aí eu na casa da minha mãe. Eu fugi. Disse assim pra ela: Mãe, deixa eu morar com a senhora porque.. (gagueja) eu encontrei minha mãe através da minha avó. Assim: eu cheguei lá ela tava bebendo, ela não me abraçou, ficou fria. Mal eu cheguei, ela mandou eu fazer um bocado de serviço, mas eu via que ela sentia amor pelo meu irmão mais (pausa) A., e por mim (pausa) nada. Aí, como eu tava chorando (pausa) não me dava carinho. Ela nunca foi de me chamar de filha, só me chamava de Sofia. Ela não gostava de mim e quando eu chamava de mãe, ela me olhava com a cara tão feia que dava vontade de correr. Eu fui me afastar dela e morar com meu pai. Me conta essa história. Meu pai (pausa) ele me aceitou muito tempo. Me aceitou. Foi ótimo. Através da minha mãe. Foi tipo assim, eu disse pra ela (pausa longa) Foi duro pra falar com ela: mãe, aí ela botou uma cara bem (pausa) mãe eu posso morar com meu pai? Ela disse: já era pra ter ido. Doe muito. Quando ela falou isso, foi cruel. Aí ela fez assim: já era pra ter ido. Eu disse: a senhora sabe onde tá meu pai? Sei. Vou dar agora o telefone. Aí ela ligou, combinou com ele. Aí meu pai discutiu com ela lá dentro. Disse: rapaz a filha é tua, não sei o quê (pausa) Mas quem fez foi tu. Leva! O meu pai me aceitou. Ela brigava muito com meu pai, era discussão. Brigavam muito. Confusão grande. Era um quartinho assim ó (gesticula) pequeno. Só cabia uma cama de casal, outra de solteiro e um colchão no chão. Só. Porque mainha vendia droga (pausa) mainha (pausa), mas ela nunca demonstrou a gente não. Quando a gente tava grandinho é que veio saber. A gente não sabia, não viu? Aí a gente ficou morando junto meu pai, aí eu conheci minha avó, minha tia, em Maranguape II. São ótimos eles. Só com eles eu tive um problema. Era muito bom... me aceitou. Minhas tias, que eram quatro tias me trataram muito bem. Ganhava presente. Eu era amada mesmo nesse tempo. Eu era amada mesmo. Então era assim, uma nova família agora (pausa) uma família, né?

³⁷ Casa de Acolhida administrada pelo Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, destinada a abrigar adolescentes do sexo masculino com histórico de drogadição e vivência de rua.

No trânsito entre diferentes abrigos desde o nascimento, Sofia, já adolescente, resolve fugir para viver com a sua mãe e fala dessa experiência, de modo emocionado. O encontro há muito desejado e idealizado parece não ter correspondido às suas expectativas por manifestações de carinho e reconhecimento de filiação como prerrogativas do amor materno, independentes das condições em que a relação fora construída. Sofia relata que a mãe – que é alcoolista e mantém um envolvimento com o tráfico de drogas – a recebe com “frieza”, manifestando uma indiferença no contexto de relacionamento com a filha e, a despeito do longo tempo de afastamento, não lhe dispensa qualquer tratamento mais afetoso ou acolhedor, tratando mesmo, sem qualquer cerimônia, de utilizar a sua presença para cuidar das tarefas domésticas. Sabe-se que, na dinâmica das famílias pobres, desde cedo, as crianças já realizam atribuições domésticas como parte de um rol de obrigações familiares inerentes ao funcionamento do grupo, enunciando um valor que compõe o processo de socialização de tais sujeitos, em que o “dar, receber e retribuir constitui as regras básicas de suas relações.” (SARTI, 2005, p. 106).

Diante do flagrante desapego demonstrado pela mãe, Sofia parece ainda recorrer a um último apelo de provocação ao sentimento materno, pedindo à mãe a “permissão” para morar com o pai. Nesse esquema de ação e de modo intencional, negocia saídas para modificar uma situação indesejada, assumindo a posição de conduzir a própria vida a partir de uma leitura dos recursos disponíveis – no caso, a mudança para a casa do pai. A adolescente traz as vozes dos seus pais numa discussão sobre quem teria a “obrigação” de ficar com ela, cujos argumentos de parte a parte apelam para uma vinculação biológica como prerrogativa para tal “obrigação”. Ao narrar sobre o confronto dos pais, Sofia reconstrói lembranças de outros tantos conflitos entre o casal e as possíveis razões para as discussões: o envolvimento da mãe com o tráfico de drogas. Contudo, em favor da mãe, utiliza o recurso atenuante de ela jamais ter deixado os filhos terem conhecimento da sua atividade ilícita, ao menos enquanto eram crianças, o que parece ser significado pela adolescente como uma atitude de proteção e respeito. Diante das dificuldades inscritas junto ao contexto materno, o foco do cuidado para com a adolescente é estendido para o sistema de parentesco da família paterna, ampliando sua rede de sociabilidade através da inscrição de novos laços familiares. Mesmo após anos circulando entre diferentes instituições de acolhimento, a adolescente investe na vivência familiar de origem como *locus* de pertencimento, evocando uma força de referência moral e simbólica citada por Sarti (2005) como constitutiva do universo da pobreza, em que a importância da família não seria apenas “[...] funcional ou instrumental, mas se refere à sua

identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua experiência do mundo” (SARTI, 2005, p. 33).

Outras tantas desventuras junto à figura materna são narradas e com requinte, a exemplo do reencontro com a mãe na casa da família paterna:

Até que minha mãe resolveu ir atrás do meu pai, aí ela chegou lá, bêbada, alcoólica. Aí ela chegou lá: diga onde tá seu pai! me espancou. Só que eu não sabia (pausa) dando em mim. Meu pai viu ela me espancando e meu pai fez assim: meu pai (pausa) ele agiu com raiva (pausa) deu uma tapa na cara dela, botou ela pra fora e disse prá ela não voltar. Aí outro dia ela voltou e disse assim a minha avó assim: Eu preciso de um canto prá eu ficar. Aí minha avó aceitou ela ficar lá porque ela tava com meu irmão. Não mudou nada. Ela vende tapioca. Ela bebe mas adora trabalhar viu? Uma vez ela saiu com nós tudinho pra vender tapioca. Aí a gente foi, né? olha só o que ela fez com a gente. Levou nos tudinho prá vender tapioca (pausa) pra uma casa (pausa) tinha escrito “Conselho”. Só que meu pai não sabia. Aí a mulher (pausa) deixa aí que eu vou ali viu? se eu voltar não tiver, vai apanhar tudinho. Ficou eu, meu irmão, o meu outro irmão A.. Era A., E. e eu. E então? A. já ia fazer 19, mas é como se fosse uma criança mesmo. Fala mais um pouco sobre isso. Porque A. ele teve uma (pausa) mainha dava nele. Algum problema (pausa) destruiu ele. Só veio melhorar de 2004 pra cá. Ficou diferente. Agora eu digo que virou um homem. Aí ele fica acompanhado com a gente. Aí fique aí, quando eu voltar vocês vai ver. Deu a noite e não chegou. Aí eu comecei a chorar e infelizmente eu pensei assim: Minha mãe abandonou a gente. Aí A. disse: não, ela vem pegar nós. Eu disse abandonou sim. Eu sei como é que é porque já fui abandonada. Eu sei. Aí o conselho pegou, botou eu pro Raio de Luz.

Sofia expressa sua indignação sobre o “estado” em que a mãe se encontrava: alcoolizada e agressiva, chegando a espancá-la por não saber do paradeiro do pai. As cenas são revividas em tom dramático, permeada de imitações de vozes e gestos recuperados de um contexto em que o pai presencia a violência contra a filha e toma a sua defesa, agredindo a ex-companheira e expulsando-a de sua casa. Segundo Bruner (1997), dentre outros aspectos da narrativa, a qualidade dramática se faz presente através de uma trama que envolve um conjunto de elementos – atores, enredo, cenários, ações – na perspectiva de oferecer uma qualidade moral à história contada. Apesar de apresentar a condição de embriaguez da mãe para justificar a agressão sofrida, na reconstrução do episódio, Sofia deixa entrever um apoio à atitude do pai, discursivamente significada como proteção à filha contra os desmandos maternos, experimentando um sentimento caro em sua vida familiar. A mãe de Sofia busca o ex-companheiro para pedir abrigo, uma vez que havia perdido a casa e estava na rua com o filho menor, atribuindo-lhe uma obrigação de provedor que se mantém independente da separação conjugal e da convivência marcada pela violência, possivelmente em nome da prole.

Apesar do reconhecimento da precariedade material da família e da questão da drogadição e do alcoolismo da mãe como aspectos negativos que justificam o ir e vir dos filhos entre diferentes contextos como as instituições de acolhimento e casa de parentes - em

busca de espaços de convivência e estabilidade - as queixas de Sofia remetem a questões de ordem afetiva na relação da mãe com a prole. Alguns sentidos construídos por Sofia na relação materna se expressam de modo ambivalente, como no fragmento narrativo em que a adolescente reconhece que **“ela bebe, mas adora trabalhar”**, evocando juízos marcados por valores socioculturais dominantes.

Segundo Bruner e Weisser (1995, *apud* CARVALHO, 2006), as questões fundamentais de uma vida não são provocadas por fatos, mas por uma revisão na história que se usa para falar da própria vida e de si mesmo, cujo modo narrativo organiza a subjetividade humana (BRUNER, 1997).

Tava com onze anos... era quase uma mocinha. Já sabia fazer as coisa. meu irmão (P.) resolveu ficar comigo. Aí ele resolveu ficar comigo. Assinou o documento lá e ficou comigo. Aí por pura coincidência ele pegou meu outro irmão no abrigo. Foi eu, meu irmão e o outro que tava nos Novos Rumos. Ficou nós três na casa dele. Aí a gente ficou lá tudinho. Ele tinha casado com uma conselheira (tutelar). Tinha ficado na casa dos dois. Só que meu... ele tinha um problema muito grande, o mais velho, né? Ele batia na mulher dele, ele batia de um jeito tão cruel que a gente não podia fazer nada. Aí ele com raiva de A. expulsou a gentes dois, eu e meu irmão. Meu irmão fugiu, aí só ficou eu. Não tive coragem de fugir...nem coragem de sair do lugar. Aí quando fui pra casa dela. Ele era usuário de droga. Eu só vim saber porque tinha um negócio chamado de maconha, não era igual a pedra, mas era perigosa, aí eu peguei e falei com minha tia. Tia, eu chamava minha cunhada de tia, a conselheira, aí eu fiz: tia, P. tá com aquele negócio que chama de maconha. Teu irmão é viciado nisso, Sofia. Foi dito e feito, quando ela saiu prá trabalhar, ela trabalhava muito. Dava plantão. Aí ela saiu de noite e ele boliu comigo. (pausa longa) Ele boliu comigo, tirou sangue de mim. Eu fiquei com isso inchado (mostra o rosto), perdi o dente da frente, isso aqui... roxo. Só que ele não conseguiu penetrar (gesticula) Eu fiz um escândalo (gesticula). Aí a menina foi lá bater, né? Aí, quando chegou lá, eu tava num estado tão horrível (ênfase). Até que meu conselheiro, era C. na época. Ele disse: P. você vai prá GPCA e ela vai pro abrigo. Eu disse: deixa ele falar, eu não aguento mais conviver com ele, olhar pra cara dele direto. É muito ruim você se acordar e uma pessoa bolir com você. Não consegui dormir de noite. Ia prá escola morrendo de sono. Você estava estudando, Sofia? Fazia na quarta. Aliás eu nunca sai da terceira e quarta (risos nervosos) porque a maioria do tempo ele não deixava eu ir pra escola não. Você vai fazer serviço em casa (imita a voz do irmão) e prá não apanhar eu fazia. Ele se escorava nos serviços. Aí quando foi no fim do ano, ela (diretora da escola) dizia: sua irmã não passou não. Aí ele ia dar em mim. Aí eu dizia na cara dele: Eu não passei porque tu não deixasse eu ir pra escola. Porque senão eu tinha passado. Eu dormia muito tarde, aí eu não estudava direito.

A narrativa reconstrói uma situação de abuso sexual que lhe foi infligida pelo irmão, e elementos como exploração, violência e drogadição são trazidos para a configuração da trama. A princípio, a resolução do irmão em **“ficar”** com ela é compreendida pela adolescente como uma forma de utilizá-la nos serviços domésticos da casa, já que **“era quase uma mocinha”** e **“já sabia fazer as coisas.”** Não é raro identificar nas narrativas familiares uma demarcação de espaços destinados a meninos e meninas, no que diz respeito aos afazeres domésticos, em que se destinam às meninas os cuidados com a casa e com os irmãos menores,

e para os meninos o espaço da rua, evocando práticas e valores presentes em contextos de socialização, como a família, nos quais as identidades masculina e feminina são constituídas. (NASCIMENTO; TRINDADE, 2010). Merece destaque o fato de que sua cunhada era conselheira tutelar e, além de ter conhecimento do uso de drogas por parte do companheiro, a referida senhora mostra-se tolerante com tal prática, não dando “ouvidos” à criança. Nesse caso, há um aspecto importante que merece destaque: o fato de a cunhada de Sofia, como adulto corresponsável por sua guarda, ser conivente com a postura do companheiro, com o agravante de estar na condição de conselheira tutelar, cujas funções e conhecimentos deveriam estar a serviço dos interesses da criança.

A violência cometida cotidianamente por parte daqueles que deveriam protegê-la atua como elemento desagregador na vida de Sofia, trazendo sofrimento e dificuldades na relação com contextos importantes de desenvolvimento como a escola, cuja frequência e desempenho foram severamente prejudicados. Segundo Koller (1999), a violência intrafamiliar origina-se de relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, caracterizadas por desigualdade e subordinação. Implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. No enfrentamento solitário das dificuldades, o medo parece ceder lugar a uma possibilidade de reação e Sofia denuncia o irmão a um conselheiro tutelar - cujo nome é pronunciado com familiaridade e respeito – na busca de um apoio e, mais uma vez, retorna à casa de acolhida como a saída possível e legalmente prevista para a sua proteção.

Meu irmão (P.) tentou ir atrás de mim. Queria morar comigo. Pediu desculpas, mas eu não aceitei. Eu tava com muito medo, aí não quis ficar com ele. Não aceitei. Aí minha irmã assinou um termo de responsabilidade, ela assinou pra ficar comigo. Ela tinha idade pra ficar comigo, 21, ela morava na Roda de Fogo (comunidade do Recife). Aí queria me tirar, aí o abrigo fez assim: Que bom porque Sofia tá há muito tempo abandonada... só que meu pai perguntou pra ela (mãe) onde a gente tava e ela disse que nós tava na casa de tia e meu pai tinha problema, ele dava muito na minha mãe. Aí minha irmã assinou um termo e a gente voltou pra Maraguape 2 (bairro da cidade de Jaboatão), a terra do meu pai. Só que ela me botou na casa de minha mãe. Aí eu aceitei. Ela não podia ir lá e mandou minha irmã. Fui pro Vovó Geralda (abrigo da FUNASE), depois Raio de Luz. Aí chegou lá e o Conselho descobriu que ela tinha me dado pra minha mãe. Aí, como o abrigo conhecia minha mãe, aí eu voltei pro Vovó Geralda (pausa) aí quando descobriu me tomou dela.

Esse trecho narrativo é marcado por uma dinâmica em que os discursos familiares emergem como figuras contra um pano de fundo marcado pelo discurso jurídico representando o contexto mais amplo em que o grupo familiar se insere. Como parte de uma estratégia familiar que considera o desinteresse do pai e uma contraindicação do contexto

materno, a irmã de Sofia decide assumir a sua retirada do abrigo, para, contudo, entregá-la à mãe, numa atitude de burla aos dispositivos legais previstos para o caso. Tal atitude não impede, no entanto, que o Conselho Tutelar tome conhecimento da iniciativa e, mais uma vez, reconduza Sofia à casa de acolhida. Os discursos mostram, então, um embate entre os repertórios dos valores familiares de um lado, e aqueles circunscritos à ordem jurídica sobre direitos de crianças e adolescentes. Desse modo, observa-se que a circulação da adolescente por entre os diferentes contextos familiares e as casas de acolhimento é marcada por saberes/poderes que buscam a regulação desse “transitar”, contudo submetida às estratégias/recursos acionados pela rede familiar, cujos sentidos, capturados nessa tentativa de diálogo entre os dois campos, são ressignificados pela adolescente na sua trajetória de vida.

Ôxe! eu estudei, fiz vários cursos: Cabeleireira, Computação, Pintura, fiz vários cursos (pausa) e tomei uma decisão que ia morar com a minha mãe, eles querendo ou não. Pela primeira vez na minha vida eu mesmo tomei minha própria decisão: Tava cansada de virar pingue pongue. Eu disse: vou morar com a minha mãe, aí o abrigo disse: você não pode. Arrumei minhas coisas. Pulei o muro, pulei o muro (pausa) por sorte eu tinha ligado prá minha irmã, aí ela disse a rua. Não sei onde é (pausa) liguei pra minha irmã. Quer que eu lhe leve lá? Tô de carro. Aí a gente foi morar com a minha mãe. Aí chegou lá comecei a morar com a minha mãe. Só que ela não pôde se mudar. Minha mãe rolou por uma escadaria e bateu com a cabeça (pausa) então a mulher lá (hospital) me colocou no abrigo até minha mãe ficar boa. Ela foi pro hospital, mas eu fiquei muitos dias com ela lá. Depois disseram que não podia, era de menor. Aí fui (pausa) me jogaram no Recicriar, me botaram lá. Três dias depois. Aí minha mãe (pausa) se recuperou. Aí o coordenador de lá: sua mãe se recuperou. Pode ir prá casa agora. Aí eu fui pra casa. Aí a diabetes dela aumentou, aí eu tive que pedir esmola pra dar comida a dela. Você procurou a ajuda de algum familiar? Meu pai tinha desaparecido. Minha mãe, apesar do que ela tinha feito comigo, era minha mãe. Queria ajudar, mas aí só tinha eu, ela, uma neta que minha irmã tinha dado a ela (pausa) pedia ajudar a um, botava ela na cama.

Contrariando as determinações da casa de acolhida e para além dos discursos normativos sobre família como um contexto acolhedor e livre de privações (CASTRO, 2001), Sofia traduz tais discursos de modo singular e foge do espaço de acolhimento. Protagoniza a volta à casa materna como parte de um projeto de vida que incluiu cursos de qualificação profissional e o desejo de retomar a convivência familiar em bases mais sólidas. Fala, com orgulho evidente, de uma decisão pioneira em sua vida, que até então teria sido conduzida por agência de terceiros sob o discurso de uma representação legal – no caso das instituições de acolhimento – ou ainda por parte de alguns membros da família, num movimento que denomina de “*pingue pongue*”, alusivo a um movimento recorrente entre o contexto institucional de acolhimento e o familiar. Contudo, Sofia é surpreendida por um novo evento: o adoecimento da mãe, em função de uma queda, e o seu internamento hospitalar por um período longo. Mais, uma vez, a adolescente sente-se “jogada” - de volta - na casa de acolhida.

Sofia, nós conversamos sobre muitas experiências que você vivenciou em sua casa, com sua família. Eu gostaria de saber o que você entende por família, o que é família pra você? *Eu não sei o que é família mais não. Eu sabia, mas não sei mais não. Minha família é meu marido. Só meu marido, que vai ficar com minha tutela e minha guarda. Então família prá mim é isso. Ele era vigilante lá da casa dela (pausa) rua dela. Aquele que faz prii (imita o som do apito). Tava vigiando a rua (pausa) de madrugada. O vigilante do apito. Eu tava chorando, aí ele (pausa) encontrei logo ele. Como foi o encontro? Disse que não tô aguentando mais minha vida. Tô sofrendo demais, tô quase me matando, tomando veneno. Por que Deus não tira a minha vida, hein? Não é que eu rejeito a minha mãe (pausa) eu aceito ela. Tô aqui pra ajudar ela. Mas família é meu marido, vai ser ele. Ele trabalha de noite, como um doido. Trabalha muito, construiu a casa (pausa) cuida de mim. Tá construindo a casa. Pode ser um quartinho (pausa) ele vai arranjar e a gente vai se embora. Como você se sente? Eu tô feliz. Só que minha família é meu marido, que me ajuda. Família pra mim vai ser ele. Eu tô feliz. Eu realmente encontrei alguém para me fazer feliz. Se eu ficar triste, também não demonstro. Meu pai deu a minha tutela a ele de “mão beijada” porque meu marido é um rapaz bom. Meu pai é assim, a família em primeiro lugar. Eu esperava mais da minha mãe. Ela não fez nada por mim e eu fiz tudo por ela. Mas, se ela precisar de ajuda, Sofia tá aqui. Eu beijo ela, abraço ela, faço o que ela quer. E ela sempre chata. Mas nem ligo. Tô tranquila. Agora eu tô. Tenho meu marido e esse pequeno agora, né? (referindo-se ao filho que vai nascer).*

Em sua narrativa sobre o que é família e a partir da singularidade das experiências vividas, Sofia diz que **“sabia”**, mas que agora já não sabe **“mais o que é família”**, possivelmente pela dificuldade em legitimar um discurso social vigente que atribui a esse grupo significados de proteção e cuidado, constituindo uma rede de apoio para os seus membros diante das condições de desamparo social. Sofia busca formar uma “nova” família a partir de um repertório próprio, constituído e ressignificado no compartilhamento de histórias de abandono, encontros, desencontros, rupturas e obrigações junto ao grupo familiar. Os sentidos de família se organizam a partir daqueles com quem pode contar (SARTI, 2004) e o marido assume esse lugar de proteção e cuidado. O relacionamento amoroso, a gravidez e a casa que está sendo construída para abrigar a nova família são compreendidos como elementos que compõem um novo projeto de vida num universo de expectativas por uma vida feliz.

De acordo com Hoga (2008), estudos realizados junto a mulheres que vivenciaram a gravidez na adolescência indicam que tal evento pode se constituir em um projeto de vida, marcando a sua entrada no mundo adulto e o seu reconhecimento por parte da família e da rede social. Sofia aguarda o término da construção de sua casa para ir morar com o companheiro e, embora não viva sob a responsabilidade do pai ou manifeste o desejo de casar legalmente – o que exigiria a autorização dos pais por ser legalmente menor -, evoca tal autoridade para **“dar a sua guarda”** ao marido, num gesto que simboliza o lugar do pai no universo familiar e para quem – no dizer da adolescente - a **“família está em primeiro lugar.”**

Num estudo sobre famílias realizado por dois anos numa vila porto-alegrense, Fonseca (1987) identifica que, para alguns jovens, o casamento ou a assunção pública de um relacionamento conjugal resume-se em iniciar uma coresidência, passando ao largo de exigências legais como documentações, e até de representações, no caso de adolescentes. Embora pensando sobre a nova família a partir de um núcleo – pai, mãe e filho –, Sofia aponta para uma não desvinculação da família de origem, mantendo-se disponível, sobretudo para com a mãe, que, apesar de não ter correspondido às expectativas idealizadas da adolescente, se mantém como figura simbólica importante em sua vida.

4.2 Sentidos de instituição

4.2.1 Davi : “[...] um abrigo prá mudar de vida”

A pesquisadora percebeu que precisaria retomar, a cada encontro, as ideias centrais discutidas no encontro anterior para poder situar o adolescente. E assim, após se falar sobre as questões tratadas na entrevista anterior, quando o assunto era família, reiterou-se o convite para que Davi falasse sobre a sua experiência de estar na casa de acolhida, sabendo, contudo, que outros contextos seriam trazidos, a exemplo do que ocorreu na primeira entrevista. Para iniciar a conversa, perguntou-se o que ele pensava sobre o movimento de entrada e saída dos adolescentes da casa de acolhida. O adolescente diz:

O abrigo pra mim tá pra acolher os outros, tirar os outros da rua, mas quem tem muita vivência de rua (pausa) sabe, né? Tem menino que faz malícia, toca fogo no pé, joga água, dá chinelada quando o cara tá dormindo [...] Tem nos abrigo (pausa) uma coordenação é uma (pausa) no outro é outra. Um é pior e outro é melhor. Em vez de melhorar, o cara piora. Acolhimento pra mim eu acho que é (pausa) o Baque Solto³⁸ (casa de acolhida governamental) tá numa casa melhor (pausa) não como tá agora né? Deu uma chuva e o teto, o prédio lá pode (pausa) tá caindo, mas é o melhor. Aqui não é. Mas pra mim foi o melhor abrigo que eu achei. Lá tem atividade, aqui não se faz nada... só tem aula de break, mais nada...só faz três dias só. Pergunto como era estar no Baque Solto. Diz: No Baque Solto tinha esporte, maracatu, escola, o campo do Náutico... que joga lá no campo, informática naquele (pausa longa) perto do shopping de Santo Amaro. Ah! o espaço ciência. Tem um monte de atividade no Baque Solto, os educadores ensina a escrever, ao cara aprender alguma coisa. Aqui não, tem nem um quadro pro cara escrever. Era legal. Mas minha mãe me tirou. Lá tinha muitas coisas. A gente nem parava. Todo dia tinha apresentação. Todo dia...era abrigo pra mudar de vida [...] minha mãe me pegou nem sei por que... tava com saudade, ôxe! Depois dava em mim de novo e eu na rua de novo. Eu queria voltar de novo pro Baque Solto (pausa) se eu tivesse uma chance, eu voltava.

³⁸ Abrigo do IASC, destinado a adolescentes do sexo masculino, com vivência de rua/ drogadição.

Apesar de atribuir ao abrigo sentidos de acolhimento, de refúgio para aqueles que se encontram nas ruas, Davi fala de práticas violentas entre os companheiros na casa e sobre diferenças observadas entre as casas de acolhida, umas **“piores”**, outras **“melhores”**, a depender das “coordenações” que as gerenciem, expondo uma ausência de objetivos comuns na rede de acolhimento que promovam a qualidade do atendimento, em que, **“em vez de melhorar, o cara piora”**. Observa-se que, embora criadas para dar respostas a situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, tais instituições podem apresentar dinâmicas que as inviabilizam como lugar de referência e de reorganização para a vida de tais sujeitos. Compreendendo *lugar* para além de uma experiência espacial, Santos (2004) atribui a tal conceito uma condição de existência humana, pautada na relação eu-outro. Nesse sentido, o acolhimento se inscreve como uma vinculação de lugar, de pertencimento e reconhecimento, com uma importância singular para a ressignificação de vivências de crianças e adolescentes.

Numa conotação positivada, o adolescente traz uma experiência de acolhimento numa instituição que promovia atividades de inserção social e onde participava de diferentes atividades esportivas e educativas. Um **“abrigo prá mudar de vida”** e oferecer novos sentidos à sua trajetória marcada por um movimento pendular entre os contextos da família e da rua. Davi fala com tristeza de sua saída da casa de acolhida, motivada por uma das várias tentativas fracassadas de reinserção familiar que o levou novamente às ruas. Segundo dados estatísticos do Levantamento Nacional de Abrigos³⁹, cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivem em situação de acolhimento institucional no país, sendo que mais da metade vive nas instituições há mais de dois anos e mantém vínculos familiares. O quadro delineado pela pesquisa demonstra que as instituições têm atuado de modo precário no processo de reintegração familiar de crianças e adolescentes acolhidos, reproduzindo uma prática de exclusão que marca sua trajetória histórica junto às famílias pobres.

Importante ressaltar que, embora a pobreza, de *per si*, não constitua motivo suficiente para o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar, na prática, os aspectos decorrentes dessa condição enfrentada por esses grupos dificultam o exercício dos cuidados com a prole. Assim, a “volta para casa” idealizada pelo adolescente não é tarefa fácil, sobretudo se considerarmos que tal empreendimento se relaciona com o acesso a programas sociais que ofereçam apoio à família e estimulem o protagonismo de seus membros, assegurando uma sobrevivência digna.

³⁹ Fonte: IPEA/CONANDA. *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, 2004.

Eu cheguei no Miriam Guerra⁴⁰ pirraia ainda, tirava caju do pé, subia no telhado e ninguém me pegava, ninguém me pegava, dormia lá. Depois no pé de manga. Era ruim me pegar... Perturbava que só. Tinha pipa. Era bom. Eu gostava de lá. Eu caí do pé de cajá (pausa) eu subi pra pegar o papagaio num galho bem fininho e caí com a bunda no chão. Aí disseram: Tá vendo? Eu avisei que você ia cair (risos) eu tinha sete anos. Depois fui (pausa) pro Roda vida⁴¹... eu fui porque eu quis (pausa) e depois pro espaço da criança. Fui pra muito abrigo eu (pausa) em Caruaru, Arcoverde... em todos cantos. Nem me lembrava mais (pausa) minha vida foi toda em abrigo. Abrigo, abrigo, abrigo, abrigo. Onde tinha abrigo eu ia lá, se tinha um novo (pausa) um menino passasse, dizia, ali tem um abrigo (pausa) é legal que só. Eu tava lá, nem queria saber. O Saravida⁴², o CEAC,⁴³ outro em Boa Viagem. Já passei por todos abrigos. Minha vida foi toda em abrigo, Morada Jovem⁴⁴, o PPCAM, lá em Paulista, porque o meu cunhado me ameaçou de morte. Ele tá no Aníbal Bruno⁴⁵, pegou 30 anos de cadeia. Eu ia pra um, aí sabia de outro melhor (pausa) começava a estudar, mas depois da aula saía pra usar droga. Minha vida sempre foi assim (pausa) abrigo, abrigo, abrigo, rua também. Pergunto se ele está ameaçado de morte e ele: Eu posso ir pra qualquer canto, menos na praça da Várzea. Eu, se pudesse, mudaria (pausa) eu tirava essas drogas do mundo. Já nem lembro de uma coisa boa na minha vida (pausa) não lembro.

Com ingresso nas instituições de acolhimento desde os sete anos de idade, Davi rememora experiências vividas entre diferentes abrigos, onde o lúdico é trazido, narrativamente, para qualificar a infância como um período bom, de diversão e liberdade, num contraponto à violência e normatização de condutas experimentadas durante a adolescência nos contextos de acolhimento institucional. As diferentes vozes trazidas, possivelmente de educadores, parecem ecoar de um cenário em que a ingenuidade e os ideais de infância, do cuidado e da proteção são compartilhados.

O adolescente fala de uma liberdade vivenciada na infância, quando podia ir para qualquer abrigo que lhe parecesse **“bom”**, experimentando uma autonomia da qual hoje parece não mais desfrutar, possivelmente considerando limites de circulação impostos por traficantes que o ameaçam de morte e mesmo por um desgaste na convivência na passagem por diferentes casas de acolhida. Os espaços de circulação trazidos na narrativa incluem casas de acolhida, unidades de internação e a rua, integrando medidas protetivas e sócioeducativas numa mesma trajetória como contextos de significação.

Espaços cujos discursos de transitoriedade parecem emprestar uma falta de interesse na constituição de vínculos mais consistentes com tais sujeitos que lhe permitam uma reelaboração das experiências vividas. Nesse sentido, entende-se que, para além do caráter provisório e transitório da medida protetiva de acolhimento institucional, a brevidade ou

⁴⁰ Abrigo do IASC que já fechou por falta de condições de atendimento digno.

⁴¹ Idem

⁴² O Sara Vida é uma ONG voltada para a recuperação de dependentes químicos.

⁴³ Abrigo governamental do Recife (Secretaria da Criança e da Juventude) que encerrou as atividades.

⁴⁴ Organização não governamental que encerrou suas atividades de acolhimento institucional.

⁴⁵ Unidade Prisional localizada na cidade do Recife.

continuação da permanência dos adolescentes no referido espaço necessita ser pensada a partir das singularidades de cada uma de suas histórias de vida.

Pergunto o que há de bom e ruim na casa. Davi responde: *O que tem de bom e ruim? O abrigo tem de bom os pessoal que quer ajudar o cara, mas a gente não procura a nossa melhora por causa das drogas.* Insisto: Fale um pouco mais. Ele diz: *Amanhã mesmo acho que vai ter uma reunião com a gente* (pausa) *Nunca mais teve uma reunião da gente. Pra muitos vale a pena conversar, pra outros... Mas, quando tem* (pausa) *entra num ouvido e sai no outro. Esses menino não querem nada com a vida não. Só querem andar. Não querem nada com a vida não. Falta mesmo é pegar no pé deles, mas nada* (pausa) *ajudar ele mesmo.* Insisto: quem? Ele responde: *Os coordenadores, psicólogos e assistentes sociais.* Como poderiam ajudá-los? Davi: *Pegar no pé assim, sempre conversando com eles, dizendo o que está certo ou errado, não reclamando todo dia. Os dia da reunião não é quando a gente quer, mas quando eles querem. Tem gente boa aqui, mas* (pausa) *tem muita injustiça que rola aqui, muitas vezes a gente tá aqui, chega de carro aí e dá na gente. Chega os guarda municipal dá na gente* (pausa) *já bateu muitas vezes em mim, quando a gente tá fazendo tumulto na casa, gritando, batendo na mesa* (pausa) *no portão* (pausa) *eles chamam a guarda e dizem que a gente é brabo, comandante, queixudo. Aí eles chegam batendo.*

Os sentidos construídos por Davi sobre o que de positivo existe na casa de acolhida trazem a presença daqueles que **“querem ajudar o cara”**, demonstrando uma expectativa de apoio que parece não ser possível por conta da vinculação dos adolescentes com a drogadição. Ao mesmo tempo, traz elementos de crítica a uma dinâmica institucional que não privilegia a troca de informações e conhecimentos e que não promove o diálogo entre os profissionais da casa e os adolescentes, com prejuízo para as relações interpessoais e afetivas essenciais ao desenvolvimento saudável dos sujeitos.

A baixa frequência das **“reuniões”**, que parecem ser organizadas à revelia de um planejamento conjunto com os acolhidos dificulta a formação de um espaço importante de compartilhamento que viabilize a formação de vínculos e o exercício da cidadania. Bandeira *et al.* (1994) consideram que a participação de adolescentes em situação de rua em instituições/programas – de acolhimento - é uma característica importante nas vivências dessa população, podendo constituir-se em circunscritores positivados em suas trajetórias de vida. Pode-se inferir, então, que a descontinuidade dos vínculos entre os adolescentes e a instituição pode estar sinalizando uma fragilidade do processo educativo, cujas propostas de trabalho exigem um alinhamento às experiências de tais sujeitos. Um encontro de saberes que permitirá a construção de novas relações entre adolescentes e educadores, novos sentidos, novas possibilidades de estar no mundo.

Uma vez que o ato de narrar supõe um processo de negociação de versões que buscam oferecer uma sustentação à história contada, ao relatar sobre o desencontro entre instituição e adolescentes, Davi modela seu discurso, distanciando-se dos efeitos da crítica que faz ao descompromisso dos companheiros, através das proposições: **“não querem nada**

com a vida...” ou *“só querem andar”*, ajustando o relato segundo as convenções culturais do contexto de enunciação (BRUNER, 1997). No mesmo trecho narrativo, o adolescente traz a necessidade de um compromisso maior dos profissionais da instituição para com os acolhidos, relatando a falta de um apoio necessário, um *“pegar no pé”* que parece exigir algo além das formações acadêmicas, um encontro humano, atitude de cuidar, de se importar, de valorizar, de se relacionar, enunciando um desejo e uma crença na educação como um trabalho que se inscreve na relação humana e que possibilita mudanças de trajetórias.

Considerando-se que é a partir das interações com o outro que os seres humanos se constituem ao longo da vida, infere-se que a adolescência é construída no processo de socialização dos sujeitos a partir de marcadores culturais disponíveis que são delineados segundo posicionamentos de saberes e poderes com repercussões para o desenvolvimento. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004). Nesse sentido, as ações de violência praticadas na casa de acolhida de modo compartilhado por alguns profissionais e por policiais acionados para conter *“tumultos”*, atualizam situações já vividas pelos adolescentes em sua trajetória, tornando o ambiente institucional ameaçador, e reproduzem estigmas sociais que o identificam como lugar do *“fracasso”*, reeditando práticas históricas utilizadas pelas instituições totais (GOFFMAN, 1974) reorientadas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como você se sente na casa? Davi comenta: *A casa é ruim, tá perto de cair... ôxe! rachada, pinga água, tudo sujo, tudo relaxado, ninguém quer limpar os quartos. Eu ontem varri os quartos, lavei o banheiro, mas ninguém faz (pausa) só quando quer (pausa) varri lá atrás. Mas os pirraia é relaxado. A casa é toda suja. Por isso eu vou prá casa da minha mãe de novo. Aqui não, nem escrever o cara sabe, nem ler. Nenhuma atividade. Por isso eu vou para a casa de minha mãe, pra minha mãe me matricular no colégio.* Pergunto se tem algo de que ele gosta na casa e Davi responde: *É porque aqui as meninas vêm chamar os meninos e eles “invadem” (evadem).* Retorna a falar sobre o aspecto negativo: *Não tem regra, se a pessoa tiver dependente, vai embora (pausa) os educador não devia deixar a gente sair não.* Prossigo: como acontece então? Ele diz: *Educador, me dê meia hora para ir na praça. Ele diz: Vá, no almoço você volta. Me dá um cigarro (pausa) vai, depois volta. Ninguém quer saber. Eu mudava a regra: Não vai sair ninguém e pronto. Num instante a casa ficava calma, arrumava um negócio para ficar ocupado. As regras aqui é assim. Tem regra que não tem nada a ver. É (pausa) televisão. Quando é hora de filme não pode. A educadora assiste a novela dela todinha e a gente tem de assistir televisão até 10 horas...* Fala em tom de revolta.

No que diz respeito ao *“sentir-se na casa”*, Davi relata inicialmente os problemas estruturais das instalações, apontando uma manutenção precária que põe em risco o conforto e a segurança dos acolhidos. Como parte das tarefas de conservação e limpeza do ambiente, realizadas pelos adolescentes, queixa-se do *“relaxamento”* dos companheiros que parecem não cumprir com tais atribuições, configurando um ambiente desconfortável e pouco atrativo para a permanência e bem-estar dos acolhidos. Cenário que parece expressar o baixo

investimento institucional no incentivo aos cuidados com a ambiência como aspecto educativo importante e fator de proteção.

O relato de Davi sobre o desconforto e a falta de atividades na casa que o acolhe traz o desejo de voltar para a casa materna como alternativa ao “não lugar” que a instituição representa. A saída não autorizada da casa de acolhida é considerada como evasão e tratada como ato de indisciplina pela instituição. Apesar de considerar tais saídas como positivas, por poder relacionar-se com as meninas, Davi posiciona-se de modo passivo e atribui a “transgressão” das normas às meninas que vão **“chamá-los”**.

Uma característica apontada por Bruner (1997) na construção das narrativas é a da *centralidade do problema*. Compreende que as histórias contadas são organizadas em torno de problemas, violação de normas, que estão relacionadas a contextos específicos em que são produzidas. Nesse sentido, a narrativa de Davi organiza elementos de intencionalidade – subjetividade – para questionar as **“regras”** da casa – cânones que representam a cultura institucional –, enunciando um abandono relacional que o deixa no desamparo contra o forte apelo das drogas - usadas, sobretudo, durante as saídas consentidas – que é significado pelo adolescente como fator de risco. Relata que os adolescentes entram e saem da casa à revelia da atenção dos educadores e com o consentimento deles. **“Ninguém quer saber”**, diz o adolescente, numa queixa que denuncia um tratamento de indiferença, de desamparo, que acaba por reforçar as mesmas dificuldades já vividas com intensidade por eles e reedita os vínculos sociais de exclusão que marcam suas trajetórias de vida. Rossetti-Ferreira (2004, *apud* DARAHEM; SILVA; COSTA, 2009, p. 203) alerta para o fato de que:

[...] As redes de significação que permeiam políticas e práticas de acolhimento, historicamente, esbarram em certas ideias predominantes sobre apego, desenvolvimento normal/anormal, fatores de risco/fatores protetores e sobre de que a instituição familiar, particularmente a do tipo nuclear, é a única e ideal, aquela que melhor oferece um ambiente pleno ao desenvolvimento de uma criança. Assim as visões teórico-metodológicas da área contribuem para construir realidades sociais que podem influir modificar e restringir o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas, muitas vezes inserindo-as num movimento de maior exclusão.

O “consentimento” dos profissionais parece soar como uma conivência às transgressões, reiterando “lugares” para tais sujeitos, num silenciar que empobrece e esvazia de responsabilidades as funções educativas da casa de acolhida. A **“mudança de regra”** sustentada por Davi parece enunciar uma mudança de postura, de atitude por parte dos profissionais no sentido de percebê-los como sujeitos que ali estão na perspectiva de constituírem vinculações mais positivas que aquelas vividas nos contextos de origem, sobretudo se for considerado o fato de que, para muitos, o acolhimento institucional se configura como a alternativa possível para uma ressignificação de vida.

Tem menino aqui que já me ameaçou, deu um revólver a um cara pra me matar na minha comunidade. Mas tô normal. Ele pra lá e eu prá cá. Fumo cigarro com ele, mas eu jogo com ele, durmo junto dele (pausa) Amigo só tenho um... que fica aí na rua porque é de maior, a gente era do Reciclar. Ontem mesmo tava no abrigo, chegou um lote de pirraia lá da cidade pra querer me furar de faca. E dar em mim prá me furar (pausa) os pirraia da comunidade pra querer dar em mim. Porque eu vendi uma “dola” de maconha para ele de cinco real e ele disse que a “dola” era de três real. Eu não saí pra rua não. Fiquei dentro do abrigo. Eu tenho medo de morrer (pausa) não consigo não, cara. Sei que um dia eu vou morrer (pausa) é matar ou morrer. Os cara são de maior (pausa) tenho medo. Medo do quê? Adolescente é só aqui, na rua não tem isso não.

A pressão na convivência com os pares na casa de acolhida também reproduz as inseguranças vividas pelo adolescente no contexto da rua, considerando que muitos dos acolhidos advêm das mesmas comunidades, onde se encontram ameaçados pelo envolvimento com o tráfico de drogas, cujo “acerto de contas” pode se dar durante a permanência na instituição. Todavia, a rivalidade das ruas pode submeter-se, ainda que provisoriamente, à situação do acolhimento, que nivela os adolescentes numa mesma condição e exige o cumprimento de regras de conduta.

Davi relata que, mesmo na casa de acolhida, já foi ameaçado por **“um lote de pirraia”** que circula no centro da cidade (Recife) por tê-los enganado numa transação com drogas, o que demonstra que, mesmo sob a medida de proteção, os adolescentes mantêm um envolvimento com as práticas de delinquência que, por vezes, justificam o próprio acolhimento institucional. Nas constantes saídas para as ruas - com a complacência da casa de acolhida - adolescentes se aventuram em práticas delituosas, usam drogas, se envolvem em conflitos e retornam a casa para se “protegerem” das ameaças externas. O medo da morte iminente parece refletir a condição de vulnerabilidade em que o adolescente se encontra, onde o **“matar ou morrer”** aponta para a perspectiva de um futuro incerto, resignado a um destino anunciado na precariedade do atendimento da instituição de acolhimento.

Pergunto como é a convivência com os companheiros do abrigo e ele: Não lembro de nada, só na vida da rua, só rua, rua, rua, preso, rua, preso, rua, preso, rua, preso. Eu caí. Seis mês preso, depois na rua, depois preso, rua, preso, rua. Já fui pra muitos cantos, me mandaram para Caruaru, Petrolina... já andei muito. Ia ser mais tempo. Caruaru é uma casa normal, CASEM⁴⁶ não (pausa) é feito um abrigo. Lá eu estudava. Estudava no CASEM, passei mais três meses e três em Caruaru (pausa). Era FUNASE normal. Estudava no CASEM. Estudava no CASEM. Ficar preso não existe. A melhor coisa na vida é a minha liberdade. É minha melhor coisa. Nove meses só no sofrimento. Sem ver minha mãe (pausa) sem ver ninguém... minha família. Tinha visita chegando e saindo, chegando saindo, chegando saindo (pausa) e eu (pausa) olhando (pausa) parado. Tinha vontade de pegar um lençol, amarrar na grade e me matar, mas nunca fiz porque sei lá (pausa) tinha muita gente e eu lá, me enforcando. Era muito ruim. O cara passar esse tempo sem ver ninguém. Ver os outros saindo, entrando, entrando, saindo. Pergunto se ele fazia alguma atividade. Comenta: Lá eu só fazia pato (origami). Só isso! nem jogava futebol. Só

⁴⁶ - Casa de semiliberdade da FUNASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo) localizada em Caruaru – PE.

sentado, pensando. Aqui não tem nada também. Não é diferente de lá, só que aqui eu ando pela rua, mais nada (pausa) o cara fica doido (pausa) aqui também (pausa) não tem nada. Se eu pudesse, mudava muita coisa.

Na evocação de um movimento recorrente entre os dois contextos - **“rua, preso, rua, preso, rua, preso”** -, pontuado pelo adolescente de modo enfático, observa-se que a condição de “preso”, associada à permanência na unidade de internação, é trazida como oposição à “liberdade” da rua, revendo um percurso marcado pelo sofrimento e isolamento social. Segundo Kolker (2004, *apud* YOKOY, 2008), a significação de **“prisão”** ocorre pela semelhança entre as condições oferecidas em muitas unidades socioeducativas e as prisões, como a baixa qualidade da alimentação, a assistência médica precária, a arbitrariedade das punições e o desrespeito nas relações.

Passando à margem de qualquer informação sobre as infrações cometidas, Davi concentra sua narrativa neste movimento junto aos diferentes contextos, a partir das recorrentes experiências de “queda”, significadas aqui como o recolhimento a contextos de privação de liberdade. Discursivamente, atribui às unidades de internação o estatuto de prisão, cuja realidade é marcada pelo estigma social de instituição destinada ao cumprimento de infrações mais graves (ECA, 1990). **“Sem ver ninguém”** da família, sem atividades para preencher um tempo vazio de perspectivas, Davi significa as passagens pelos contextos de internação como sinônimo de sofrimento, simbolizando o “lugar” construído para delinquentes, infratores, adolescentes “problemáticos” que trazem consigo “marcas” em suas histórias de vida. Apesar da previsão legal do direito à educação e qualificação profissional durante a internação, como condições essenciais ao desenvolvimento do adolescente, observa-se que Davi não teve acesso a qualquer experiência ou interação positiva que lhe permitisse ocupar novas posições subjetivas durante a permanência nas unidades de internação, cujos circunscritores materiais e simbólicos parecem exigir mudanças. Na construção de sentidos sobre tal passagem, Davi identifica semelhanças entre as unidades de internação e a casa de acolhida em que se encontra atualmente, onde **“não tem nada também”**, além da liberdade de ir e vir, de **“andar pela rua”**.

Davi fica pensativo e eu pergunto sobre o que ele planeja para si, para a sua vida. Ele diz: *Eu espero da vida é ver se eu resolvo o negócio do meu braço e estudar (pausa) resolver minha vida. Meu braço não estira (pausa) da queda que eu dei. Nem posso fazer muita coisa. Quero jogar futebol, ser um jogador de futebol (pausa) Quero estudar também. Eu sonho de ser jogador (pausa) eu jogava no Náutico (pausa) eu era do Baque Solto (pausa) minha madrinha Vera pagou pra eu jogar (pausa) mas eu perdi o telefone dela.* Pergunto onde está essa madrinha que o ajudava. Davi: *Ela deixou de pagar não (pausa) eu é que saí do abrigo. O pessoal do abrigo ligou, né? Que eu saí do abrigo (pausa) minha mãe me tirou (pausa) ela foi lá disse que tava com saudade de mim e me tirou lá (pausa) depois de duas semana eu voltei pra rua. Ela tava batendo em mim de novo, aí como eu fui pro*

abrigo não quis me aceitar mais, já tava usuário de drogas, aí me mandaram pros Novos Rumos. Sobre o seu futuro e o que gostaria de fazer, Davi diz: Maracatu é legal, ele trabalha com baque virado. Era abrigo pra mudar de vida. Tinha um professor legal de maracatu. Era massa! Pra mim eu acho que eu já tenho que ter um trabalho (pausa) tenho que trabalhar, mas tenho de prestar serviço pra comunidade, depois eu vou trabalhar. Nem quero saber. Qualquer um, até... gari, Pode ser gari (pausa) qualquer coisa, quero ter uma família, construir minha família (pausa) diferente (Davi começa a bater com os dedos na mesa, de modo nervoso). Queria ver minha namorada, tenho falta dela todo dia, ela mandou uma carta pra mim colada (pausa) bem grande. Vou falar com a minha orientadora porque ela já trabalha com o juiz, só ele pode me ajudar. Lutar para ter sua família, pra não pedir esmola, não ser sofredor. Puxar carroça com papelão (pausa) tem que lutar. Para ter uma vida melhor, um exemplo pro filho. Botar o filho no colégio, ter um carinho bom com ele. O cara diz: esse caminho que fui não dá não (pausa) já passei por muita bronca, fui quase morto. É isso que ia dizer pro meu filho! Às vez a rua é bom, mas fica feia. Se eu pudesse, eu consertava minha vida, deixava de usar essas drogas, cigarro, tudo (pausa) cigarro (pausa) tudo. Se eu chegar daqui pra ali tem alguém me chamando pra fumar. Ali na frente me chama de novo. Toda hora alguém me chama (pausa) aqui é um (pausa) lá na frente é outro. Não dá pra deixar. Lá dentro do abrigo tem também.

Sobre os desejos para o futuro, Davi reivindica uma agência falando da expectativa de **“resolver”** a própria vida, do **“sonho”** de ser jogador de futebol e do desejo de estudar como elementos que compõem um projeto de vida. A oportunidade de frequentar uma escola de futebol, cujas despesas eram pagas por uma madrinha que o ajudava foi significativa para o adolescente como uma perspectiva de realização profissional, contudo, como a sustentação de tal financiamento se condicionava à permanência de Davi na casa de acolhida, com a sua saída para o contexto materno, o investimento foi interrompido.

O desejo de ser jogador de futebol pode estar relacionado com a trajetória de alguns ídolos procedentes das classes populares e que conseguiram atingir o “sucesso” na vida, referenciando o discurso de outros tantos adolescentes que, como Davi, buscam a superação das condições adversas de existência.

De volta às ruas, Davi envolve-se mais intensamente com a drogadição e, dessa vez, será acolhido numa outra casa, cujo perfil prevê o atendimento de adolescentes com tal vivência. Apesar de significar o antigo espaço de acolhimento como **“abrigo pra mudar de vida”**, o adolescente encontra restrições de acesso a esse lugar em função das experiências com drogadição. Isso porque as casas de acolhida vêm segmentando o atendimento a partir de eixos de intervenção, destinando espaços de acolhimento específicos para adolescentes usuários de drogas e com vivência de rua.

As recorrentes tentativas de reinserção familiar de Davi sinalizam, de um lado, para uma perspectiva institucional que visa a cumprir com as determinações legais que elegem o grupo familiar como a primeira proposta de intervenção em todas as suas modalidades de atendimento (Art. 19 do ECA); e, de outro, parecem indicar uma precariedade das ações

adotadas pela instituição no sentido de articular recursos públicos para a família, como a inclusão em programas oficiais de auxílio (BRASIL, 1990). Nesse sentido, o trabalho institucional privilegia o modelo focado nas relações familiares como único espaço de desenvolvimento dos sujeitos, ainda que este não se constitua como espaço de proteção.

Entre o sonho de ser jogador de futebol e as atuais condições de existência, Davi “reformula” seus projetos para o futuro, submetendo-os às saídas possíveis para uma mudança de vida. Cumprindo medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade por infração cometida, elege o trabalho formal como elemento central de emancipação para o ingresso na vida adulta. Prestes a atingir a maioridade, Davi expressa uma disposição para exercer “*qualquer*” trabalho, “*até gari*”, possivelmente avaliando uma falta de investimento financeiro e temporal que lhe permita outras experiências profissionais, e traz, discursivamente, uma diferença entre a **profissão** desejada – jogador de futebol – e o **trabalho** possível, em que a realização profissional parece ceder lugar aos imperativos de sobrevivência.

Na narrativa de Davi, o trabalho parece dar sustentação à possibilidade de constituir uma “*família diferente*” - daquela vivida em seu contexto de origem – e a figura feminina (namorada) vem associada à ideia do cuidado, do afeto e da maternidade. Um contexto de proteção para os futuros filhos, que serão amados e educados para terem “*uma vida melhor*”.

4.2.2 Fernando: “*violência institucional em foco*”

Quando cheguei ao abrigo no dia marcado para a entrevista, fui informada por um educador de que, no dia anterior, tinha havido tumulto na casa e que não seria um bom dia para conversar com Fernando. Contudo, perguntei onde estava o adolescente e fui até lá, na expectativa de ouvi-lo. Percebi que, quando Fernando ouviu minha voz, desceu as escadas e fez sinal com a cabeça para que eu o seguisse ao andar superior da casa. Lá, entrou em seu quarto, sentou-se na cama inferior de um beliche, encostou-se à parede, cruzou as pernas e ficou quieto. Perguntei se ele estava bem e disposto a conversar. Ele levantou e foi pegar uma cadeira no andar de baixo, sem dizer nada ainda. Sentei e acionei o gravador, mas da posição em que eu estava não conseguia ver o seu rosto. Então, me sentei na cama, dispus o gravador entre nós, e ele, mais uma vez, levantou-se (percebendo que a minha cabeça batia no teto da cama superior), levantou a grade da cama, que estava sem colchão e voltou para a mesma posição.

Olhou para o gravador e foi falando: *Fui dormir ontem era dez horas. Os ‘homem’ veio aqui. Esclareceu: os policial, os homem de preto (pausa) chama assim (pausa) o educador chegou (pausa) os pirraia tava tudo aqui em cima (pausa) porque os pirraia tava tudo fumando maconha aqui em cima (pausa) chamou depois eu lá embaixo (pausa) continuei assistindo televisão (pausa) já tava lá embaixo. Eu me invoquei ontem (nesse momento fomos interrompidos por um adolescente que foi buscar cigarro) Aí pegou os pirraia e botou tudo no canto da parede encostado (pausa) e deu um tapa na minha cabeça...páaaa (gesticulou mostrando como foi o tapa) eu não tinha nada a ver (pausa) deu uma tapa na minha cabeça (pausa) fiquei com uma raiva do caramba do educador (pausa) na troca de plantão (pausa) não fiz nada (pausa) continuei assistindo (pausa) de boa (pausa). Fiquei calado (pausa), na minha. Perguntei sobre o que ele pensava sobre isso. Mas (gaguejou) mas eu não fiz nada não (pausa) voltei do colégio (pausa) na real, já tinha usado (pausa) na hora não. De boa (pausa) sem barulho (pausa) pra ficar suave. Num é que tá certo (pausa). Eu acho que não é certo, não tá certo. Eu sei. Eu reconheço direto isso. Sei que fumar (pausa) maconha aqui dentro é errado, nós mesmo acha, mas pode chamar “na moral” (pausa) os pirraia ia abraçar a idéia (pausa) na moral. (fica olhando para cima e para o lado, sem olhar para mim) mas chama a polícia e já chega dando nos pirraia. Ôxe! Já chega aqui esculhambando (pausa) o jeito que eles chega aqui (pausa) pensa que os cara não têm mãe nem pai (pausa) já quer dar no cara (pausa) nós não é ‘cão-sem-dono’. Num dá tempo da gente falar nada pra eles. Vem logo na porrada.*

No nosso segundo encontro, Fernando traz um episódio ocorrido na noite anterior em que policiais foram acionados por funcionários da casa de acolhida porque os adolescentes estavam fazendo uso de drogas no interior da casa. Apesar do reconhecimento de uma violação às normas em que **“fumar maconha na casa é errado”**, o adolescente questiona os métodos utilizados, revivendo as agressões e humilhações dispensadas pelos policiais a si e aos companheiros, compondo um cenário que remete a um modelo de atendimento que atualiza o sistema correcional repressivo característico do antigo Código de Menores, cujos mecanismos de controle e submissão baseados na violência são uma afronta ao conjunto de direitos preconizados no reordenamento institucional trazido pelo ECA.

Tais dispositivos presentes no atendimento de adolescentes que se encontram sob medida protetiva parecem alinhar-se àqueles dispensados a adolescentes que se encontram recolhidos em unidades de internamento para o cumprimento de medidas socioeducativas. Vê-se, então, que, independentemente dos espaços institucionais em que se encontrem, os adolescentes permanecem submetidos à mesma lógica reprodutora de identidades delinquentes que orientou o sistema FEBEM (RIZZINI, 1993).

Fernando manifesta um sentimento de revolta diante dos “métodos” utilizados pelos policiais, alegando a possibilidade de outras intervenções em que o **“chamar na moral”** parece indicar a necessidade do diálogo e do respeito no trato com adolescentes que não são **“cães-sem-dono”** e têm **“pai e mãe”** - evocando referências simbólicas de pertencimento e proteção – e não podem ser apenas vistos e estigmatizados como autores de atos infracionais. Importante se faz compreender como os elementos presentes na cultura institucional são

articulados subjetivamente pelo adolescente na busca de novos significados para dar conta de tais experiências. Neste sentido, Fernando constrói sua versão sobre a violência policial na casa de acolhida que, embora histórica e culturalmente localizada, é reconstruída narrativamente pelo adolescente e ressignificada a partir de suas próprias crenças e objetivos numa perspectiva de negociação e superação das adversidades.

Por isso altos pirraia é revoltado (pausa) compra mesmo revólver para matar policial (pausa) matar policial. Não é pra trocar tiro com outros bandidos não (pausa) é os policial. Quando entra na favela, já chega botando pra f... na real (pausa). Eu fico (pausa) até o cara dizer sem ter feito p... nenhuma (pausa) eu tenho raiva de policial (pausa) se acha o tal , se acha tudo (pausa) só porque tá com a farda e o revólver (pausa) por isso, quando eu tô muito doido (pausa) tô drogado e pronto (pausa) eu fico drogado (pausa) pronto (pausa) eu esculhambo mesmo e vou embora (pausa) corro e vou embora correndo pro abrigo. Faço mesmo! (gesticula o tempo todo, de modo agitado) Na moral. Só porque tá com farda, é? (pausa) Pensa que polícia vai resolver (pausa) Chama logo os policial (começa a imitar os educadores e imposta a voz). Tá usando droga? chama a policia, leva pra GPCA⁴⁷. Olhe! Já deram choque nos pirraia aqui dormindo, deram logo uma injeção (pausa) injeção de frente (pausa) no pirraia, dormindo (pausa) e ele ficou aí dormindo depois dizer que ele é doido (pausa) e não contar na GPCA. Olhe!, veja só...o pirraia ia pra GPCA mostrar as marcas que eles deixaram. Por isso os pirraia é revoltado. Esculhamba mesmo sem dó. São um bando de otário esses educador. Quando a gente chega perto deles, eles sai logo, pensa que a gente vai roubar eles (pausa) mas não. Não gostam muito da gente não. Nem sei por que eles tão ali. Nada a ver. Quando chega, pensa que a gente é um bicho (pausa) assustado. Quem manda é eu (pausa) tá dominado. Fecha portão, grade, a polícia. Eles chama o policial (pausa) pega a cola. Vocês conversam antes? Que conversa? Não sabe o que é isso não (pausa) a gente tem de se virar sozinho. É assim, ruim com ele, mais pior sem ele, né? (o abrigo) Eu fico embrasado. Aqui só tem dois cara que presta (pausa) o resto não presta. Não dá pra confiar. (Fernando demonstra exaustão e se encosta novamente na parede e se cala) Alguns educador são limpeza, altas limpeza (pausa), mas outros não têm nada a ver (pausa) não sou chegado a esse plantão de hoje não. Eu espero que eles façam alguma coisa, que ajudem (pausa), mas querem ver o mal. Olhe! Nem sei quanto processo eu tenho não. Não tirei minha identidade (pausa) nada. Minhas fotos e meu registro (pausa) quero me alistar no exército (pausa) forças armadas. Eu sei que por aí (pausa) aqui mesmo (pausa) não tem nada pra dar. Só cadeia e cemitério. Vou pro exército. Eu sei que aqui não tem nada prá dá não (pausa) vou ter o meu destino, vêi (pausa) eu tenho que conseguir (bocejo). Já tentaram me botar pra fora, mas tô aqui com ordem judicial (pausa) ordem judicial (fala alto) só quando o juiz mandar eu sair (pausa) de boa (pausa) não são eles. Eles querem dar um jeito pra me tirar daqui. Mas eu queria ter um jeito de sair daqui (pausa) só na boa (pausa) não pra morrer na comunidade que me criou.

Em sua narrativa sobre a casa de acolhida, o foco do adolescente se concentra nas experiências com a violência sofrida, evocando mais elementos que contextualizam as ações dos policiais como mecanismos discursivos de um poder instituído com desdobramentos para a conduta dos próprios adolescentes acolhidos. Em tom de voz alto, Fernando traz as vozes dos companheiros para expressar a revolta e um desejo de fazer “justiça” com as próprias mãos, enunciando uma resistência “dramática” a uma violência que comunica um modo de organização das relações interpessoais vigentes no contexto de acolhimento.

⁴⁷ Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente.

A narrativa do adolescente é marcada por um esforço para se fazer compreender pela interlocutora, deixando entrever um desejo de escuta, de compartilhamento e credibilidade para com o vivido. Em seu relato, Fernando traz inúmeras violações de direitos, incluindo práticas de tortura promovida por policiais nas abordagens dentro da casa de acolhida, circunscrevendo um ambiente de terror que reforça o descrédito nas instituições que deveriam protegê-los e reedita práticas historicamente situadas. Dessa forma, atualiza a “cultura da cadeia” (SOUZA, 2008, *apud* YOKOY; OLIVEIRA, 2008), que consolida uma identidade infratora e dificulta a promoção de descontinuidades na criminalidade. (YOKOY; OLIVEIRA, 2008).

Dentre as dificuldades narradas, a figura do educador adquire centralidade, sobretudo pela presença cotidiana de tais profissionais na casa de acolhida e pela expectativa institucional do trato direto com os adolescentes. Contudo, Fernando relata que a convivência que viabiliza o processo educativo é tensa em função de preconceitos que impedem até mesmo uma aproximação física entre eles. O adolescente questiona “**por que eles** [educadores] **estão ali**”, uma vez que não demonstram qualquer interesse em construir vínculos e se afastam dos adolescentes de modo assustado, como se estes fossem “**bichos**”. Na ausência de canais de diálogo, prevalece uma prática educativa repressora e de dominação que os classifica como “perigosos”, atualizando o Código de Menores.

Apesar das dificuldades enfrentadas no contexto do acolhimento institucional, a possibilidade de vinculações positivadas se faz presente e Fernando fala sobre educadores “**que prestam**”, demonstrando que é possível a constituição de tais vínculos entre funcionários e acolhidos. Com efeito, o trabalho educativo com sujeitos cujas referências afetivas com a família foram enfraquecidas ou rompidas é tarefa que exige um suporte permanente, que, na visão de Carvalho *et al.* (2006), pode vir a ser constituído por um adulto disponível para escutar e compartilhar com os adolescentes suas experiências e ainda orientado por um projeto político-pedagógico que anuncie a qualidade das ações desenvolvidas.

Como o tempo de permanência de tais sujeitos na casa de acolhida se condiciona à superação dos problemas no âmbito familiar que os afastaram do referido grupo, para alguns o acolhimento poderá se estender e representar uma possibilidade valiosa para a construção de um projeto de vida independente. Daí, a expectativa de que os educadores e técnicos “**façam alguma coisa**”, “**que ajudem**” se manter, como elemento presente no discurso de Fernando. Expectativas construídas de modo contraditório diante de um “**mal**” que os rodeia, traduzido pela ausência de uma parceria que permita a construção de laços de confiança e possibilite o

rompimento com referenciais negativos que atuam como circunscritores na construção da subjetividade dos adolescentes e da cultura institucional.

Pergunto para Fernando sobre as lembranças que ele traz da comunidade em que viveu (havia muito barulho na casa). Ele diz: *Na minha comunidade não tinha nada de bom* (dá ênfase, soletrando o “nada de bom”). Peço que fale sobre a saída de casa. *Eu saí de lá porque era uma guerra. Os cara fazia uma guerra prá tomar a boca do outro. O adolescente morre. Não queria acabar nessa realidade* (pausa) *sempre morre* (pausa) *vai preso* (pausa) *Altos garotos morrendo por nada. Morrer assim* (pausa) *causa de nada. Eu olhei assim, ôxe! não tenho lembrança boa nenhuma* (pausa) *num brinquei, num fiz nada, e as coisa fica na mente* (pausa) *o que aconteceu, o que ia acontecer comigo* (pausa) *se eu ficasse ali. Eu queria sair dali* (pausa) *consegui* (pausa) *eu consegui* (pausa) *num volto mais nunca. Perdo nada! Passei três meses na rua direto* (pausa). *Tempo na rua, só naquela* (pausa) *usando droga. Já não aguentava mais. E então? E daí? Eu fui direto pro Recifazer⁴⁸, fiquei lá e de lá* (pausa) *lá eu brigava com os pirraia, os pirraia dos abrigos ia pra lá usar droga e bater nos outros pirraia. Não deixava não. Depois usava droga, ôxe! ia roubar do lado do abrigo* (pausa) *vacilo. Ficava olhando assim, eles estava errado roubar* (pausa) *do lado do abrigo. É assim* (pausa) *veja só: O que tiver por aqui por Afogados, só sobra pro abrigo, se matou, roubou* (pausa) *quem roubou aqui descontam na gente. Altas briga. Já apanhei também, mas nunca roubei aqui não.*

A passagem pelo Recifazer permite um estreitamento dos laços com o universo das instituições de acolhimento e com seus pares. As práticas de violência e transgressões compartilhadas pelos adolescentes e trazidas por Fernando evidenciam um tempo esvaziado de atividades educativas e expressam a fragilidade do atendimento prestado. Na ausência de um projeto político-pedagógico que lhe permita construir novos projetos de vida e romper com os “lugares” sociais cristalizados que lhe atribuem uma identidade particular e o definem como sujeito fracassado, violento e perigoso, experimenta a rejeição alheia e o estigma de institucionalizado, de delinquente, inclusive na comunidade onde o que acontece de mau “**só sobra pro abrigo**”. Goffman (1982) propõe que o estigma não é atributo pessoal, mas se constitui como uma identidade forjada, uma marca social que define determinadas pessoas que se “desviam da norma”, e exige que se expressem a partir dessas inscrições, distinguindo-as das pessoas consideradas “normais”.

Na narrativa do adolescente, outras vozes sociais ecoam advindas de outros tantos espaços sociais: a instituição de acolhimento, a comunidade, o que empresta uma autoria coletiva ao seu relato e remete ao que Bakhtin (1992) denomina “polifonia”.

No Cenipe, ôxe! saí de lá branco (pausa) *via nem o sol. Era outra pessoa* (pausa) *não via a luz do sol* (pausa) *assim... eu me prejudiquei por causa disso. Não era pra ter medida socioeducativa não* (pausa) *pra mim só não. Sou marcado aqui. De vez em quando vem a minha orientadora conversar comigo aqui* (pausa) *acho que só ela vem. Pergunto se recebe visitas da família. Minha mãe não me visita não. É eu e eu só aqui. Não sei porque ela não vem* (pausa) *ela vinha* (pausa) *ela falava comigo, mas não veio mais, começou a chorar uma vez, ôxe! O cara passa um ano e seis*

⁴⁸ O Espaço Recifazer (IASC) destinava-se ao acolhimento noturno para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, entre 7 e 18 anos incompletos, em situação de rua e risco.

mês na rua sem dar as caras (pausa) sem ver a mãe do cara. A gente se esquece até da família (pausa) tá longe (pausa) de tudo. Olhe! Veja! Aqui mesmo podia ser muito diferente (pausa) ontem mesmo (pausa) eu não saí ontem não. Tá tudo nessa. Parado. Eu me acordo aí (pausa) amanhã já me acordo de cinco horas pro PSC (prestação de serviços à comunidade) e no outro dia também (pausa) ainda vou pro colégio. Isso tá me ajudando alguma coisa. Antes de eu sair do colégio (pausa) eu tô pensando em voltar pro colégio de novo. Aprender alguma coisa (pausa) Lá é (pausa) assim (pausa) bom. Tem um menino lá (pausa) não tenho amigo lá. Não gosto muito de fazer muita amizade não (pausa) não presta não. Sempre gostei de andar sozinho (pausa) só eu e eu mesmo e Alberto. Também estuda no colégio. Eu não sei não. Eu às vezes fico pensando, do jeito que eu sou assim, se me discriminarem (pausa) assim (pausa) abrigado, eu vou (pausa) começo a arrumar barulho. Por isso eu quero distância (pausa) senão vou ser expulso do colégio. Não sou chegado mais não. É melhor ficar longe.

Construindo sentidos sobre a sua condição na casa de acolhida, o adolescente diz-se “**marcado**”, possivelmente por ter sido encaminhado para o cumprimento de medida socioeducativa ao CENIPE⁴⁹, onde ficou internado por 52 dias em virtude de uma briga ocorrida na referida casa, em que quebrou uma vidraça e supostamente teria ameaçado um dos educadores. Traz o período de internação como um tempo de isolamento, de prejuízo e estranhamento de si mesmo, em que era uma “**outra pessoa**”, enclausurada e privada até mesmo de ver “**a luz do sol**”. Na narrativa deixa emergir temas que remetem a uma política socioeducativa⁵⁰ - destinada a adolescentes que cometem delitos e, assim, considerados “em conflito com a lei” – cuja organização parece afrontar direitos legalmente previstos num conjunto de ações que visam à prevenção e inclusão social de tais sujeitos⁵¹.

Por alguns momentos, não fica claro na narrativa se o adolescente fala da unidade de internamento provisório, onde existe privação de liberdade, ou se da casa de acolhida⁵², atribuindo a ambas o mesmo sentido de isolamento, que parece ir para além dos limites físicos

⁴⁹ Centro de Internação Provisória da FUNASE, que acolhe adolescentes infratores de 12 a 18 anos de idade, que respondem processo pela prática de ato infracional, privado de liberdade por determinação Judicial. A internação provisória não poderá exceder 45 dias e a proposta de atendimento prevê acompanhamento técnico, social, jurídico, psicológico, médico, odontológico, nutricional e pedagógico. Atividades internas nas áreas de educação, esporte, cultura e espiritual.

⁵⁰ Conjunto de ações que são realizadas no âmbito do poder público a partir da ocorrência de um acontecimento delituoso, que teve o adolescente como seu protagonista. (Guia Téorico e Prático de Medidas Sócioeducativas – ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente; UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2004), descritas a partir do artigo 112 do Estatuto (Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação).

⁵¹ Enquanto o adolescente estiver inserido na medida socioeducativa e na medida protetiva, não se pode obstar sua frequência aos cursos profissionalizantes, à escola e a sua participação em atividades recreativas, laborativas e esportivas. O objetivo é promovê-las e conciliá-las, para que o adolescente, em vista de suas necessidades e interesses, seja orientado e encontre meios de efetivar aquilo que lhe é transmitido no acompanhamento socioeducativo e terapêutico.

⁵² A cumulação das medidas protetiva e socioeducativa não impede que uma seja encerrada e a outra continue, visto que elas são independentes entre si.

das unidades, se estendendo ao simbólico, ao relacional. Fernando, que diz não saber o porquê de sua genitora não mais o visitar, e *“longe de tudo”*, experimenta um sentimento de solidão trazida pela falta de contato com a família, representada na figura materna, cujos vínculos parecem se fragilizar pela ausência de uma convivência que o faz *“esquecer de tudo [...] até da família”*. Como um contraponto à falta de visitas, Fernando atribui sentidos positivados às visitas da orientadora que o acompanha no cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, contudo relata um cotidiano que não prioriza processos de socialização como a escola, práticas esportivas, frequência a cursos, entre outros.

A exemplo da orientadora do PSC, a experiência escolar é trazida como parte integrante de uma rede de apoio⁵³, embora não deixe claro se está frequentando a escola ou não – possivelmente pelas constantes entradas e saída junto à casa de acolhida e, pelo fato de que, hipoteticamente, tal vinculação está relacionada ao próprio ambiente escolar, que nem sempre é atrativo para tais adolescentes pela carência de sentido –, refere a necessidade de *“aprender alguma coisa”*. A “imagem” da escola, compreendida como ambiente que possibilita o desenvolvimento é construída por Fernando de modo ambivalente (ARPINI, 2003), considerando a expectativa de uma discriminação pelo fato de estar *“abrigado”*, pelo próprio *“jeito de ser”*. Enuncia, assim, um estigma que o define por uma marca – a de acolhido institucional – e parece restringir espaços de sociabilidade e de inclusão. Ora, se as categorias exclusão/ inclusão são construções sociais e se articulam dialeticamente, significa dizer que se constituem na relação que mantêm entre si e não de modo isolado. Neste sentido a exclusão do adolescente – ainda que simbólica – do contexto escolar, traz implicações importantes, pois o desloca para outro lugar social: o do fracasso e da delinquência.

Nesse fragmento chama a atenção o modo como o adolescente faz a reflexão os próprios sentimentos. O “estranhamento” parece sinalizar um “olhar para si mesmo” a partir do “olhar do outro” que o desqualifica e marginaliza, remetendo a uma relação entre aspectos identitários e contextos socioculturais, em que as identidades refletem a organização social ao mesmo tempo em que reagem sobre ela (CIAMPA, 1989, 1998, *apud* ARPINI, 2003). Segundo Zaluar (1994), essa vivência em torno de uma expectativa social negativa tem caracterizado de modo significativo a trajetória desses adolescentes, influenciando e empobrecendo as perspectivas e as condições de existência de tais sujeitos com consequências para a construção de suas identidades.

⁵³ Categoria utilizada a partir de estudos desenvolvidos pelo CEP-RUA/UFRGS, em que os autores apontam, como componentes de uma rede de apoio social para o enfrentamento das situações de risco, os recursos acionados pelos jovens como os agrupamentos afetivos, econômicos e sociais através dos quais garantem sua sobrevivência e segurança.

Aqui mesmo (pausa) os pirraia sai tudinho por causa das drogas, usa droga na rua e volta, usa de novo, volta, sai, usa de novo, volta (pausa) pra não deixar aqui dentro. Dá um tempo (pausa longa) os cara usa três, quatro vez, não tem tempo certo não. Se tiver dinheiro, a gente sai. Não devia sair assim não. Eu dizia logo: Vai sair? é meia hora. Se não chegar, fica na rua. Pronto. Ia se tocar. Apertando. Ôxe! Muitos e muitos ia mudar de vida, mas só vê o que nos faz de errado. Queria mudar de vida. Nessa vida só vai dar dois destino: cadeia e cemitério. Os cara não tão nem aí (pausa) educador (pausa) ôxe! Tinha educador que vinha aqui de revólver (pausa) com uma máquina. Fiquei afastado, fiquei mais afastado dele (pausa). Meu negocio é usar. Os maior acha que é melhor que os pirraia, eles têm tudo, os adultos (pausa) Só nós que não presta. Eles têm tudo e a gente nada (pausa) Eles aí, tudo com roupa de marca, de boa e a gente f... Por isso é assim: se reagir na ação vai virar pó... nunca reaja ou, pou, pou. (imita o som de disparos de arma de fogo) Não dá nada prá eles – adolescentes - Nunca reaja numa ação (pausa) nunca reaja (pausa) vai virar pó. São diferente de nós. Eles aí, tudo com roupa de marca. Por isso sempre gostei de invadir casa (pausa) só na madrugada (pausa) mas só roubava. Eu sei escalar (pausa) dinheiro, celular, depois ia me embora. Hoje mais não (pausa) deixa pra lá. Não dava nada que eu era de menor. Os adulto pega o menor e diz: diz que foi tu e a gente divide, porque não dá nada pros pirraia não. Não dá nada pra nós não. O de maior pega o de menor pra roubar e a gente é que não presta. Não é de menor que mata não, nem é de favela que mata. Muitas e muitas vezes é “filho de papai” que mata, aí eles passa a mão por cima. Eu já vi até policial comprar droga a mim lá na minha comunidade (pausa) eu comprei policial. É tudo igual. Eles tão mais errado do que nós e eu queria tanto que eles tivessem certo (pausa longa). E acha que eles têm moral sobre nós (pausa) por isso que eu digo: policial não presta (pausa) não presta.

Prossegue com a narrativa sobre a casa de acolhida, relatando as constantes saídas dos companheiros para as ruas **“por causa das drogas”**, cujo movimento recorrente sinaliza o uso intenso de tais substâncias e ainda acordos firmados entre educadores e adolescentes, estes que entram e saem da casa diversas vezes durante o dia sempre que dispõem de drogas – **“pra não deixá-las dentro”** da casa - ou do dinheiro para adquiri-las. Contudo, o adolescente “reclama” uma postura diferente por parte dos educadores, e, num tom de voz austero, “assume” – performática e discursivamente - a posição de um educador para dizer que as entradas e saídas da casa de acolhida deveriam ser tratadas com rigor e dentro de um limite de tempo, o que parece sinalizar um desejo de cuidado, interesse e compartilhamento de experiências, num contraponto a atitudes de negligência que se traduzem, sobretudo, na ausência de um processo educativo.

As vivências com situações de violência e drogadição em diferentes contextos, como a família, a comunidade de origem e as instituições, são significadas pelo adolescente como um caminho sem volta que acena para um desfecho nefasto: **“cadeia e cemitério”**. Contudo, Fernando afirma o desejo de **“mudar de vida”**, romper com um destino anunciado nas experiências de delinquência e criminalidade. Empréstando um tom de desesperança ao seu discurso, Fernando traz uma situação que problematiza o papel do educador, sua capacitação técnica e sua vinculação com a instituição, relatando um fato cuja inadequação e gravidade dispensa comentários: a presença de educador portando arma na casa de acolhida, numa

atitude que utiliza a violência como medida de prevenção à violência, fomentando um ciclo que em nada contribui para a proteção e a superação do contexto que levou à aplicação da medida protetiva aos adolescentes, mas, ao contrário, promove novas formas de violação de direitos. Observa-se que, mesmo sob “medida de proteção”, tais adolescentes ainda não são vistos em sua condição de cidadãos, mas como sujeitos “perigosos” pelas histórias de vida que carregam.

Diante de uma situação de risco iminente, Fernando relata que busca se afastar do educador, construindo sentidos sobre uma convivência improvável com os adultos, os seus alteres, que legalmente assumem a sua representação e os seus interesses, em função de uma menoridade jurídica que os incapacita de expressão e os invisibiliza (CASTRO, 2008). Na ausência de projetos sociais compartilhados, a condição de “inferioridade” dos adolescentes, que **“nada”** têm, em relação aos adultos, que **“têm tudo”** é uma construção social, cujas significações são fornecidas por canalizações culturais que se situam para além dos diferentes níveis de carência identificadas. A “recomendação” de que não se deve reagir diante de uma **“ação”** sob o risco de **“virar pó”** expõe uma crueldade que parece equivaler às humilhações sofridas no confronto com a opulência e a ostentação daqueles com os quais não se identifica, pois **“são diferentes”**. Fernando ilustra os delitos praticados, com objetivos que parecem apontar para o acesso e conquista de bens de consumo: **“dinheiro, celular, roupa de marca”**. As práticas delituosas parecem viabilizar uma afirmação social pela inserção na cultura do consumo (BRUNER, 2001), num contexto de desigualdade em que se vê privado das condições de acesso pelas vias normativas.

As práticas de infração relatadas por Fernando são trazidas num contexto em que o “adulto” não só compartilha e usufrui, mas se utiliza dos dispositivos jurídicos especiais de proteção à população infanto-juvenil que a isenta de responsabilidade penal ou criminal. O sentimento de impunidade que permeia a expressão do adolescente – **“não dá nada pra nós não”** – parece se relacionar com o fato de que não pode ser inserido no sistema prisional, contudo a compreensão de Fernando parece refletir um preconceito sobre uma suposta impunidade desses jovens – que perpassa discursos sociais apoiados na lógica do antigo Código de Menores – por uma leitura equivocada da legislação especial que os alcança e prevê medidas de responsabilização social para os mesmos (ECA), agora na condição de sujeitos.

Na esteira da desigualdade de classes numa sociedade cuja ordem é dominada pela lógica do consumo, Fernando sustenta que invadia casas e roubava para adquirir objetos e dinheiro, tomando, pela via da infração, o que, supostamente, lhe estaria sendo “negado”.

Contudo, tais práticas não incluem a intenção de matar, violência máxima atribuída aos **“filhos de papai”**, que gozam de uma impunidade presumida por pertencerem a estratos sociais mais elevados. Corroborando tal afirmação, Adorno (2002) aponta que, no Brasil, crianças e adolescentes são mais vítimas do que autores de práticas violentas, sendo pequeno o número daqueles que cometem homicídios, contudo chama a atenção para o fato de que a mobilização social é maior quando tais práticas têm adolescentes como seus autores. Representando o poder público no controle da ordem social, o aparato policial é visto por Fernando como conivente na medida em que **“passa a mão por cima”** dos delitos praticados por jovens abastados e, ao mesmo tempo corruptos, pelos acordos que fazem com traficantes, numa clara transgressão da lei em benefício do crime. Fernando observa que os policiais estão **“mais errados”** que os adolescentes – e **“queria tanto que tivessem certos”** – por tornarem ilegítima a representação do Estado que, na prática policial, surge como corrupto e repressor.

Pergunto sobre o que ele vive de bom em suas experiências de vida. O que é bom na sua vida? o que dá prá acreditar, sonhar, planejar. *Faz tempo que eu parei de estudar. Entrei agora na escola (pausa) só entrei mais porque tô fazendo esse negócio no Geraldão⁵⁴ (PSC) e quando sair de maior (pausa) já alistado (olha pra mim) direto pro Exército quando tiver de maior. Tô tranquilo só porque vou entrar no Exército.* Pergunto sobre a sua escolha. *Porque lá, ao menos, cara (pausa) fico olhando assim (pausa) uma coisa de sobrevivência pro cara (pausa) quero ir pro Exército (pausa). É importante. É diferente do policial.* Pergunto o que para ele é diferente. *Veja! o Exército é diferente (pausa) que eles têm regra. Os policial têm regra não. A regra é deles, se pegar na rua dá-lhe prá f...encontra na rua e dá-lhe até matar. O soldado vai parar ninguém, dar em ninguém. Por isso o cara que vai pro exército. Não vai obedecer os policial. Não! Se reclamar com o cara (pausa) É policial? eu sou do Exército. E cala eles. É da mesma altura deles. Por isso que (pausa) quero entrar no exército (pausa) vou dizer umas verdades (pausa) pronto.* Pergunto sobre quem mais ou o que o ajuda no projeto de vida. *É V., minha orientadora lá do juizado. Ela tá acreditando em mim e me ajudando (pausa). Se fosse por eles (educadores) eu não tava nem na porta do colégio. Eu tô acreditando em mim por causa de V.* Pergunto se, além da escola, existiria outro espaço de ajuda para o seu projeto. Ele diz: *Eu não vou mais pro Caps (pausa) porque eu tava sentado na cadeira aí, o pirraia começou a me catucar (pausa). Eu não gostei (pausa) Deu uma lapada em mim, aí eu fui me embora e num voltei mais e pá. Num vou nem no portão (pausa) ninguém falou nada aqui. Eu queria voltar. Por mim eu voltava (pausa) O cara vai encarar como um desafio. Aí a gente consegue, cara. Vai se esquecendo da droga aos pouco. Os pirraia gosta de esportes. Devia ter aqui. Ôxe! Aqui devia ser um abrigo bom. Se eu fosse diretor eu dizia assim: Vou mudar isso tudinho! Ou é do meu jeito que eu sou diretor, ou é nada.* Pergunto o que ele faria. *Mudava (pausa) botava logo tudinho na escola (pausa) tudinho. Ia matricular e ficar vendo os andares deles. Fazendo relatório e se está bem não deixar faltar nada (pausa) porque (pausa) os cara não conversa com nós não. Sabe nada da gente. Se parasse pra conversar mesmo (pausa) essa casa mudava (pausa). Tá precisando de regra (pausa) é tudo solto (pausa) tinha que “acoxar”. Num instante ele volta pro lugar (pausa) dar aula. Pegar esses pirraia aí tudinho (pausa) levar pra praia, conversar. Dia de sexta-feira (pausa) era bom (pausa) Agora não tem nada. Mas não leva mais a gente (pausa) não tem praia mais. Num leva mais a gente pra passeio, não joga mais bola de pé com a gente. Ôxe! Eu num faço mais nada (pausa) só as polícia pros pirraia. Mas eu não sou nada, né? (pausa) sou de menor.*

⁵⁴ O Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães é o núcleo que coordena as políticas esportivas da gestão municipal (Prefeitura da Cidade do Recife).

Sobre as vivências positivas e os planos para o futuro, Fernando traz a imagem da escola associada à mudança de vida, contudo, entre as diversas tentativas de frequentar o referido contexto, deixa entrever uma incerteza com tal vinculação, que, no seu caso concreto, corresponde a uma exigência no cumprimento da prestação de serviços à comunidade (PSC) e ao desejo de ingressar no Exército **“quando tiver de maior”**. Pressionado por uma maioria que se avizinha, o desejo de inserção nas Forças Armadas é trazido como possibilidade de sobrevivência, a garantia do próprio sustento e, possivelmente, a construção de novos vínculos de pertencimento que permitam uma ressignificação das experiências vividas. O convívio com o aparato policial durante a sua trajetória de vida, como um “fora-da-lei” parece deixar marcas que influenciam seus planos futuros. Na condição de “soldado”, vislumbra a possibilidade de não mais se “proteger” da violência policial, mas enfrentá-la, “dentro da lei” e em igualdade de condições, **“dizer-lhe umas verdades”** com a prerrogativa de utilizar-se dos mecanismos de coerção para afirmar um poder, agora autorizado legalmente.

Num contraponto à falta de um apoio por parte dos profissionais da casa, Fernando reitera, mais uma vez, a figura da orientadora do PSC como incentivadora aos novos projetos de vida, que **“acredita e ajuda”** o adolescente no acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa. Observa-se que a inserção do adolescente em outros contextos importantes, como o CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) para tratamento da drogadição, e a escola parecem funcionar de modo desarticulado e frágil. Apesar da localização privilegiada do CAPS, que se situa na mesma rua da casa de acolhida, o adolescente relata uma desistência em participar do programa por uma desavença com outro adolescente, demonstrando, contudo, que a sua saída parece não ter sido objeto de interesse dos profissionais que o atendiam, bem como por parte da casa que o acolhe, o que é trazido com sentimento de desamparo.

Embora expresse o desejo de retomar a sua participação, sabe-se que a drogadição se inscreve a partir das experiências singulares dos sujeitos inseridos em contextos específicos, cujos significados podem estar relacionados a diferentes razões: pressão dos pares, sensação de prazer imediato, a busca de um alívio para as dores inscritas no enfrentamento de dificuldades cotidianas e os apelos de uma sociedade de consumo, entre outras (SILVEIRA e SILVEIRA, 1999, *apud* CRIVES; DIMENSTEIN, 2003). O desejo de romper com a drogadição representa, para Fernando, um **“desafio”** possível de ser enfrentado e superado, desde que possa ter acesso a um atendimento que articule recursos humanos/materiais/simbólicos que considerem a complexidade da questão e promovam compartilhamentos que viabilizem laços de confiança.

Narrando sobre o desafio de romper com a drogadição, Fernando parece assumir uma representação dos **“pirraia”** - talvez por se considerar mais velho ou mais experiente que os outros acolhidos, uma vez que foi um dos primeiros a chegar à casa. Fala sobre o interesse dos companheiros pelas práticas esportivas na constituição de um **“abrigo bom”**, um contexto lúdico de desenvolvimento de potencialidades e compartilhamentos, cujo investimento responsável poderia fortalecer vínculos saudáveis, num contraponto ao ócio da casa de acolhida e mesmo aos vínculos com a rua.

O adolescente prossegue em sua incursão para “construir” o “abrigo” ideal e, na esteira das mudanças desejadas, a vinculação com a escola é reiterada. Para ilustrar, Fernando assume, performativamente, a condição de “diretor” – sustentando uma autoridade “adulta” –, contudo parece reproduzir a mesma lógica da qual é tributário, quando menciona (em tom de voz alto) que tal vinculação seria obrigatória, dentro de regras estabelecidas e com acompanhamento constante. No projeto de Fernando, o empenho exigido para o bom desempenho escolar dos **“pirraia”** não exclui momentos de diálogo e entendimento, diversão e de lazer.

4.2.3 Alberto: “[...] quando eu sair (do abrigo) vou ser Alberto de novo”

No abrigo, o movimento estava muito intenso e decidiu-se conversar na biblioteca pública, onde o administrador mostrou-se bastante receptivo e, dessa vez, recomendou uma sala mais reservada para a entrevista. O espaço oferecido foi uma sala ampla, climatizada e muito confortável. Uma vez que no encontro anterior, o adolescente havia falado sobre o gosto pelo desenho, foi-lhe oferecido um caderno, lápis e borracha. Ele abriu o caderno e, enquanto conversava com a pesquisadora, começou a desenhar e somente parou no final da entrevista.

Pergunto como foi a sua entrada no abrigo. Qualquer abrigo de Recife desde os sete anos. Eu, Alberto (pausa) D. é outro. Pergunto quem é esse outro D. Diz: D. sou eu, meu nome, esse negócio de D. não existe, mas eu gosto de Alberto (pausa) quando eu sair vou ser Alberto de novo (pausa) diferente, como eu era antes. E como era ser Alberto? Como? Alberto sou eu (pausa) em casa, lá na comunidade. Eu prefiro. Era mais suave. Mas eu entrei no abrigo porque não tinha condição. Dormia na rua. Não tinha nada pra eu fazer. Nada. Eu saía direto, dormia também na rua. Ninguém se preocupava comigo mesmo. Vivia por aí jogado (pausa) dava problema. Nem tia, nem pai nem nada (pausa) só rua. Esse ano encontrei uma comunidade que me levou na cidade e me levou pro abrigo (CPP – Comunidade dos Pequenos Profetas – ONG). Depois esses tempo todinho que ele me encontraram lá na cidade, começou a conversar e tal. Eu nem sabia que ele ia me levar pro abrigo. Levava pra lá, deixava a gente tomar banho (pausa) tranquilo. Perguntava que se eu queria trabalhar, estudar, fazer visita em casa, mas ele não tinha como fazer não. Como assim? Pergunto. Mas “ele” não tinha como voltar porque era ameaçado em casa.

Que ameaça? Porque eu era algum suspeito de roubar lá. Fizeram uma visita na casa da minha tia (pausa) assim (pausa) quando minha mãe faleceu, ela não gostou de mim não (pausa) ela deixou de falar comigo (pausa) esse anos todinho (pausa) depois ela me aceitou de novo. Aí eu voltei. Eu fiquei por aí, foi indo e voltando, indo e voltando, depois fiquei na rua de vez mesmo. Porque eu roubava pra comprar droga na comunidade.

Órfão de mãe, Alberto relata que o nome que lhe foi dado desde o ingresso nas casas de acolhida refere-se a **“outra”** pessoa, como uma personagem que só existe no circuito institucional, sustentando o nome de origem como a sua verdadeira “identidade”, mais **“suave”**, na perspectiva de um retorno ao universo familiar e comunitário, com a chegada da maioridade. Tais aspectos subjetivos guardam relação com questões identitárias, e, neste sentido, Ciampa (2001) argumenta que a identidade indica possibilidades de representação para cada um e é multifatorial e flexível, uma vez que se relaciona aos diferentes papéis assumidos durante a vida.

Nas ruas desde os sete anos de idade, Alberto foi acolhido pela primeira vez numa ONG após ter sido abordado por educadores de rua, cuja metodologia de trabalho parece organizar-se em torno de uma “conquista” gradativa até o acolhimento propriamente dito. Alberto refere-se a si mesmo na “terceira pessoa” para falar da ameaça de morte que o impediu de retornar à comunidade de origem. As visitas à família, como parte do processo de reinserção, parecem ter sido inviabilizadas pela fragilidade de tais vínculos. Contudo, observa-se que, no movimento intermitente entre a casa da família e a rua, que sugere uma fluidez de tais fronteiras, os laços comunitários se mantêm como referências identitárias de pertencimento e compartilhamento de experiências.

Como é a sua história no abrigo? No abrigo é muito mais assim (pausa) não tem nada pra fazer, aí o cara meio fica agoniado. Querendo sair (pausa) fica só nessa. Educador é a coisa melhor, mas educador é muito chato. Não gosto da forma deles não. Não conversa com nós. Nós não é criança. Fica aqui, faz isso. Nós num é planta pra ficar num canto. Entrega todo mundo. Eles só reclamam, mas não têm moral. Diz uma coisa pra nós e faz outra. Trabalhar como educador jamais (pausa) desprezo. Já quis (pausa), mas agora não. Tão com nada. Agora mesmo os menino tão lá dentro no Casarão, fazendo o quê? tomando droga, cheirando cola, maconha. Pra matar o tempo. Sem droga eles não consegue não (pausa) Começaram de ontem pra hoje e num pararam ainda por aí, mas não pode. Pergunto sobre a sua experiência com drogas. Pela primeira vez os cara experimenta e deixa o cara muito doido e fica meio complicado. Os cara fica assim, tonto, rodando a cabeça (pausa) viajando. Um mexe a mão, outro vê coisa. Quando o cara fuma dá sarro (fome), mas cola não (pausa), mas maconha dá fome. Fica tudo viajando. Ninguém pra fazer (pausa) conversar (pausa) os menino fala muita besteira (pausa) não dá pra entender nada. (pausa) Tudo doidão (pausa) Quando eu falo com Fernando, eu digo mesmo a ele: vamos começar a andar, estudar, deixar essa coisa (pausa) de droga (pausa), mas é difícil. Pergunto como é a relação com os companheiros no abrigo. Quando eu tô no abrigo, eu tô acompanhado, quando não tô, fico assim (pausa) mais livre (pausa) tranquilo, suave. Não tem erro não. A gente conversa. Pede, “arreia” por aí pela praça (pausa) dorme. A gente fica ali (pausa) na praça. É nossa casa também. Na comunidade todinha (pausa) é nossa casa também. Amigo aqui é pra cheirar cola (pausa) muito louco esses cara (pausa) quando briga, briga

geral, quebra tudo (pausa) aí os educador chama a polícia. Eu não gosto de policial. Mas é um trabalho que pode ajudar as pessoas. Como podem ajudar? Aí o cara tem que fazer o quê? Tem que estudar, mas não quero ser policial, não gosto de policial. Meu gosto não é esse não (pausa) só sabe pegar na arma pra se amostrar. Coisa mais ridícula. Pra mim eles são (pausa) eles são violentos. Faz a ronda deles e daí vai prá cima dos cara das favelas, dão porrada e vão se embora. Eles chega logo abordando tudo, mão na parede, abre as pernas (imita a ação policial). Uma vez que eu ia sair, já me pegaram lá na frente (pausa) eu mais três pirraia. A gente tava indo pra parada do ônibus (pausa) a gente mora ali. Aí ele disse que a gente era ladrão e levou pro Reciclar (pausa) como se fosse bandido (pausa) de qualquer jeito (pausa) confundiram com um bandido. Olharam a ficha e nada. Tudo tranquilo. Como você se sentiu? Fui pego pela primeira vez (pausa) fui pego onde eu moro. (pausa) Ôxe! Por causa de brincadeira (pausa) de criança (pausa) de dar murro no outro. Eles chegaram e (pausa) - Vocês tá roubando por aqui. Danou-se! (levanta a cabeça) A gente não pode correr, não é? Um pouquinho (pausa) Se correr a gente tá roubando (pausa) Ôxe! Nem pode ficar à vontade na comunidade (pausa) tem que ficar à vontade (pausa) não é local deles.

Alberto fala de um cotidiano no “abrigo” permeado pelo ócio que o **“agonia”** e o impele a sair em busca de novos sentidos para o cotidiano. A exemplo dos companheiros entrevistados, tal rotina é associada à figura do educador, que é trazida com certa ambiguidade, caracterizada pelo reconhecimento de que o mesmo faz parte de um equipamento de proteção e, ao mesmo tempo, aciona intervenções que não permitem a constituição de laços de confiança e respeito. Neste sentido, Alberto refere-se a um “vazio” de autoridade que, por fundar-se tão somente na norma, não alcança uma vinculação significativa para o adolescente.

A falta de **“moral”** dos educadores para com os adolescentes é ilustrada na ausência do exercício de uma responsabilidade que lhes cabe – na suposição de um alinhamento aos objetivos institucionais -, como a construção de atividades educativas na casa de acolhida que contribuam para uma desvinculação dos adolescentes com a rua e a drogadição, para que tais indivíduos possam ressignificar suas experiências e fortalecer uma autonomia nos diferentes aspectos da vida social.

Segundo Rizzini (1996), apesar da prerrogativa do cuidado dos educadores no trato com crianças e adolescentes, a utilização de práticas autoritárias tem sido frequente, o que nos remete ao perfil dos educadores que lidam diretamente com os adolescentes acolhidos. Queixando-se da falta de uma abertura ao diálogo por parte dos educadores, Alberto parece enunciar a falta de uma disponibilidade e de experiência que contribuem para a constituição de um ambiente extremamente controlador e impessoal.

Durante o tempo da entrevista, Alberto relata que os companheiros estavam usando drogas naquele momento num espaço administrado pelo próprio IASC e que se localiza na rua da casa de acolhida. Reunidos **“pra matar o tempo”**, **“viajando”** para além da falta de alternativas e, possivelmente, para aliviar um sofrimento decorrente das tensões no

enfrentamento das dificuldades cotidianas. Tal cenário nos leva a pensar sobre o tipo de atendimento que vem sendo dispensado aos adolescentes nas casas de acolhida e quais as diferenças que apresentam em relação às antigas práticas das instituições totais (GOFFMAN, 1974), além da provisão básica de alimentação e moradia.

A relação com os companheiros da casa de acolhida é trazida como **“normal”** pelo adolescente, que admite sentir-se mais tranquilo quando está só, talvez por conta dos constantes conflitos que resultam na chamada de policiais por parte dos educadores e mesmo por algumas características pessoais que lhe conferem uma postura mais reservada. Refere-se a situações prazerosas junto aos pares nas incursões pelos arredores da casa de acolhida, em que a praça é o espaço privilegiado de convívio, onde pedem dinheiro aos transeuntes e se divertem, emprestando ao conceito de **“comunidade”** um sentido de pertencimento e apropriação do espaço por onde circulam, território onde se localiza a **“casa”** que os abriga. O sentimento de amizade é associado aos momentos do compartilhamento de drogas com os companheiros. A violência surge de modo contextualizado nas interações com os pares, os funcionários da casa de acolhida e policiais, de cuja prática diz **“não gostar”**, embora signifique como importante o papel da polícia de **“ajudar as pessoas”**, construindo sentidos que enunciam uma distinção entre a instituição policial que protege os cidadãos e as intervenções repressivas e discriminatórias de alguns de seus agentes.

Alberto ilustra a sua visão dos policiais reconstruindo cenas de violência vividas na comunidade de origem, agora nomeada pelo adolescente de “favela” para enunciar o estigma social que ronda tais localidades, como um território onde a presença do Estado se faz através dos seus mecanismos de repressão, a partir de um “olhar” dirigido sobre suas “ausências” e carências, ainda que estas denunciem a insuficiência de serviços públicos e equipamentos urbanos para a população. De modo performático, encena o ritual em que foi abordado por policiais, que os confundiram com **“bandido”** e, **“de qualquer jeito”**, sem lhes oferecerem qualquer recurso à defesa, foram – ele e o companheiro – encaminhados ao Recicriar, onde permaneceram até que a situação fosse esclarecida. Alberto demonstra revolta e indignação por ter **“sido pego onde mora”**, sem qualquer motivação que justificasse tal iniciativa, além do fato de ser um jovem pobre morador da periferia urbana, cujas formas de socialização e sobrevivência são organizadas, sobretudo, a partir do contexto da rua, palco onde constroem elementos de identificação e de sociabilidade. Os sentidos construídos por Alberto parecem enunciar a violência policial como elemento comum que aproxima contextos como a casa de acolhida e sua comunidade de origem, onde **“nem pode ficar à vontade”** nem se aventurar

numa **“brincadeira de criança”** sem que desperte a “desconfiança” de tais aparelhos repressivos.

Pergunto onde eles costumam se divertir. Diz: *Aqui é difícil. Não tem nada prá fazer. A gente fica só na praça escutando som (pausa) pedindo dinheiro (pausa) dançar dá não (pausa) o povo pensa errado. Os pessoal pensa que a gente vai pegar as bolsa (pausa) mas naquela parte (pausa) em Afogados todinho ninguém rouba não. É a nossa área. Se roubar (pausa) os cara da vila ali (pausa).* Pergunto o que acontece. Diz: *é assim: o mais velho que mora no abrigo há muito tempo diz que (pausa) mostra que não é pra roubar na área. Os novato obedece. Os menino da rua já sabe (pausa) não pode derrubar (pausa) senão a gente derruba. (o que é derrubar?) mete cacete, ôxe! roubar por nada. Se vem pirraia de fora, da cidade, se der barulho (pausa) a gente corre pro abrigo, mas agora a gente num tá fazendo nada se não a gente “cai” (refere-se a ser encaminhado para a internação na FUNASE). Porque, quando eles tão de cima (armado) e a gente de baixo (desarmado) a gente corre pro abrigo. A gente faz de conta que não leva a sério. É a lei da rua. Mas assim, nós se diverte também.*

Embora a criança e o adolescente em situação de acolhimento sejam considerados no discurso institucional como sujeitos de uma proteção e atenção especiais, cujas intervenções devem se pautar na organização de recursos para o atendimento integral de “pessoa em fase peculiar de desenvolvimento”, o quesito lazer, por exemplo – aqui considerado como um tempo livre de outras atividades como escola, cursos e possíveis acompanhamentos terapêuticos –, é trazido como um aspecto negativo no atendimento. Na falta de programações para tais atrativos, Alberto relata que a diversão dos adolescentes fica por conta do “perambular” nos limites da comunidade do abrigo, **“escutando som”** e **“pedindo dinheiro”** e sob o crivo da suspeita dos transeuntes que deles se afastam pela alteridade “ameaçadora”. Contudo, o espaço da rua, ainda que permeado pela violência e discriminação social - tributárias de um imaginário popular que lhes confere sentidos de perigo constante –, via de regra, abre-se como uma alternativa ao “vazio” experienciado na casa de acolhida. O cenário lúdico é também palco de negociações de regras de convivência entre os diferentes grupos de adolescentes que por lá transitam, pois quem transgride pode **“ser derrubado”**. Diante de ameaças externas (confrontos com adolescentes armados de outras comunidades), a casa de acolhida funciona como espaço protetivo à **“lei da rua”** e Alberto diz que **“corre pro abrigo”**, sobretudo para não se envolver com ações que lhe ameaçariam a vida ou lhe proporcionariam uma “queda”, significada como o encaminhamento às unidades de internação da FUNASE.

Os povo aqui pensa que a gente é criança, pensa que a gente é criança. (o tempo todo ele baixa a cabeça e gagueja). Vai prá lá (pausa) vem prá cá. Eles pensa que a gente é planta. Tudo parado num canto. Eles quem? Esse povo dos abrigo. A gente tem é que tá andando por aí mesmo, se movimentar, sentar num canto, sentar, olhar, vê as coisa. Não sou planta! Não conversa com ninguém (pausa) assim (pausa) com a gente. Não tem paciência não. A droga leva os menino pra rua. A família devia ajudar o cara também. Mas assim. Ela não pode. Tá sem trabalho, sem emprego (pausa) sem exemplo pra dar (pausa) o dinheiro que tem é prá pagar dívida dos pirraia (pausa). Quando passa da idade e não tem um trabalho, aí vai

(pausa) *chamar pelo nome, respeita (pausa) na moral. (barulho na casa), mas meu nome é Alberto. Quando a gente não é criança, tem trabalho e a gente tem um nome. Mas eu quase mudei de vida (pausa) Pedi que falasse mais um pouco sobre isso. Ele: Me deram apoio né? Ela me ajudou a me pegar da rua, para não ficar como esses menino usando droga (pausa) eu tava também (pausa) Eu fiz um curso de maquiagem que o coordenador do IASC conseguiu pra gente prá ver se arrumava outro curso. Fiz de maquiagem, só que esse curso não era pra gente. Era pra menina. Esse curso não tem nada a ver não. Eu gosto é de dançar, assim (pausa) desenhar (pausa) fazer música, mas não sei ler (pausa) queria aprender porque assim, tinha até outro curso (pausa) de computador (pausa), mas não dou valor não (pausa) porque assim, é muito trabalho prá mexer assim, ali (pausa) controlar (pausa) não dá. O IASC podia ajudar, mas tá botando mais na rua (pausa) do que tirando da rua (pausa). O abrigo tá pra ajudar. Agora o cara cresce e tem de se garantir (pausa) na consciência. Percebi que o adolescente estava cansado e sugeri que conversássemos num outro dia Ele diz: Foi bom conversar, porque conversando a gente fica bom, fica suave. Diz que não costuma conversar e que desenhar é melhor. Diz que desenhava, mas que só começa a desenhar quando está “suave”. Acrescenta: Não gosto de conversar, eu nunca gostei de conversar. Mas conversar com a senhora foi legal. Ele agradece e me deixa comovida.*

Vivenciando a adolescência no contexto de acolhimento, Alberto traz a necessidade do reconhecimento de uma autonomia por já não ser mais **“criança”**, reivindicando uma agência que lhe permita um poder maior de negociação para com demandas que se inscrevem no próprio adolescer num contexto institucional organizado em torno de saberes e poderes que o representam e os silenciam (CASTRO, 2008). Num cenário em que as interações, de um modo geral, se dão através de dispositivos autoritários de controle sobre os adolescentes

[...] aspectos como a maior autonomia de circulação social, mudanças no campo da autopercepção e autoimagem, a adesão a novos grupos de pares, a adoção de novos papéis na família e no trabalho, as conquistas no plano da autorregulação da atividade e a adoção de perspectivas projetivas quanto ao futuro são fatores que concorrem para a ressignificação da relação do adolescente com o grupo familiar e social, à medida que ele passa a integrar novas posições nos sistemas semióticos e, como consequência, a adotar novas configurações identitárias (HERMANS, 2001, *apud* LOPES DE OLIVEIRA, 2006, p. 432).

A precariedade de atividades para os adolescentes e de espaços de compartilhamento entre acolhidos e funcionários da casa é significada como condição que concorre, junto com a dependência das drogas, para uma desvinculação com o espaço institucional. Tal questão adquire centralidade na narrativa do adolescente, uma vez que a ausência do referido suporte, aliada à precariedade das condições familiares, atua num mesmo conjunto que os exclui e desampara.

Com a aproximação da maioridade, em que o adolescente **“passa da idade”** de ser alvo de proteção legal, a questão do trabalho emerge como condição de sobrevivência e de reconhecimento social, dispensando-lhe uma identidade, um **“nome”**, legitimando o ingresso na vida adulta mediado por marcadores culturais na regulação do seu ciclo de vida, como a idade e o trabalho (OLIVEIRA, 2006). Contudo, desprovido de uma escolaridade mínima ou

de capacitações que lhe permitam ocupar postos no mercado formal de trabalho, Alberto relata que **“quase mudou de vida”**, falando das expectativas quando ingressou na instituição que o acolheu ainda na infância. O “quase” denuncia uma realidade presente, que contraria as expectativas iniciais de mudança de trajetória. Sabe-se que requisitos, como a escolarização e seu acompanhamento, bem como a profissionalização do adolescente, figuram como objetivos na legislação que contempla, sobretudo, os sujeitos que, como Alberto, cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida por se encontrarem em meio aberto. São recursos que deveriam ser articulados levando em conta as aptidões e os interesses pessoais dos adolescentes, o que parece não ocorrer no caso de Alberto, cujos cursos oferecidos parecem não atender aos seus interesses com a **“música”** e **“desenho”**, restando-lhe um curso de **“maquiagem”** que **“não tinha nada a ver”** e que seria, na proposta original, destinado às meninas. Desse modo, Castro (2008) adverte sobre a posição de invisibilidade política de crianças e jovens, cujos interesses são articulados e representados por adultos que, no caso de Alberto, pode ser ilustrado pela total indiferença dos profissionais da casa de acolhida aos seus desejos e potencialidades no que diz respeito aos objetivos de profissionalização.

Reconhecendo o potencial de **“ajuda”** que a instituição representa na vida dos adolescentes, cujas trajetórias evidenciam uma descontinuidade de vínculos nos diferentes contextos por onde circulam, como as ruas, a casa dos familiares e as diferentes instituições (RIZZINI; RIZZINI, 2004), o adolescente aponta uma contradição na política de acolhimento institucional, cujas práticas adotadas junto a crianças e adolescentes **“tá botando mais na rua do que tirando da rua”**. Assim, problematiza a questão das vinculações de tais sujeitos aos referidos contextos que podem significar um apoio social e afetivo importante na ressignificação de vivências e espaço de desenvolvimento de competências e exercício de autonomia, sobretudo porque o acolhimento de crianças e adolescentes “está presente na realidade de muitas famílias brasileiras em condições socioeconômicas desfavorecidas” (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006, p. 71).

4.2.4 Dulce: **“[...] o bom é que ajuda a gente, dá o maior apoio (abrigo)”**

A segunda entrevista com Dulce aconteceu após duas tentativas frustradas. Em uma delas, fui informada de que a adolescente teria saído com uma educadora para uma atividade; na segunda vez, Dulce tinha ido para a visita familiar. Na terceira tentativa, consegui encontrá-la e fomos ao quarto da adolescente, mesmo local da primeira entrevista.

Sobre a sua entrada nos abrigos ela comenta: *Aí quando eu fui pro abrigo (pausa), mas me esqueci agora. Fui pro (pausa) não lembro, não. Minha avó me levou, passei pelo hospital, fiquei internada, aí fiquei lá, aí passei seis dias no hospital. (pausa) assim igual aqui essa casa. Nove dias, mas não gostei não. Tinha piscina, tinha tudo. Mas não gostei não (pausa) a tentação que eu sentia pra usar droga. Aí eu peguei e saí. A tia sentava: “Peraí Dulce!” Sentava, conversava. Mas (pausa) não aguentava não. Era o CEAC (pausa) Era lá. Lembrei! Quando eu chegava lá usava muita droga, fugia que só, não aguentava mais, “Senta aqui. Vamos conversar!” Eu quero ir me embora. Agonia. Aí eu vim pra casa. Aí eu fiquei no mundo (pausa) assim pelo meio do mundo, aí eu tava quase morta. Aí pedi pra vim pra cá, eu não sabia nem onde era aqui. Pedi pra minha avó me levar pro Conselho - Tutelar, aí minha avó me levou. Não. Foi assim: Consegui dinheiro no supermercado, aí pensei: vou sair dessa. Aí eu comprei uma caixa de chocolate pra descompletar o dinheiro e não comprar droga, descompletou logo. Fiquei perto da Exposição (de animais no Cordeiro) e mandei uma pessoa levar uma caixa de chocolate pra minha avó (risos) encontrar comigo lá e me levar (pausa) porque eu amo a minha avó. Mandeí a mulher dar o recado a ela. Que ela viesse trazer meus documentos pra me levar pra me tratar. Aí ela veio e me levou. O que foi mais importante prá te fazer pensar em mudar? Porque eu mesma tava vendo que não tava valendo a pena, tia. É muito ruim.*

Em sua narrativa sobre o ingresso nas casas de acolhida, Dulce demonstra um esforço para **“lembrar”** – a exemplo do que ocorreu na entrevista sobre família – de fatos relativos ao seu acolhimento. O modo sequencial com o qual ordena os relatos é construído de modo fragmentado, em que não faz referência a eventos mais compartilhados, como nomes e lugares, enfocando um relato autorreferido em que as experiências passadas são vistas através das preocupações que a mobilizam no presente. Com efeito, adquirem centralidade e consistência em sua narrativa questões que remetem aos efeitos nocivos da drogadição em sua vida. Bruner e Weisser (1995) apontam, como função da narrativa, a individualização do sujeito como um ato de independência e também de inserção na cultura, na medida em que os fatos são trazidos não somente como aconteceram, mas mostrando o efeito que produziram nos sujeitos.

Nessa perspectiva, acerca da primeira experiência de acolhimento, Dulce relata que foi levada pela avó materna e em seguida internada num hospital para desintoxicação pelo uso de drogas. Apesar de trazer imagens positivadas da casa de acolhida, como a estrutura física e o empenho dos profissionais para a sua permanência no espaço, fala de uma vinculação improvável pela **“agonia”** da **“tentação pra usar drogas”**, justificando as diversas **“fugas”** durante o período em que esteve na casa. O **“ir para casa”** e o **“ficar no mundo”** são trazidos de modo integrado, e o contexto familiar parece não oferecer a sustentação necessária para uma desvinculação com a rua, onde já se **“sentia quase morta”**.

O uso intensivo de drogas que comprometia cada vez mais a própria sobrevivência nas ruas, aliado às experiências de abandono e solidão, é trazido por Dulce como marcadores importantes para a constituição de um ponto de viragem em sua vida, como uma abertura a

outros “modos de viver aquilo que é oferecido como possibilidade no mundo cultural [...] modelos, normas, valores etc.” (OLIVEIRA, 2006, p. 121). A adolescente agencia a própria saída da rua e relata, com o orgulho de quem assume a condução da própria trajetória, sobre a estratégia que articulou para chegar à casa de acolhida. Pode-se inferir, então, que mesmo que as opções e a autonomia de tais adolescentes estejam reduzidas em determinadas circunstâncias, não se pode desconsiderar a capacidade de mobilizarem recursos internos para expressarem seus desejos, que se manifestam em atos concretos de escolha, enunciando valores mediados por uma intencionalidade (BRUNER, 1997).

Pergunto o que ela pensa sobre o abrigo, como ela se sente. Assim: *o bom é que ajuda a gente, dá o maior apoio, bota na escola, curso pra gente. Aí eu entrei pra ver como era. Aí eu gostei muito de morar aqui. Falei com R. (psicóloga) Sair daqui, encarar meu tratamento, mas não tô pronta pra isso não. Tô fraca ainda. Como é isso, o que você sente? De vez em quando me dá uma coisa. Eu me seguro, tia, sinto que não posso mais usar essas drogas não. Eu lembro assim que eu chorava e pensava: será que eu vou viver sempre assim? Eles fazia do jeito que eles queria. De todo jeito. Doía.* (silêncio) Estávamos emocionadas e, quando vi os olhos de Dulce lacrimejarem, choramos juntas. Ela meio que se retorceu e pegou no ventre. Fez-se um silêncio. Ela começou a rir e chorar ao mesmo tempo, como que envergonhada de demonstrar sua fragilidade. “Que bom que passou, não é, Dulce?” Perguntei se ela queria parar para continuarmos num outro dia, mas ela disse: *tudo bem, tia! Aqui eu tenho apoio. Tá me ajudando muito. Eu acho que tá me ajudando muito* (pausa) *não tô pronta assim* (pausa) *pra sair e ficar em casa de uma vez não. Tenho medo de cair de novo. Tô saindo mais não tia. Eu vou estudar. T. (Assistente Social) tá arranjando pra mim. Quero mais crack não* (pausa) *na minha vida não. Dezesete anos tá difícil. Não é qualquer escola que eu posso estudar, né? Eu me lembro de pequena que eu ficava na escola, brincava, tudinho, mas já usava droga, mas a pedra não. É pedra da morte mesmo. É doidice isso. Dulce, você fala que está difícil, o que está difícil? É assim, tia. Minha vida tá difícil. Tudo é difícil., mas aqui é tudo normal, graças a Deus! tenho apoio, vou pro CAPS todo dia, me sinto bem. Todo dia que me acordo tô mais feliz. Eu sei que não vou mais tá na vida errada. Sei que vou sair, se Deus quiser.*

Sobre o espaço de acolhimento, Dulce traz construções que parecem situar-se entre idealizações e necessidades. As vivências familiares que resultaram insuficientes para lhe proporcionar sentidos de proteção, além das experiências destrutivas com o espaço da rua, forjam uma expectativa positivada em relação à casa de acolhida, justificando o seu ingresso **“pra ver como era”**. Já na condição de acolhida, fala da existência de espaços de escuta e apoio junto às técnicas da casa, em que pode falar sobre os planos de **“encarar”** um tratamento para ficar livre da drogadição, contudo a sua história pregressa e a dependência das drogas a advertem sobre uma caminhada a trilhar até que se sinta fortalecida para um retorno à casa e à comunidade de origem. Nesse sentido, os aspectos protetivos identificados na casa de acolhida parecem estar relacionados ao desenvolvimento da capacidade do enfrentamento de adversidades, quando elege características das relações interpessoais afetivas como elementos que contribuem para processos desenvolvimentais (YUNES *et al.*, 2004).

O “*apoio*” referido nas relações com os funcionários da casa de acolhida são significados por Dulce como um refúgio ao desamparo vivenciado nas experiências de rua, onde a drogadição adquire centralidade e é trazida como fator de exposição a outros riscos, como a exploração sexual, utilizada pela adolescente como um meio para conseguir dinheiro e comprar drogas, configurando-se como uma passagem dolorosa em sua trajetória de vida pelo processo contínuo de violação de direitos que caracteriza tais práticas. Segundo Faleiros (2000), as práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes remetem a heranças históricas que abrangem questões de gênero, domínio do homem sobre a mulher e a cultura adultocêntrica. Em sua narrativa, tais lembranças assumem expressão de dor, que,

[...] embora singular para quem a sente, se insere num universo de referências simbólicas, configurando um fato cultural [...] como qualquer experiência humana, traz a possibilidade de ser compartilhada em seu significado [...] e como um fenômeno sociocultural supõe considerar o corpo como uma realidade que não existe fora do social, nem lhe antecede. (SARTI, 1998, p. 4).

O silêncio que se segue às lembranças de um sofrimento ainda presente parece querer suportar uma dor que se manifesta na linguagem do corpo, que se contorce, possivelmente, num gesto de autoproteção, denunciando as violações que sofreu. A violência sexual em suas diferentes expressões, como a exploração sexual comercial, constitui-se como crime que fere o ECA⁵⁵ e a Constituição Federal⁵⁶, contextualizada a partir de aspectos cultural, ético legal, do trabalho e do mercado, que viola noções de cidadania e direitos humanos, considerado um crime contra a humanidade⁵⁷.

Ordenando as experiências através da narrativa (BRUNER, 1996) a adolescente reflete sobre a própria condição e diz não “*estar pronta*” para enfrentar as dificuldades do mundo lá fora, simbolizadas nas situações adversas encontradas na família e no contexto das ruas. Assim, as oportunidades oferecidas pela instituição parecem representar a melhor saída (DELL’AGLIO, 2000) para Dulce, diante do risco de uma “*queda*” por um retorno ao uso do crack, significada pela adolescente como “*pedra da morte*”.

Como parte dos planos que lhe permitam uma autonomia e sustentação para um desenvolvimento saudável, traz a imagem da escola, mesmo reconhecendo que a retomada de tal contexto aos “*dezessete anos tá difícil*”, trazendo a idade como um marcador de

⁵⁵ Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA-Lei 8069 de 13.07.1990).

⁵⁶ Artigo 27, parágrafo 4º, estabelece: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. As penas podem variar de um a 14 anos de reclusão e o afastamento do agressor da moradia, comum em casos de maus-tratos, opressão ou abuso sexual.

⁵⁷ I Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, ocorrido em Estocolmo, na Suécia, em 1996.

temporalidades que constitui uma regulação sociocultural dos ciclos de vida (OLIVEIRA, 2006). Todavia, a adolescente diz **“sentir-se mais feliz a cada dia”**, denotando um esforço cotidiano de autossustentação. Cada manhã é significada como uma conquista e uma oportunidade de dar continuidade ao novo projeto de vida, e o espaço terapêutico do CAPS-AD parece assumir uma importância significativa, suscitando-lhe uma certeza de que não vai **“mais tá na vida errada”**, na **“doidice”** de uma vida sem limites. Assim, traz sentidos de canonicidade à sua narrativa, na avaliação que faz das suas experiências tendo como norte um conjunto de referências culturais que definem uma **“vida normal”** (BRUNER; WEISSER, 1995).

Eu converso no CAPS com a minha TR (terapeuta de reabilitação). Ontem mesmo eu conversei com ela. Eu me sinto bem lá. A gente faz um bocado de atividade, conversa sobre o que é uma família, tudinho. Agora quinta-feira vai vim minha avó e minha mãe. Vai ter uma festa lá. E eu vou fazer uma apresentação (pausa) um casamento (pausa) eu vou ser a noiva. (risos). O noivo é uma mulher tia, ôxe! Mas é uma encenação Dulce. São personagens que vocês vão representar. Vai ser bom (pausa) eu acho (sorri) Eu gosto de lá porque a gente conversa. É diferente da rua. Como assim, diferente? Ficar ali. As pessoas passava, olhava e dizia: “olha como ela tá magra!” E eu passando prá lá e prá cá, prá lá e prá cá. Eu me sentia muito triste. Só (pausa) sempre só. Tinha gente que me dava muito conselho, mas era muito pouco que eu ficava em casa. Agora muitas vezes eu chegava preta dentro de casa, suja, horrível. (silêncio) Nada na rua é bom. Nada na rua é bom. Nada na rua é bom. Eu olho assim quando tô na Kombi (pausa) passo pelos canto e vejo tudo. Aí eu penso (pausa) a rua é igual. As mesmas coisa, não mudou nada, mas a minha vida é que mudou. Eu já tava morta. Quando eu parei, me dá orgulho de mim (risos). - Olha pra aí, como ela tá bonita: ninguém dizia isso né, tia? Hoje diz. Quando eu vou pra casa de minha avó, ali eu sinto que “Dulce” morreu, “aquela Dulce morreu”... que eu morri e nasceu outra. Me sinto muito bem. Só dói umas coisas ruim ainda que acontecia lá. Onde? Eu sonho com coisa ruim, minha mãe batendo em mim. Mas não é como antes de eu tomar remédio. Antes era pior. Aqui, aqui é bom por isso. Todo mundo me trata bem.

Em suas vivências junto ao contexto de acolhimento, Dulce enuncia como elemento importante de vinculação o CAPS-AD, onde realiza tratamento semanal no ambulatório, sendo significado como apoio que lhe proporciona **“um bocado de atividades”** e espaços lúdicos de interação, incluindo membros de sua família num momento importante de sua vida, no qual se empenha para superar a dependência das drogas e reaproximar-se do contexto familiar. A constituição da rede social de proteção, quando articulada aos objetivos do acolhimento institucional podem se constituir como referenciais identificatórios positivos para os sujeitos atendidos (ARPINI, 2003), sobretudo se a qualidade do acolhimento favorecer a construção de vínculos e a consideração das singularidades das crianças e jovens (RUTTER, 1972, *apud* COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2009).

Dulce reitera o valor atribuído ao espaço terapêutico e traz como contraponto sentimentos de solidão através de cenas vivenciadas no espaço das ruas, **“onde nada é bom”**.

Reproduz, assim, as vozes de diferentes pessoas que passavam e que, de modo alheio ao seu sofrimento, confirmavam o seu desamparo, contribuindo para a constituição de uma autoimagem negativa, a partir do **“olhar do outro”**.

Do ponto de vista narrativo, a adolescente articula as experiências na rua, onde **“já estava morta”**, para afirmar-se no presente como alguém que superou tais adversidades, o que lhe empresta um sentimento de **“orgulho”**. Nesse sentido, a retomada da própria trajetória se opera numa perspectiva em que assume a posição de narradora e de personagem ao mesmo tempo. Assim, a condição narrativa lhe oferece um distanciamento de tal realidade caracterizada nesse cenário, proporcionando-lhe a condição de avaliar e reconstruir a cena, num processo de negociação de sentidos que lhe permite uma ressignificação da realidade.

Sobre as narrativas de jovens, Gergen e Gergen (1986, *apud* BRANDÃO, 2009) as avaliam em torno de enredos que apresentam uma estabilidade inicial (como um passado canônico), evoluindo para uma regressão da trajetória de vida a partir de eventos-chave, que os redirecionam para caminhos adversos – no caso de Dulce, o ingresso na drogadição –, afastando-os de suas metas, até que novos eventos significativos se sucedem e dão início a uma linha progressiva, sustentada no presente como estabilidade, num processo que se aproxima a uma narrativa de “conversão” da trajetória de vida.

Da janela da Kombi que a transporta para as atividades externas à casa de acolhida, Dulce observa uma paisagem conhecida e relata que a rua permanece **“igual”**, **“não mudou nada”**, mas os sentidos em construção parecem emprestar significados diferentes para si e para a sua vida. Bruner (1997) defende que as narrativas organizam a experiência pelo acesso ao mundo da intersubjetividade e da negociação de significados a partir de perspectivas múltiplas de observação e construção da realidade por meio de diferentes ângulos.

O que eu mais gosto daqui não é nem da casa, mas o apoio que eu tenho. É diferente de onde eu moro. Lá me olham assim (faz cara de desconfiança) aí toda vez que eu vou (pausa) agora não sinto mais não: “olha como Dulce tá.” Mas não quero mais ir porque tenho medo de morrer. O cara tá preso, mas o filho dele (pausa), mas tem os comparsa dele, não é? Se mandar fazer alguma coisa? (silêncio) Mas Deus tá na frente. Não tem ninguém mais forte que Deus não. Não vale a pena morar lá não. Lá tem tudo, mas a maioria é tudo tráfico, as droga tão em tudo que é canto. Pergunto como ela se sente indo para a sua comunidade durante as visitas à família. Hoje não sei, mas, se eu for morar, sei não. Por isso eu vou prá T.. Vai eu, minha avó, meu irmão, com vinte anos de idade, que é mais velho (pausa) ele bebe cachaça. O vício dele é mais cachaça. Ele sempre morou com a minha avó. O que você pensa em fazer na nova cidade? Uma vida nova, outra Dulce. Quero trabalhar, eu quero ter minha casinha, quero ter meus filhos. Mas agora não, tia, eu quero ter assim, mas não é agora. Eu queria quando eu chegasse lá (pausa) assim. Tudo pertinho. Eu trabalhar, ter uma vida novamente.

A adolescente relata sobre diferenças entre os ambientes da casa de acolhida e a comunidade de origem onde a família se insere, cujas vinculações parecem ser avaliadas e

qualificadas a partir dos sentidos de **“apoio”** que cada contexto lhe proporciona. Evidencia, assim, a importância de se pensar não somente na questão do “espaço” em sua dimensão física, mas, sobretudo, na constituição de outros “espaços”, interativos, em que as trocas socioafetivas se tornam possíveis e promovem vinculações entre aqueles que fazem o cotidiano da casa de acolhida.

Durante as visitas que está fazendo à família, na perspectiva de uma reinserção ao referido grupo, elemento central da política de acolhimento institucional, Dulce traz um relato de desconforto para justificar o desejo de não mais retornar àquele convívio, cujos moradores lhe lançam “olhares” de desconfiança, parecendo não mais reconhecê-la como parte integrante do convívio social. Contudo, tal receptividade é significada de modo ambíguo, uma vez que as mudanças que foram operadas na vida da adolescente, no sentido de uma melhoria do aspecto físico, por exemplo, comunicam uma nova trajetória que podem servir como um bom exemplo, passando a ser objeto da admiração de todos que ali vivem. O convívio junto à comunidade é trazido como improvável pela adolescente, que foi ameaçada de morte por um traficante de drogas que atua naquela área e com o qual Dulce se envolveu antes do acolhimento. Mesmo com a situação amenizada com a prisão de tal sujeito, a adolescente teme por uma represália por parte dos respectivos **“comparsas”**, justificando uma insegurança para tal retorno.

Diante das incertezas e do sentimento de desterro junto à comunidade de origem, Dulce projeta o futuro como possibilidade de construir uma **“vida nova”** num lugar diferente, numa outra cidade, onde poderá partilhar de novas experiências e sentir-se uma **“outra Dulce”**, empreendendo “[...] uma dinâmica dialética entre mudanças e continuidades, que acontece na linha do tempo, com múltiplas possibilidades de trajetórias” (YOKOY DE SOUZA; BRANCO; LOPES DE OLIVEIRA, 2008, p. 5). Dessa forma, a experiência de acolhimento pode se constituir como um circunscritor importante no processo da subjetivação, na medida em que possibilita uma negociação e a significação de si mesmo e da própria trajetória de existência (SILVA; ROSSETTI-FERREIRA, 2002).

A adolescente seleciona referências, como o ingresso no mundo do **“trabalho”**, a conquista de uma moradia e a constituição de uma família, para compor o seu projeto de vida, trazido com a timidez de quem não “ousa” acreditar em si mesma, possivelmente pelo pouco investimento escolar e pela emergência da maioridade. O ingresso no trabalho é enunciado por Dulce como a possibilidade de independência pessoal e financeira para garantir o próprio sustento ou ainda ajudar a família, constituindo-se como um marcador cultural para o ingresso na vida adulta. O ideal de família e a dependência para a sustentação dos projetos de vida

corroboram estudos realizados (BRANCO, 2005; CASTRO e cols., 2005) que identificam tal vinculação como fonte significativa de trocas simbólicas e afetivas e como uma característica da juventude pobre brasileira.

Eu queria assim é trabalhar (pausa) assim num mercadinho ou senão... qualquer coisa para ocupar minha cabeça. (pausa) Vai fazer um tempão que eu tô aqui. Agora é quatro meses (pausa) já evadi duas vez (pausa) sei não. Eu cáí, tia. É, se eu tiver algum curso (pausa) mas acho que é difícil. Eu queria ser manicure. Eu sou meio distraída, podia ser no caixa, se fosse pra fazer alguma coisa, algum curso eu fazia. O que tem vontade de fazer? Sei lá, pô! Trabalhar num caixa, num banco, essas coisas assim. Eu sou boa de contar (pausa) matemática. Eu sou boa de contar (pausa) não sou tão boa não porque (pausa) Eu queria mesmo ser médica, mas... Insisto: mas... Porque assim (pausa) arrancar dente. Como é o nome, tia? Dentista. Sim, dentista, quando eu vou (pausa) eu acho bom, assim bonito. Eu nunca estudei esse negócio. Eu não sei nem como falar. Digo que estou entendendo perfeitamente o que ela diz. Eu que queria me ocupar, ter um futuro melhor pra mim. O que você pensa sobre esse futuro? O futuro (pausa) sei não. Não passa nada pela minha cabeça não. Tenho medo de pensar (pausa) nem sei se eu vou conseguir. Eu queria estudar, tia, depois fazer algum curso. Qualquer coisa. Ela tá querendo me matricular na escola (pausa), mas, até agora, nada (silêncio). Dulce, você quer falar mais alguma coisa antes de nós encerrarmos a nossa conversa? Foi bom. Eu gosto de escutar, eu preciso, eu gosto, quando eu tô sentindo alguma coisa, eu converso. Foi bom, tia. Eu tô mudando (risos).

Inicialmente, quando relata sobre a escolha de possíveis ocupações que poderão garantir o seu sustento no futuro, Dulce relativiza a enunciação a partir das condições identificadas no presente. O desejo de trabalhar parece não contemplar escolhas profissionais específicas, mas se traduz em **“qualquer coisa pra ocupar a cabeça”**, denotando uma indefinição de perspectivas futuras que pode estar relacionada à privação de investimentos socioeducativos que possam indicar maiores possibilidades de ação. Os quatro meses de permanência na casa de acolhida são significados por Dulce como um **“tempão”**, considerando-se que, além da participação da adolescente no CAPS-AD, o que resta é uma exiguidade de ações concretas que desafia o seu projeto de vida e que a fazem duvidar de si mesma pelo risco de outra recaída nas drogas e também pelo baixo investimento institucional direcionado a outras inserções, como a escola e cursos de profissionalização.

Considerando-se que as narrativas são construídas numa relação com os diferentes contextos em que são produzidas, percebe-se que Dulce manifesta uma intencionalidade que diz respeito ao seu futuro, enfocando a ideia da profissionalização para legitimar o seu projeto de vida. Desse modo, vê-se envolvida “[...] na necessidade de negociar uma ampla pauta de reconstruções identitárias [...] principalmente pelas mudanças de posicionamento subjetivo no jogo das relações sociais que a condição adolescente traz” (LOPES DE OLIVEIRA, 2006, p. 432). Relata, então, que **“queria se ocupar”** com algo que lhe proporcionasse um sentido e pondera sobre algumas saídas profissionais, cuja “escolha” parece relacionar-se com

prováveis habilidades pessoais, como “*manicure*,” “*caixa*” de banco ou mercadinho, abrindo o seu relato para dividir com a interlocutora a responsabilidade de sua narrativa.

As habilidades reconhecidas como próprias parecem remeter à breve experiência escolar e à facilidade com a disciplina de matemática, aperfeiçoada, possivelmente, na trajetória de rua, onde a exigência do saber “*contar*” dinheiro assume uma importância significativa nas situações com as quais se envolveu. Por outro lado e para além do vivido, fala do “*sonho*” em ser “*médica*”, “*dentista*”, desejos trazidos na narrativa com certo constrangimento, como metas improváveis de serem alcançadas.

4.2.5 Sofia: toda uma existência em casas de acolhida: “*quem cuida de mim sou eu*” – *redesenhando a própria trajetória de vida*

No dia marcado, telefonei para o Andaluz para saber se a adolescente se encontrava e, na ocasião, a coordenadora solicitou que adiasse a visita, pois Sofia havia se envolvido numa briga com outra adolescente da casa e os educadores ainda estavam tentando restaurar o “clima” na instituição. Aceitei a sugestão e retornei um dia depois.

Quando cheguei ao abrigo no dia seguinte, Sofia pegou um cartão e começou a escrever. Perguntei se podia saber o que ela estava escrevendo e diz que é o meu convite para o seu chá de bebê. Contudo, refere que a festa foi no sábado que passou e pede desculpas por não ter dado o convite a tempo. Agradei a lembrança, referindo que no próximo encontro levaria o presente. Sabe ler, Sofia? Perguntei. Ela responde: *Não, muito não por causa da vista. A educadora diz que vai marcar, mas nunca marca e aí eu fico sofrendo da vista.* Indaguei sobre o que havia ocorrido no dia anterior em que havíamos marcado a entrevista. Já está resolvido? “*É uma menina aqui muito problemática.*” *Você não pode chegar, ameaçar e dar* (pausa) *a menina é muito pequena* (relata que interveio a favor de uma criança cuja mãe queria bater). *Ela* (adolescente e mãe da criança) *me ameaçou de chamar o marido dela, de me matar. Eu disse a ela: Não me ameace não! não vai prestar não! Eu cheguei na calma com ela, conversei com ela, perguntei a ela. Chegou estressada assim, chegou com sete pedras na mão* (pausa) *nada a ver porque ela é ignorante mesmo. Aí eu fiquei rindo da cara dela. Achei ela muito doida. Muito doida a menina. Nem minha mãe consegue comigo.*

Sofia termina de escrever o nome da pesquisadora no convite do chá de bebê do seu filho, toma uma folha de papel nas mãos e começa a desenhar e pintar enquanto conversa sem parar. A pesquisadora perguntou se foi ela quem fez os desenhos que estão na parede e ela diz que são para o seu filho que vai nascer e que serão colocados no quarto dele.

Foram trazidos alguns pontos importantes da entrevista anterior sobre família e ela se propôs a conversar sobre a sua trajetória nos abrigos, sobre as pessoas que conheceu e a relações que manteve com elas. Enfatiza-se que todas as lembranças são importantes: o que ela fazia, o que acontecia, o que pensava e como se sentia. Acrescentou-se ainda que se

buscaria não interrompê-la, exceto quando a pesquisadora sentisse necessidade de esclarecer alguma coisa.

A trajetória existencial de Sofia guarda diferenças em relação à das demais adolescentes entrevistados, uma vez que, logo após o seu nascimento, foi entregue, junto com o irmão gêmeo, a uma casa de acolhida, e, desde então, circulou entre diferentes instituições de acolhimento, onde encontrou outros irmãos e pôde inscrever vínculos familiares de pertencimento. Não há, portanto, no caso de Sofia, experiências familiares anteriores ao acolhimento, e durante a sua trajetória apenas algumas passagens por outros contextos, como a casa da mãe, de um dos irmãos e junto aos familiares paternos, cujas vivências a conduziram ao espaço da rua, justificando acolhimentos sucessivos que parecem marcar toda a sua existência. Desse modo, acredita-se que os sentidos construídos pela adolescente sobre instituições de acolhimento apresentam uma “familiaridade” maior com esse universo.

Sofia diz: *Então, tá certo, vou começar assim: Vou começar pela parte pior. Foi (pausa longa – ela se ajeita no colchão como que se preparando para um longo discurso) Foi quando eu dei entrada no (pausa) “Venha lá”, onde foi minha família todinha, foi minha família todinha pra lá – irmãos. A gente se comunicou. O que é Venha Lá? É um abrigo É tipo assim, um projeto de ONG. Aí você tenta ir por lá pra um lar de família. Foi o CAPIF que me transferiu pra lá. Foi assim: eu cheguei lá, fui bem recebida. O Venha Lá me receberam (gagueja), mas tinha um problema (pausa) Tudo bem, tinha 10 anos, mas tinha um problema (pausa) tinha um problema. Uma educadora lá que ela era muito agressiva. Eu não sei que ela tinha problema em casa, né? Então ela batia na gente sem controle. Aí o que a gente fez? Eu e meu irmão, a gente pegou. Minha entrada nos abrigo foi assim. Aí a gente pegou, trancou ela e depois a gente fez malvadeza com ela dentro do banheiro. Como foi isso? A minha entrada foi assim, tipo assim, a gente trancou ela no banheiro lá, depois a gente (pausa) a gente não tocou fogo nela, a gente botou fumaça no banheiro e deixou ela lá dentro (pausa) tipo assim pra ela ficar um pouquinho asfixiada. Que ela já fez muita malvadeza comigo, inclusive eu tenho uma cicatriz que não some do meu corpo mais. Ela pegou a papa queimou e ela não colocou pomada. Aí a gente foi pra GPCA e eu tive que mentir. A gente não contou, porque ela disse que, se a gente contasse, ela ia dar em mim. Foi a pior parte que eu passei foi no Venha lá. Pra entrar só a fumaça. A gente não queria prejudicar a pessoa não. Minha irmã, meu irmão. Tudinho. Cheguei na GPCA, aí eu fui transferida para um abrigo (pausa) um lar lá em Caruaru, que fechou.*

Convidada a falar sobre tais experiências e, dentre toda uma gama de vivências que remontam aos primeiros anos da infância em tais espaços, diz que vai **“começar pela parte pior”**, selecionando lembranças de diferentes abrigos em que esteve acolhida, cujo eixo norteador reúne práticas de violência infligidas às crianças, promovendo experiências de vinculação e desvinculação a tais contextos. Sofia busca marcar bem a sequência da narrativa chamando a atenção, aumentando a voz em tom dramático, para aquilo que lhe é significativo. Assim, organiza o relato em torno dos problemas ocorridos no espaço de abrigamento, enfatizando a violência praticada contra o grupo de irmãos. Na perspectiva de Bruner (1997), a narrativa apresenta uma característica de dramaticidade, cujos cenários constituídos se organizam

em torno de problemas de legitimidade, no sentido de uma busca por uma qualidade moral que ofereça sustentação ao discurso.

“A parte pior” refere-se ao ingresso de Sofia numa instituição para onde **“a família todinha”** foi encaminhada, significada pela adolescente pelo grupo de irmãos que na ocasião se constituem como as suas referências familiares. Segundo a adolescente, tal espaço funcionava como apoio de um abrigo governamental onde estava acolhida e para onde grupos de irmãos de diferentes faixas etárias eram encaminhados, possivelmente para evitar o seu desmembramento e preservar tais vínculos. Esses lugares são evocados como espaços de acontecimentos significativos de violação de direitos, o que sugere um distanciamento das prerrogativas legais trazidas com o ECA (RIZZINI, 1996). Em seu relato, diz que foi **“bem recebida”** pelo **“Venha Lá”**, “personalizando” a instituição, contudo o “acolhimento” inicial logo apresenta seu contraponto, trazido enfaticamente como um **“problema”**.

Sofia relata sobre a **“agressividade”** de uma educadora que lhes infligia – a si e aos irmãos - castigos corporais de modo indiscriminado e arbitrário, suscitando uma vinculação mediada pela violência. O ambiente ameaçador e punitivo, representado pela figura da “educadora”, torna-se palco e circunscritor de uma lógica retributiva, manifestada numa ação conjunta do grupo de irmãos que se utilizam dos mesmos dispositivos violentos na ação empreendida contra a educadora. Sofia insiste na marcação da entrada no espaço institucional a partir de tal evento: **“a minha entrada foi assim”**, diz reiteradas vezes, narrando uma improvável construção de referenciais positivados entre o grupo de irmãos e o abrigo em função das agressões sofridas. Encaminhada à GPCA, **“teve que mentir”** sobre o tratamento que recebia por temer represálias por parte da tal educadora. À revelia de qualquer alternativa para preservar os interesses das crianças, foram transferidos para um abrigo numa outra cidade, o que revela equívocos na condução de tais processos por parte das instituições que, via de regra, transferem ou “desligam” crianças e adolescentes que não “cumprem” ou não se “ajustam” aos seus princípios normativos, utilizando o recurso da circulação de crianças e adolescentes e de seus “problemas”.

Aí a gente chegou lá e, por pura coincidência, era a mesma mulher que tinha lá em Caruaru, “Rosa de Saron”. Horrível. Deus me livre! já era pra fechar aquele abrigo. Aí a gente foi pra lá, não era o Rosa de Saron, era outro abrigo, mas a mulher era muito agressiva, não sei (pausa) ela entrava, deixava a gente com fome. Sei lá. Aí ela teve uma vez que bateu muito em mim com cipó, visse? Sem eu fazer nada. Ela escolhe a pessoa por dedo, pra dar, aí ela disse (pausa) “Eu vou dar nessa.” Aí o juiz de lá foi conversar comigo e perguntou, aí eu disse. Ela bate, sim, ninguém sabe porque, com raiva. Ela espanca a gente. Aí o juiz transferiu a gente pra outro lugar, foi a sorte que a gente tinha. Era muito legal ele – O juiz - Era bem legal. Aí foi pra outro lugar. Onde? Foi, é um nome bem bonitinho que tem estrela no meio. Vamos lá (pausa) Capif, Venha lá, Rosa de Saron e depois esse Brilha (pausa) Brilha Estrela. Uma coisa assim. Onde ficava? Em Natal. Num outro

estado? Sim. A Kombi levou a gente, foi muito longe. O dia todinho quase. Eu fui sozinha, separaram a gente.

Contudo, a transferência de abrigo e de cidade parece não ter alterado a situação do grupo de irmãos, uma vez que a **“mesma mulher”** que lhes havia maltratado, no abrigo anterior, também prestava serviços no atual, o que é trazido por Sofia como uma **“coincidência”** que lhe causou **“horror”** e a certeza de novas experiências de violência. Narrativamente, a figura da tal educadora é trazida como uma síntese das violações de direitos praticadas nos abrigos em que esteve junto com os irmãos. Nessa perspectiva, as crianças são privadas de vinculações que lhes proporcionem experiências positivadas e são mantidas numa condição de exclusão com poucas alternativas de saída, pois, para muitas delas, a casa de acolhida se apresenta como uma realidade que não é transitória, desafiando a provisoriedade da medida de acolhimento.

Reivindicando um direito de defesa, Sofia, que não deixa claro em quais circunstâncias foi ouvida, relata que **“o juiz de lá foi conversar”** com ela, trazendo a imagem de uma pessoa **“legal”** que lhe concedeu **“a sorte”** de ser transferida para outro abrigo em virtude dos conflitos ocorridos no espaço de abrigamento. Em alguns momentos o seu destino parece fundir-se com o destino dos demais irmãos e confunde-se sobre quem, de fato, seria transferido, possivelmente pelo desejo de não se afastar do grupo de pertencimento. Para Bruner (1997), o ato narrativo pode enunciar eventos “reais” ou “imaginários”, construídos no sentido de oferecer compreensão e verossimilhança à história, numa indiferença à realidade extralinguística. Nesse sentido, Sofia parece significar a imagem do juiz como o “salvador”, numa evocação da lei e de um poder acionados para a garantia do seu direito de defesa. Contudo, a alternativa de transferência é atualizada pelo referido juiz, que dessa vez separa o grupo de irmãos e encaminha Sofia para outro abrigo, cujo nome tem dificuldades de lembrar, enunciando uma circulação importante entre tais contextos.

Chegou em Natal, fui bem recebida, quer dizer, aí depois as meninas fez assim: - Olha (pausa) era até um padre (que administrava a casa) – Ôxe! se eu fosse tu eu fugia daqui (lhes disseram as meninas). Eu disse: por quê? Ôxe! porque o padre daqui obriga as meninas fazer “as coisas” com ele (as meninas respondem). Eu fiquei assustada, mas podia ser complexo das meninas. Ai eu disse não. Eu disse vou ficar aqui. Não vou fugir não. Aí de noite ele me chamou pra sala dele e tentou realmente bolir comigo realmente. Aí eu gritei e chamei a educadora. Mas ela era safada. Mas a educadora fazia parte com ele do negócio. Aí eu fui pro Conselho (pausa) de novo. Aí fui de novo falar com o juiz, ele me perguntou de novo e eu disse a ele que o padre tava bolindo com a gente. Você pode afirmar isso? (disse o juiz) Eu disse: Sabe por que? vocês não param pra conversar com as meninas, se vocês conversassem iam saber. Tá tudo errado. Aí foi. Só que ele conversou com as meninas, aí as meninas disse que o padre tava bolindo com elas, que ele obrigava elas a fazer coisas que elas não queriam. É horrível, né? Aí o juiz pegou me transferiu de novo (pausa) aí. Só que dessa vez transferiu tudinho de lá. Aí eu vim parar no Raio de Luz e as meninas foram prá outros cantos.

Separada dos irmãos, Sofia relata a sua chegada ao novo abrigo como uma reedição dos ingressos anteriores, organizando a narrativa a partir de marcadores que trazem a boa receptividade na entrada e a emergência de “problemas” na sequência. Lembrando-se que se tratava de um abrigo de “meninas” administrado por um padre, ela narra sobre as conversas mantidas com seus pares que a advertiram sobre **“as coisas”** que eram **“obrigadas a fazer com ele”**. Mesmo **“assustada”**, a adolescente decide ficar, suspeitando de um **“complexo”** por parte das meninas, possivelmente pela intenção de se manter num espaço depois de tantas desventuras. Credita, então, ao referido padre uma conduta “acima de qualquer suspeita”, numa reiteração a valores sociais que lhe são atribuídos. Contudo, o “problema anunciado” logo se confirma durante a **“noite”** em que **“ele tentou realmente bolir”** com Sofia, que se viu desamparada, pois ao contrário do que esperava a educadora não veio em sua defesa (**“fazia parte com ele do negócio”**).

Como uma marca de sua narrativa, a adolescente assume o protagonismo dos eventos e diz que foi ao Conselho Tutelar **“de novo”**, dando uma ênfase na recorrência das situações, e, **“de novo falar com o juiz”**, que possibilitou a sua escuta e das outras meninas do abrigo sobre as práticas de abuso sexual infligidas a elas pelo guardião⁵⁸ do abrigo, o que culminou com a transferência de todas para outras instituições. Sofia traz o relato com o “orgulho” de quem protagoniza um acontecimento importante pela coragem de não se submeter ao abuso, pela não intimidação diante do Conselho Tutelar e do juiz, cujo enfrentamento permitiu que as companheiras fossem ouvidas num espaço em que as vozes dos adultos e dos profissionais geralmente prevalecem, silenciando as dos jovens. Procedendo dessa maneira, reivindica uma autoridade de quem agencia (BRUNER, 1997) a própria vida. Ao sintetizar o contexto vivido, diz que **“tá tudo errado”**, referindo-se às práticas de acolhimento marcadas pela violação de direitos, levando crianças e adolescentes a **“fazerem o que não querem”**.

Como você se sente na casa de acolhida? *Aqui eu tenho apoio (pausa) da coordenação, das educadoras. Quando a gente tá chateada, elas chegam, elas conversam, ajudam (pausa) Acho que é um apoio que você chega (pausa) e muda. Eu fiz curso de cabeleireira, pintura, teatro, porque eu quis. Eu pedi. Porque a gente nasceu (pausa) fui pra rua e fui pro abrigo. Mas minha vida não acabou no abrigo. Eu vou ficar de maior, né? Então um dia eu volto e eu vou ter apoio (pausa) filho, né? com meu irmão, alguma coisa assim. Só eu sei o que eu passei. O que você mudaria no jeito dos abrigos? Eu não mudaria só as regras, mas o jeito das pessoas trabalhar também. Tipo assim: tem educadora que trabalha direito e tem quem não faz. Falta confiança. Veja! Elas chegaram aqui de um jeito. Chegando já assim: Olha, as antigas vão embora e as novatas são essas. E pronto. Aí as menina... o que elas pedir prá eu fazer, não faço (pausa) Eu acho que é pra chegar e*

⁵⁸Os dados disponibilizados pelo DDN 100 (Disk Denúncia Nacional) para o período de maio de 2003 a outubro de 2010 informam que das 140.106 mil denúncias recebidas, os casos de violência sexual somam 64.266, ou seja, 45,8%.

conversar. Até hoje as meninas não aceitam porque as educadoras antigas (pausa) começaram a chorar. Vê, tia! anos de trabalho de uma localidade. Você tirar assim de uma hora pra outra. Nós tudinho tava acostumada com as antiga. Eu não gostei. Porque aqui é assim: uns diz que pode, outros diz que não. Tudo é no relatório. Por que não conversa com a gente? Com as meninas? Isso torna o abrigo uma bagunça. Se a gente erra, tem medidas. A gente, se fez uma besteirinha, fica sem telefone um dia. Uma coisa mais grave, uma semana sem televisão. Eu acho que o adolescente não precisa saber o que é certo e errado. Ele já sabe. Ele já ouviu isso várias vezes, parece uma gravação. A criança tem que ajudar, são pequena, né? mas o adolescente não. A gente sabe das coisas, só faz porque quer. Eu colocaria tipo assim, uma assistente social mais fundamental. A maioria das assistente social fica pedindo os documentos da gente (pausa) mas não conversa. Pedagogo e psicólogo é igual, não é? Não, são diferentes. Teve uma vez que eu fiquei muito triste porque tinha um psicólogo aqui, não sei se é Assistente Social aqui que a menina queria desabafar (pausa) Ela queria conversar, mas ela não queria se convidar. Queria um psicólogo camarada (risos).

Ingressando numa casa de acolhida destinada a adolescentes do sexo feminino em situação de rua e com histórico de drogadição – o que não é o caso de Sofia, em se tratando do uso de drogas –, quando engravidou, a adolescente foi encaminhada para outro espaço de acolhimento cujo atendimento é organizado para adolescentes grávidas e/ou com filhos. É a partir desse lugar que a adolescente fala sobre sentimentos de **“apoio”** recebido dos profissionais que ali atuam, com intervenções que sinalizam a presença de um diálogo e aconselhamento que provoca **“mudanças”**.

Em vias de atingir a maioridade e esperando um filho, toma para si a responsabilidade de buscar novos investimentos, como cursos que a capacitem profissionalmente e lhe garantam a sobrevivência após o seu desligamento, fazendo uma reflexão sobre a sua passagem por diferentes contextos. Para marcar as diferentes fases da sua vida, traz as memórias do próprio nascimento, as vivências na rua, as experiências de acolhimento e a maternidade, emprestando sentidos de continuidade à sua existência. Já que a **“vida não acaba no abrigo”**, projeta o futuro para além da situação de acolhimento, contudo, diante do **“que já passou”** e das incertezas no futuro, considera que o atual espaço poderá se constituir como fonte de apoio para o seu filho ou para os seus irmãos menores no enfrentamento de possíveis adversidades.

A relação com a casa de acolhida parece se constituir com ambiguidades e Sofia refere-se a tensões, no cotidiano institucional, relativas às **“regras”** adotadas e ao **“jeito das pessoas trabalhar”**, trazendo como exemplo a constante mudança de educadoras da casa sem qualquer comunicação ou preparação prévias e a despeito das vinculações já constituídas com as acolhidas ao longo do tempo, dos laços de confiança já instalados e sem um tempo de planejamento que permita novas elaborações para o vivido. Dá sustentação ao seu discurso referindo os **“anos de trabalho”** dedicados pelas educadoras a casa, e o modo utilizado para

se fazerem tais mudanças – **“tirar assim de uma hora prá outra”**, o que é significado pela adolescente como uma atualização de perdas e rompimento de vínculos importantes.

A revolta manifestada pelas acolhidas e a “promessa” de uma “não colaboração” com as novas educadoras e **“suas regras”** parecem sinalizar formas defensivas que “antecipam” possíveis futuros rompimentos num cenário em que o signo da provisoriedade parece não apenas constituir a medida de acolhimento, mas as relações que ali se estabelecem, devido à, por exemplo, rotatividade frequente de educadoras. Nessa perspectiva, os sentidos de “provisoriamente” estendidos aos vínculos entre profissionais e adolescentes influenciam também as práticas profissionais organizadas a partir, principalmente, da necessidade de cumprimento dos prazos legais para a reinserção familiar/colocação em família substituta, em detrimento de espaços de troca de afeto e da constituição de vínculos.

Negociando sentidos entre o vivido e o desejado, Sofia propõe a presença de uma **“assistente social mais fundamental”**, de um **“psicólogo camarada”** na casa que a acolhe. Em outras palavras, ela sugere a presença de pessoas cuja disponibilidade permita a construção de interações que possibilitem diálogos, troca de conhecimentos e afetos, priorizando o compartilhamento de experiências e o apoio nos momentos de dificuldade.

Atitude diante das drogas: a sustentação de si na arte de desenhar

Eu nunca usei droga nem quero. Sofia fala dos convites dos seus pares para usar drogas E aí? quer dar um tapa na maconha? Eu digo vou dar um tapa na tua cara (risos). Eu já não tenho uma vida boa e usando droga, hein? É que a minha vida vai pro brejo mesmo (pausa) Meu marido mesmo (pausa) ele tinha medo pra eu usar por causa do abrigo, mas eu dizia: “Ôxe! eu tenho muito tempo de abrigo, nunca me aviciei não. Quem cuida de mim sou eu”. Fez amizades nos abrigos? Não quis. Na verdade, a metade deles teve oportunidade que eu não tive (pausa) e tá na rua (pausa) e eu tô aqui. Tem muito que tem casa própria e até dão emprego, mas querem usar droga. Mas a vida é assim. Amigos? Meu marido e Deus, porque não existe esse negócio de amigo não. Se amigo prestasse, não dava conselho mau. Amiga é sua mãe e seu pai. E, se não tiver, é quem lhe dá apoio. Eu me sinto gloriosa por não ter usado droga nos momentos ruins, nem droga, nem cigarro, nem bebida. Bebida, ôxe! pior bebida (pausa) Ôxe! Pra ficar (pausa) assim (pausa) O que você faz diante das dificuldades, o que você busca como apoio ou quem te apoia nesses momentos? Eu buscava no desenho. Eu desenho há muito tempo. (Estava desenhando desde o começo da entrevista) Quando eu ficava com raiva de uma pessoa assim, ôxe, eu fazia dez desenho e até desculpa eu pedia, mas não gosto da violência (pausa) das drogas. Olha! Vê. Durante o uso, eu digo por experiência do meu irmão gêmeo. Durante o uso, eles ficam mais legal. É, né, Sofia? (imita o irmão, falando de modo lento) Fica rindo sozinho (pausa) fica brincando comigo. Quando ele usa crack, a gente (pausa) dá bem demais (risos). Gosto mais dele quando ele tá cheio de crack, mas não pode, né? Eu tô errando se gostar dele assim. É porque o estresse que dá no meu irmão é quando ele experimenta e não dá conta do que tá sentindo. Não tem culpa, né? Eu acho que nada leva a usar droga. Porque ele usa droga e vê bem mais do que você. Quer ver. Você fica aí tipo assim: você vê tudo diferente do que é. Tipo: Você vê um arco-íris pintado de preto...mas não existe, né? A realidade não é isso. O que você pensa sobre a realidade? Nunca é bom. É uma realidade. Ele sabe que é errado e a pessoa usa droga pra ficar

sonhando. Porque o que existe é o agora, o amanhã, o mais tarde, o 24 horas é tudo que passa na vida da gente. O cotidiano. Eu sou diferente. A vida é assim. Recomeço é recomeço, realidade é realidade.

Sofia traz nessa fala a questão da drogadição⁵⁹ partilhada pelos companheiros, relatando que, apesar dos convites e do **“muito tempo de abrigo”**, **“nunca usou droga”**, refletindo sobre os efeitos de tais substâncias, como prejuízos a uma trajetória de vida já marcada por dificuldades. Parece guardar, assim, coerência com posicionamentos⁶⁰ que reivindicam para si sentidos de maturidade e responsabilidade e que **“cuida de si mesma”**, independentemente das influências que o meio possa lhe proporcionar. Tal posicionamento parece dialogar com ideias, presentes na cultura, relativas a adolescentes comumente vistos como sujeitos desajustados e irresponsáveis, oferecendo um contraponto a tais visões. Dessa forma, as versões negociadas pela adolescente no e sobre o contexto de acolhimento institucional ajudam a constituir-lo e a produzir novas versões sobre os acontecimentos, com repercussões para o seu próprio desenvolvimento e para o campo de interações onde se insere.

O distanciamento das práticas compartilhadas pelos companheiros, muitos dos quais tiveram “oportunidades” que ela não teve, como **“casa própria”** e oferta de **“emprego”**, parece emprestar um descrédito aos vínculos de amizade, quando declara que **“não existe esse negócio de amigo”** e que tais sentimentos, a princípio, são prerrogativas do universo familiar – mãe e pai – e de uma proteção divina. Todavia, recuperando as próprias vivências em que não pôde contar com um investimento dos familiares, ajusta o discurso e inclui no campo da amizade aqueles que **“lhe dão apoio”**.

A adolescente parece assumir uma posição ativa diante da vida e não se põe na condição de vítima das circunstâncias, utilizando os espaços e recursos existentes na perspectiva de estabelecer novas possibilidades de existência. A arte de desenhar é tomada por Sofia como a possibilidade de expressar seus sentimentos, um refúgio seguro que lhe oferece uma leveza para a autossustentação em meio aos conflitos cotidianos. Apesar de construir sentidos que associam violência à drogadição, retoma a ideia, ponderando sobre a

⁵⁹ Na região nordeste o consumo de crack cresce a partir dos anos 90, e Recife, juntamente com a cidade de São Paulo, figuram como as capitais onde o consumo de crack predomina. (Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua das 27 Capitais Brasileiras – CEBRID, 2003).

⁶⁰ A noção de posicionamento, também discutida na Redesig embasada em Davies e Harré (2002), diz respeito ao processo em que os interlocutores localizam-se e são localizados nas práticas discursivas, que permite compreender o aspecto dinâmico da produção das identidades pessoais.

experiência do irmão gêmeo que, quando **“está cheio de crack [...] fica mais legal [...] rindo sozinho”**, trazendo outras considerações e significados para o uso de tais substâncias.

A narrativa de Sofia é marcada por sentimentos de ambivalência identificada na “liberação” de uma **“culpa”** do irmão, que usa drogas por **“não dá conta do que tá sentindo”**, e numa assunção de culpa por **“gostar dele assim”**. Na sequência, modela o seu discurso para significar tais experiências como fugas a uma realidade que precisa ser enfrentada e vivida em sua emergência, ainda que seja adversa, por considerar que **“o 24 horas é tudo que passa na vida da gente [...] o que existe é o agora [...] o cotidiano”**, sustentando uma posição de quem não rebusca o passado ou antecipa o futuro, para situar-se no presente como uma realidade concreta que exige uma sucessão de novos recomeços (BAUMAN, 1998).

Na sequência, Sofia traz a gravidez como um acontecimento significativo em sua vida que ocorre entre as passagens pelas instituições e a casa materna. Atendendo ao pedido da pesquisadora, para que a adolescente fale um pouco mais sobre essa realidade, ela assim se coloca:

Eu até me preveni, visse? Mas eu não sei o que aconteceu. Engravidei e eu nem percebi. Meu marido disse: “Será que estourou e a gente não viu?” Eu engravidei. O negócio agora é (pausa) Aí ele fez assim: “Que bom porque eu queria (pausa) eu quero um menino.” Aí eu disse a ele: “Eu quero uma menina.” Mas a gente pensa de um modo igual. Então veio um menino e meu marido ganhou a aposta, viu? E tá (pausa) dentro aí. E quando eu engravidei eu digo: pronto, se eu já sou uma pessoa “cabeça”, vou ter mais ainda porque um filho é uma vida e uma responsabilidade, não é isso? Por isso que eu nem (pausa) não pensei em tirar meu filho não, Deus me livre! Deus me livre! Nunca passou pela mente de abortar ele. Tipo: Ah! vou tirar esse menino porque vai derrotar meu corpo e tem gente que tem pra segurar marido. Eu não. Porque eu quis. Mas não vou tirar ele. Na hora de nascer, nasce. Ele não pediu pra vir ao mundo mesmo, né? O que você sentiu quando soube que estava grávida? Eu comecei a chorar de felicidade. Fiz ali numa clínica de lá de Afogados, maternidade, muita contração na barriga. Fiz os exames tudinho. Aí tudo normal. Fazer o que agora? Tem que criar, né?

Narrando sobre a gravidez não planejada, de início Sofia parece chamar para si a responsabilidade, dizendo que **“até se preveniu”** e que não sabe **“o que aconteceu”**. Contudo, a gravidez ocorre dentro de um relacionamento positivado pela adolescente, que traz o diálogo com o marido para falar de uma assunção compartilhada de responsabilidades, em que as ponderações sobre as dificuldades e a avaliação das possibilidades resultam na decisão de ter a criança, em nome do desejo de serem pais. Pode-se inferir, então, que o fato de não ter sido planejada não implica, necessariamente, não ser desejada, reflexão que problematiza noções que concebem a gravidez na adolescência como “problemática” ou “indesejável” e que passam à margem das crenças, idealizações e significados da maternidade para as jovens (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004), numa visão que não opera com a possibilidade

de um exercício saudável de maternidade em função da fluidez e do trânsito de uma adolescência essencializada (FONSECA, 2005).

Para Sofia, a possibilidade de maternar é trazida como elemento de responsabilidade e amadurecimento na composição de um projeto de vida, refletindo um valor que reserva à maternidade um lugar socialmente reconhecido e dialogando com discursos que abordam a gravidez na adolescência como risco psicossocial por uma suposta “imaturidade” da jovem e como resultado “[...] da pobreza, da precariedade e da falta de acesso aos serviços de saúde, portanto, considerada como um reforço à pobreza e marginalidade.” (PANTOJA, 2003, p. 336).

A maternidade é afirmada por Sofia como parte do seu projeto de vida, uma condição que se realiza de acordo com a sua vontade, um acontecimento que se ergue para além dos valores “juvenis” de não **“derrotar o corpo”**, ou ainda como recurso para manter o relacionamento conjugal, **“pra segurar marido”**. A sustentação da gravidez, ainda que circunscrita às condições de acolhimento institucional, parece significar para a adolescente a possibilidade da construção de uma vinculação genuína, desejada, oferecendo novos sentidos para uma trajetória existencial marcada por rupturas.

Retomando a sua experiência na casa de acolhida, Sofia faz referências a aspectos positivos e negativos desse espaço. É o que se pode observar no seguinte fragmento:

Nos abrigo tem coisas ruins e coisas boas. Fala um pouco dessas coisas. Vê que tem lugar que você é ignorada. Depende de quem tá lá, do abrigo. A gente tem que contar com a gente mesmo. Aí a gente foge mesmo. Eu falava com o coordenador, mas acho assim, que ele tem obrigação de chamar a pessoa. Porque é o trabalho dele. O que o menino faz, o que ele vai fazer quando vai sair dali. É obrigação. O menino foge, evade, tira a maior onda e depois de tudo volta. Ninguém faz nada. Isso não tá certo. Sobre o movimento de “evasão” Sofia traz um exemplo para ilustrar: Tem um menino do Reciclar que é uma coisa absurda, diz tipo assim: “Ah! Eu vou evadir.” Eu acho um absurdo (diz Sofia). Eles abrem a porta. Olha, saia! Só tem até amanhã de meio dia pra entrar. Aí no outro dia de meio dia, o menino tá lá e o menino entra. Perguntei ao coordenador B.: “Coordenador, porque funciona assim?” O coordenador responde: “Por que funciona assim, Sofia? porque a gente trabalha com meninos assim, cheira cola e outras coisas mais, aí é por isso que funciona assim, a gente abre a porta e deixa os meninos sair para o menino não agredir a gente por causa da droga.” Isso é um absurdo! Aí eu perguntei a ele assim: “Mas, você já foi agredido por algum menino?” E ele disse não. (risos) E aí? Você sabia que, se conversar (pausa) assim (pausa) Uma conversa com o menino é capaz dele voltar pra escola? Então diz o coordenador: “Não, mas esse trabalho já não é meu, ele vem prá cá para ser transferido pra outro abrigo. Para outro abrigo. Eu já boto prá outro abrigo.” Sofia pergunta: “Depois, ele pode voltar prá cá?” Ele disse: é! Tá vendo tu? (Diz Sofia) Quando o menino quer fugir (pausa) como ele usa droga, abre a porta e deixa ele fugir. Assim é fácil, né?

Sobre aspectos que fazem a diferença nos atendimentos pelas casas de acolhida, Sofia traz a atuação dos profissionais como elementos que podem ou não oferecer condições de desenvolvimento ao adolescente, a depender de como tais práticas são realizadas. Alinha-

se assim, ao que Rossetti-Ferreira e cols. (2004) entendem por circunscritores presentes nos contextos sócio-históricos.

Em sua narrativa traz uma condição de invisibilidade do acolhido em lugares onde a falta de apoio deixa o sujeito à mercê da própria sorte, ao justificar que as constantes **“fugas”** dos adolescentes de tais espaços de acolhimento se dão pelo fato de serem **“ignorados”** por aqueles que têm a **“obrigação”** de acompanhá-los no dia-a-dia. Refletindo sobre a qualidade de tais vinculações, Sofia seleciona um episódio que lhe parece significativo, em que busca a afirmação da sua posição ativa diante das situações vividas. Relata sobre os movimentos do **“menino que foge, evade, tira a maior onda e depois de tudo volta”** com a anuência dos educadores, que **“abrem a porta”** e até anunciam o horário máximo de seu retorno – não necessariamente como uma medida disciplinar, mas, possivelmente, para não caracterizar a chamada **“evasão”**, cuja comunicação ao poder judiciário é exigida no prazo de vinte e quatro horas.

Numa narrativa marcada pelo sentimento de indignação em que, por diversas vezes, aumenta o tom de voz e inquieta-se, a adolescente refere que **“ninguém faz nada”** para modificar esse cenário, trazendo a fala do coordenador do espaço que parece compreender tal movimento com uma **“naturalidade”** justificada pelo perfil dos adolescentes da casa: **“cheira cola e outras coisas mais”** e podem se tornar agressivos se impedidos de sair para fazer uso de drogas. A adolescente relata ainda que o **“menino”** anuncia a própria evasão em voz alta diante do educador, manifestando a compreensão de que a **“fuga anunciada”** pode estar expressando o desejo de ser **“contido”**, de ser cuidado, de ser visibilizado para além dos estereótipos.

No enredo que envolve os acontecimentos na casa de acolhida, Sofia expressa uma visão de mundo que demonstra a capacidade de negociar versões sobre o contexto de acolhimento e avaliar as limitações do trabalho desenvolvido pela instituição em seus aspectos educativos. Dessa forma, parece afirmar a necessidade de um investimento na qualidade das interações como circunscritor de possibilidades para o desenvolvimento dos adolescentes (ROSSETTI-FERREIRA e cols., 2004), em que a **“escola”** é significada como a síntese dos espaços de inclusão e socialização para a construção de novos projetos de vida, num contraponto ao vazio de oportunidades que a instituição representa para tais sujeitos.

O que você pensa sobre o futuro? *Eu não olho pra trás não. A gente tem de sonhar, imaginar, ôxe! Tentar. Eu sonho com um futuro melhor, um planeta melhor. Ôxe! a vida é boa.* Quais os teus planos para o futuro? *Meu sonho é ter minha casinha com meu marido, depois uma profissão... qualquer uma* (pausa) *Assistente social. Vida de pobre é fogo. Quem é rico teve oportunidade. Tem pessoas que não tem. Eu sei que, se eu colocar meu currículo num lugar, eu* (pausa) *não vou ser escolhida, mas*

não vai ser o que eu quero, eu quero ser uma educadora, eu queria ser uma profissionalizante. Todo mundo me acha inteligente. Eu sei que vou conseguir. Para mudar esse jeito do abrigo. O futuro eu penso o melhor, espero sempre o melhor. O pior a gente já vive, né? Falo um pouco sobre o prazer que foi conversar com ela e do que eu aprendi.

Convidada a falar sobre o futuro, Sofia parece visualizar o passado com os olhos do presente e narra sobre a importância de projetar **“sonhos para um futuro melhor”**, num movimento que avalia as experiências passadas a partir dos elementos que constituem o seu presente (BRUNER; WEISSER, 1995). Nesse sentido, sonhar se constitui como a possibilidade de (re) construir novos sentidos para a existência a cada dia, a partir de eventos que promovam mudanças em sua trajetória. E, assim, contraria versões de pesquisadores e educadores sociais para os quais crianças e adolescentes em situação de rua não têm expectativas de futuro e que só conseguem organizar a vida a partir da satisfação das necessidades imediatas (NEIVA-SILVA, 2003).

A adolescente inclui, na sua pauta de expectativas, não apenas os recursos básicos para garantir a sobrevivência e segurança, como a moradia, que pode ser uma **“casinha”**, e uma **“profissão [...] qualquer uma”** – negociando as possibilidades e limites inscritos no próprio contexto. Os seus sonhos alcançam, porém, esse “amanhã” de um modo abrangente, na medida em que vislumbra uma sociedade diferente, mais justa e igualitária, **“um planeta melhor”**, onde todos tenham acesso à realização dos seus projetos de vida. O desejo de Sofia é fortemente marcado pelas contingências de sua vida como a passagem por diferentes contextos, em que as experiências de acolhimento institucional adquirem maior visibilidade, influenciando o modo de projetar o futuro. Diz, então, que **“queria ser uma educadora [...] uma profissionalizante [...] para mudar esse jeito de abrigo”**, identificando dificuldades presentes no espaço de acolhimento, ao mesmo tempo em que reconhece a sua validade e significado para crianças e adolescentes que dele necessitam.

4.3 Sentidos de rua

4.3.1 Davi : **“[...] é morador de rua? dançou... quando a rua ficava ‘feia’, eu voltava prá casa”**

No dia marcado para a terceira entrevista com Davi, o abrigo estava recebendo mais dois adolescentes e havia muito barulho na casa. Então, perguntei a ele se podíamos conversar na biblioteca do bairro, que fica quase em frente ao abrigo. Ele silenciou e eu argumentei que

lá poderia ser mais tranquilo e que fazia parte da comunidade onde ele morava, além de estar aberta a todos aqueles que se interessassem.

Ele mostrou-se reticente, mas, depois de alguns segundos, concordou. Falei com o coordenador do abrigo e para lá seguimos. No percurso, Davi me seguia e, quando chegamos à porta, ele parou e eu o convidei para entrarmos juntos. Apesar de haver poucas pessoas nos ambientes, o local me pareceu barulhento em função dos carros que circulam em frente à biblioteca e porque as janelas ficam abertas. De todo modo, fomos até o balcão e pedimos à pessoa que nos atendeu que sugerisse um local mais silencioso. Ela nos acompanhou até um dos ambientes, mais recuado, cujos ruídos se ouviam com menor intensidade. Havia um birô com duas cadeiras e algumas mesinhas dispostas para atividades de crianças. Sentamo-nos e fizemos um breve relato da entrevista anterior.

Peço para que Davi conte mais sobre a passagem pela rua, sobre o dia-a-dia. Ele diz: *A vida na rua (pausa) eu acordava, ia prá padaria pedir dinheiro lá em Boa Viagem (pausa) Eu dormia na mesma padaria de lado, em cima do papelão, ficava menino e menina. Tudo junto. Todo mundo junto? Como era isso? Fala um pouco. Davi responde: Tem a padaria, tem um murinho onde a gente fazia sexo, a gente acordava e ia pedir o café da manhã (pausa) os pessoal que passa dá dinheiro. Dinheiro do cumê, do café da manhã. Aí depois ia encostar (estacionar) carro de meio dia. Depois de lá a gente esperava dar três horas pra pegar o almoço do bar (pausa) lá e comia. E todo mundo junto (pausa) Era dois prato, um pra mim e pra minha mulher (pausa) namorada, e outro prá ele e a namorada dele. Como era a relação de vocês? Rolava briga só por causa de droga A gente só brigava por causa de droga, quem tinha mais. Um queria ganhar mais que outro. E o que acontecia quando brigavam? A polícia chega, bota nós com a cara (pausa) manda o cara pra parede, dá no cara, sem o cara fazer nada, diz que tá fazendo suspeita de roubar, que o cara tá traficando. Uma vez, ele puxou meu braço, tava com o braço quebrado. Queria terminar de quebrar. Como isso aconteceu? Fui comprar pão e mortadela e guaraná que minha namorada tava com fome. Fui, aí vi o carro da polícia. Aí passou. – “Tá ficando , tá fazendo aí o quê” (o policial pergunta) “ Vim comprar coca cola, guaraná e mortadela.” – “Foi não, veio pegar crack”.Deu logo um choque em mim, os pessoal disse: “Ele não tá roubando não.” Depois eles me viu voltar com o saco de pão, mortadela e guaraná (pausa) eu apanhei muito rapaz! Fazendo ou não fazendo. (pausa) Murro nas costela, na boca do estômago. Já levei muito pau, véi! Os pessoal da rua viu e eles me deixaram. Uma vez eu fiquei dois dia na cama deitado, dois dia, tudo roxo. A polícia me massacrou, me massacrou (pausa longa) de tanta porrada. Os policial não tem dó não. É morador de rua? Dançou.*

Convidado a falar sobre as vivências de rua, Davi seleciona as experiências compartilhadas com meninos e meninas do seu grupo, que “montou” o próprio território próximo a um estabelecimento comercial de um bairro abastado. O local, então, torna-se palco das atividades diárias do grupo, como acordar, pedir dinheiro para o *“café-da-manhã”*, cuidar da higiene pessoal num *“banheiro público”*, *“encostar carro”*, usar drogas, fazer sexo e dormir, *“tudo junto”*, inscrevendo experiências privadas num espaço regulado pela ordem pública. Observa-se que, na passagem pela rua, ainda que de modo nômade, a sobrevivência parece sintetizar práticas e valores advindos de diferentes contextos por onde circula, como a

casa e as instituições de acolhimento, num processo de negociação com as possibilidades e limites inscritos na fluidez das ruas. **“Todo mundo junto”**, numa estratégia que parece combinar a necessidade de proteção e solidariedade para o enfrentamento das adversidades e a realização das trocas afetivas.

Os laços de solidariedade que permeiam as relações grupais parecem ser enfraquecidos na medida em que os interesses individuais emergem. Neste sentido, Davi relata que as tensões entre os pares, as **“brigas”**, só ocorriam **“por conta de droga”**, em que **“um queria ganhar mais que outro”**, e que tais conflitos eram objeto da intervenção da polícia, sempre à espreita, numa salvaguarda à manutenção do “estabelecido”, de uma ordem pública que delimita ações e espaços àqueles que, “[...] ao registrarem sua existência tornam públicas as suas redes de exclusão social” (ZALUAR, 2004, p. 235).

Davi relata que **“fazendo ou não fazendo”** (ações delituosas), o tratamento dispensado pelos policiais aos adolescentes é o mesmo, ou seja, o ritual empreendido pela polícia para comunicar a violência da abordagem parece não oferecer chance de defesa, pois há uma presunção de culpa que lhes é conferida socialmente, como se o registro de suas existências, por si, denunciasses a ordem social que os constitui. Dessa forma, o movimento singular de adentrar numa padaria pode significar uma incursão perigosa, tomada como uma “invasão” de espaços que não se destinam a **“morador de rua”**, cujas fronteiras físicas e simbólicas restringem sua circulação e justificam atitudes de suspeição e de violência. A “proximidade” com o aparato policial parece ser constante, uma vez que a presença dos meninos e os movimentos deles no espaço público não apenas subvertem a lógica de tal ocupação como sugerem sentidos de ameaça constante devido às diferenças que expressam.

Eu peço que ele me fale sobre como ele se sente na rua? *Na rua a gente tem liberdade de usar droga todo o dia, porque em casa a gente não tem essa liberdade de usar droga. Todo dia, toda hora, todo instante tem o dinheiro da droga, mas a gente gasta o dinheiro todo na droga. Quanto mais ganha, não dá (pausa) gasta tudo. O dinheiro só é para comprar droga, pedindo, roubando, mas tem de ter droga, senão não tem graça.* Pergunto como ele vive na rua? E Davi: *A gente (pausa) Eu tomava banho num banheiro público, tem tipo uma cisterna grandona e a gente enche o balde, leva pro banheiro, fecha o banheiro e toma banho.* Pergunto sobre as situações que ele vivenciou na rua e ele diz: *O pior da rua foi a morte (pausa) tentativa de morte que eu sofri. E o melhor foi eu encontrar com a minha namorada (pausa longa). Um ano e seis meses. Ela engravidou e a mãe dela mandou ela tirar (pausa longa). Tava com três mês. E aí? Perguntei. (Uma nova pausa e um bocejo). Diz: Deu em nada. A mãe dela mandou ela tirar. Ela foi pra casa de minha mãe. Ela fugiu da casa da mãe dela e foi morar com minha mãe, mas ela tá presa, por tentativa de homicídio.* Peço que Davi conte como isso aconteceu. Ele prossegue: *Tava eu e meu colega preso por causa dela, aí fui à procura dela, tava falando com ela, e pá (pausa) tava a fim de fumar uma maconha. Aí vou dar uma “bola” ali e fui pedir a outra menina que era colega dela que eu já tinha namorado também. E ela me deu e minha namorada não deu. Ela achou que tinha intenção e de noite rolou a briga delas duas. Aí eu comecei a fumar, mas não beije não. Ela pegou um gargalo de cerveja e cortou a menina. Aí tá presa.*

Pergunto a Davi como ele se sente na rua, e ele responde enquanto grupo de pares: **“a gente”**, para falar dos sentidos de liberdade que atribuem à rua, significada pela possibilidade de fazer uso de drogas livremente, sem a interferência dos familiares. A diversidade de atores sociais presentes no referido espaço, como transeuntes e comerciantes, oferece oportunidades de negociações constantes para a obtenção de dinheiro, como a prática de mendicância e os furtos, trazidos como as principais fontes de recursos para a sobrevivência nas ruas, onde o uso frenético de drogas exige uma busca constante de estratégias diárias para angariá-las.

Sobre como é viver na rua, mais uma vez o adolescente traz o grupo de pares para falar da própria experiência, expressando uma vinculação, uma fonte de referência e pertencimento, cujas vivências compartilhadas denotam a constituição de uma rede importante de sociabilidade. Segundo Lucchini (1993), para algumas populações, a rua não significa apenas um lugar de passagem, mas um espaço de sobrevivência e de formação de vínculos.

Como numa síntese daquilo que o contexto da rua pode proporcionar, Davi, que está afastado da comunidade de origem por estar ameaçado de morte por traficantes de drogas, traz a **“tentativa de morte”** que sofreu como a pior experiência vivida no contexto da rua e o encontro com a namorada como a melhor. Nesse momento, parece se transportar para o tempo vivido na companhia da namorada: **“um ano e seis meses”**. Diz isso em tom nostálgico, lamentando a interrupção de um relacionamento afetivo circunscrito à efemeridade das vivências nas ruas. Mesmo afastado, o adolescente traz o “drama” da trajetória da namorada que, após a gravidez que **“deu em nada”**, encontra-se **“presa por tentativa de homicídio”** contra outra adolescente, decorrente de ciúmes de Davi. Essas circunstâncias não são trazidas de modo claro pelo adolescente, que argumenta a falta de sustentação para o ato, considerando que **“a outra menina era colega dela”** e que o compartilhamento de drogas é tido como algo natural dentro do grupo, além do fato de não tê-la **“beijado”**, o que remete a referências, como a fidelidade, que regulam o namoro tradicional. Observa-se, então, que o universo da rua parece compor diferentes experiências de sociabilidade que podem se uniformizar no enfrentamento das dificuldades que ameaçam o grupo como um todo, mas que também expressam diferenças no que diz respeito às negociações das questões sexuais e afetivas, significando uma fonte de carinho e conforto, mas também de punição e dominância.

Pergunto como era viver com o grupo de meninos e meninas. Davi fala que: *Na rua tem que juntar dois, três, quatro, porque eles querem arranjar briga com a gente, tirar a roupa e a gente se defende, Óxe! compra faca, pega barrote, tem que se defender. Pedra, tijolo.* Pergunto se esse meio funciona. Ele diz: *Só respeita quando o cara bota pra fuder em um.* Procuro saber o que cada um faz no grupo (menino e

menina). Davi: *A gente rouba e ela faz a comida. Quando rola “fuleragem” (pausa) a gente rouba e elas faz o cumê (pausa). Tem as panela normal (pausa) as meninas têm as panela normal, assadeira, manteiga, óleo, normal (pausa) tem a cuscuzeira, sal para fazer a massa do cuscuz e as meninas faz ovo (pausa) A gente vai no supermercado para comprar e as meninas cozinha. Tudo normal. A gente se vira. O time que a gente ficava era vinte adolescente (demonstra entusiasmo). A gente ficava como um time, na base de quinze (pausa) 9 meninas e 11 meninos, vinte adolescentes, 10 meninos e nove meninas. A minha namorada e outra namorada (pausa) e outra solteira, outras separada dos menino, mas, quando eu não gostava muito de tá na rua, aí eu voltava pra casa de minha mãe. Uns seis, sete dias na rua, depois voltava (pausa), mas eu gosto muito de andar (pausa) ver as coisas, não sou passarinho para ficar preso. Quando a rua ficava feia, eu voltava pra casa.*

Pergunto sobre a convivência com meninos e meninas no grupo e Davi evoca aspectos de proteção e segurança para justificar uma uniformização de práticas, adotadas tanto por meninos como por meninas, quando todos se **“juntam”** para se defenderem de ataques externos e garantir a sobrevivência do grupo como um todo, expressando vínculos que parecem sustentar-se na necessidade e na capacidade de subsistência nas ruas. Além disso, vê-se que há indícios na fala de Davi de que a violência policial não se constitui como única ameaça ao grupo, considerando que os adolescentes podem ser alvo também de adultos da sociedade ou ainda de outros jovens. A uniformização das práticas parece ser negociada de acordo com os diferentes contextos e situações vivenciadas. Desse modo, por se tratar de uma tarefa culturalmente atribuída às mulheres, o preparo da alimentação é tarefa das meninas do grupo. Davi refere que o grupo **“rouba”**- sem deixar clara a inclusão das meninas na ação – e **“ela faz a comida”**, **“tudo é normal”**, diz o adolescente, numa referência à divisão tradicional de tarefas observadas no âmbito doméstico. Em sua narrativa, traz, enfaticamente, nome de utensílios de cozinha e de alimentos para confirmar o discurso e reivindicar uma aproximação com um universo familiar socialmente valorizado.

Emprestando significados de cooperação ao grupo, diz fazer parte de um **“time”** numeroso, em que a quantidade de meninos e meninas é proporcional, embora as pesquisas identifiquem um número inferior de meninas vivendo nas ruas. Nesse **“time”**, as meninas são **“apresentadas”** a partir das relações afetivas que mantêm ou mantiveram com os meninos: **“namorada”**, **“solteira”**, **“separada”**. Apesar do entusiasmo manifestado pelo adolescente quando traz as experiências junto aos pares, ele relata que **“quando não gostava muito de tá na rua, voltava pra casa”** da sua mãe, expressando um movimento importante entre os dois contextos, onde a casa materna parece significar uma alternativa possível diante das situações de ameaça iminente – **“quando a rua ficava feia”**. Contudo, a volta sistemática às ruas é trazida com sentidos de uma liberdade que lhe permite dispor do tempo, do espaço e do

próprio corpo (VOGEL E MELO, *apud* ADAD, 2004), referindo que não é **“passarinho pra ficar preso”**.

Pergunto sobre os bons momentos e ele diz: *A gente se divertia e ia pra praia, carnaval, ia pra muitos canto (pausa) parque da jaqueira, treze de maio, ficava brincando, as vez nós ia nos brinquedos, parecia menino de dez, onze anos (pausa) brincar de garrafão, de pega- pegou, de se esconder. Ia pra praça. Cinema não, porque o dinheiro era para droga (pausa) Já fui no Boa Vista, Recife (shopping). A gente ia lá, comprava roupa, como eu tava na rua, só usava Sea Way (pausa) mas fui roubado. Peço que conte o que aconteceu. Diz Davi: Eu tava sozinho (pausa) todo mundo saiu. Tava com a camisa e a bermuda da Sea Way (pausa) a polícia disse: “Tira a roupa” (pausa) A polícia olhou e disse: “É roubo”, e me deixou de cueca (pausa) só porque era de marca, véi! Me ferrei. Levou minha roupa todinha, brinco, relógio, anéis (pausa) eu tinha muita coisa e perdi pra eles. A gente tem de se juntar senão roubam a gente, leva a roupa da gente. Davi prossegue, em tom de excitação: Na rua não pode roubar o outro, do time (pausa) pode não (pausa) é regra (pausa) quem comandava era D. e eu, era os mais velho, a gente dizia que não era para andar com “maloqueragem” na rua, perturbando e eles tinha de obedecer. Perturbando, apanhando de polícia à toa. Ôxe! Perdi muita coisa pra polícia, pros bandidos. Eles vende, troca, dá. Nunca fui protegido pela polícia. Do jeito que eu roubo, ele rouba também.*

Os bons momentos trazidos por Davi expressam situações lúdicas, divertidas, compartilhadas com o grupo, em passeios por diferentes espaços públicos, como praia, eventos coletivos e parques, cujas vivências sinalizam uma articulação com a construção de vínculos sociais e, portanto, constitutiva de subjetividades. Relata a participação em jogos de rua como **“pega-pegou”** e **“se esconder”**, e em brincadeiras que mais pareciam coisa de **“menino de dez, onze anos”**, negociando e dialogando com espaços urbanos, permeados por fronteiras materiais e simbólicas e por discursos sociais que lhes atribuem sentidos de periculosidade, numa clara associação entre violência e pobreza (ZALUAR, 2004).

As experiências lúdicas do grupo de Davi parecem se restringir aos espaços públicos com sentidos de um território “[...] definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), espaços nos quais o grupo de adolescentes parece “negociar” um compartilhamento com diferentes atores sociais. O dinheiro que conseguem nas ruas, segundo Davi, é destinado, prioritariamente, ao uso de drogas e à compra de roupas **“de marca”** em **“Shopping Center”**, justificando não frequentarem espaços privados para cujo acesso é exigido dinheiro. Nesse sentido, vê-se que a incursão nas ruas possibilita ganhos financeiros ao adolescente através da mendicância, venda de produtos ou tráfico de drogas e promove o compartilhamento de valores da sociedade de consumo, em que a busca do prazer se constitui como um importante valor cultivado na sociedade moderna (CRIVES; DIMENSTEIN, 2003).

Contudo, inserido numa dinâmica que combina aspectos de inclusão e exclusão, o adolescente diz, com revolta, que foi **“roubado”** pela **“polícia”**, significada como bandidos, que lhe despojaram da roupa que usava, além de objetos supostamente roubados. Isso sugere

que “[...] não ter dinheiro para consumir os bens cada vez mais oferecidos no mercado equivale para os pobres a ser objeto de suspeita de cometer atos ilegais ou ilícitos, ou ainda serem agentes da violência” (ZALUAR, 1992, p. 37). A experiência de ser abordado por policiais enquanto estava sozinho parece trazer significados sobre a proteção que o grupo de pares representa, num contraponto à violência daqueles que deveriam protegê-lo, a polícia. Davi fala ainda sobre as regras que medeiam as vinculações do grupo, cujos membros não podem **“roubar”** uns aos outros. São regras negociadas como estratégias de sobrevivência entre “iguais”, mas que, nas relações com o mundo externo, o das ruas, expressa elementos de hierarquia, a partir da seleção de marcadores como idade, associada à experiência, que atribui aos **“mais velhos”**, a partir de um saber constituído no circuito das ruas, orientar os mais jovens a se conduzirem nas diferentes situações e com os diferentes interlocutores e discursos no referido contexto.

4.3.2 Fernando: “[...] na rua tudo é ‘insulto’”

A terceira entrevista com Fernando foi adiada por duas vezes. Na primeira tentativa, o adolescente havia saído e, mesmo após algumas horas de espera, não retornou. Na segunda tentativa, estava completamente drogado e pediu à pesquisadora que viesse num outro dia.

No dia da entrevista, o abrigo estava mais calmo. Alguns adolescentes estavam na calçada em frente à casa, um deles em cima do muro lateral, e Fernando assistia à televisão. Para a alegria da pesquisadora, o adolescente a acolheu de forma afetiva e levantou-se em direção ao seu quarto, indicando que para ele ali era o melhor lugar da casa para se conversar (mesmo local da entrevista anterior). Dessa vez o adolescente estava menos tenso. Sorriu e se desculpou por não ter conversado nas outras ocasiões.

Pergunto como foi a sua saída de casa para a rua. *Vou fazer dois anos que saí de casa. Era assim: vinte e quatro horas passava assim (pausa) na rua, eu saía de seis horas da noite (pausa) quando era pirraia, ia pro mercadinho (pausa) seis horas da noite quando os pirraia já estava ali com dinheiro. Ali os cara me dava outros negócio pra traficar. Eu começava a traficar até cinco seis horas, não juntava dinheiro não (pausa) era muita droga. Num ia pra escola não (pausa) Me acordava no outro dia de meio dia (pausa) muita droga. Aí depois deu um negócio errado, os cara queria matar o cara. Passei da morte duas vez. Pulei fora. Depois o gerente morreu e nesse negócio eu fiquei nesse meio. Quase que eu ia morrendo. Peguei a minha parte e me saí. Aí o patrão começou a falar m.... Outro cara de maior. Dizendo que queria o dinheiro dele (pausa) Deu nisso (pausa) Até agora eu tô aqui. Eu já tô há dois anos que eu tô na rua. Não sei a explicação a maior parte do tempo (pausa) o que eu fazia não, sempre dando nos pirraia, ia pra praia e começava a tomar a bolsa dos outros, tomava mesmo (pausa) não, eu não sei a maior parte do tempo o que eu fazia não (pausa) ôxe! Não era eu.*

Para narrar a sua saída de casa para as ruas, Fernando expressa uma dificuldade de lembrar-se de tais vivências, contudo busca organizar a experiência no tempo de modo retrospectivo, a fim de reconstituir o drama em que foi personagem. “Conferindo” o tempo de afastamento do contexto familiar – **“dois anos”** –, situa-se então numa infância, cujas práticas delituosas junto à comunidade de origem parecem ser evocadas no sentido de justificar o seu ingresso nas ruas e a saída de casa. A inserção de Fernando nas atividades do tráfico coincide com o descrito por Zaluvar (1994) em termos de trajetória, que identifica o ingresso de adolescentes por volta dos onze e treze anos e o provável afastamento das famílias.

A experiência com a drogadição já na infância e o seu “recrutamento”⁶¹ por parte de traficantes locais parecem atuar como circunscritores que contribuem para o seu afastamento do contexto da escola, sobretudo pelas jornadas noturnas que empreendia nas ruas para realizar a venda ilegal. A situação que culmina com o desterro da comunidade, o **“negócio que deu errado”**, não é trazida de modo claro pelo adolescente que, discursivamente, se afasta do **“problema”**, porém, já na condição de vítima e sobrevivente, sustenta: **“passei da morte duas vez”** e **“pulei fora”**. Em sua narrativa, o adolescente registra sua vinculação com a cultura do tráfico de drogas, através da enunciação de personagens cujos nomes expressam os “status” na organização criminosa: **“gerente”**⁶², **“patrão”**⁶³, o que supõe um modo de estratificação do poder.

Expressando certa “confusão” para identificar a sua “localização” atual, Fernando refere-se ao abrigo (**“até agora eu tô aqui”**), ao mesmo tempo em que diz que está **“há dois anos na rua”**, enunciando o trânsito frequente empreendido entre tais contextos. Numa perspectiva de avaliação e ressignificação, o adolescente traz imagens de experiências vividas nas ruas, numa autocrítica que busca “ajustar” comportamentos inadequados às mudanças observadas no presente. Todavia, diz não saber explicar **“a maior parte do tempo o que fazia”**, assumindo uma posição contraditória, ao não reconhecer-se ou identificar-se com tais ações. Diz: **“não era eu”**.

Peço que Fernando fale um pouco sobre as experiências que viveu nas ruas. Ele diz: *Ôxe! os povo tá tudo na rua. Tudo é insulto (pausa) o governo tirou a casa dos outros, deixa ele na rua. Porque isso quem fica na rua tá pronto pra tudo, pra roubar, matar, traficar (pausa) a culpa é do governo (pausa) o governo tem culpa. Devia tirar os morador de rua. Mas, só quer saber de eleição. Só olha pra favela em tempo de eleição (pausa) Por isso eu não voto neles. Se eu fosse de maior, disse pra*

⁶¹ Zaluvar (1994)

⁶² Responsável pela boca de fumo. Dowdney (2003).

⁶³ Denominação usada para definir aquele indivíduo que tem a função superior no controle do tráfico na favela. Ele é o responsável pela compra de drogas que será vendida na favela. Improvável que more nela, mas quando não está preso, visita-a com frequência. Dowdney (2003).

eu votar queria ver eles mandar eu votar. (gesticula muito) O único cara que construiu mais casa foi Lula, só ele, os cara vê mesmo que ele construiu (pausa) as casas. Vê se olha pra trás. Ôxe! Cadê que quer ajudar os adolescentes? Muitos cara desses queria ser atirador (pausa) de elite mesmo. Ficar em cima de uma laje enorme (Fernando levanta-se e começa a encenar) passar um deputado, um presidente daqueles e tufff (imita o som do disparo de uma arma) pronto (pausa) na testa (pausa) menos um. Pergunto o que ele pensa que eles poderiam fazer. Dar um curso às crianças de Pernambuco. Pode ver, só olha pra favela no tempo de eleição, quando a eleição acaba, vai se embora. Tem casa, dinheiro, não olha pra ninguém. Quem tá na rua que se foda. A lei deles é essa. Devia tá ajudando o cara (pausa) os adolescentes. Em vez de limpar, eles suja a rua (pausa) matando os pirraia. Quem tá na rua diz logo que o cara é um vagabundo, por isso o cara toma ódio (pausa) de tudo cara. Eles insulta os cara (pausa) não escuta os menino também (pausa) os menino tão morrendo (pausa) tão morrendo. Mas não tem nada não (pausa), mas não tem nada não (pausa) leva um, dois, com ele.

Convidado a falar sobre suas experiências na rua, Fernando afasta-se discursivamente do contexto, para relatar, na “terceira pessoa” e de modo veemente e performático, a situação do **“povo”** que está nas ruas, onde **“tudo é insulto”**, no esforço de interpretar as condições precárias em que vivem. As palavras ditas de modo enfático sinalizam valores e crenças que parecem denunciar, ainda que indiretamente, a própria condição de existência.

Na construção narrativa, o contexto das ruas é significado como um lugar que potencializa violências, lugar de exclusão, de abandono; e o **“governo”** que **“só quer saber de eleição”**, como agência privilegiada para resolver a questão. Sobre tal descaso, Fernando marca a sua enunciação posicionando-se direta e intencionalmente: **“Por isso eu não voto neles [...] se eu fosse de maior...”**. O conjunto de experiências vividas em sua trajetória é articulado aos diferentes discursos sociais na busca de descrições e interpretações para traduzir uma situação complexa, na qual se encontra implicado, e justificar possíveis ações delituosas daqueles **“que fica na rua e tá pronto pra tudo”**, no enfrentamento das dificuldades nas ruas.

Construindo significados sobre si mesmo a partir do contexto histórico e cultural em que se insere, Fernando usa da liberdade interpretativa que a narrativa lhe oferece (BRUNER, 1997) para singularizar os acontecimentos e traz a necessidade da promoção de **“curso às crianças de Pernambuco”**, apoiando-se na própria experiência para atribuir sentidos positivados às questões educativas como via de acesso a melhores condições de vida. Num convite à interlocutora para compartilhar da sua versão, o adolescente chama a atenção para o descaso empreendido por políticos que **“só olha pra favela no tempo de eleição”**, objetivando a preservação de vantagens privadas em detrimento das obrigações públicas para com a população que representam. Nesse fragmento narrativo, observa-se o envolvimento significativo do adolescente com seu enunciado, quando “denuncia”, numa

revolta incontida, as consequências do descaso público na vida dos adolescentes, dos **“pirraia”, “meninos que tão morrendo”** nas ruas à revelia do poder e do interesse públicos, fomentando uma lógica retributiva para a violência⁶⁴.

O cara passa um ano e seis meses na rua (pausa) É inexplicável (pausa) Só fica a fratura da droga (pausa) mais nada. (peço que me explique o que é fratura) Ele diz: sempre a droga deixa uma dor na gente (pausa) a droga deixa uma dor no pulmão. De vez em quando dói, quando o cara vai se esticar. A maconha faz o cara enlouquecer, crack o cara só falta morrer, cola o cara fica vendo coisa (pausa) mesma coisa. Cada vez que me esforço pra sair mais vontade dá. Queria sair dessa vida, mas mais vontade dá. Não tava doendo assim não. Eu já usei muito “bagulho”, fiz muito “barulho”, já briguei muito na rua, muitas coisa por causa de drogas. Peço que conte sobre as muitas coisas que viveu na rua. A rua só tem coisa ruim (pausa) ninguém presta ali (pausa) só tem “trairagem”. Altas amizade mesmo é só pra chamar para usar drogas. O cara não conseguia dormir direito. Dorme em todo lugar, só a camisa e a chinela, nem colchão nem nada (pausa) mal tem a chinela. O pirraia começava a roubar e a matar (pausa) tinha nada a ver (pausa) Aí a guerra começou. Os pirraia sempre briga um com o outro (pausa) cada um querendo se matar. “Fuleragem”. Os cara ambicioso, ganancioso, pensa que vai se dar bem na vida. Numa hora ou outra “a casa vai cair”. Eu prefiro viver a minha vida sem “mexer” mais no que é dos outros. Eu uso minha droga, mas não roubo mais. Não tem futuro não. Na rua a turma é “lei do cão”. Do ponto de vista deles o mais forte vai sobreviver, mas é tudo mentira, o mais forte sempre vai (pausa) se acabar na história (pausa) acaba mal. Quem é o mais mole fica por último (pausa) não vai ter discussão. Longe de problema e assim vai indo (pausa) vive mais. O mais forte morre logo. Já era. “Roda” logo. Não é todos e todos que eu confio não, as vez troco uma idéia, mas não confio. Tá doido? Por isso que eu preciso ter uma arma (pausa) pra cada pirraia desse aqui. Se o cara tentar, já tô na frente dele. Eu aprendi isso lá no CENIPE⁶⁵. Tem de se ligar, nem falo, não quero corja.

Como já observado em construções anteriores, o adolescente “afasta-se” do foco narrativo e, num retorno ao passado vivido nas ruas, focaliza e avalia as consequências do uso intenso de drogas, relatando que **“a droga sempre deixa uma dor”**, uma “fratura”. O termo empregado parece remeter a códigos culturais compartilhados pelos pares, para traduzir os efeitos de tais substâncias sobre o próprio corpo. Fernando fala de uma dor **“inexplicável”** que, de tão presente na experiência do corpo, parece sintetizar todo o vivido e subsumir o conjunto de sentidos que integra. Para Sarti (1998), a dor, como qualquer sentimento, constitui uma linguagem e a forma como se expressa é uma construção cultural, produto das múltiplas interações circunscritas na sociedade e na cultura às quais pertence.

A partir de um posicionamento avaliador, descreve as experiências que cada uma das substâncias psicoativas produz no seu corpo, atribuindo-lhes sentidos de **“loucura”** e **“morte”**. Apesar do esforço empreendido no sentido de **“sair dessa vida”**, refere que **“mais**

⁶⁴ Pesquisas recentes (WASELFISZ, 2012; UNICEF, 2011) indicam o homicídio como a principal causa de mortes de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil, onde Recife figura como a segunda capital mais violenta.

⁶⁵ CENIPE – Centro de Internação Provisória

vontade dá”, enunciando uma dificuldade no enfrentamento da situação que é problematizada nas experiências de dor.

A partir de um discurso que constitui, simbolicamente, as interações vividas no contexto das ruas, o adolescente reitera a drogadição e a violência como elementos que permeiam as relações com os pares, com os quais diz não estabelecer vínculos de confiança, e os sentidos de amizade são circunscritos aos momentos de compartilhamento de drogas. Além disso, o movimento constante pelas ruas é significado pelo adolescente como um modo de vida que não proporciona o mínimo de conforto e segurança, pois não se **“pode dormir direito”** ou manter os poucos pertences em função da itinerância empreendida. Definindo lugares e enunciando modos de vida, a narrativa de Fernando é permeada por uma linguagem codificada, gírias que expressam sentidos compartilhados e delimitam fronteiras de pertencimento, vínculos que lhes conferem aspectos identitários. A droga denominada **“bagulho”**, a ação de má fé como **“fuleragem”**, falsos amigos como **“traíras”**, e o anúncio de que **“a casa vai cair”**, significando o recolhimento às unidades socioeducativas, ilustram parte de um universo simbólico, cujos significados enunciam convenções constitutivas de uma determinada cultura (BRUNER, 1997) disseminada na circulação entre diferentes contextos, como a rua, as casas de acolhimento e as unidades socioeducativas.

As vivências de internação em tais unidades parecem ter sido marcantes para o adolescente, que atribui “aprendizagens” ao referido período, como atitudes de constante vigilância – **“se o cara tentar já tô na frente dele”** - e desconfiança – **“as vez troco uma ideia, mas não confio... não falo, não quero ‘corja’”** - em relação aos pares e ao ambiente institucional. Para ele, esses são requisitos fundamentais para o sujeito não **“rodar”** (morrer).

Pergunto sobre os motivos das desavenças nas ruas: Fernando responde: Droga e mulher. Mulher (pausa) só a minha mãe. Eu gosto mais da minha mãe. De mulher não gosto não. Como diz, né? Altos cara aí por causa de gaia, briga, matando. Ôxe, tá doido! Não gosto não. Sei lá (pausa) Um pirraia desse aí leva “gaia”. Se gostar da pirraia vai querer dá-lhe nela (pausa) só com a mente na minha mãe (pausa) quero nada! Tu pra lá e eu pra cá. Tô vendo que não vai dar certo. Pergunto como é sua relação com as meninas. E ele: pensar eu penso (pausa) assim (pausa) nelas, mas o cara olha assim (gagueja muito) mas o cara namora, aí sabe que tá sendo traído. Você acha que é possível ter uma boa relação? Da minha parte não sou chegado a isso não. A não ser que eu goste mesmo. Mas prá gostar é difícil, quando eu tô começando a gostar dela (pausa) eu me separo logo (faz um gesto com a mão) eu deixo logo. Porque as pirraia gosta de apanhar. Desculpe a senhora aí, mas um ditado que diz: “Nunca confie em mulher. Mulher é a imagem do cão. Inferniza a vida do cara. Inferniza.” (pausa) Não é com a senhora não. É tudinho. Eu nem tenho namorada prá acontecer isso. Ôxe! Na minha opinião a mulher não é confiável não. Ninguém quer levar gaia não. Por isso muita mulher tá morrendo por causa de gaia. Traíra, ôxe! Elas vem pra cá. As meninas é que chama a gente. Sai de lá e vem pra cá (pausa) é toda hora. Ôxe! Vê! Elas querem que o cara vai evadir pra ficar com elas, ôxe! Aí os menino evade. Aqui não pode namorar. Aqui dentro não tem condição não. Mas de vez em quando entra uma, duas (pausa) Pergunto sobre os cuidados com doenças e gravidez. Eu uso camisinha (pausa) eu

peço ao guarda, se não tiver eu vou me embora. Só não quero é pegar um bucho agora (pausa) que a pirraia pegue um bucho agora. A pirraia do abrigo, num usa não (pausa) o cara também de abrigo. Aí, do nada (pausa) vem a família (pausa) enche o cara (pausa) não sei o quê, não sei o quê (pausa) só atrapalha. Família não serve pra nada mesmo. E ela do outro lado chantageado. Vai dar bronca. Como? Aí fica na mão dela. Porque não sei o quê, o leite, o enxoval. Quero não. Só quando tiver uma casa, tiver meus móveis (pausa) ôxe! o cara tem que pensar também ,vêi! Vai engravidar a pirraia, o cara não vai ter a casa pra botar ela. É quente. Prefiro namorar com a droga. Pelo menos a droga não bota moral pro cara. (Como “não bota moral”?) A moral é da gente, não é da droga (pausa) o cara tá usando ela. O cara começa a fumar (pausa) fica muito doido, mas pelo menos o cara (pausa) sai quando quer. Com mulher não. É o tempo todo. Aí ela diz um monte de besteira e eu vou pra rua (pausa) de novo. Ôxe!

Indagado acerca dos motivos sobre as desavenças no espaço da rua, Fernando enuncia, sem maiores reflexões: **“droga e mulher”**, relacionando dois universos, aparentemente insondáveis, que trazem tensões à sua trajetória. Atribui sentidos negativados ao universo feminino, com o qual, no entanto, parece manter vínculos de ambiguidade, expressos na “exclusão” da imagem materna – **“eu gosto mais da minha mãe... de mulher não gosto não”** – como referência simbólica que transcende a sua crítica. Evoca, então, sentidos de infidelidade para marcar a sua posição de reserva – **Ôxe! Tá doido? Não gosto não**, tomada como precaução a uma possível desventura – **“Tô vendo que não vai dar certo”**. Na sequência, empreende um movimento discursivo a partir de diferentes perspectivas (BRUNER, 1997), pois ora se afirma na posição de protagonista, ora remete a narrativa a um indefinido, manifestando, possivelmente, uma tensão que o assunto trazido provoca nele.

A recorrência constante à infidelidade parece “rondar” as expectativas nos relacionamentos empreendidos com as adolescentes, cuja possibilidade de relações duradouras é trazida como improvável. A desconfiança que permeia tais relacionamentos parecem se inscrever no campo das construções culturais sobre gênero, e o adolescente busca a afirmação de significados compartilhados com os pares e negociados com a respectiva cultura para afirmar um discurso que relaciona honra, masculinidade e violência, cujas tensões se expressam em enunciados do tipo: **“as pirraia gosta de apanhar”, “nunca confie em mulher”, “mulher é a imagem do cão”, “inferniza a vida do cara... não é confiável”**.

A despeito das tensões decorrentes de tais relacionamentos, Fernando relata a presença constante **“das meninas”** no seu cotidiano, que parecem tomar para si a iniciativa de procurar os **“meninos”** para **“evadir... ficar com elas... toda hora”**, levando em conta, sobretudo, o fato de que no espaço da casa de acolhida **“não pode namorar”**, justificando assim a evasão dos meninos, considerada como fuga do espaço institucional e “quebra” de regulamento. Essa situação parece ser negociada – **“de vez em quando”** – nos encontros

íntimos ocorridos no interior da casa, como expressões de resistência que problematizam tais princípios normativos.

Sobre as práticas sexuais, o adolescente reivindica para si uma posição de responsabilidade e refere usar **“camisinha”**, diferenciando-se dos **“cara também de abrigo”** e **“das pirraia do abrigo que não usa”**. A preocupação de Fernando parece se concentrar no risco de uma gravidez indesejada e não planejada que poderá implicar seu envolvimento e assunção de responsabilidades parentais para as quais não se sente preparado no momento. Discursivamente, compõe um cenário provável, em que diferentes vozes de um universo familiar que **“não serve prá nada”** se misturam para “exigir” o cumprimento das suas responsabilidades paternas. Nesse sentido, a paternidade é significada pelo adolescente numa relação direta com a constituição de família e a necessidade de moradia para abrigá-la. Emprestando uma coerência com elementos iniciais da narrativa, em que associa **“mulher”** e **“droga”** – como fontes de prazer e tensão – e considerando os limites enunciados na relação com o universo feminino, o adolescente relata que prefere **“namorar com a droga”**, sobre a qual mantém um suposto controle, a se envolver com mulher, antecipando conflitos relacionais que o conduziriam **“... pra rua. De novo.”**

O que gostaria de fazer, quais os planos para o futuro? Para a sua vida? *Na minha vida? é que eu saí da minha favela e não quero voltar mais nunca. Aqui não foi muito bom, mas uma oportunidade, uma condição de botar o cara num bom caminho* (pausa) *eu sei que tem condição. Botar o cara na linha. Tudo era “cocó”. O que o patrão mandava tava mandado. Ôxe! Os cara tão matando. Tem tudos e tudo no presídio. Ó! Ali é um arsenal de armas, arsenal mesmo* (fala de modo excitado). *Os cara, quando vinha do Cotel, dizia mesmo. É um arsenal de drogas e de armas. O cara dizia mesmo* (diz de modo excitado). *Eu quero ter uma oportunidade de não ir pra lá, não quero cair mais não. Ficar de maior pra ser preso? Quero não. Na rua também não quero não. Não confio em ninguém. Só na minha mãe e Deus. Pra confiar é meio difícil né? Ôxe! Prá nós confiar tem o modo de falar. Mas, ôxe! eu quero nada, confio não. Tem sempre uma dificuldade. Na vida nada é fácil. O que vem fácil vai fácil. Nós sente uma dificuldade prá encontrar* (pausa) *o que o cara quer fazer. Sempre tem uma dificuldade no que o cara quer fazer. É preciso suar, cara! trabalhar. Eu tô querendo uma saída, mas não tô conseguindo achar não* (pausa) *a vida é foda! Pra uns não tem jeito* (pausa) *nós tem que inventar um jeito de sair* (pausa) *não dão nada pra gente.*

Para falar dos planos futuros, Fernando reporta-se ao passado para trazer a experiência do desterro da comunidade de origem, afirmando que **“não quer voltar mais nunca”**. E, embora ainda se encontre na condição de acolhimento institucional, busca projetar o futuro, falando do abrigo como parte do passado e de modo ambivalente - **“aqui não foi muito bom... mas uma oportunidade, uma condição de botar o cara num bom caminho”**. Na sequência, **“o bom caminho”** é situado como contraponto às experiências de violência na comunidade de origem, devido à ameaça de morte que confere sentidos de medo à sua

narrativa. Um temor que se atualiza na perspectiva da maioria - o ingresso no mundo dos adultos -, significada como o desligamento do espaço institucional.

O adolescente manifesta a insegurança de quem não sabe para onde ir ou de quem poderá acolhê-lo em tal circunstância, considerando uma improvável reinserção familiar e a precariedade de suportes disponíveis. Além disso, a pouca escolaridade e a ausência de qualificação profissional como aspectos importantes ao exercício da autonomia e sobrevivência, constituem-se condições desfavoráveis ao rompimento com o espaço das ruas e à construção de vínculos que lhe permitam novas referências identitárias.

O conjunto desses aspectos configura um cenário de poucas expectativas para o futuro do adolescente, que, em meio a incertezas, teme pela própria vida, sobretudo diante de uma eventual “queda” num presídio, significado como um **“arsenal de armas”** e onde **“os cara tão matando”**.

As inseguranças de Fernando sobre o futuro trazem sentidos construídos nas interações com os diferentes contextos experienciados – família, rua, instituição de acolhimento, unidades de internação – que atuam como referenciais na construção de subjetividades. Contudo, diz que está **“querendo uma saída”**, mas não está **“conseguindo achar”**, o que expressa uma disposição para novas vinculações, ainda que sejam “inventadas”. Deixa, assim, emergirem as contradições da política de atendimento no cumprimento de suas funções protetivas, sobretudo em se tratando de adolescentes em vias de atingir a maioria, numa flagrante violação dos direitos previstos no ECA, principalmente no que tange à escolarização e profissionalização – entendidos aqui como circunsritores importantes de autonomia e sobrevivência para tais sujeitos.

4.3.3 Alberto: “liberdade, mulher e drogas – a vida ‘loka’ das ruas [...] é tudo muito ligeiro [...] a gente nem sente direito”

No dia marcado, cheguei ao abrigo quando Alberto estava arrumando o cabelo e, ao me ver, foi logo dizendo: **Vamos lá?** Percebi que estava meio sonolento e perguntei como tinha sido sua noite, se havia dormido bem. Respondeu que dormira pouco e que tivera muita dor de cabeça, mas que já estava melhor. Na biblioteca, já conhecidos, fomos atendidos, no balcão, por uma senhora que nos acompanhou à sala reservada e abriu a porta que estava fechada à chave.

No encontro anterior, Alberto havia dito que gostava de desenhar e que não era “muito de falar”. Então, ofereci a ele um caderno de desenho, com lápis e borracha. Ele abriu

a caixa, olhou com cuidado para o caderno, folheou por um tempo, olhou a ponta do lápis e começou a rascunhar uma das folhas enquanto eu preparava o gravador.

Pergunto se ele lembra do ponto em que nós havíamos parado no encontro anterior e ele: *Eu tava falando da vida “loka”, né? quando eu era da rua (pausa) eu sei lá (pausa) nem lembro das coisa. É tudo muito ligeiro, a gente nem sente direito. Bom mesmo é as pirraia, mas nem me lembro muito... se pegava ou não pegava (pausa) era muita “doideira”. Nas favela por aí (pausa) eu nem imaginava como era as coisa. Ficava complicado (pausa) chegava na tora, beijo (pausa) pronto. Ficou. Fazia (pausa) sexo por aí. No casarão, no mato, no escuro, num beco (pausa) aí dá tiro na lata (crack) aí começa a fumar e a transar. As meninas quando a gente encontra elas: “Que saudades” (pausa) coisa assim. De valor assim... porque tem menina de valor e menina pra ficar (pausa) depois joga fora (pausa) e a menina pra ficar e casar. Pergunto se existe diferença entre essas meninas e qual a diferença. Ela tem que ter o corpo romântico, sensual. Ela tem uma boa aparência de rosto e de corpo também, mas quando quer se embelezar muito não dá (pausa) quer ser guerreira (pausa) aí tem que jogar fora. Namorar sério é ninguém chegar perto da namorada do cara (pausa) mulher de bandido cheira a sangue. Aí tem umas que fica mesmo, namora. É tudo muito ligeiro (pausa) é uma novela. Beijou perdeu. É assim, se beijar a namorada do cara, perdeu. Tem umas que é muito feia (pausa) não dá. Tem muito psicopata pegador de menina aqui (pausa longa) porque assim, tem menina que são mais descarada (pausa) às vezes é um monte de pirraia pra uma menina só (pausa) ninguém sabe quem ela quer. Se joga pra todos os pirraia. Vai fazer o quê? É quente. Os cara (pausa) na moral (pausa) não pode dizer que gosta senão dança, véi.*

Alberto fala da experiência nas ruas como **“vida loka”⁶⁶** e parte integrante de um passado. Dessa forma, situa-se no presente para relatar que tais registros são difíceis de **“lembrar”**, remetendo as vivências a um tempo que não **“se sente direito”**, de ritmo intenso, fugaz, **“ligeiro”**, marcado pela liberdade de poder aventurar-se à novidade e aos próprios limites e desejos. No movimento empreendido nas ruas junto aos pares, os sentidos de prazer são atribuídos às relações afetivas com as meninas e, apesar de não referir lembranças de tal convívio - emprestando-lhe sentidos de contingência -, traz imagens de diferentes lugares como refúgios ocasionais onde as experiências sexuais e de drogadição parecem integrar modos de sociabilidade. Discursivamente, reflete sobre a **“vida louca”** ora com sentidos negativados (**“doideira”**), ora como fonte de prazer (**“o bom mesmo é as pirraia”**), modelando sua narrativa numa perspectiva “negociada” com o contexto de enunciação e ressignificando o vivido (BRUNER, 1997): **“eu nem imaginava como era as coisa... eu sei lá... ficava complicado”**.

Consoante com os adolescentes entrevistados, a relação de Alberto com as **“meninas”** se dá em meio a tensões e ambiguidades. A despeito dos vínculos afetivos estabelecidos com as meninas nas interações nas ruas, compartilhando dificuldades e momentos de prazer, o adolescente traz um discurso que distingue a **“menina pra ficar e**

⁶⁶ A expressão “vida loka” é bastante utilizada pelo grupo de pares na casa de acolhida (inclusive nas pixações inscritas no imóvel).

casar” da “*menina pra ficar e depois jogar fora*”, evocando diferenças culturais que marcam a relação entre os/ as adolescentes e

[...] situadas sempre em contextos sociais específicos que demarcam espaços, delimitam possibilidades e configuram matrizes ou modelos de interação entre as pessoas, implicando pressões sobre aquelas que as transgridem ou subvertem. (TRAVERSSO-YEPEZ; PINHEIRO, 2005, p. 149).

Alberto atribui juízos de “**valor**” associados às meninas cujos comportamentos se alinham com as expectativas culturais para a condição feminina, em que a fidelidade emerge como atributo central, num contraponto ao comportamento “inadequado” de outras meninas que trocam de parceiros e negociam outros modos de vivenciar as questões sexuais e afetivas.

Quando as meninas chega (pausa) pra fazer essas coisa (pausa) a gente vê se ela tem alguma proteção no bolso (pausa) se ela não tiver (pausa) os cara não quer nem saber (pausa) na tora. Quando tiver um “pirrainha” (pausa) quando for crescer vai o quê? Não vai estudar, fica na rua também. Aí vai (pausa longa) Se for de “responso” (pausa) o cara fica com ela, sai da rua e vai se embora (pausa) ou pra casa ou pra rua mesmo. O bom é tá na família, trabalhando, estudando. Se não for na casa dele (pausa) vai pra casa (dela). Todo menino na rua tem família. Mas eles gosta da rua. (o que tem de bom na rua?) tem droga, tem roubo, tem diversão (pausa), mas tem muita coisa ruim (pausa), mas tem liberdade. (O que é liberdade?) É tá suave, tranquilo, fazer o que quer. (pausa) Quando não tem mulher, vai pra droga. Tem menina que diz: não use não, não cheire não (pausa) tem menina que não usa. Se a menina não usa, o cara tem que deixar também, tem umas que usa, não usa, usa, não usa, é confuso. Quando tá namorando com a menina que tá na rua (pausa) ela já tem experiência de droga, aí o cara (pausa) o quê? não é igual àquelas que mora em casa (pausa) tranquila na dela. Eu prefiro a que tá em casa, porque é filha de pai (pausa) a da rua é ameaçada em favela (pausa) é do mundo (pausa) é complicado. As meninas do Raio de Luz é só pra ficar (pausa) e vai se embora. Não tem futuro não. Não tem mais graça. Bom é aquelas que não pode sair (pausa) as educadora prende elas. Uma menina mesmo (pausa) de lá (pausa) que foi minha namorada. Ela tá em casa agora e o tio dela não deixa sair não. Ele tá certo por um lado (pausa) porque na rua ela vai se perder (pausa) tá de abrigo em abrigo, sozinha e termina igual a nós (pausa) assim (pausa) de graça.

Alinhando-se aos relatos dos adolescentes entrevistados, marcados por uma ambiguidade no que diz respeito ao relacionamento com as meninas, Alberto refere que as práticas sexuais entre eles ocorrem por iniciativa das mesmas e que, nas ocasiões dos encontros íntimos, preocupam-se em verificar se elas “**têm alguma proteção**” (preservativos), atribuindo às meninas tal responsabilidade, ao mesmo tempo em que se posiciona como sujeito que mantém a preocupação – socialmente valorizada - de não gerar filhos que não possa assumir. Contudo, independentemente de tal “**proteção**”, relata que “**os cara não quer nem saber**” – e aí se exclui do contexto – e o fazem “**na tora**” (de qualquer maneira). Apesar da ambiguidade presente em seu discurso, Alberto demonstra preocupação em ter um filho fora das condições ideais para a sua formação, trazendo o aspecto da educação como significativo para o desenvolvimento e a não vinculação com a rua, num movimento em que a reflexão sobre a própria trajetória existencial emerge como exemplo a não ser seguido.

Tal argumentação, contudo, não é construída sem ambiguidades, pois, na medida em que expressa que **“o bom é tá na família”**, numa vinculação que se afirma num contraponto ao ingresso nas ruas, identifica o valor da **“liberdade”** que tal universo medeia, possibilitando diferentes vivências e vinculações. No contexto narrativo, as ambiguidades que marcam o discurso do adolescente envolvem diferentes ações, ora assumidas, ora negadas, ora recriadas (BRUNER, 1998), fazendo emergir diferentes “identidades” como modos de sociabilidade/negociação relacionados aos contextos nos quais o mesmo se insere. Isso porque “[...] conhecimento e subjetividade se produzem mutuamente, de acordo com influências exercidas por sujeitos que agem e negociam significados em contextos socioculturais concretos (LOPES DE OLIVEIRA, 2006).

Como parte indissociável das vivências nas ruas, **“droga e mulher”** são trazidas como elementos de um universo de prazeres e tensões. Nas vinculações com as **“meninas”**, Alberto reitera o valor atribuído àquelas que não fazem uso de drogas, reconhecendo que podem influenciar uma desvinculação do parceiro com tal prática. A drogadição se ergue como elemento negativo que “diferencia” as relações com a **“menina que tá na rua... ameaçada em favela... do mundo”** daquela **“que tá em casa, porque é filha de pai”**, numa referência que constrói sentidos de oposição entre a casa, significada como espaço de proteção e respeitabilidade, e a rua, como sinônimo de **“perdição”** e abandono.

Pergunto o que ele pensa sobre o futuro, o que quer para si. *O futuro? Meu futuro eu penso assim (pausa) dormindo. Quando eu tô dormindo eu penso em ser cantor (pausa) naqueles carro que eles têm, grandão, com o som atrás. E fica balançando, brilhando (pausa) eu fico incrível. Se o cara passa pela rua, aí os cara: Puxa! Vai tirar foto. É fama, né? Mas acordado é melhor, dormindo é só sonho, né? Eu acordei assustado. Não gosto de acordar. Só acordo assustado. É duro! Mas eu tô na escola (pausa) vou conseguir.* Pergunto como tem sido estar na escola. O que ele pensa, se gosta, se acredita. *A escola ao menos eu tô estudando, tô enfrentando (pausa) pelo menos a escola me tira das drogas (pausa) quando eu tô na escola, não penso nas drogas.*

Mobilizado pelo desejo de ser um cantor famoso, os planos para o futuro são trazidos como **“sonhos”** que consegue realizar enquanto dorme, dando “asas” à imaginação para desfrutar dos desejos por reconhecimento – **“fama”** – e acesso a bens de consumo – **“carro”** – que compõem o universo de artistas de sucesso. Nesse sentido, o **“acordar”** significa o enfrentamento com a “dureza” do cotidiano e com uma realidade que se distancia de tais expectativas.

A vinculação com a escola é significada com ambivalência, ora reconhecida como um ambiente favorável ao desenvolvimento dos sujeitos, ora concebido como espaço pouco atrativo **“[...] ao menos eu tô estudando, tô enfrentando”**. Isso pode estar relacionado ao

conjunto de aspectos que vêm configurando a educação pública no país, como baixa qualidade do ensino, falta de motivação para os estudos, repetidas reprovações, baixa qualidade das interações com colegas e com professores, além das péssimas relações entre unidade socioeducativa e escola, e o despreparo dos educadores para atender essa adolescência (ASSIS; CONSTANTINO, 2005, *apud* YOKOY; LOPES DE OLIVEIRA, 2008).

4.3.4 Dulce: “A solidão das ruas”

Quando a pesquisadora chegou ao abrigo, Dulce estava em seu quarto se queixando de dor de cabeça, mas ainda não havia tomado um analgésico. A adolescente falou do seu desconforto, mas disse que poderia conversar, uma vez que tais dores eram frequentes durante o ciclo menstrual.

Retomamos um pouco do que conversamos na entrevista anterior e Dulce recorda suas dificuldades de falar e lembrar. *Dificuldade pra falar, de fazer as coisas (pausa) quando eu vou falar uma coisa assim difícil eu tenho dificuldade.* Digo que tudo o que ela venha a dizer será muito importante e que pode ficar à vontade para dizer tudo que quiser. *Tá bem, tia.* Ela diz e prossegue: *Mais tarde vou pro CAPS, mas dá tempo.* Pergunto se ela faz parte de algum grupo. *Lá tem dez meninos, só eu e outra é do abrigo. Você percebe alguma diferença? Não, tia. É tudo igual (pausa) tudo “noiado”.* Pergunto se a dor de cabeça passou e relembro que ficamos de falar sobre a sua experiência na rua. *Minha vida parou quando eu comecei a usar drogas, tia (pausa) quando eu comecei a usar droga (pausa) pedra, não sei o quê (pausa) amizades lá. Eu andava com eles, por onde eu moro. Eu ia pra escola, mas até na escola eu fumava. Eu levava escondido pra escola, aí depois comecei no crack, depois não quis estudar mais nada. Estudei até os quinze anos, quase assim. Até os quinze. Parei na quinta série, mas aprendi a ler e desaprendi de novo. Sabia ler e escrever, mas esqueci. Tenho dificuldade pra fazer muitas coisas. Pra ler. Assim, tia, a senhora mesmo pra fazer perguntas, eu pensei que não sei responder direito. Tem pergunta que não sei responder. Não sei mais (pausa) de mim.* Peço que me fale daquilo que conseguir lembrar e ela: *Um homem me deixou na Mata de São Lourenço (pausa) três hora da manhã (pausa longa), mas (pausa) pensa que eu parei com as drogas? Não, tia (pausa) até isso eu não liguei. Tô aqui, mas já evadi muitas vezes porque eu gosto de um menino lá no CAPS, mas eu fui atrás dele (pausa) é dos Novos Rumos, sabe quem é um tal de H.? Sabe quem é H.? É ele. Ele é do Coque, H. é o nome dele. Eu gosto dele. Eu fui atrás dele.* Peço que fale mais sobre isso. *Já fiquei com ele duas vezes. Aí gostei, mas tem futuro nenhum não, só usando cola, droga (pausa) não tem futuro não, tia. Já basta eu. Quando eu respirava, me sentia mal. Eu começava a chorar (pausa) sozinha, na rua (pausa) a viver nessa vida. Eu queria sair, mas era difícil.* Pergunto se alguém a ajudou nesses momentos. *Eu mesmo, tia, eu tava ruim, mas eu pensava (pausa) assim (pausa) não tava aguentando mais não, tava com 36 quilos. Só o couro e o osso (pausa longa) Já tô com 45 quilos, tenho até uma foto no computador aí.*

Observa-se que, no início de cada entrevista, a adolescente sempre refere uma dificuldade de lembrar-se dos acontecimentos e uma insegurança de não ser compreendida em seus recursos de linguagem. Contudo, na narrativa fragmentada que empreende, assume um

posicionamento ativo, situando-se, na maioria das vezes, como protagonista das situações vividas. Lembra que, depois da nossa entrevista, vai ao CAPS e fala sobre ele a partir da composição do grupo do qual faz parte, distinguindo seus membros pelos contextos de origem, em que apenas duas **“meninas é do abrigo”**. Contudo, logo atribui sentidos de igualdade ao grupo como um todo na condição de **“noiados”**. Incentivada a falar sobre as vivências de rua, relata que a **“vida parou quando começou a usar drogas”**, como um acontecimento que rompe uma temporalidade para criar uma totalidade significativa (RICOEUR, 1994) e atribuindo tal ingresso à influência de **“amizades”** na comunidade de origem, significado como um “ponto de viragem” em sua trajetória de vida (OLIVEIRA *et al.*, 2005).

Como que para ilustrar o efeito nocivo de tal prática, refere que nem mesmo uma situação de extrema violência que sofreu, quando foi deixada numa mata por um homem, contribuiu para a sua desvinculação com as drogas. A despeito dos sentidos positivados que atribui à casa de acolhida, relata que já evadiu **“muitas vezes”** para **“ir atrás de um menino”** que participa do seu grupo no CAPS e também se encontra em situação de acolhimento institucional. Contudo, embora a recorrência de “saídas” – desautorizadas – da casa de acolhimento não deixe dúvidas sobre o interesse de Dulce pelo **“menino”**, com quem **“fica”** e de quem parece gostar, a adolescente não projeta idealizações futuras com tal sujeito - que faz uso de drogas -, desejando novas referências para a sua vida. Observa-se, assim ambiguidade de sentidos a qual se assemelha àquela que emerge dos discursos dos meninos entrevistados: eles excluem de suas preferências afetivas meninas que fazem uso de drogas e trocam de parceiros.

As vivências nas ruas são trazidas em meio ao sentimento de solidão e, apesar do mal-estar que a droga lhe provocava, refere que **“queria sair, mas era difícil”**, como que “enredada”, assujeitada a um conjunto de diferentes interações materiais e simbólicas que lhe escapavam ao controle e restringiam possibilidades de ação e novos posicionamentos subjetivos (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). Contudo, no interjogo de determinações/indeterminações que configuram o desenvolvimento humano, Dulce relata o agenciamento da própria mudança de trajetória, buscando ajuda da avó materna para ser encaminhada à casa de acolhida.

Sobre o cotidiano nas ruas, a adolescente relata: *Eu saía na segunda-feira, chegava assim (pausa) chegava no domingo, sábado, sem comer nem nada. Só droga, droga, droga, sozinha no meio do mundo (pausa) só droga. “Noiada” lá no viaduto da Caxangá. Ficava com as meninas lá, era colega quando (pausa) usava junto, mas não tinha aquela amizade não. Só era por causa da droga (pausa) eu vivia só. Era assim: se eu não tiver e eles tiver (pausa) não dava não (pausa) aí se eu não tiver*

fica falando de mim. Eu me prostituía pra comprar droga. Comecei com dezesseis anos (pausa) me prostituindo (pausa) viaduto da Caxangá. Não tem um motel cinco estrelas? Tinha um posto de gasolina (pausa) qualquer canto ali. Sozinha, eu ficava eu e uma menina aí. Cada um pega o seu cantinho. Aí ficava uma aqui, outra lá. Fala um pouco mais sobre essa experiência, como você se sentia? Eu tinha cliente (pausa) cliente que eu saía antes. Tia (pausa) assim: veja! Eu saio com um hoje, aí me chama de novo. Era tudo de maior (pausa) era de todo jeito: velho, novo, feio, ruim. Eu perguntava como era o programa, eu dizia quinze, vinte e até por dez a gente ia (pausa) pra usar pedra. Ele me levava pro motel, pra fazer (pausa) nos terreno, nos carro (pausa), mas eu gostava não, tia, eu fazia só pro gosto da droga, mas era muito (pausa) Não rolava nada não. Não era bom (pausa longa) A gente fazia cinco, seis programas, e olhe lá porque eu saía de casa na segunda e chegava no sábado, domingo. Não vou mentir não. Pra mim não tinha hora não, de manhã, quando eu não tava aguentando mais, ficava na farmácia e ficava pedindo até fazer dez reais e comprar a pedra. A pedra é dez real a pedra, não dura nem cinco minutos. Só dá quatro tiros. Aí fica noiado, deixa a pessoa querendo mais, nunca satisfaz a pessoa. É horrível. É horrível. É horrível.

Orientando-se pelos dias da semana, Dulce relata uma vinculação forte com o contexto das ruas, onde passava a maior parte do seu tempo **“sozinha”**, sem se alimentar e voltada, exclusivamente, para o consumo de drogas. Os momentos em que se reunia com outras **“meninas”** para fazer uso de tais substâncias e o compartilhamento de espaços públicos para a prática sexual são relatados pela adolescente com tristeza, pois reconhece que tais eventos não circunscrevem vínculos de uma **“amizade”** verdadeira, uma vez que as relações são mediadas pelo interesse nas drogas. Traz imagens de lugares por onde circulava: **“viaduto”, “posto de gasolina”, “qualquer canto”**, configurando um circuito nômade por onde perambulava e assujeitava-se à exploração sexual (NEIVA-SILVA, KOLLER, 2002). Dulce denomina de **“cliente”** os homens com os quais **“saía”**, recorrendo a uma terminologia geralmente utilizada por profissionais do sexo, para marcar o tipo de relação – comercial – que empreendia, sem prazer ou envolvimento afetivo – **“mas eu gostava não tia, eu fazia só pro gosto da droga... não ‘rolava’ nada não”**.

Chama a atenção da pesquisadora para um compartilhamento de sentidos sobre o contexto de tais práticas, em que os tais homens **“era de todo jeito”: “velho”, “novo”, “feio”, “ruim”**, comunicando a ausência de “escolhas” e a objetivação do próprio corpo, disposto ao bel prazer dos **“clientes”**. As práticas sexuais e de mendicância são trazidas como dispositivos acionados no contexto da rua a fim de favorecer o acesso às drogas, cujo ritmo de consumo parece ditar as ocorrências (**“Prá mim não tinha hora não”**), inscritas num contexto adverso que desafia dispositivos legais de proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

4.3.5 Sofia: “[...] a rua não presta [...] eu sempre voltava prá casa”

Falou-se sobre os assuntos tratados nas entrevistas anteriores e de que havia sido combinado que ela falaria sobre as suas experiências na rua, mesmo presumindo que tais experiências eram poucas em comparação aos outros adolescentes entrevistados, uma vez que a trajetória de Sofia é caracterizada, principalmente, por vivências nas casas de acolhida, permeadas por passagens na casa de familiares.

Quando a gente fugia nem passava muito tempo pra rua. Mas eu só pensava em ir pra casa da minha mãe porque na rua não presta. Eu não tenho amigos. É tipo assim: uma amizade passageira: “E aí? Chega aí. A gente tá no mesmo barco aí, dorme aí no chão meu irmão.” (pausa) é assim. Gostaria que você falasse um pouco mais sobre isso. Eu sempre voltava pra casa. Pegava pipoca, comia de novo. Dormia embaixo do viaduto. Eu dormia assim, atrás do meu irmão (pausa) ele me protegia, porque eu era mais pequena do que ele. Aí ele me protegia. A gente pegava papelão. Quando eu tava dormindo (pausa) assim, atrás do meu irmão. Eu queria que Deus botasse uma solução. E a solução chegou? Vê, o abrigo me ajudou, né? Mas tipo assim, também ninguém pensa que nós vive no paraíso não.

Para falar sobre as passagens pelas ruas, Sofia traz o grupo de irmãos, que parece se constituir numa importante referência para a adolescente, considerando-se o compartilhamento de experiências nas instituições de acolhimento desde o seu nascimento. Relata que não era costume permanecerem **“muito tempo na rua”**, cuja significação (temporal), é prerrogativa do narrador e, assim, aberta a diferentes interpretações cuja aceitação depende mais das convenções culturais que de uma verificação empírica (BRUNER, 1997). A adolescente não se refere aos possíveis motivos que faziam com que o grupo de irmãos “fugisse” para as ruas, o que pode estar enunciando uma canonicidade implícita, em que a “casa” é significada como um referencial normativo. Nesse sentido, diz: **“só pensava em ir pra casa da minha mãe porque na rua não presta”**.

Conforme se pode observar nas demais entrevistas com os adolescentes, Sofia diz que na rua não tem **“amigos”**, contudo modela o discurso para justificar o convívio que empreende com os pares em diferentes contextos como **“amizade passageira”**, eventual. Para validar tal afirmação, traz as vozes dos **“amigos”**, de modo fragmentado, demonstrando um desinteresse em falar sobre tais contextos ou construir maiores narrativas.

Diante da insistência da interlocutora sobre tais vivências, Sofia, coerentemente, reitera a sua posição inicial, remetendo seus sentidos à casa da sua mãe e diz que **“sempre voltava pra casa”**, como que inscrevendo um desejo que sempre a mobilizou, a despeito das diferentes experiências nas instituições de acolhimento. Contudo, traz um registro da passagem pelas ruas em que **“dormia embaixo do viaduto”**, sob a “proteção” do irmão gêmeo **“porque era mais pequena do que ele”**, expressando a necessidade de proteção num contexto

adverso, que impõe a constante elaboração de estratégias para garantir a sobrevivência. Desprovida do apoio familiar, Sofia relata a ida para o **“abrigo”** como a **“solução”** possível encontrada para tirá-la da penúria das ruas, reconhecendo-o como fonte de **“ajuda”**, contudo anunciando de modo crítico que não vive em **“nenhum paraíso”**.

5. SÍNTESE DAS ANÁLISES

Em conformidade com os objetivos do presente estudo, buscou-se focalizar os adolescentes entrevistados nos diferentes modos de viverem suas experiências, a partir dos sentidos/significados que constroem nas narrativas sobre suas vinculações com/nos contextos da família, das instituições de acolhimento e da rua como circunscritores desenvolvimentais que integram suas respectivas trajetórias.

Com o objetivo de empreender uma síntese sobre as experiências dos adolescentes, as narrativas serão aqui enunciadas nas suas semelhanças, como referências a circunscritores importantes na constituição de trajetórias coletivas; nos diferentes modos de expressá-las e ressignificá-las a partir dos eixos propostos.

Assumindo-se a postura ética, segundo a qual o campo de pesquisa apresenta suas próprias especificidades, ressalta-se que, no entrecruzamento dos contextos selecionados para orientarem a análise dos dados, emergiram registros significativos que aludem às vivências dos adolescentes nas comunidades de origem – associadas, notadamente, aos sentidos sobre família e em contextos socioeducativos, interligados aos sentidos sobre as instituições de acolhimento, cujas significações passarão a compor a presente análise.

Nas narrativas de Davi, Fernando, Alberto, Dulce e Sofia, os significados/sentidos construídos sobre as interações evidenciaram, de modo claro, o caráter assimétrico das trocas intersubjetivas – considerando o acionamento de estratégias e negociações para a legitimação dos discursos – e a indissociabilidade de tais contextos, que se entrecruzam nos relatos, suscitando um diálogo permanente entre os elementos culturais que os circunscrevem e os eventos que marcam suas trajetórias, como crises, tensões e rupturas, cuja ressignificação oferece a sustentação ao processo de desenvolvimento.

Um aspecto relevante observado na construção dos relatos dos adolescentes diz respeito ao acionamento de recursos não verbais e paralinguísticos. Através do corpo em movimento, os adolescentes manifestaram uma diversidade de emoções e sentimentos que emergiram no fluxo narrativo, como gestos, expressões, pausas com diferentes intensidades, sinalizando hesitações, reflexões; variações no ritmo e na entonação de voz, atualizando bons e maus momentos vividos e assim, enriqueceram suas narrativas de sentidos.

Outro elemento importante e digno de nota refere-se à boa receptividade que os adolescentes demonstraram nas interações com a pesquisadora e a profusão de conhecimentos/saberes/sentimentos vividos nos encontros, suscitando um

reconhecimento/valorização dos objetivos propostos na coconstrução do estudo e um desejo de escuta e compartilhamento de suas diferentes experiências, selecionadas de modo a afirmarem seus posicionamentos subjetivos no contexto interativo das entrevistas.

5.1 Sentidos /vinculações com o contexto familiar

Interessante destacar que o convite para falar sobre família suscitou, nos cinco adolescentes, a constituição de um enredo com uma diversidade de imagens, cenas, personagens e temporalidades para a composição de histórias que assumiram contornos de “drama” sobre as vivências familiares. Denotando certa intencionalidade e possivelmente influenciados pelo contexto de enunciação, observou-se que os adolescentes selecionaram registros de acontecimentos de modo a justificar a saída do contexto familiar e comunitário como produto de experiências marcadas pela violência, drogadição e abandono junto ao referido grupo.

Dentre os aspectos que emergem das narrativas sobre família, os sentidos sobre a questão da violência adquire centralidade e são trazidos num clima de tensão por parte dos adolescentes. Advindos de comunidades urbanas pobres, onde a desigualdade de acesso a bens e serviços que constituem os direitos de cidadania é elemento marcante - aqui entendido como fator que influencia a desagregação dos grupos familiares -, os cinco adolescentes significam de modo ambivalente os seus locais de origem, que se erguem com força simbólica de pertencimento, mas também como fontes de insegurança. A situação de Davi, Fernando e Dulce, que se encontram ameaçados de morte por envolvimento com o tráfico de drogas e impedidos de voltarem às suas comunidades, ilustram a questão. No caso de Alberto, ainda que não se encontre ameaçado, observou-se que se sente inseguro na própria comunidade, cujo cotidiano é marcado por ações violentas promovidas por traficantes e policiais.

Permeando as vinculações que mantêm com as respectivas famílias, todos os adolescentes da pesquisa relatam experiências de criminalidade envolvendo figuras importantes, como pai, mãe, irmãos, tios, cujas práticas parecem constituir um modo peculiar de sociabilidade e pertencimento para os seus membros. Embora tais atividades ilícitas sejam significadas de modo negativo pelos adolescentes, os vínculos com o delito, transmitidos por pessoas que ocupam posições simbólicas importantes em suas histórias de vida, constituem-se como uma espécie de “herança” aos mais jovens, forjando laços sociais que, aliados à vulnerabilidade das condições de existência, podem constituir-se em circunsritores que favorecem trajetórias de delinquência.

Dada a centralidade da figura materna nas narrativas, de um modo geral, os adolescentes refletem sobre a experiência e expectativas familiares em torno de tal vinculação e das dificuldades na realização do exercício parental. Observa-se, a partir dos relatos, que as mães dos adolescentes não trabalham (subsistindo com a ajuda de atuais ou ex-companheiros, parentes, ou benefícios assistenciais do governo), são alcoolistas e/ ou mantêm envolvimento com o tráfico de drogas, configurando um cenário no qual a pobreza e/ou a violência são trazidas como argumentos para fragilização dos vínculos com os filhos. Embora a questão da pobreza não possa ser considerada numa relação direta com eventos de violência e desvinculação, e as experiências familiares não se constituam como homogêneas, à luz das narrativas empreendidas pelos adolescentes, pode-se inferir que a situação de vulnerabilidade socioeconômica vivida por suas famílias circunscrevem limites ao exercício das funções parentais, com implicações para a constituição de vinculações positivadas.

Contudo, as vivências de pobreza não podem ser consideradas de modo isolado de outros eventos para justificarem as experiências de desagregação familiar e, nesse sentido, os casos de Dulce e Alberto são exemplares por não referirem privações de ordem material como situações familiares que os conduziram às ruas. Corroborando tal argumento, Davi sustenta o desejo de retornar ao convívio da mãe e do irmão mais jovem, a despeito da precariedade das condições de vida que ali se apresentam; e Sofia traz diferentes relatos de tentativas que empreendeu no sentido de voltar ao convívio materno. Assim, o ingresso dos adolescentes nas ruas parece não configurar-se no rompimento dos vínculos familiares, mas na sua negociação/ integração com outros contextos como uma busca por novas vivências, sentidos e vinculações identitárias como alternativas às experiências de sofrimento/abandono vividas no espaço familiar.

Filhos de pais separados, Davi, Alberto, Dulce e Sofia parecem manter uma relação idealizada com a figura paterna que, a despeito da falta de apoio ou provimento do sustento dos filhos, ou ainda das atividades ilícitas às quais se vinculam, como o tráfico de drogas (no caso de Davi), mantém-se como uma autoridade moral na idealização da família. Como exemplo de tal simbolização, Fernando relata que, após o falecimento do pai, tornou-se “outra pessoa” e enveredou para a delinquência, indicando uma repercussão subjetiva que promove uma descontinuidade em sua trajetória, constituindo-se, assim, como um ponto de viragem em sua vida.

As categorias construídas no processo narrativo parecem assumir diferentes significações a partir dos contextos em que são enunciadas. Desse modo, para afirmarem uma infância idealizada, Davi, Dulce e Alberto trazem as imagens da família, da casa e da rua

como partes de um mesmo conjunto positivado, marcado por experiências lúdicas com os amigos na comunidade e sentidos de proteção junto aos adultos. Contudo, para justificar as vivências difíceis junto aos familiares, Davi, Fernando, Alberto e Dulce constroem “imagens” sobre a casa numa clara oposição ao contexto das ruas, significado como saída possível às desventuras do âmbito familiar, sobretudo pelas experiências de alteridade suscitadas pelo adolescer. Com efeito, a infância parece emergir de modo relacionado à família e à casa, e a adolescência, como vivências circunscritas ao contexto das ruas.

De um modo geral, os adolescentes se apresentam como vítimas de uma “trama” familiar que se inscreve a partir de diferentes configurações: grupos constituídos pela mãe e filhos – além de companheiros eventuais da mãe (Davi, Fernando e Sofia); pela avó, companheiro, tios, irmãos e primos (Alberto e Dulce). Isso suscita uma complexidade de interações que ultrapassa esforços de enquadre em modelos rígidos, sobretudo pelos constantes rearranjos e conexões que lhes dispensam características de uma rede complexa em permanente negociação de papéis e responsabilidades. Os sentidos de família se expressam com ambiguidades na idealização da família nuclear - culturalmente valorizada -, evocada nos discursos e nas expectativas do cumprimento de papéis parentais, além das vivências concretas que trazem diferentes arranjos com composições que se refazem a cada evento significativo em seus ciclos de vida e lhes emprestam um sentido de fluidez.

A importância da constituição dessa rede para o universo familiar dos adolescentes pode ser ilustrada com o caso de Dulce, cujo apoio recebido por parte da avó materna, que assumiu a sua criação para protegê-la dos maus tratos maternos, representa um suporte afetivo importante para a ressignificação de suas vivências de drogadição e exploração sexual nas ruas. Com Alberto, tal apoio é verificado na infância, quando foi acolhido, junto com a família advinda do interior por uma tia materna até o falecimento de sua mãe; e para Sofia, nas passagens pela casa de um dos irmãos e de familiares paternos. Contudo, na negociação e atualização de regras sociais dominantes, a rede familiar se desenvolve em meio a tensões que podem implicar rupturas, o que pode ser observado no caso de Alberto que refere já não contar com o apoio da tia por conta do seu envolvimento com a delinquência, e Sofia, cujo convívio na casa do irmão mais velho resultou em experiências de abuso sexual.

Considerando-se que o espaço familiar se constitui como *locus* privilegiado de interações que contribuem para a formação dos sujeitos de acordo com as expectativas culturais, vê-se que os “dramas” relatados expressam diferenças relativas às questões de gênero que marcam de modo significativo as relações intrafamiliares e sinalizam os diferentes modos que meninos e meninas vivenciam as experiências junto ao referido grupo. Desse

modo, os relatos de Davi, Fernando e Alberto expressam a aproximação com o contexto das ruas, trazido nas referências às atividades frequentes com os amigos, na circulação pela comunidade, nas brincadeiras e acidentes ocorridos na infância, como uma forma peculiar de socialização dos meninos. Desse modo, a vinculação com a rua emerge como parte indissociável das experiências de socialização, que se dão de forma gradativa e progressiva, reforçadas nas interações que empreendem com os pares nas diferentes passagens por instituições de acolhimento.

Diferentemente dos adolescentes, Dulce e Sofia trazem versões sobre o contexto familiar numa maior aproximação com imagens da casa, irmãos, parentes, tarefas e rotinas, significando o espaço doméstico como campo prioritário de convivência, cuja destinação dos cuidados com a casa e com os irmãos simboliza um lugar que lhes é conferido na dinâmica familiar. Tais distinções refletem os diferentes mecanismos de socialização acionados para a conformação de regras que sustentam uma determinada “ordem” social. Como vítima desse processo de controle e dominação do corpo feminino, Sofia relata de modo revoltado a sua passagem pela casa de um irmão, onde, além de explorada nas tarefas domésticas – o que a impedia até de frequentar a escola –, foi vítima de abuso sexual pelo mesmo. Do ponto de vista narrativo, a adolescente reivindica para si sentidos de maturidade quando afirma ter se defendido e denunciado tal violação, sendo encaminhada a uma instituição de acolhimento. Observa-se que as construções sociais de gênero podem circunscrever violências que promovem rupturas no espaço familiar, no caso de Sofia, ou ainda marcar os modos de inserção no contexto das ruas. Nesse caso, Dulce traz o ingresso nas ruas, cujo esforço de adaptação é significado por sentimentos de tristeza e solidão em face da vulnerabilidade pela exposição ao uso intenso de drogas e sentidos de condenação por dispor do próprio corpo como objeto de exploração sexual.

A despeito das desventuras trazidas nas narrativas, observa-se que a família se mantém como elemento importante nos projetos de vida dos adolescentes, integrando seus planos para o futuro. A constituição de uma família, filhos, trabalho e moradia são significados como o ingresso na vida adulta, como aspectos que sinalizam o rompimento com os “problemas” vividos na adolescência. Nas narrativas de Davi, Fernando e Alberto, o trabalho se ergue como elemento central para o desempenho do papel de provedor que garante a manutenção da mulher e dos filhos, como um modo de ressignificarem as próprias experiências familiares. Para além de tais expectativas masculinas, Dulce e Sofia sustentam o desejo de estudar e conseguir um trabalho que permita contribuir com a manutenção da família. Desse modo, os projetos de vida dos adolescentes se inscrevem a partir de negociações com elementos de

identificação com o contexto familiar, ao mesmo tempo em que integram diferentes significados como possibilidades de mudanças em seus ciclos de desenvolvimento.

5.2 Sentidos/vinculações com o as instituições de acolhimento

Como elemento relevante para tais análises, considera-se o tempo que constitui as experiências de acolhimento de: Davi, Alberto e Fernando, com trajetórias por diferentes instituições desde a infância; de Dulce, cujo ingresso deu-se já no início da adolescência; e de Sofia, desde o seu nascimento. Contudo, vale reiterar que tais experiências de acolhimento se expressam de modo articulado com outros contextos: família, rua, além das unidades de internação, notadamente, para os adolescentes do sexo masculino deste estudo, que cumprem ou já cumpriram medidas socioeducativas de privação de liberdade ou liberdade assistida, por terem cometido atos infracionais.

Considera-se importante esclarecer que, com a promulgação do ECA, as antigas instituições de atendimento a crianças e adolescentes passam por um reordenamento, possibilitando a diversificação de tais unidades com nomenclaturas próprias para designá-las. Nesse sentido, as instituições onde os adolescentes se encontram são chamadas “casas de acolhida temporária”, numa variação ao termo “abrigo”. Contudo, nesta análise, elege-se o termo “abrigo” num alinhamento com a referência adotada pelos adolescentes, que o utilizam, possivelmente, numa salvaguarda do termo “casa”, destinada ao contexto da família, que suscita outras simbolizações.

A análise dos sentidos/significados construídos nas narrativas sobre tais interações nos diferentes espaços institucionais contribui para se pensar sobre os aspectos desenvolvimentais que as constituem e os modos de subjetivação presentes nas negociações. As descontinuidades nas trajetórias parecem refletir a própria fragmentação dos contextos em que se inserem, considerando que ambos se constituem mutuamente.

Com base nas diferentes vivências de acolhimento, os adolescentes avaliam os referidos espaços em suas potencialidades como parte de uma rede de apoio, contudo chamam a atenção para especificidades no modo como os abrigos realizam o atendimento, as quais podem circunscrever aspectos positivos e negativos. Identificam que os atendimentos prestados pelos abrigos podem variar de acordo com suas respectivas “coordenações”, o que denota uma diversidade na administração/composição de tais serviços, cujas especificidades podem distribuir de modo desigual os direitos legalmente previstos para tais sujeitos. A depender da organização dos recursos e competências, podem existir “bons” e “maus”

abrigo como circunscritores que ressignificam ou atualizam as experiências que justificam os acolhimentos.

Davi relata uma experiência positiva numa casa de acolhida da rede municipal e do seu desligamento em função de uma tentativa de reinserção familiar mal sucedida que o conduziu para as ruas. O adolescente culpabiliza a mãe pela desventura de não ter sido aceito no antigo espaço institucional pela forte vinculação com as drogas e a rua, e se ressentido como alguém que perdeu uma oportunidade valiosa de mudança de vida.

Observa-se que, em todas as narrativas, os adolescentes constroem significados de incerteza e desproteção diante dos processos frustrados de reinserção familiar e das transferências entre as casas de acolhida, sobretudo pelo temor de atingirem a maioridade e não terem com quem contar, já que o tempo vivido nas instituições não é traduzido em experiências educativas ou profissionais que lhes garantam o exercício da autonomia e do próprio sustento. O caráter provisório de tais instituições e os seus objetivos de reinserção familiar são problematizados, especialmente para sujeitos cujas famílias não se encontram em condições de ampará-los por, via de regra, manterem as mesmas dificuldades que resultaram nos respectivos acolhimentos (violência, drogadição, alcoolismo, pobreza). Além disso, a circulação importante entre os contextos é trazida como descontinuidades e desvinculações, expondo a fragmentação de uma política de atendimento organizada segundo “perfis” que separam sexo, faixa etária e “motivos de acolhimento” (drogadição, situação de rua, violência doméstica, gravidez, entre outros).

As narrativas sobre uma adolescência vivida entre as casas de acolhida fazem emergir sentimentos polissêmicos e ambíguos sobre experiências passadas e presentes para avaliar as perspectivas de um futuro incerto antecipado na emergência de uma maioridade. Cabe ressaltar uma distinção no modo de significar as vivências institucionais por parte de meninos e meninas, remetendo a intervenções profissionais que parecem se organizar e distribuir recursos segundo construções de gênero. Neste sentido as experiências de Davi, Fernando e Alberto no abrigo são significadas a partir de elementos que denunciam um ambiente impessoal, hierarquizado e permeado pela violência que se manifesta nas relações entre adolescentes e funcionários, segregados por “lugares” demarcados simbolicamente nas vivências que suscitam diferentes posicionamentos e vinculações.

A ausência de espaços de compartilhamento evidencia um empobrecimento de trocas afetivas e o recurso da normatização é acionado como dispositivo preferencial para regular as interações dos adolescentes com o abrigo. Com efeito, nos discursos de Davi, Fernando e Alberto, os elementos selecionados para compor a imagem do abrigo em que se encontram

parecem ser trazidos para refletir as próprias condições de existência, na busca por saídas possíveis que lhes permitam sobreviver sem a “tutela” do Estado e sem recorrer às ruas. Os adolescentes se referem a um conjunto de aspectos negativados para significar a pouca diferença que o abrigo tem conferido às suas trajetórias, compondo um cenário que expõe a precariedade e desconforto de suas instalações físicas, dos recursos materiais disponíveis e a ausência de atividades educativas, esportivas e de lazer.

Inseridos num contexto institucional atravessado por uma diversidade de sentidos sobre adolescência, risco e proteção, os conflitos e dilemas evidenciam os modos de intervenção adotados pelo abrigo e questionam os valores presentes em tais práticas que se operam num descompasso entre os serviços oferecidos e as especificidades dos adolescentes. A ênfase dada pelos adolescentes ao trabalho institucional focaliza as interações com os funcionários dos abrigos em suas ambiguidades. A prescrição da adolescência essencializada como padrão de comportamentos que busca posicionar os sujeitos acolhidos parece desconsiderar as diferentes vivências que os singularizam e, desse modo, se inviabiliza como proposta pedagógica. Além disso, as tensões decorrentes da imposição de modelos que não consideram a complexidade presente atuam como circunscretores que reproduzem exclusões.

Os adolescentes relatam que os conflitos, de um modo geral, não são tratados numa perspectiva educativa que privilegia a escuta, o diálogo e a compreensão, mas objetos da intervenção repressiva de policiais, cujas abordagens reeditam práticas de violência como recursos que lhes remetem ao “lugar” de sujeitos perigosos, afirmando uma identidade delinquente. Na enunciação de tais interações vividas no contexto de acolhimento e de modo a questionar seus aspectos protetivos, os adolescentes refletem sobre suas semelhanças com as unidades socioeducativas, considerando a falta de atividades, a normatização do cotidiano, o estigma que os acompanha e, sobretudo, as ações violentas empreendidas por alguns educadores e pela polícia, configurando um ambiente ameaçador que se alinha àquele no qual ingressaram na condição de infratores. Contudo, possivelmente contrariando expectativas institucionais, os adolescentes expressam desejos de mudanças relativas ao atendimento recebido, sobretudo junto aos educadores, que se erguem como figuras de referência pelo convívio mais direto. Embora os adolescentes se refiram à “liberdade” de ir e vir, como parte de “negociações” realizadas com os educadores - e com o conhecimento dos técnicos e dirigentes do abrigo -, parecem se ressentir de tal “permissividade”, significada como expressão de uma indiferença à vida deles, ao lugar aonde vão, ao que fazem e ao motivo por que o fazem, reivindicando sentidos de cuidado e compromisso como elementos de vinculação e pertencimento.

Para os adolescentes, cujas vivências familiares resultaram em experiências de sofrimento e violência, o abrigo pode acenar uma possibilidade valiosa de ressignificação de vivências e se constituir como ambiente favorável ao desenvolvimento de tais sujeitos. Apesar das dificuldades inscritas na composição dos contextos de acolhimento, relativas a questões estruturais e de funcionamento, alguns aspectos adquirem centralidade. Dentre tais aspectos, as relações interpessoais são trazidas por Dulce como o principal fator de vinculação ao abrigo e ao tratamento da drogadição, esta que a manteve por um tempo significativo nas ruas, exposta à exploração sexual e ao sofrimento. Para Sofia, que desde o nascimento teve a vida marcada por diferentes acolhimentos, as experiências em tais contextos parecem significar um suporte importante em sua vida. A “familiaridade” com tal espaço é evidente em suas narrativas preñes de conhecimento sobre os dispositivos que compõem o circuito institucional, em suas potencialidades e contradições.

Observa-se ainda que as vivências junto às instituições se expressam de modos diferentes para meninos e meninas. Apesar de as configurações familiares dos cinco entrevistados nesta pesquisa guardarem algumas semelhanças entre si, considerando-se eventos de abandono, violência e maus tratos que caracterizam os seus acolhimentos, e ainda a condição socioeconômica desfavorecida como fator que potencializa a desproteção, pode-se inferir que, assim como o espaço familiar, o contexto de acolhimento também apresenta diferentes experiências para meninos e meninas. Compreendendo a violência como fenômeno complexo que se expressa por meio de dispositivos culturais presentes em cada contexto cultural, incluindo o gênero, as narrativas suscitam que, enquanto para os adolescentes a violência sofrida em seus corpos parece refletir/reproduzir um *ethos* de masculinidade sustentado subjetivamente nas interações com o contexto mais amplo, para as adolescentes, a violência imposta aos seus corpos manifesta-se no sexo. São experiências trazidas com dor e sofrimento por Dulce, no contexto das ruas, e por Sofia, numa situação de acolhimento e junto ao contexto familiar.

Para Sofia, o espaço de acolhimento é representado como palco de vivências significativas, como a descoberta dos irmãos e a oportunidade de construir laços de pertencimento, sobretudo nos desafios enfrentados pelo grupo, ainda na infância, frente às situações de ameaça e violência às quais foi exposto. Na adolescência, o abrigo é significado como um apoio com o qual pôde contar em diferentes momentos de sua vida: nas desventuras junto ao contexto familiar e na gravidez, significada como um ponto de viragem em sua trajetória. A identificação dos “problemas” existentes nas interações junto aos abrigos é trazida com a autoridade de quem o conhece de modo visceral e, nesse sentido, as narrativas

são propositivas, versando sobre seus limites e possibilidades e sobre a importância de investir nesse espaço de socialização como uma importante rede de apoio para crianças e adolescentes que dele necessitam.

A vinculação com a drogadição emerge com força nas narrativas dos adolescentes, com exceção de Sofia, que não faz uso de tais substâncias. Sobretudo para Davi, Alberto e Fernando, o espaço das ruas acena como possibilidade para preencher um cotidiano institucional empobrecido e vazio de oportunidades. E, assim, os adolescentes perambulam pelas ruas da comunidade, onde se divertem, namoram, usam drogas, mendigam/roubam e se expõem a ameaças de grupos rivais, configurando práticas que problematizam as funções protetivas do abrigo.

5.3 Sentidos/vinculações com o contexto da rua

A princípio cabe ressaltar que os registros narrativos sobre a vinculação dos adolescentes com o contexto das ruas são enunciados e significados a partir de diferentes referências temporais e segundo marcadores culturais disponíveis para cada um dos adolescentes, que lhes emprestam diferentes sentidos. Abrangendo experiências temporais que indicam desde cedo, e para cada um dos adolescentes, uma “familiaridade” com tal contexto de desenvolvimento, a rua é trazida ora como espaço de interações lúdicas nas vivências infantis junto às comunidades de origem - sobretudo para os meninos por representar um elemento de sociabilidade valorizado nas culturas locais, ora como um contexto associado às experiências de delinquência vinculadas ao adolecer. Desse modo, observa-se que os sentidos construídos sobre a “rua da infância” consideram um conjunto canônico de vivências familiares e comunitárias e parecem não corresponder à “rua” como um contexto prioritário na fase da adolescência.

De um modo geral, as motivações narradas para o ingresso nas ruas versam sobre múltiplos acontecimentos: violência intrafamiliar, pobreza, idealização da rua como espaço de liberdade e alternativa a tais vivências, envolvimento com a drogadição e com o tráfico como elementos que marcam suas origens familiares e comunitárias, e uma fragilização de vinculações positivadas. Esses acontecimentos configuram uma trama de experiências atravessadas por conflitos e situações de violência, trazida para justificar a saída – e não necessariamente o rompimento – com o contexto familiar e comunitário.

Nos sentidos construídos sobre a “saída de casa” para as ruas, os maus tratos e a violência infligidos pela mãe (alcoolistas) são elementos relevantes nas narrativas de Davi e

Fernando. No caso de Dulce, embora a mãe seja alcoolista e mantenha consigo um convívio conflituoso, a adolescente atribui o ingresso nas ruas às vivências de drogadição junto aos amigos da comunidade. Para Sofia, que foi entregue a um abrigo quando nasceu, as situações de violência e maus tratos enfrentados nas passagens pelo contexto da família também falam do envolvimento da genitora com o álcool e a drogadição. Denotando uma força simbólica importante, as experiências familiares negativadas se erguem, discursivamente, para justificarem a vinculação dos adolescentes com as ruas, ou, no caso de Sofia, com diferentes ingressos em instituições de acolhimento.

As vivências de rua são trazidas com ambiguidade por Alberto, Fernando e Davi, que lhes conferem sentidos de prazer e de ameaça constante. Tendo ingressado nas ruas desde os sete anos de idade, Davi e Alberto descrevem experiências que comunicam uma vinculação importante com os referenciais identificatórios da “vida loka” (numa oposição às condutas prescritas como “normais”), fugaz, trazida com sentidos de liberdade para circular por diferentes lugares, usar drogas, fazer sexo e compartilhar de novidades. Num mesmo conjunto de sentidos, enunciam os problemas enfrentados para sobreviver na fluidez das ruas, (demarcação de territórios, “virações”, alimento e drogas), traduzida nas negociações com o contexto cultural mais amplo (policiais, transeuntes, comerciantes) e com o grupo de pares (no estabelecimento de regras de convívio, disputas por drogas ou por parceiras sexuais e afetivas). Diferente dos adolescentes, para Dulce a apropriação da rua ocorre de modo distinto, pois é significada como uma interrupção da própria vida. Sem vinculações de amizades ou com grupo de pares – elementos importantes para a sobrevivência nas ruas –, utilizava a casa da avó como ponto de apoio para se alimentar ou dormir nos momentos de profunda exaustão, configurando uma trajetória solitária circunscrita ao consumo de drogas e à exploração sexual para adquiri-las.

A vinculação ao grupo de pares nas ruas é trazida pelos meninos como sociabilidade significativa que viabiliza a subsistência e a realização das trocas afetivas, oferecendo uma sustentação na instabilidade das ruas ao grupo como um todo, sobretudo como fator de proteção às ameaças externas. Contudo, os sentidos de pertencimento ao “coletivo” que o grupo representa parecem implicar esforços e conflitos para a individuação de seus membros, suscitando um “enredamento” que pode dificultar uma desvinculação com os valores (compreendidos como circunscritores de subjetividades) sustentados no referido contexto. Os elementos culturais compartilhados podem ser observados na linguagem peculiar permeada por códigos que comunicam valores e vínculos de pertencimento a determinados grupos, bem como nos gestos corporais que enunciam práticas e simbolizações de um *ethos* de

masculinidade como aspecto identitário que, possivelmente, viabiliza suas interações nas ruas junto aos pares e nas relações com as parceiras sexuais.

Nos discursos empreendidos por todos os adolescentes, a constituição de vínculos de confiança nas ruas é tida como improvável, e os sentidos de amizade são restritos apenas aos momentos em que compartilham drogas, ou são atribuídos, canonicamente, à esfera familiar. Contudo, a rua acena para a formação de grupos como fonte de sobrevivência e, devido a isso, meninos e meninas se unem para compartilhar das ações necessárias à proteção e manutenção do grupo. A desconfiança que permeia as relações entre meninos e meninas se opera, para Alberto e Fernando, no conflito entre uma imagem idealizada de mulher fiel, doméstica (de “valor”) e a menina com a qual compartilham as vivências sexuais nas ruas (pra “ficar”), excluindo estas últimas de suas preferências afetivas, sobretudo pelo “fantasma” da infidelidade que ronda tais relações em função das constantes trocas de parceiros sexuais. Tal conflito é também trazido na narrativa de Dulce que, embora afirme as relações esporádicas com os meninos, não projeta idealizações com tais sujeitos, manifestando o desejo por novas referências para a sua vida no futuro.

A construção de laços afetivos, no entanto, não resulta improvável e pode construir diferentes sentidos para cada um dos adolescentes. Como exemplo, Davi afirma que a melhor experiência em sua trajetória de rua foi o encontro com a namorada e, mesmo afastado da adolescente, que cumpre medida socioeducativa de internação, faz planos de retomar tal convívio.

Numa perspectiva que parece sinalizar o desejo de rompimento com o contexto das ruas, os adolescentes entrevistados avaliam tal permanência como uma fase de intensas vivências de prazer e conflitos, realizadas em meio a contradições, instabilidades e incertezas que se inscrevem no desafio da sobrevivência cotidiana e, discursivamente, se posicionam como sujeitos que se deixaram influenciar pelas circunstâncias e amigos, e que “não sabiam o que faziam” ou “não imaginavam como eram as ‘coisas’”. Nesse sentido, os adolescentes buscam projetar o futuro para além de tais experiências, “ajustando” discursivamente os comportamentos negativados e refletindo os acontecimentos como parte de um passado que buscam ultrapassar. Para tanto, recorrem aos discursos canônicos sobre a família, a escola e o trabalho como circunscritores que poderão viabilizar a desvinculação com o contexto das ruas, significada como uma “vida louca”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos significados produzidos pelos interlocutores deste estudo, foi possível empreender uma maior aproximação às diferentes vivências que marcam suas trajetórias e compartilhar de uma perspectiva que convida os sujeitos a narrarem as próprias experiências de desenvolvimento. A emergência dos discursos evocou não apenas vivências singulares, mas sinalizou para um conjunto de práticas das quais os sujeitos participam ativamente e que influenciam seus modos de pensar, sentir e de se posicionar no mundo, segundo determinadas perspectivas assumidas.

A aproximação aos significados construídos por adolescentes nas narrativas sobre suas diferentes experiências suscitou um diálogo com as condições socioculturais presentes nos contextos investigados e com os diferentes modos através dos quais os sujeitos as vivenciam. Na reconstrução dos aspectos históricos que caracterizam tais contextos, observou-se que as práticas institucionais direcionadas à população infanto-juvenil pobre se inscrevem na conjugação de elementos assistenciais e repressivos para o controle de suas demandas. Embora o arcabouço legal aponte para avanços importantes na política de atendimento, reconhecendo tal população como sujeitos de direitos, a cultura da “institucionalização”, recolhimento e estigmatização se mantém nas práticas desenvolvidas pelos abrigos, atualizando a doutrina da “situação” irregular em detrimento da “proteção integral”.

Através das narrativas como práticas discursivas, um conjunto de significados foi evocado pelos adolescentes para compor as suas histórias, as quais se configuraram como enredos que envolvem cenários, personagens e tempos presentificados nas versões construídas sobre as vivências familiares, junto aos espaços de acolhimento institucional e nas experiências da rua. Significados que guardam uma estreita relação com os diferentes contextos socioculturais cujos valores facultados são permanentemente negociados, contrariados ou assumidos na perspectiva de agenciarem a própria trajetória.

As ambiguidades presentes na produção dos significados sobre os contextos que vivenciam apontam para diferentes sentidos presentes nas experiências. Nas interações com familiares, ora atualizam os discursos que elegem um modelo idealizado de família como elemento central em suas vidas (que permeiam as práticas institucionais), ora assumem posições que remetem à concretude das inter-relações construídas junto ao grupo familiar, que remetem a uma rede complexa em constante negociação.

Os elementos socioculturais presentes nas narrativas expressam as contradições e ambiguidades dos discursos e das práticas institucionais que lhes vêm sendo historicamente outorgadas, representados pelo distanciamento que se inscreve entre os direitos legalmente instituídos e a concretude das experiências que vivenciam.

Nesse sentido, os adolescentes problematizam o “lugar” das instituições de acolhimento em suas vidas, identificando ações que os desqualificam como parceiros sociais e reproduzem a violência que se propõem a combater. Embora reconheçam o potencial papel dos abrigos na promoção de melhores condições de desenvolvimento para os sujeitos, afirmam práticas de segregação, preconceito e distanciamento afetivo que permeiam o referido contexto e lhes emprestam o estigma do fracasso, do lugar sem perspectivas e onde não vale a pena se investir.

Contudo, de acordo com os diferentes enunciados sobre as experiências de acolhimento institucional, pôde-se observar que tal universo remete não apenas às trajetórias individuais dos adolescentes, mas atravessam as vidas de pessoas que compõem suas redes de sociabilidades como irmãos, parentes, amigos, rivais e, em alguns casos, os próprios filhos, entrelaçando trajetórias e circunscrevendo, num só tempo, vínculos de pertencimento e de exclusão.

Instituições que ora foram significadas como uma saída para a violência sofrida no âmbito familiar ou no contexto das ruas – identificadas em suas potencialidades e como parte de uma rede de apoio -, ora foram compreendidas como a extensão de tais violações, considerando-se as desventuras das práticas adotadas, tanto na esfera protetiva (abrigos) quanto no âmbito das medidas socioeducativas, cujo aspecto correcional-repressivo é elemento cultural marcante e atualiza as experiências históricas do atendimento sob a vigência do Código de Menores do século passado.

Considerando-se o fato de que, para os adolescentes, as instituições podem representar uma importante fonte de apoio e desenvolvimento, sobretudo avaliando-se os avanços legais inscritos, compreende-se que vale a pena investir nesse contexto de desenvolvimento, a partir da constituição de um ambiente humano que favoreça vinculações positivadas e ressignificações de vivências.

Desse modo, pode-se inferir que a constituição de um espaço que pretenda realizar os objetivos de proteção e acolhimento parece exigir o reconhecimento do abrigo como um contexto de desenvolvimento e possível de ser vivido como um lugar de vinculações positivadas, sobretudo para aqueles cujas experiências familiares resultaram em sofrimento e violação de direitos. Para tanto se faz necessário um investimento permanente na qualificação

e capacitação profissionais dos que compõem o quadro funcional das instituições, na perspectiva da superação de preconceitos e estigmas que são reproduzidos na esfera do acolhimento, como o lugar do abandono, da falta de expectativas e do “fracasso”.

Compreende-se que o interesse e aproximação à realidade de cada adolescente, através da escuta atenta às suas dificuldades e potencialidades, poderá se constituir como ponto de partida para um trabalho pautado na ética relacional, cujo planejamento de ações considere a complexidade de cada situação e inclua as diferentes perspectivas dos adolescentes construídas em universos socioculturais distintos, sobretudo por tratar-se de questões que dizem respeito a tais sujeitos e envolvem seus interesses e projetos de vida.

Considerando a esfera relacional como uma questão que adquiriu centralidade nos significados construídos pelos adolescentes, evidencia-se que as práticas institucionais de acolhimento ainda se caracterizam pelo não envolvimento, pela indisponibilidade e por práticas normativas e de controle que os abordam como se estivessem sempre no limite da transgressão. É interessante observar que, embora os discursos institucionais, via de regra, os considerem em situação de “risco”, questiona-se até que ponto tal categoria alude às condições desfavoráveis nas quais os mesmos se encontram, ou se o “risco” é compreendido como uma ameaça para a sociedade.

O entendimento é de que, para além do discurso de provisoriedade da medida, possa se pensar no acolhimento institucional como uma passagem significativa para os sujeitos que dele necessitam; como uma oportunidade de construir novos referenciais identificatórios que permitam reelaborar as histórias densas que marcam suas trajetórias.

Assim, urge requalificar a perspectiva institucional que se expressa, muitas vezes, pela sustentação de um trabalho pautado: na descontinuidade/fragmentação das práticas; na falta de investimentos materiais e humanos; no discurso de idealização da família como principal referência identificatória para os acolhidos (que, muitas vezes, parece não corresponder às experiências concretas de tais sujeitos); na normatização e controle do cotidiano; no distanciamento relacional e afetivo que inviabiliza vinculações e laços de confiança, atualizando preconceitos/estigmas sobre a população que visa a atender; na violência/repressão como vias preferenciais para a resolução de conflitos; e na ausência de espaços de compartilhamento de experiências que possibilitem ressignificações. Nesse sentido, o trabalho institucional se inviabiliza como um instrumento importante de emancipação, sobretudo para os adolescentes, por não dispor de alternativas que promovam a autonomia desses sujeitos de direitos na construção de projetos de cidadania.

A riqueza e complexidade do produto coconstruído no processo de investigação se expressa, não apenas pela indicação de questões importantes que permeiam o cotidiano institucional e remetem a flagrantes violações de direitos, mas, sobretudo, pelos diferentes pontos de vista/posicionamentos que “transbordaram” nas narrativas dos adolescentes, através de reflexões, ressignificações e propostas que buscam recriar os contextos vividos.

Considerando as reflexões suscitadas ao longo desse percurso, entende-se que o presente estudo pode contribuir para aprofundar a discussão sobre as condições do atendimento prestado pelas casas de acolhida aos adolescentes, no esforço de redimensionar tais práticas pela inclusão da perspectiva e dos interesses daqueles que visam a atender.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ABREU, H. B. As novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: Capacitação em Serviço Social Mod. 1. Brasília: CEAD, 1999.
- ADAD, J. H. C. Jovens e educadores de rua: itinerários poéticos que se cruzam pelas ruas de Teresina. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Ceará, 2004.
- ADORNO, S. A lei e a Cidadania. In: RIZZINI. A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1993.
- ADORNO, S. *et al.* Adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. In: São Paulo em perspectiva, v.13, n.4, 1999.
- ADORNO, S. Exclusão social e violência urbana. Sociologias, Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2002.
- AGUIAR, M. J. A.; BOCK, A. B.; OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia). São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, W. C. de. Além da catarse, além da integração, a catarse de integração. Beyond catharsis, beyond integration, the catharsis of inte. Rev. bras. psicodrama, São Paulo, v. 18, n. 2, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Acesso em: 17 jun. 2012.
- ÁLVARES, L. C.; JOSÉ FILHO, M. O serviço social e o trabalho com famílias. Serviço Social & Realidade, Franca, v.17, n.2, 2008.
- ALVES, P. B. O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- ALVIM, R.; VALADARES, L. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n.26, 1988, p.3-37.
- AMORIM, K. DE S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Dialogismo e a investigação de processos desenvolvimentais humanos. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP, Brasil: Paidéia, 2008. Disponível em: www.scielo.br/paideia. Acesso em: 22 ago. 2011.
- APTEKAR, L. Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. Psicologia: Reflexão e Crítica, 1986.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. Revista Psicologia, Ciência e Profissão, v. 21, n.3, 2003, p.70-75.

ASSIS, S. G. Traçando caminhos numa sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. O universo da jovem infratora. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: CLAVES/ENSP/FIOCRUZ, 2000.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BANDEIRA, D. R.; KOLLER, S. H.; HUTZ, C. S; FOSTER, L. O cotidiano dos meninos de rua de Porto Alegre. In: Anais do XVII International School Psychology Colloquium, v. II, p. 133-134. São Paulo – Campinas: Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), 1994.

BARISON, M. S. Disciplina ou Cidadania? O Estatuto da Criança e do Adolescente e as representações de agentes sociais de um abrigo. O Social em Questão. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, v. 2, n. 2, 1997, p. 107-117.

BARROS, J. A. Paul Ricoeur e a Narrativa Histórica. História: imagens e narrativas, n.12, 2011. Disponível em: <http://www.historiaimagem.com.br>. Acesso em 11 set. 2011.

BASTOS, A. C. S.; ALCÂNTERA, M. A. R.; FERREIRA-SANTOS, J. E. Novas famílias urbanas. In: LORDELO; E. CARVALHO; S. H. KOLLER (orgs.). Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo/Salvador: Ed. UFBA, 2002, p.99-135.

BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRANCO, A. U. Crenças e práticas culturais: co-construção e ontogênese de valores sociais Pro-Posições. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 17, n. 2, 2006.

BRANDÃO, T. O.; GERMANDO, I. M. P. Experiência, memória e sofrimento em narrativas autobiográficas de mulheres. Psicologia & Sociedade; v.21, n.1, 2009, p.5-15.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

_____. Ministério do Bem-Estar Social. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1993.

_____. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Nova Lei de Adoção. Brasília, 2005.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2006.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei 8742/93. Legislação suplementar/Ministério da Assistência Social. Brasília, 1993, 3ª edição, 2003.

_____. Código de Menores de 1927. Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927.

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano. Trad. M.A.V. Veronesi, Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BRUM, Z. O.; SINIAK, D. S. A gíria: a comunicação de adolescentes usuários de substâncias psicoativas. Revista de Enfermagem da UFSM, v.1, n.3, 2011.

BRUNER, J. Ingresso no significado. In: Atos de significação. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. A cultura da educação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. Realidade mental, mundos possíveis. Trad. M. A. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRUNER, J.; WEISSER, S. A. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. Trad. V. L. Siqueira. In: D. R. OLSON; N. TORRANCE. Cultura escrita e oralidade. São Paulo: Ática, 1995, p. 141-161.

BROCKMEIER, J.; HARRÉ, R. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. Psicologia: reflexão e crítica, v. 16, n. 3, 2003, p. 525-535.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs.). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CAMPOS, T. N.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. (Sobre)vivendo nas ruas: habilidades sociais e valores de crianças e adolescentes. Psicologia: reflexão e crítica, v. 13, n.3, 2000, p. 517-527. Disponível em www.scielo.br/scielo. Acesso em 18 out. 2011.

CAMPOS, M. Família e política social: elementos para a discussão e proposta de uma política no Brasil. In: Seminário Nacional de Proteção Social Básica, 2004, Brasília. Anais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

CARVALHO, A. M. A.; RUBIANO, M. R. B. Vínculo e compartilhamento na brincadeira de crianças. In: ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; A. P. S. SILVA; CARVALHO (orgs.). Rede de significações: uma perspectiva para o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 171-187.

CARVALHO, A. M. A.; BASTOS, A. C. S. B.; RABINOVICH, E. P.; SAMPAIO, S. M. R. Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. Psicologia em Estudo, v.11, n.3, 2006, p. 589-598.

CARVALHO, M. do C. B. de. A família contemporânea em debate. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, I. C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 9, n. 19, 2003.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Para um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, n.2, 2002.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. da. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004.

CASTRO, L. R. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: L. R. CASTRO (org.) Crianças e jovens na construção da cultura. Rio de Janeiro: Faperj/Nau Editora, 2001.

_____. Uma teoria da infância na contemporaneidade. Em L. R. CASTRO (org.), Infância e adolescência na cultura do consumo. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1988, p.23-53.

_____. Participação Política e Juventude: Do Mal-Estar à Responsabilização frente ao Destino Comum. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 16, n. 30, 2008, p. 253-268.

CIAMPA, A. da C. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Orientações técnicas para os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Brasília, DF, 2008.

CORREIA, M. F. B. A constituição social da mente: (re) descobrindo Jerome Bruner e construção de significados. Estud. psicol., Natal, v. 8, n. 3, 2003. Disponível em www.scielo.br/scielo. Acesso em 20/12/2009.

COSTA, M. V. Quem são? Que querem? Que fazer com eles? Eis que chegam às nossas escolas as crianças e jovens do século XXI. Araraquara – SP: Junqueira & Marim editores, 2006.

CRIVES, M. N. S.; DIMENSTEIN, M. Sentidos produzidos acerca do consumo de substâncias psicoativas por usuários de um Programa Público. Saúde e Sociedade, v.12, 2003.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DAMATTA, R. A Casa & A Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DARAHM, G. C.; SILVA, A. P. S.; COSTA, N. R. A. Da teoria do apego à Rede de Significações: Maria Clotilde Rossetti-Ferreira e a psicologia do desenvolvimento brasileira. Temas em Psicologia, vol. 17, n. 1, 2009, p.191-207.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Vulnerabilidade e resiliência familiar: um estudo com adolescentes que sofreram maus tratos intrafamiliares. Psicologia em Estudo, v.31, n.1, 2000, p. 39-66.

DELL'AGLIO, D. D. O processo de *coping*, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

DEL PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil. 4ª. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2005.

DUERO, D. G. Relato autobiográfico e interpretación: uma concepção narrativa de la identidad personal. *Athenea Digital*, primavera, n. 9. Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona, España, 2006, p.131-151.

FALEIROS, E. T. S. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Thesaurus, 2000.

FANTE, A. P.; CASSAB, L. A. Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 2007, p. 154-174.

FERNANDES, F. A integração do negro à sociedade de classes. Tese apresentada ao concurso da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1964.

FERREIRA, T. Os meninos e a rua: o psicólogo e os impasses da assistência. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 20, n. 1, 2000, p.2-17.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. In: *Horizontes Antropológicos*. POA, ano 5, n. 10, 1999, p. 61-82.

FONSECA, C. Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Aliados e Rivais na Família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila portogalesense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 2, n. 04, 1987.

_____. Da adoção de crianças à circulação internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, v. 26, 2006, p.11-44.

_____. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História da criança no Brasil*. 9ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

FONSECA, M. L. P. F. Padrões sociais e usos do espaço público. In: *Caderno CRH/FFCH/UFBA*, v. 18, n. 45, 2005.

FRANGELLA, S. M. Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. *Cadernos Pagu*, v.14, 2000.

GERGEN, K. J. The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*, v. 40, n. 3, 1985, p. 266-275. Trad. Ercy José Soar Filho, rev. Marta Regina Hasse Marques da Costa. *Interthesis*, Florianópolis, v.6, n.1, 2009.

GERMANO, I.; SERPA, F. A. da S. Narrativas Autobiográficas de Jovens em conflito com a lei. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 60, n. 3, 2008.

GIORGETTI, C. Moradores de rua: uma questão social? São Paulo: PUC-SP, 2006.

GOFFMAN, I. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GREGORI, M. F. *Viração: experiência de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUANAES, C. JAPUR, M. Contribuições da poética social à pesquisa em psicoterapia de grupo. *Estud. psicol. Natal*, v. 13, n. 2, 2008.

GUARÁ, I. M. F. da R. *et. al.* *Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. São Paulo: IEE/PUC; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

GUARESCHI N. M. F.; REIS, C. D.; HUNING, S. N. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estudos e pesquisas em psicologia*. v.7 n.1 Rio de Janeiro, 2007.

HARRÉ, R.; GILLET, G. *A mente discursiva: os avanços na ciência cognitiva*. Trad. D. Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.

HOGA, L. Maternidade na adolescência em uma comunidade de baixa renda: experiências reveladas pela história oral. *Rev. Latino-Americana de Enfermagem*, v.16, n.2, 2008, p. 280-286.

HUTZ, C. S.; KOLLER, S. H.; BANDEIRA, D. R. Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. In: S. H. KOLLER (org.). *Coletâneas da ANPEPP*, v.1, n.12, 1996, p.79-86.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. *Revista Temporalis*, ABEPSS, 2001, n. 3, p. 9 – 31.

IBGE/ Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2010.

ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente/ UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Guia teórico e prático de medidas socioeducativas*, 2004. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.org.br/midioteca/publicacoes/guia-teorico-e-pratico-de-medidas-socioeducativas>. Acesso em: 02 abr 2012.

IPEA/CONANDA. *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, 2004.

KOLLER, S. H.; HUTZ, C. S. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP*, v.1, n.12, 1996, p.5-12.

_____. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. In: S. H. KOLLER (org.). *Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida*. Porto Alegre: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1996, p.11-34.

KOLLER, S. H. Violência Doméstica: uma visão ecológica. In: AMENCAR (org.). *Violência doméstica*. São Leopoldo: Amencar, 1999, p. 32-42.

_____. A escola, a rua e a criança em desenvolvimento. In: Z. A. P. DEL PRETTE (org.). Psicologia escolar e educacional: Saúde e qualidade de vida. São Paulo: Alínea, 2001, p. 159-176.

KOLLER, S. H.; DE ANTONI, C. Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In: S. H. KOLLER (org.). Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil. Porto Alegre: Casa do Psicólogo, 2004, p. 293-310.

LISBOA, C.; KOLLER, S. Amizade e vitimização: fatores de risco e proteção no contexto do grupo de iguais. Psicologia (PUCRS), v. 34, n.1, 2003, p.71-94.

LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. Psicologia em Estudo, v.11, n.2, 2006, p.427-436.

LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S.; CAMILO, A. A.; ASSUNÇÃO, C. V. Tribos urbanas como contexto de desenvolvimento de adolescentes: relação com pares e negociação de diferenças. Revista Temas em Psicologia, v.11, n.1, 2003.

LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S.; VIEIRA, A. O. M. Narrativas sobre a privação de liberdade: processos de desenvolvimento do *self* adolescente em contexto. Revista Estudos em Educação, v.32, n.1, 2006, p.68-83.

LUCCHINI, R. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: RIZZINI, I. (org.). Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Puc-Rio, São Paulo: Loyola, 2003, p. 45-87.

MARTINS, D. C. Estatuto da Criança e do Adolescente & Política de Atendimento. Curitiba: Juruá, 2005.

MACIEL, C.; BRITO, S.; CAMINO, L. Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa. Psicologia: Reflexão e Crítica, v.10, 1997, p. 315-334.

MARCÍLIO, M. L. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. O Direito do menor no século XX. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (org.). Direitos humanos em dissertações e teses da USP: 1934-1999. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, R. A. Crianças e adolescentes em situação de rua: definições, evolução e políticas de atendimento. Coletâneas da ANPEPP, v.1, n.12, 1996, p. 35-44.

MATIAS, H. J. D. Identidade, espaço e tempo: negociações de sentido sobre a 'gente de rua'. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

MELO, E. R. Crianças e adolescentes em situação de rua: direitos humanos e Justiça. Uma reflexão crítica sobre a garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua e o Sistema de Justiça no Brasil. Dissertação de Mestrado: Universidade de Friburgo e Instituto Universitário Kurt-Bösch, Suíça. Friburgo/Sion, 2008.

MÉLLO, R. P. ET AL. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. Psicologia & Sociedade. São Paulo, v. 19, n. 3, 2007, p. 26-32.

MILITO, C.; SILVA, H. Vozes do Meio Fio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MINAYO, M. C. de S. O Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul./set., 1993, p. 239-262.

_____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

_____. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS. Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. Brasília, 2009.

MIOTO, R.C.T.; LIMA, T.C.S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8, n.1, jan./jun. 2009, p. 22-48.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família na política de assistência social. Revista de Políticas Públicas. São Luís: EDUFMA, v.8, n.1, jan./jun. 2004, p. 133-143.

MIOTO, R. C. T. *et all.* Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: Serviço Social e Sociedade, n.55; 1ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

MIOTO, R. C. T. Família e assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (orgs.). Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MORAIS, N. A.; KOLLER, S. H. Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: ênfase na saúde. In: KOLLER, S. H. (org.). Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MORAIS, N. A.; NEIVA-SILVA, L. e KOLLER, S. H. (orgs.). Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

NASCIMENTO, M.L.; CUNHA, F.L.; VICENTE, L.M.D. A Desqualificação da Família Pobre como Prática de Criminalização da Pobreza. Revista de Psicologia Política, n. 14, 2008.

[NASCIMENTO, C. R.; TRINDADE, Z. A. Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 62, n.2, 2010.](#)

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: S. M. KALOUSTIAN (org.). Família brasileira: a base de tudo. São Paulo: Cortez, 2002, p. 26-46.

NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. Adolescentes em situação de rua. In: CONTINI, S. H. KOLLER; BARROS (orgs.). Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia & Ministério da Saúde, 2002, p. 110-119.

OLIVEIRA, M. K.; REGO, T. C.; AQUINO, J. R. G. Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade. Pro-Posições (Unicamp), v. 17, 2006, p. 119-138.

- OLIVEIRA, M. K. de. Teorias psicogenéticas em discussão. 5ª ed. São Paulo: Summus, 1992.
- OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M. N. S. (orgs.). Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p.16-24.
- PALÁCIOS, J. O que é a adolescência. In: COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, v. 1, p. 263-272.
- PAIS, J. M. Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar, 2001.
- PALMIERI, M. W. A.; BRANCO, A. U. Educação infantil, cooperação e competição: análise microgenética sob uma perspectiva sociocultural. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php>. Acesso em: 18 set. 2011.
- PALUDO, S. dos S.; KOLLER, S. H. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. Psicologia & Sociedade, v.20, n.1, p.42-52, 2008.
- PANTOJA, A. L. N. Ser alguém na vida: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência em Belém do Pará, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, 2003.
- PERES, F. Adolescência: em busca dos sujeitos sociais. Tese de Doutorado: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1995.
- PERROT, M. Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PIRES, S. F. S.; BRANCO, A. U. Cultura, *self* e autonomia: bases para o protagonismo infantil. Psic.: Teoria. e Pesquisa., Brasília, v. 24, n. 4, 2008.
- POSTER, M. Teoria Crítica da Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- RAFAELLI, M. Crianças e adolescentes em situação de rua na América latina: Artful Dodger ou Oliver Twist? In: Psicologia Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 9, n.1, 1996, p. 123-128.
- RASERA, E. F.; JAPUR, M. Os sentidos da construção social: o convite Construcionista para a Psicologia. Paidéia, Cadernos de Psicologia e Educação, Revista de Psicologia da UNESP, v. 9, n.1, 2010. 35 (online), Ribeirão Preto, v. 15 (30). Disponível em: <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/30/04.htm>. Acesso em: 24 set. 2011.
- _____. Contribuições do Pensamento Construcionista para o Estudo da Prática Grupal Psicologia: Reflexão e Crítica, v.14, n.1, 2001, p.201-209.
- RICOEUR, P. Tempo e narrativa. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. *Sí mismo como otro*. Madrid: Siglo Vinteuno de España Editores, 1996.

RIZZINI, I. ; RIZZINI, I. "Menores" institucionalizados e meninos de rua. In: O Trabalho e a Rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1996, p.69-90.

_____. Século perdido. Rio de Janeiro: Editora Santa Úrsula, 1997.

_____. Vida nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC/Ed. Loyola, 2003.

_____. A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola. Brasil, 2004.

RIZZINI, I. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

_____. O Elogio do Científico: a construção do "menor" na prática jurídica. In: RIZZINI, Irene. A Criança no Brasil Hoje. RJ: Univ. Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I.; CALDEIRA, P.; RIBEIRO, L.; CARVANO, L. M. Crianças e adolescentes com direitos violados. Situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano. Os processos de construção e implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua. 1º Edição. Rio de Janeiro: PUC – Rio: CIESPI, 2010.

ROMANELLI, G. Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina. Cadernos de Pesquisa, NEP, v.3, n.1-2, 1997, p.25-34.

ROSEMBERG, F. Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: procedimentos de uma pesquisa. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 9, 1996, p. 21-58.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. Psicologia: Reflexão e Crítica, v.13, n.2, 2000, p.281-293.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. e CARVALHO, A. M. A. (orgs). Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre/RS: Artmed, 2004.

SAMARA, E.M. A Família Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANCHES-JUSTO *et al.* O construcionismo social na pesquisa em psicologia. Revista de Psicologia da UNESP, v. 9, n.1, 2010.

SANTOS, J. E. F. Travessias: adolescência em Novos Alagados. Trajetórias pessoais e estruturas de oportunidade em um contexto de risco psicossocial. Bauru: Edusc, 2005.

SANTOS, M. M. S. As angústias impensáveis e o manejo técnico na clínica: um estudo de caso. In: OUTEIRAL, J. (org.). Winnicott: seminários brasileiros. Porto Alegre: Revinter, 2004, p. 420-428.

SANTANA, J. P. ET AL. É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança. *Psicol. estud.* Maringá, v.10, n. 2, ago./2005. Disponível em www.scielo.br/scielo. Acesso em 10 nov. 2010.

_____. Os Adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilizações e reconhecimento de objetivos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 1, 2005, p. 134-142.

SARTI, C. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R, VITALE, M. A. F (orgs.) *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2003, p.21-36.

_____. *Família como ordem simbólica*. São Paulo: Revista Psicologia/USP, v.15, n.3, 2004.

_____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; 2005.

_____. A dor, o indivíduo e a cultura. *Saúde e Sociedade*, v.10, n.1, 2001, p.3-13.

SCORSOLINI-COMIN, F. SANTOS M. A. Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano: um diálogo de, no mínimo, duas vozes. *Rev. Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 20, n.3, 2010, p.745-756.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS; UNICEF; Observatório de Favelas; Laboratório de Análise da Violência/UERJ. *Índice de Homicídios na Adolescência: uma análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes*. Brasília, 2009.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/SUBSECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*. Brasília, 2009.

_____. *Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes: DDN100*. Brasília, 2010.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IDEST). *Primeira pesquisa censitária nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua*, 2010. Disponível em: <http://www.teleios.com.br/wp-content/uploads/2011/03/Pesquisa-Censitaria-Nacional-sobre-Crianças-e-Adolescentes-em-Situacao-de-Rua-Mar-2011.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

SILVA, E. R. A. (org.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: [HTTP://www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em: 30 mai. 2012.

SILVA, A. P. S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na Psicologia do Desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. São Paulo, 2002.

SILVA, A. P. S. (Des)continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SILVA, L. M. P. Um Estudo das Estratégias de Sobrevivência das Famílias em Extrema Pobreza. Dissertação de Mestrado: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

SILVA, D. F.M.; HUTZ, C. Abuso infantil e comportamento delinquente na adolescência: prevenção e intervenção. In HUTZ, C. (org.). Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SILVA, E. R. O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v.18, n.1, 2006, p.71-80.

SOUSA, S. M. G.; RIZZINI, I. (orgs.). Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cênone, 2001.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPINK, M. J. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS, v. 31, n.1, 2000, p.7-22.

SZYMANSKI, H. O psicodrama e o Trabalho com Famílias. In: PUTTINI, E.F.; LIMA, L.M. Ações Educativas: vivências com psicodrama na prática pedagógica. São Paulo: Ágora, 1997.

TAVARES GONTIJO, D.; MEDEIROS, M. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. Ciência e Saúde Coletiva, v. 14, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Brasil, 2009.

TRAVERSO-YEPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. de S. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. Psicol. Soc. v.14, n.2, p. 133-147. ISSN 0102-7182. 2002. Disponível em www.scielo.br/scielo. Acesso em: 12 out. 2010.

TRAVERSO-YEPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. S. Socialização de gênero e adolescência. Estudos Feministas, Florianópolis, v.13, n.1, 2005, p.147-162.

TYLER, F. B., TYLER, S. L. Crianças de rua e dignidade humana. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 9, 1996, p. 83-100.

UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação da Adolescência Brasileira 2011 – O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Disponível em: WWW.unicef.org.br. Acesso em 14 jun. 2011.

VASCONCELOS, M. M. P. Família, trabalho e drogas: estudo exploratório da representação dos meninos de rua na cidade de João Pessoa sobre as suas condições de vida. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal da Paraíba, 1996.

VYGOTSKY, L. S. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VOLPI, M. In: VOLPI, M. (org.). O adolescente e o ato infracional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil. São Paulo : Instituto Sangari ;Brasília, DF : Ministério da Justiça, 2011.

YOKOY, T.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de. Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 3, n.1, 2008.

YUNES, M. A.; ARRIECHE, M. R.; TAVARES, M. F. Meninos(as) em situação de rua na cidade de Rio Grande: vida na rua e vida na instituição. Momento, v.10, 1997.

YUNES, M. A. M.; MIRANDA, A.T.; CUELLO, S. E.S. Um olhar ecológico para os riscos e oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: KOLLER, S.H. (org.). Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ZALUAR, A. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. Rev. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 3, n. 13, 2000.

_____. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan, Ed. UFRJ, 1994.

_____. Violência e educação. São Paulo: Cortez, 1992.

ANEXO A: CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

CENTRO INTEGRADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA CAPITAL

Declaro, para os devidos fins, estar de acordo com a realização do projeto de pesquisa intitulado: “*Família/abrigo/rua - construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento*”, a ser desenvolvido nas Casas de Acolhida Temporária Novos Rumos e Raio de Luz administradas pelo Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, pela pesquisadora Selma Maria Gomes de Miranda Soares, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, ____ de _____ de 20____.

JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Dirigente da Instituição de Acolhimento)

- Declaro que fui convidado (a) para participar de uma conversa explicativa com a pesquisadora abaixo assinada e estou ciente e de acordo com a participação dos adolescentes acolhidos nesta instituição na pesquisa intitulada: “*Família/abrigo/rua - construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento*”, cujo objetivo é o de compreender as vivências que os adolescentes acolhidos nesta instituição empreendem nos diferentes contextos por onde circulam, na perspectiva de ampliar espaços de discussão acerca de tais vivências e contribuir para uma maior qualidade nas intervenções profissionais adotadas.
- Desde já estou ciente da anuência do Juizado da Infância e da Juventude desta cidade para com a realização dessa pesquisa, ficando acordado que as informações advindas desse estudo não serão utilizadas para fins alheios ao objetivo acima proposto.
- Estou ciente dos procedimentos que serão realizados nesta Instituição de Acolhimento, como as entrevistas com os adolescentes em datas previamente agendadas com os adolescentes e com o conhecimento do dirigente desta instituição de acolhimento. O conteúdo de tais entrevistas será armazenado em um banco de dados de responsabilidade da pesquisadora, sendo resguardadas a confidencialidade e o anonimato das informações.
- Estou ciente de que os adolescentes que expressaram sua concordância em participar da pesquisa poderão desistir a qualquer momento, sem prejuízos para quaisquer dos direitos legais que lhes são assegurados.
- Fui informado (a) e estou ciente de que a participação dos adolescentes nesta pesquisa é voluntária e que não implica no recebimento de quaisquer recursos financeiros, tendo sido os adolescentes devidamente esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa.
- Estou ciente de que a participação dos adolescentes nesta pesquisa não trará nenhum dano à sua integridade física, social e emocional, e que em caso de possível desconforto e/ ou situações que indiquem sofrimento psíquico dos adolescentes durante as entrevistas realizadas, tal procedimento será de logo finalizado e os adolescentes serão encaminhados para atendimento e suporte terapêutico na Clínica de Psicologia da UFPE, localizada no 7º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- Estou ciente de que a presente investigação poderá se constituir como um importante espaço de compartilhamento para os adolescentes e contribuir para intervenções profissionais mais pertinentes no que diz respeito ao acolhimento institucional.
- Desde já, declaro-me ciente de todas as informações acima referidas e de acordo com a realização da pesquisa proposta.

Pesquisadora responsável:

**SELMA MARIA GOMES DE
MIRANDA SOARES**

Av. Fernandes Vieira, nº 405 – Boa
Vista – Recife – PE
CEP 50050-200

Telefone: (81) 31815959

E-mail: smgmsoares@yahoo.com.br

Contato: Comitê de Ética da UFPE:

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
Cidade Universitária – Recife – PE
CEP: 50670-901 Fone: (81) 2126-8588

**Dirigente da instituição de
acolhimento**

Nome completo

Assinatura

Pesquisadora

Nome completo

Assinatura

Testemunha 1

Testemunha 2

Recife, ____/____/____

ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Adolescente)

Declaro que fui convidado e aceitei participar, como voluntário, da pesquisa intitulada: *“Família/abrigo/rua - construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento”*, cujo objetivo é o de compreender as vivências dos adolescentes nos diferentes contextos por onde circulam, na perspectiva de ampliar espaços de discussão acerca de tais vivências e contribuir para uma maior qualidade nas intervenções profissionais adotadas.

Fui devidamente esclarecido sobre os objetivos dessa pesquisa e informado de que:

- A minha participação na pesquisa é de livre vontade e não implica no recebimento de qualquer recurso financeiro;
- A minha participação nesse estudo não trará nenhum dano à minha integridade física, social e emocional;
- Sempre que houver necessidade, serão fornecidos esclarecimentos a respeito do estudo em cada uma de suas etapas;
- Minha colaboração para a pesquisa será de forma anônima, através de entrevistas concedidas ao pesquisador sobre minha história de vida, onde o sigilo será garantido, não sendo revelados em nenhuma circunstância, os nomes de quaisquer participantes;
- De acordo com o meu consentimento, as entrevistas serão gravadas e transcritas pela pesquisadora para efeito de análise posterior, ressaltando que apenas a pesquisadora e a orientadora terão acesso ao material das transcrições. A qualquer momento, poderei não mais participar desta pesquisa, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo legal ou moral;
- As informações por mim concedidas serão úteis para a produção de conhecimento e estudos sobre adolescentes e suas diferentes vivências, contribuindo para um atendimento institucional de maior qualidade.

Para qualquer esclarecimento ou informação adicional, o contato será realizado com a pesquisadora Selma Maria Gomes de Miranda Soares, autora do estudo, no endereço Av. Fernandes Vieira, nº 405 – Boa Vista – Recife – PE, Telefone: 81(31815959).

Após ter lido os termos contidos neste consentimento e conversado com a entrevistadora, concordo em participar como informante, colaborando, dessa forma, com a pesquisa.

Recife, ____/____/____.

Assinatura do participante

Responsável pela pesquisa

Testemunha 1

Testemunha

ANEXO D: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Eixos Temáticos norteadoras das entrevistas narrativas:

1º encontro (Contexto Familiar)

- Construções sobre família
- Dinâmica familiar
- Saída de casa
- Figuras de referência

2º encontro (Contexto Institucional)

- Ingresso na instituição de acolhimento
- Relacionamentos construídos
- Dinâmica institucional
- Expectativa para o futuro

3º encontro (Contexto da Rua)

- Relacionamento com os pares
- Vínculos de amizade
- Dificuldades enfrentadas na rua
- Recursos/atrativos encontrados na rua